Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**O processo de construção do Plano de
Segurança Alimentar e Nutricional no município
de São Paulo/SP: participação e
intersectorialidade na elaboração de uma política
pública local promotora de saúde**

Silvana Maria Ribeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Serviços de Saúde Pública
Orientador: Prof^a. Dr^a. Cláudia Maria Bógus

São Paulo
2018

O processo de construção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional no município de São Paulo/SP: participação e intersectorialidade na elaboração de uma política pública local promotora de saúde

Silvana Maria Ribeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Serviços de Saúde Pública
Orientador: Prof^a. Dr^a. Cláudia Maria Bógus

Versão original revisada

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Biblioteca/CIR: Centro de Informação e Referência em Saúde Pública

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ribeiro , Silvana Maria

- O processo de construção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional no município de São Paulo/SP: participação e intersetorialidade na elaboração de uma política pública local promotora de saúde / Silvana Maria Ribeiro ; orientadora Cláudia Maria Bógus. -- São Paulo, 2018.
255 p.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2018.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Promoção da Saúde. 3. Políticas Públicas. 4. Participação Social. 5. Intersetorialidade. I. Bógus, Cláudia Maria , orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a todos que lutam por um mundo melhor, em especial,
os trabalhadores, ativistas, militantes e pesquisadores da Segurança
Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde.

*Oh! Bendito o que semeia
Livros...livros à mão cheia
E manda o povo pensar!
O livro, caindo n'alma
É germe – que faz a palma,
É chuva – que faz o mar!*

(...)

*Bravo! a quem salva o futuro!
Fecundando a multidão!...
Num poema amortilhada
Nunca morre uma nação.*

Castro Alves

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata pela proteção divina que recebi durante todo o percurso da pesquisa, me fazendo seguir com foco, firmeza, dedicação e fé.

Agradeço a todos aqueles que cruzaram meu caminho, contribuindo para minha trajetória acadêmica, em especial a:

Professora Cláudia Bógus pela orientação, amizade, parceria e apoio.

Queridas Jaqueline Dourado Lins e Sabrina Ribeiro Santana que me auxiliaram com as atividades da pesquisa e fizeram toda a diferença.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro recebido para realização desta pesquisa de doutorado (Processo nº 166501/2014-0).

Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio recebido para realização de atividades no exterior.

Professoras Irma Brito, Elisabetta Recine, Silvia Rigon e Ana Cervato por aceitarem fazer parte de minha banca, contribuindo para o aperfeiçoamento do trabalho durante as pré bancas.

Membros da REDE SANS-BT pela parceria na pesquisa (do início ao fim) aqui representados por Solange Redolfi e Nadir Moraes e Prefeitura Municipal de São Paulo, em nome de Leandro Cuebas, que tanto colaborou com o fornecimento de informações e esclarecimento de dúvidas.

Meu pai, Luiz da Mata (in memoriam), pela herança cultural e experiência de vida deixada; minha mãe Feliciano Gonçalves, minhas irmãs Regina e Bernadete e meus irmãos Gil, João e Luiz pelo amor incondicional, pelas sugestões e apoio durante toda minha trajetória acadêmica.

Meu fiel escudeiro canino, Guandu, pelo amor incondicional e por me levar para passear quando necessitava de ar fresco e relaxamento mental.

Meus sobrinhos e sobrinhas, em especial, Bruno e Adrielle que aguentaram de perto minhas inquietações e, Luana na revisão do inglês e os mais novos da família, Julia e Theo pelos momentos de relaxamento, tão necessários durante a pesquisa.

Professora Irma Brito que me acolheu com tanta cordialidade, durante meu percurso de curta duração na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, o professor coordenador Manuel Alves Rodrigues que autorizou meu estágio na Unidade de Investigação UICISA e todas as demais pessoas que conheci em Portugal e tive a oportunidade de compartilhar conhecimentos e experiências.

Parceiras do Grupo de Pesquisa “Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional” da FSP/USP pela amizade, carinho e apoio durante toda a pós-graduação, aqui representadas por: Christiane Costa, Jessica Vaz, Mariana Tarricone, Ana Carolina, Roberta Miranda e todas as demais parceiras do projeto Horta na FSP.

Minha orientadora de mestrado, Helena Watanabe, por abrir os caminhos da pós-graduação e me incentivar a fazer o doutorado.

Queridas Laura Cardellini, Mazé, Stela, Liliane e Zélia pelo carinho, apoio e valiosos conselhos.

Amigos de jardim, boteco e corredores da FSP, aqui representados por Alexandra Pava, Denise Coelho, Ailton Santos, Sandra Costa, Ricardo Jurca, Rubem, Erika, Lucia.

Colegas do Grupo Socorrista Maria de Magdala, aqui representados pelo facilitador Ênio e pela amiga de curso, Laura Malhao.

Pessoal do Departamento de Política, Gestão e Saúde da FSP, aqui representados pelas funcionárias Sonia, Livia e Valdívia pela atenção e carinho recebido.

Professores Marco Akerman e professora Cleide pelas partilhas na copa e nos corredores.

Amigos que tive o prazer de conhecer ou reencontrar na Europa, em especial Francisco (Dedé) em Madri, João Ferreira (Lisboa) e João Felipe (Coimbra).

A todos, minha eterna gratidão!

EPÍGRAFE

Há vários séculos

*que pássaros ilustres sobrevoam
os prédios da vasta poesia*

*a andorinha o rouxinol a cotovia
a calandra o pintassilgo o beija-flor
o corvo o papa-figos
e evidentemente a ave fénix
têm sido convocados pelos poetas
para povoar seus bosques
ornamentar seus céus
e preencher metáforas*

*eu aqui ponho a mão no fogo
pelos discriminados os que nunca
ou poucas vezes comparecem
os pobres passarinhos do esquecimento
que também estão cheios de memória
por isso aqui proponho
ao canário ao pardal ao sabiá ao melro
à viúva ao estorninho ao cardeal
à rola à gralha ao tico-tico
ao martim-pescador e ao bem-te-vi
para que alguma vez entrem no verso
ainda que apenas seja como nesta ocasião
pela modesta porta de serviço*

Mário Benedetti. Pássaros

Ribeiro, SM. O Processo de Construção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo/SP: Participação e Intersetorialidade na Elaboração de uma Política Pública Local Promotora de Saúde [Tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2018.

A segurança alimentar e nutricional (SAN) é uma política que ainda está em construção no país e no mundo. No Brasil, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição (PLANSAN) é o principal instrumento para planejamento, gerenciamento e execução desta política. Este plano busca superar grandes desafios, através de iniciativas que atinjam metas prioritárias para atingir seus objetivos estratégicos, permitindo a conquista progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). No contexto municipal, o ano de 2016 foi marcado por alguns avanços, entre eles a publicação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (PLAMSAN 2016-2020). Este estudo de caso investigou, sistematizou e analisou o processo de elaboração do 1º Plano de SAN da maior metrópole do país sob a ótica da participação social e da intersetorialidade, princípios estabelecidos pela Promoção da Saúde. A pesquisa qualitativa, de caráter participativo, apoiou-se na triangulação de métodos, envolvendo as seguintes técnicas: observação participante, entrevista com informante-chave, constructo de um modelo lógico, além de outras técnicas que emergiram ao longo da investigação, como é o caso do mapeamento e diagnóstico de ações em SAN na região do Butantã, considerado como uma contrapartida da pesquisa. Verificou-se que a participação social foi um dos mecanismos utilizados para envolver governo e população, visando o estabelecimento de compromissos voltados à consolidação da SAN enquanto uma política pública promotora de saúde. A intersetorialidade ocorreu devido à composição da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN Municipal), envolvendo sete secretarias municipais e outros esforços de quem liderou o processo, como os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN). A descentralização administrativa e política das ações permitiu que fossem contempladas as propostas locais no PLAMSAN, sendo consideradas as realidades dos territórios da cidade. Os dois princípios da Promoção da Saúde e da SAN, participação social e intersetorialidade, estiveram presentes em todas as etapas de elaboração do PLAMSAN. O processo demonstrou ter sido exitoso, podendo ser replicado em outros municípios de qualquer cidade no mundo, em especial, em processos com caráter educativo voltados à formação de atores sociais e agentes públicos envolvidos com elaboração de políticas públicas saudáveis.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Promoção da Saúde, Políticas Públicas, Participação Social, Intersetorialidade.

Ribeiro SM. Construction Process of the First Food and Nutrition Security Plan of São Paulo/SP: Participation and Intersectoriality in the Elaboration of a Local Public Health Promotion Policy [Thesis]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2018.

Food and Nutrition Security (FNS) is a policy that is still under construction in the country and abroad. In Brazil, the National Food and Nutrition Security Plan is the main instrument for the planning, management, and execution of this policy. This plan seeks to overcome major challenges through initiatives that reach priority goals to achieve its strategic objectives, allowing the progressive conquest of the Human Right to Adequate Food. In the municipal context, the year of 2016 was marked by some advances, among them the publication of the Municipal Plan of Food and Nutrition Security of São Paulo (PLAMSAN 2016-2020). This case study investigated, systematized and analyzed the elaborating process of the First Food and Nutrition Security Plan of the largest metropolis in the country, from the viewpoint of social participation and intersectoriality, principles established by Health Promotion. The participatory qualitative research was based on the triangulation of methods, involving the following techniques: participant observation, interview with a key-informant, construction of a logical model, as well as other techniques that emerged during the investigation, such as the case of mapping and diagnosis of FSN actions in the Butantã region, considered as a counterpart of the research. It was verified that social participation was one of the mechanisms used to involve government and population, aiming at establishing of commitments focus on the consolidating the FSN as a public policy promoting health. The intersectoriality occurred due to the intersectoral composition of the Intersecretarial Chamber of Food and Nutrition Security (CAISAN Municipal), involving seven municipal secretariats, in addition to the efforts of those who led the process as the members of the Municipal Council of Food and Nutrition Security of São Paulo (COMUSAN). The local proposals were considered in the PLAMSAN due to administrative and political actions decentralization, taking into account the realities of the city's territories. The two principles of Health Promotion and Food and Nutrition Security, social participation and intersectoriality, were presented in all stages of the preparation

of PLAMSAN. The process has proved to be successful and can be replicated in any city in the world, especially in educational processes aimed at the formation of social actors and public agents involved in the elaboration of healthy public policies.

Keywords: *Food and Nutrition Security, Health Promotion, Public Policies, Social Participation, Intersectoriality.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO E AO REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO	20
1.1. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)	24
1.1.1. Cenário Brasileiro: Alimentação e Nutrição na Perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional	31
1.2. RELEVÂNCIA DO ESTUDO	48
2. OBJETIVOS	52
2.1. OBJETIVO GERAL	52
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	52
3. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO	52
3.1. OBJETO DE ESTUDO E JUSTIFICATIVA	52
3.2. CENÁRIO DA PESQUISA: A CIDADE DE SÃO PAULO	55
3.2.1. Cenário Local: Butantã	60
3.3. DELINEAMENTO DA PESQUISA: COLETA, PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	63
3.3.1. A Observação Participante	65
3.3.2. Entrevista com Informante-Chave	73
3.3.3. Modelo Lógico (ML)	74
3.3.4. Mapeamento e Diagnóstico de Ações em SAN: contrapartida da pesquisa	78
3.3.5. Aspectos Éticos	82
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	82
4.1. ANTECEDENTES DO 1º PLAMSAN: PROTAGONISMO DO MOVIMENTO DA SAN	83
4.2. O CASO PLAMSAN	97
4.2.1. Estratégias de Mobilização: Atividades Livres, Pré-Conferências e Conferência Municipal	98
4.2.2. Propostas e Ações Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional sob a ótica da Promoção da Saúde	104
4.3. DIMENSÃO LOCAL DO MOVIMENTO DE SAN DE SÃO PAULO	113
4.3.1. A Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã (REDE SANS-BT)	113
4.3.2. Desafios da Intersetorialidade na Prática	126
4.3.3. Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã: uma Intervenção Participativa e Contrapartida da Pesquisa	146
4.4. CICLO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA	151

4.5. APLICAÇÃO DO ESTUDO NA PRÁTICA.....	162
5. CONCLUSÕES	165
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
7. REFERÊNCIAS	173
ANEXOS	182
CURRÍCULO LATTES	253

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ESTRUTURA DO SISAN	54
FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DO BUTANTÃ NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. FONTE: SUBPREFEITURA BUTANTÃ. EDITADO POR RINALDI (2017).	61
FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DO BUTANTÃ (CRESAN-BT)	62
FIGURA 4 A E B: REUNIÕES REALIZADAS NA CRESAN-BT	67
FIGURA 5 A E B: PLENÁRIA E GT NA 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAN	69
FIGURA 6: ATIVIDADE LIVRE REALIZADA NA FSP/USP	99
FIGURA 7 A, B E C: ATIVIDADE LIVRE REALIZADA NO CRESAN-BT	FIGURA 99
FIGURA 8 A, B E C: 6ª CM REALIZADA NO CRESAN VILA MARIA	104
FIGURA 9: CONSTITUIÇÃO DA REDE SANS-BT	118
FIGURA 10 REUNIÃO DA REDE SANS-BT REALIZADA NA SUBPREFEITURA DO BUTANTÃ:	119
FIGURA 11: REUNIÃO DA REDE SANS-BT REALIZADA NO CRESAN-BT:	120
FIGURA 12: ANEL IRRADIADOR DE FORÇA E PODER, AÇÕES PARTICIPATIVAS E INTERSETORIAIS	123
FIGURA 13: A E B: REUNIÕES REALIZADAS NA CRESAN-BT	127
FIGURA 14: MODELO LÓGICO - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO PAULO/SP EM CMAP CLOUD	152
FIGURA 15: PROCESSO DE CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (RIPLEY, 1995, P. 159)....	154

SIGLAS

AASS - Alimentação Adequada, Saudável e Sustentável

ABA – Abastecimento

AGR – Agricultura

AL - Atividade Livre

AL-HMA - Atividade Livre – História e Memória da Alimentação

ART&INST – Articulação e Institucionalização

ASA – Associação Santo Agostinho

CAD ÚNICO - Cadastro Único

CAE - Conselho da Alimentação Escolar

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CAISAN-Municipal - Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional

CCA - Centro para Crianças e Adolescentes

CE - Conferência Estadual

CEI – Centro de Educação Infantil

CESAN - Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

CEU – Centro Educacional Unificado

CH - Crise Hídrica

CM - Conferência Municipal

CMSAN - Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CN - Conferência Nacional

CNA - Comissão Nacional de Alimentação

CNA&N - Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

COMUSAN - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COSAN - Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional

CPOP - Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRESAN-BT - Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã

CRSANS - Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

ED&SAL – Educação e Saúde (Saúde Alimentar)

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

EPANS - Equipamentos de Alimentação e Nutrição

FAO - Food and Agriculture Organization

FBSAN - Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FSP/USP - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

GT - Grupo de Trabalho

ILPI – Instituto de Longa Permanência

INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

ML - Modelo Lógico

NUA - Nova Agenda Urbana

OCS - Organização de Controle Social

ODM - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organizações Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PANCS - Plantas Comestíveis não Convencionais

PIB - Produto Interno Bruto

PIDESC - Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PLAMSAN - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, SP

PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

POPVUL – População Vulnerável

POT - Programa de Operação Trabalho

PPA - Plano Plurianual

PPA - Programa de Aquisição de Alimentos

PROAUP - Programa de Agricultura Urbana e Periurbana

PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PSE - Programa Saúde na Escola

PT - Partido dos Trabalhadores

REDE SANS-BT - Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SANS - Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

SESC - do Serviço Social do Comércio

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUS - Sistema Único de Saúde

SVMA - Secretaria do Verde e Meio Ambiente

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

VAI - Programa Valorização de Iniciativas Culturais

TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA E ESCOLHA DO PROJETO

Ao decidir mudar de área profissional, por volta de 2007, saindo definitivamente do meio corporativo para me aventurar em outros universos, tive a oportunidade de atuar na área socioambiental. Foi neste momento que me deparei com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), quando passei a trabalhar na implementação de um projeto de agricultura urbana agroecológica, na grande São Paulo, município de Embu das Artes. Desta maneira, mergulhei de cabeça na nova oportunidade profissional e passei a me identificar com a temática.

Em 2008, já estava me candidatando a uma vaga no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Embu das Artes, sendo eleita para o biênio 2009-2011. A posição de conselheira municipal de SAN me levou ao Palácio do Planalto, Brasília, momento em que presenciei a assinatura do Decreto 7.272, em 25 de agosto de 2010 pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. Neste momento percebi a importância do SAN para o país e o valor inestimável da participação da sociedade civil para o enraizamento do tema nos solos da nação brasileira.

Em minha pesquisa de mestrado, tive a oportunidade de incluir como um dos temas da pesquisa a SAN, porém não de forma aprofundada. Durante a elaboração da dissertação e após a defesa, um pensamento não saía de minha cabeça: a oportunidade que tinha naquele momento de me debruçar mais profundamente no tema se viesse a dar continuidade nos estudos da pós-graduação. E foi exatamente assim que tudo aconteceu.

As ideias iniciais para o doutorado já me colocavam no sendeiro da Segurança Alimentar e Nutricional. Meu projeto mudou algumas vezes: primeiro, veio a ideia de estudar o primeiro equipamento público de SAN, situado no Butantã, o Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional; posteriormente, veio a ideia de estudar o Plano Local de SAN do Butantã. Finalmente, a ideia que prevaleceu é a que se apresenta neste momento: o processo de construção do 1º Plano Municipal de SAN de São Paulo.

Além da demanda externa oriunda de ativistas da SAN, a sugestão de uma conselheira municipal de SAN foi o que faltava para que eu abraçasse este projeto de pesquisa com fervor e gratidão, pois lá em 2010, já percebia o importante papel da sociedade civil para a temática da SAN e, durante minha atuação profissional no

município de Embu das Artes, fui percebendo as dificuldades de se operacionalizar trabalhos intersetoriais e participativos.

Acredito que a escolha por São Paulo ocorreu pelo fato de ser o primeiro plano municipal de uma metrópole que carrega características muito peculiares, por conta de seu tamanho e suas especificidades.

A escolha do Butantã para a realização da observação participante não foi à toa. Fui afetada emocionalmente e geograficamente, pois foi nesta região que passei minha infância, adolescência e juventude. Assim, a proximidade com o Butantã, tanto em termos geográficos quanto afetivos, foi decisivo para a escolha do local onde seria desenvolvido meu trabalho de campo, como sempre digo 'a Cidade Universitária era meu quintal'. Um terceiro fato que contribuiu para a escolha do Butantã está relacionada ao fato da região ser marcada pela presença de militantes, ativistas, estudantes, movimentos sociais, isto, provavelmente, por conta da existência do campus da Universidade de São Paulo na região.

Reconhecendo a importância de sistematizar experiências locais que sejam passíveis de replicação, compartilhamento e tenham impactos positivos na sociedade, decidi então, percorrer os caminhos desta pesquisa com dedicação e afinco.

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO E AO REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

*Comer é um ato político,
Comer é um ato social,
Comer é, antes de tudo, um Direito de todos!*

O debate no campo da alimentação tem levado em consideração questões amplas que envolvem aspectos culturais, sociais, ambientais, econômicos, demonstrando os impactos, positivos ou negativos, do padrão produtivo dos alimentos nas condições de saúde e dos modos de vida das populações.

A discussão envolvendo os modos de vida saudável está diretamente relacionada à integração do ser humano com suas origens e com sua realidade atual, considerando as especificidades e peculiaridades culturais, locais e ambientais.

A cultura, neste contexto, está relacionada à capacidade que cada um tem de construir sua própria história, principalmente em termos simbólicos. É a capacidade que o indivíduo tem de criar e desdobrar suas potencialidades e de interagir com as situações de seu entorno (DEMO, 1993).

No meio científico, é notável o aumento do interesse teórico de pesquisas e de práticas no campo da Nutrição, devido ao aumento da obesidade, das doenças crônicas associadas à má alimentação ou à baixa adesão de dietas e orientações nutricionais. Deste modo,

questões relativas à complexidade dos comportamentos e práticas alimentares, juntamente com a desconfiança da sociedade em geral da alimentação industrializada, da busca de novas tecnologias alimentares ao lado de clamores por uma economia sustentável, capaz de não danificar o planeta em termos ecológicos [...] têm gerado cada vez mais interesse pela alimentação em seu sentido ampliado, por assim dizer, socioantropológico (CARVALHO et al., 2011, p. 161)

Diante deste cenário, emergem outros movimentos no interior da Nutrição e da Saúde em geral, que promovem a aproximação das Ciências Sociais e,

estrategicamente, auxiliam na “construção de cooperação entre distintos saberes” (CARVALHO et al., 2011).

Neste sentido, a SAN e a Promoção da Saúde se conectam e se complementam, fortalecendo este movimento de aproximação entre os diversos campos disciplinares, na busca pela integralidade e pela interdisciplinaridade na ciência.

A relação entre saúde e qualidade de vida deve contemplar diversos aspectos, dentre os quais a realidade local das populações; a percepção destas populações em relação às suas condições de saúde; à qualidade de vida e seu significado, variando de cultura para cultura, tradições, valores e necessidade de cada povo (AZEVEDO, 2012).

O advento da industrialização e da urbanização também são associados às más condições de vida, evidenciando os processos sociais responsáveis por problemas de saúde, dentro de uma visão ampliada dos determinantes da saúde e da doença (RIGON, 2012; WESTPHAL, 2014).

A Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde (*World Conference on Social Determinants of Health*), ocorrida no final de 2011, reafirmou que as desigualdades em cada país e entre os países podem ser evitadas por meio de ações equitativas.

Agir sobre os determinantes sociais da saúde (DSS) de forma coletiva implica em “melhorar as condições de vida; combater a distribuição desigual de poder, dinheiro e recursos; e medir a magnitude do problema, compreendê-lo e avaliar o impacto das intervenções” (WHO, 2011, p. 1).

A SAN soma-se à esta tendência estratégica de cooperação de distintos saberes e áreas de atuação, pois contribui para o enfrentamento dos problemas da fome e da má nutrição, atuando na transformação dos determinantes estruturais destes problemas e na garantia do direito ao acesso à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e para todos (RIGON, 2012).

Conforme explicitado na Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde, a SAN atua, estrategicamente, no enfrentamento dos DSS e na promoção da equidade em saúde:

Reconhecemos que precisamos envidar mais esforços para acelerar o progresso na abordagem da distribuição desigual de recursos na área da saúde, bem como das condições que prejudicam a saúde em todos os níveis. Com base nas experiências compartilhadas nesta Conferência, expressamos a vontade política de fazer da equidade em saúde uma meta nacional, regional e global, além de enfrentar desafios atuais, como erradicar a fome e a pobreza; assegurar a segurança alimentar e nutricional; promover o acesso à água potável, saneamento, emprego, trabalho decente e esquemas de seguridade social; proteger o meio ambiente; e gerar crescimento econômico equitativo através de ações firmes sobre os determinantes sociais da saúde em todos os setores e em todos os níveis. Também estamos cientes de que, abordando os determinantes sociais, podemos contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (WHO, 2011, p.).

As políticas públicas promotoras de saúde, que ganharam destaque na Conferência de Adelaide, em 1988, na Austrália, têm por objetivo minimizar as desigualdades por meio de ações sobre os determinantes dos problemas de saúde, nos múltiplos setores onde elas se localizam, sendo considerada uma das principais estratégias da área da saúde (WESTPHAL, 2000).

É aconselhável que as iniciativas, programas e atividades de SAN sejam planejadas, elaboradas e executadas em consonância com a Promoção da Saúde, com base em seus princípios (concepção holística; intersetorialidade; participação social e sustentabilidade) e seus campos de ação (elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; reforço da ação comunitária; criação de espaços saudáveis; desenvolvimento de habilidades pessoais e a reorientação dos serviços de saúde) (WHO, 1998).

As políticas promotoras de saúde possuem forte influência nos determinantes sociais e, usualmente, se originam em diversos setores e, não necessariamente, na área da saúde, porém têm efeito crucial na saúde das atuais e das futuras gerações, sendo responsáveis por modelar tanto os padrões de vida moderna como os ambientes (RESTREPO, 2001).

Para RABELLO (2010) as políticas públicas devem desenvolver-se, simultaneamente, em diferentes frentes, incluindo distintas instituições, que se reforçam entre si, sendo esta, uma visão integrada e multifacetada que atua de acordo com as capacidades da sociedade e do estado.

O Estado, por sua vez, deve ser um dos principais responsáveis pela garantia da SAN com vistas à realização do DHAA, pois as ações de SAN colocam em prática este direito que, por meio da participação social e efetivação da intersetorialidade, caminham em consonância com a área de Promoção da Saúde (PINHEIRO e CARVALHO, 2010).

Ressaltamos a importância do protagonismo municipal a partir de uma gestão participativa, atuando na direção de uma visão ampliada da saúde, a partir da efetivação de ações intersetoriais, capazes de extrapolar os limites das políticas setoriais.

A gestão participativa no nível municipal deve ser capaz de incorporar demandas emergidas da sociedade, em especial, a partir de experiências locais, pois de alguma forma a dimensão local interfere dimensão global e vice-versa.

A participação ou pressão social sobre os governantes é possível de forma permanente pela sua cercania, se bem que muitas das suas ações e práticas vão estar mediadas por leis de âmbito nacional ou situações determinadas pela economia globalizada, frente às quais, geralmente, pouco, podem fazer. A escala local/municipal é a imediata, a que as pessoas apreciam mais em todos os lugares, mas também o degrau de poder a adotar menos decisões relevantes com respeito ao nível de vida, ainda que muitos serviços públicos ou intervenções municipais básicas se façam pelas instituições de governo do município (GONZÁLEZ, 2014, p.97).

Assim, fortalecer a política de SAN, passa, antes de tudo, pelo fortalecimento da participação, tanto por parte de representantes governamentais como da sociedade civil organizada, recaindo, consequentemente, na efetivação da intersetorialidade dentro da gestão pública.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define participação social como sendo o envolvimento dos atores diretamente interessados, membros da comunidade e organizações afins, formuladores de políticas públicas,

profissionais da saúde e de outros setores e agências nacionais e internacionais, no processo de eleição de prioridades, tomada de decisões, implementação e avaliação das iniciativas (WHO, 1998; SICOLI e NASCIMENTO, 2003).

A consolidação da saúde como direito de todos remete à participação popular, à avaliação e ao controle dos serviços e ações, de modo que diferentes forças da sociedade possam influenciar na formulação e gestão das políticas (FERNANDES et al., 2012).

Neste sentido, tanto a participação social como a intersetorialidade devem se consolidar como princípios norteadores de todas as áreas ligadas à saúde, inclusive a SAN, visando o estabelecimento de compromissos que variam desde indicação até revisão, alteração e elaboração de propostas ocorridas dentro dos processos decisórios.

Estes princípios perseguidos pela Promoção da Saúde e pela SAN são fundamentais na implantação de iniciativas que visem a garantia do DHAA, melhores condições de saúde e qualidade de vida, por meio da articulação das políticas, planos e programas destas duas áreas e outras áreas correlatas.

A SAN, dentro de uma perspectiva ampliada da saúde, permeia diversas áreas do conhecimento, estando presente em diversos setores da gestão pública na três esferas governamentais. Sua trajetória chancela seu papel na sociedade, em especial, no âmbito das políticas sociais e embasa o que será apresentado e discutido neste estudo.

1.1. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

Durante séculos, cada povo foi se desenvolvendo e se relacionando com a natureza. A caça, a coleta, a pesca, a agricultura e a pecurária são atividades que, desde os tempos remotos, propiciaram a sobrevivência humana no planeta.

Nossos ancestrais nômades procuravam melhores condições de subsistência, transportando-se de uma região para outra, enriquecendo a cultura de cada povo. Mais tarde, o esforço humano centrou-se na busca por áreas fartas em recursos naturais, possibilitando cultivo abundante.

Esta busca por uma alimentação satisfatória, em qualidade e quantidade, resultou numa conjuntura complexa e contraditória no que diz respeito ao sistema agroalimentar contemporâneo, batendo recordes de produção e, ao mesmo

tempo, causando impactos substanciais à natureza e ao homem (AZEVEDO, 2012).

A insegurança alimentar e nutricional, por sua vez, se manifesta de diferentes maneiras em qualquer parte do mundo: pela dificuldade de acesso aos alimentos (falta de trabalho e/ou baixo nível de renda), restrições na disponibilidade de bens e/ou na sustentabilidade em relação à utilização/produção destes bens; nas relações comerciais desfavoráveis, nas oscilações do mercado, na atuação das grandes corporações, etc (MALUF e REIS, 2013).

A partir da trajetória da SAN, é possível compreender como esta realidade de insegurança alimentar e nutricional dos povos tem sido enfrentada ao longo dos tempos. E, como a SAN passou a ser considerada um direito, cuja promoção a torna um objetivo permanente de políticas públicas vinculadas às noções de desenvolvimento e soberania alimentar¹ (MALUF e REIS, 2013).

No contexto internacional, a SAN era compreendida dentro de uma perspectiva predominantemente alimentar; seu conceito era vinculado, primordialmente, à disponibilidade dos alimentos e à produção agrícola.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o termo “segurança alimentar” passou a ser utilizado na Europa com estreita ligação com o conceito de segurança nacional e à capacidade de produção alimentar dos países, sendo vinculada à perspectiva da soberania alimentar que, neste momento era baseada, exclusivamente, na preocupação de subsistência das populações dos países centrais em situações de calamidades, desastres, guerras, etc. (BURITY et al., 2010; PINHEIRO, 2009).

A segurança alimentar, sem a utilização da palavra “nutricional” sob a ótica da segurança nacional, trouxe direcionamentos relacionados diretamente

¹ O conceito de Soberania Alimentar foi lançado na década de 1990, durante o Fórum da Sociedade Civil, realizado em paralelo à Cúpula Mundial de Alimentação, em Roma (1996) e, vem sendo desenvolvido em simultâneo a sua utilização nos debates internacionais e nacionais. Foi no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar em Havana-Cuba (2001) que o conceito se afirmou como o direito dos povos de definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil-indicadores-e-monitoramento/relatorio-consea.pdf>. Acesso em jan 2018.

à necessidade de estoque estratégico de alimentos das nações (PINHEIRO, 2009; MALUF, 2007).

Nas primeiras décadas dos século XX, a questão alimentar era uma questão de Estado, principalmente pelo contexto das duas guerras mundiais e da recessão dos anos de 1930. No entanto, diante da gradativa retração das ações públicas nesta área, as grandes grandes corporações agroalimentares e os organismos internacionais assumiram a liderança da temática (PINHEIRO, 2009; MALUF, 2007).

De acordo com MALUF e REIS (2013, p. 21) “as preocupações sobre segurança alimentar remontam aos anos de 1930, embora as políticas públicas só comecem a fazer uso explícito da noção a partir dos anos de 1950”.

Em 1943, na cidade de Hot Spring, EUA, durante a Segunda Guerra Mundial, representantes de 44 governos aliados se reuniram para lançar as bases de criação de organismos internacionais ligados ao combate à fome no mundo. O evento foi liderado pelo presidente americano Franklin Delano Roosevelt com o objetivo de elaborar um plano de reconstrução, relacionado às questões alimentar e agrícola, para países destruídos e afetados pela disponibilidade de alimentos (PINHEIRO, 2009; MALUF, 2007).

Nesta conjuntura, foram criados organismos internacionais dedicados à questão alimentar, como é o caso da *Food and Agriculture Organization* (FAO), em 1945, e da OMS, em 1948 (MALUF e REIS, 2013).

O termo segurança alimentar, nesta época, passou a ser valorizado mais no sentido de garantir segurança da produção devido à possibilidade dos países terem mais controle nesta área, através do fornecimento de alimento, evidenciando o poder de dominação de uma nação sobre outra (PINHEIRO, 2009).

Em 1948, a alimentação foi incluída como um dos direitos básicos na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, tornando o bem-estar nutricional um direito inalienável do ser humano e, em 1953, a assistência passou a fazer parte de um dos componentes da segurança alimentar para se promover o uso dos excedentes alimentares em escala mundial (PINHEIRO, 2009).

Na década de 1950, o problema da má nutrição era amenizado, pelos organismos internacionais como FAO, OMS e Fundo das Nações Unidas para a

Infância (UNICEF), com ações pontuais, tais como enriquecer alimentos básicos (iodização do sal) e reduzir algumas deficiências (ferro e vitamina A). Nos anos de 1960, estes organismos passaram a dar destaque para programas de nutrição infantil, de educação nutricional e de suplementação alimentar (MALUF e REIS, 2013).

Em 1963 foi criado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Programa Mundial de Alimentação². Trata-se de um programa de ajuda alimentar em face das necessidades emergenciais e fortalecimento da capacidade dos países de atuar em prol do combate à fome crônica e à desnutrição. Os principais beneficiários deste programa são vítimas de desastres, populações desalojadas e as mais pobres que sofrem de fome (MALUF e REIS, 2013).

No início da década de 1970, a crise mundial de produção de alimentos levou os participantes da Conferência Mundial de Alimentação, realizada em 1974, na cidade de Roma, a identificar que a garantia da segurança alimentar teria que passar por uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimento, associada à proposta de aumento da produção de alimentos, pois já não era suficiente somente produzir alimentos, mas sim garantir também a regularidade do abastecimento (BURITY et al., 2010).

No final da década de 1980, o conceito de segurança alimentar incorporou a noção de acesso a alimentos seguros, isto é, não contaminados biologicamente ou quimicamente; de qualidade nutricional, biológica, sanitária e tecnológica, produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação, visão esta que foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela OMS, incluindo na terminologia, o aspecto nutricional³ e sanitário do conceito, passando a ser denominado então de Segurança Alimentar e Nutricional (BURITY et al., 2010).

De acordo com os autores, o entendimento sobre as dimensões alimentar e nutricional⁴ foi proposto na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição,

² Programa Mundial de Alimentação disponível em: <http://www1.wfp.org>. Acesso em jan 2018.

³ Nota da autora: Até hoje, a palavra “nutricional” é pouco utilizada.

⁴ A dimensão alimentar relaciona-se aos processos de disponibilidade (produção, comercialização, acesso) e, a dimensão nutricional diz respeito às escolhas, ao preparo e ao consumo alimentar, bem como sua relação com a saúde e a utilização biológica do alimento (BURITY et al., 2010).

em 1989 e consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994.

O fortalecimento do DHAA, associando-o à garantia da SAN, ocorreu em dois momentos: na Conferência Internacional de Direitos Humanos, na Áustria, em 1993 e na Cúpula Mundial da Alimentação, na Itália, em 1996, refletindo positivamente em diversos países (BURITY et al., 2010; CERVATO-MANCUSO et al., 2015).

Destaca-se que os direitos humanos são aqueles direitos que os seres humanos possuem, única e exclusivamente, por terem nascido e serem parte da espécie humana. O DHAA é um direito humano indivisível, universal e não discriminatório, que assegura a qualquer ser humano o direito de se alimentar dignamente, de forma saudável e condizente com seus hábitos culturais (PINHEIRO e CARVALHO, 2010). A promoção da realização do DHAA é mencionada em diversos tratados e documentos internacionais.

No início da década de 2000, foi aprovado, pela Cúpula Mundial da Alimentação, um Plano de Ação incorporando a perspectiva de estabelecer, junto às Metas de Desenvolvimento do Milênio, o objetivo de reduzir à metade (até 2015), o número de pessoas que passavam fome. Em 2003, a FAO lançou a proposta de construção de uma Aliança Internacional contra a Fome visando a mobilização política e o apoio social para o cumprimento destas metas (PINHEIRO, 2009).

Na reunião da Cúpula Mundial das Nações Unidas de 2005, em Nova York, foi recomendado a expansão de programas voltados à produção local de alimentos, como iniciativa de impacto a curto prazo para o alcance de vários Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁵, no intuito de se combater o

⁵ As metas do milênio foram estabelecidas pela ONU em 2000, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São eles: 1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento. O Brasil avançou muito em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e pavimentou o caminho para cumprir as metas até 2015. O desempenho brasileiro só foi possível em função da participação social e de uma série de políticas públicas colocadas em curso nos últimos anos que trouxeram impactos positivos sobre os ODM. Ainda há muitos desafios a serem vencidos. Para cada um dos Objetivos existem políticas públicas que vêm aproximando o Brasil do cumprimento das metas. Em algumas áreas

ciclo de pobreza, aumentar a renda das populações mais carentes e acelerar o progresso (UN, 2005; SCHWARTZMAN, 2015).

A *Cumbre Mundial sobre la Seguridad Alimentaria*⁶, realizada em Roma, Italia, em novembro de 2009, teve a finalidade de propor medidas urgentes para erradicação da fome no mundo (FAO, 2009).

Em 2014 foi realizada em Roma, Itália, a Segunda Conferência Internacional de Nutrição (ICN2)⁷ que teve como tema central a relação entre todas as formas de má nutrição e os sistemas alimentares dos países, endossando uma declaração política sobre os desafios atuais da nutrição global e uma matriz orientadora de ações com vistas ao estabelecimento de uma “Década da Nutrição”, aprovada recentemente em Assembleia das Nações Unidas, destacando-se o aperfeiçoamento dos sistemas alimentares sustentáveis por meio do desenvolvimento de políticas públicas, desde a produção até o consumo (FAO e WHO, 2014).

A experiência mais recente que destacamos é a do Pacto de Milão. O último encontro aconteceu em outubro de 2017, em Valência, Espanha, reunindo mais de 300 prefeitos, delegados e especialistas de diversos países para fortalecer o diálogo entre cidades, territórios, governos nacionais e organizações internacionais sobre questões que envolvem os sistemas alimentares sustentáveis que ligam áreas urbanas e rurais ao redor do mundo.

O Pacto de Milão foi inicialmente promovido por ocasião da Expo de Milão no Dia Mundial da Alimentação em outubro de 2015. A partir de outubro de 2017, o Pacto já possuía 159 cidades signatárias⁸ de todas as regiões do mundo que representam mais de 450 milhões de pessoas.

Muitas cidades signatárias do Pacto de Milão estão tomando medidas para transformar os sistemas alimentares, a fim de ligar os sistemas de proteção social para pequenos agricultores familiares; aumentar o acesso a dietas

o país tem que avançar. Em outras, os indicadores positivos já são realidade. Informações disponíveis em: <http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>. Acesso em set 2017.

⁶ Declaração da *Cumbre Mundial sobre Seguridad Alimentaria* disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/wsfs/Summit/Docs/Final_Declaration/K6050S_WSFS_O_EWG_06.pdf. Acesso em jan 2018.

⁷ ICN2 disponível em: <http://www.fao.org/about/meetings/icn2/en/>. Acesso em jan 2018.

⁸ Cidades Signatárias do Pacto de Milão disponível em: http://agriculturaurbana.org.br/ruaf/cidades_pactomilao.html. Acesso em jan 2018.

saudáveis e sustentáveis; reduzir o desperdício de alimentos e se preparar para as mudanças climáticas.

A Declaração de Valência recomenda que as cidades tenham “sistemas alimentares sustentáveis que sejam inclusivos, resilientes, seguros e diversos, que forneçam comida saudável e acessível para todas as pessoas em um quadro baseado em direitos humanos que minimiza o desperdício e conserva a biodiversidade enquanto se adapta e mitiga os impactos de mudança climática” (MILAN URBAN FOOD POLICY PACT, 2017).

De acordo com as recomendações constantes na referida declaração, esses e outros esforços por parte dos governos locais são formas de implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030⁹, o Acordo de Paris¹⁰ e o compromisso dos países para fortalecer a SAN como estabelecido na Nova Agenda Urbana¹¹ (NUA), adotada pelos Estados membros da ONU, em outubro de 2016.

Na mesma declaração, as cidades signatárias apelam ao Secretário-Geral das Nações Unidas e a todas as agências das Nações Unidas; organizações regionais; governos nacionais; governos locais de todos os tipos; sociedade civil; parceiros de desenvolvimento nacionais e internacionais; setor privado e todos os cidadãos interessados que trabalhem na direção de iniciativas sustentáveis e aplicáveis nos sistemas alimentares locais das cidades e que também fortaleçam as ligações entre as áreas rurais e urbanas para o desenvolvimento sustentável (MILAN URBAN FOOD POLICY PACT, 2017).

Este processo de ampliação e fortalecimento do Pacto de Milão deve incluir formalmente e completamente atores urbanos e territoriais, expandindo assim as abordagens de governança para sua ação, em particular, no Fórum

⁹ Agenda 2030 disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/>. Acesso em jan 2018.

¹⁰ Acordo de Paris disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/Pari%20Agreement.pdf>. Acesso em jan 2018.

¹¹ Nova Agenda Urbana (NUA) disponível em: <https://nacoesunidas.org/habitat-iii-paises-adotam-nova-agenda-para-urbanizacao-sustentavel/>. Acesso em jan 2018.

Urbano Mundial¹², no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas¹³ e outros importantes processos globais, considerando o trabalho em sistemas alimentares das cidades com objetivos mensuráveis, sustentáveis e territoriais (MILAN URBAN FOOD POLICY PACT, 2017).

Este apelo, por parte dos representantes do Pacto de Milão, é direcionado especialmente aos governos locais e territoriais, pois são atores fundamentais na conquista progressiva ao direito universal à alimentação e a uma vida de paz, dignidade e prosperidade para todos.

A trajetória da SAN no contexto internacional teve reflexos em toda a América Latina. No Brasil, conforme será apresentado, as lutas e conquistas possuem a marca do movimento em prol da SAN, em especial pela atuação da sociedade civil organizada.

1.1.1. Cenário Brasileiro: Alimentação e Nutrição na Perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional

No contexto nacional, Josué de Castro, com ideias consideradas revolucionárias para a época, foi um dos brasileiros que mais ampliou o tema da alimentação, incluindo-o na questão geopolítica e aprofundando o debate sobre a fome e o meio ambiente.

O estudioso foi um dos primeiros a introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável; sinalizava que a fome era o problema ecológico número um, uma vez que todo ser vivo precisa se alimentar (PORTO-GONÇALVES, 2004) e defendia que a fome e a miséria no país e no mundo eram frutos de uma sociedade desigual e injusta (BURITY et al., 2010).

Para CASTRO (1984) as ameaças alimentares não partiam somente da dimensão qualitativa e quantitativa, mas também da importância de uma alimentação adequada. Em relação à qualidade alimentar, a ênfase era no

¹² Fórum Urbano Mundial disponível em: <http://www.forumdascidades.pt/?q=content/9a-sessao-do-forum-urbano-mundial-kuala-lumpur-7-13-fevereiro-de-2018>. Acesso em jan 2018.

¹³ Fórum Político de Alto Nível disponível em: https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=F%C3%B3rum+Pol%C3%ADtico+de+Alto+N%C3%ADvel. Acesso em jan 2018.

aspecto nutricional do alimento; quando o enfoque era a quantidade, ele aprofundava os temas “proibidos” da época: fome e desnutrição.

Reconheceu-se, a partir de seus estudos, que um plano de alimentação ideal deveria envolver muitas dimensões (educação, saúde, política, desenvolvimento socioeconômico, meio ambiente, nutrição), além de um planejamento adequado em relação à produção agrícola, pois, só assim, seria possível alimentar bem as populações. Também defendia a importância de uma intervenção contínua voltada à educação alimentar; a garantia de uma alimentação suficiente, completa e equilibrada (CASTRO, 1934).

Para o estudioso, a fome, a má alimentação e a desnutrição não eram fenômenos naturais, mas sim sociais, devendo ser resolvidos a partir de intervenções sociais e coletivas como a implantação progressiva de políticas públicas de SAN (PINHEIRO e CARVALHO, 2010).

A partir de Josué de Castro, cuja pauta centrava-se na alimentação e nutrição, muitos outros fatos históricos marcaram a trajetória da SAN.

Os pioneiros em termos de serviços públicos foram o Serviço de Alimentação da Previdência Social e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), ambos instituídos na Lei do Salário Mínimo por meio do Decreto nº 399 de 1938 e o Plano Nacional de Alimentação¹⁴, estabelecido pela CNA, em 1952.

No início dos anos 1960, algumas estruturas relacionadas à operacionalização de políticas de produção, armazenagem e abastecimento de alimentos foram criadas pelo governo federal, como a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem) que, com a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) comporiam o Sistema Nacional de Abastecimento (SILVA, 2014).

Na década de 1970, os governos militares, evitando crise em torno do desabastecimento alimentar no meio urbano, privilegiava a política agrícola com foco na garantia de suprimento dos produtos alimentares nas grandes cidades. Neste período, foram criadas as Centrais de Abastecimento (CEASAs), sob a coordenação do Ministério da Agricultura (MACHADO et al., 2015).

¹⁴ O Plano Nacional de Alimentação, vinculado ao Ministério da Saúde, tinha como objetivo principal o combate à fome (entendendo-a como fruto da estrutura econômica e social da nação) e propunha reformas no “arcabouço econômico” do país (Pinheiro e Carvalho, 2010).

Desde 1972, os programas, projetos e ações ligados à alimentação e nutrição haviam sido assumidos pelo Ministério da Saúde, apesar de haver iniciativas também em outros setores, porém, de forma desarticulada (PINHEIRO e CARVALHO, 2010).

A CNA por não cumprir as tarefas institucionais que lhe foram originalmente propostas, foi substituída, em 1972, pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN)¹⁵, autarquia especial também vinculada ao Ministério da Saúde, instituído por meio da Lei nº 5.829/1972. Esta substituição ocorreu em meio a uma crise mundial, momento em que instituições internacionais (OMS, FAO e UNICEF) passaram a defender a necessidade de um planejamento nutricional no âmbito econômico para países periféricos, em especial os latino-americanos (PINHEIRO e CARVALHO, 2010).

Em 1985, a SAN, foi institucionalizada, sendo inserida em documentos oficiais, em especial, nas publicações do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, além de ser assumida definitivamente pelo INAN (PINHEIRO e CARVALHO, 2010).

O ano de 1986 foi marcado por duas grandes conferências no campo da saúde pública, ambas ligadas, de alguma maneira, à questão alimentar: a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em março, no Distrito Federal e a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (I CNA&N) (BRASIL, 1986; PINHEIRO, 2009).

Em 1992, o Brasil se tornou signatário do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)¹⁶ marcando um forte movimento de reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (BRASIL, 1992; BURITY et al., 2010; CERVATO-MANCUSO et al., 2015).

Ainda na década de 1990 ocorreu a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), fruto do Movimento da Reforma Sanitária, o que contribuiu para que a saúde passasse a ser considerada como direito universal a partir da

¹⁵ O INAN foi o responsável pela elaboração do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN I e II). As duas versões do PRONAN contemplavam os seguintes eixos: alimentação do trabalhador; suplementação alimentar; combate a carências nutricionais específicas; capacitação de recursos humanos e realização de pesquisa.

¹⁶ Decreto de adesão ao PIDESC disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em jan 2018.

descentralização, integralidade das ações e participação popular, trazendo um novo olhar para a saúde no país (BRASIL, 1990).

Contraditoriamente, quanto mais o país avançava em termos democráticos, mais se caminhava para a implantação de ideias neoliberais de reforma do Estado.

Este processo das reformas neoliberais se intensificou durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), com a política de redução da intervenção do Estado, em especial em relação às políticas sociais, permitindo maior autonomia ao mercado, numa intermediação imperceptível das relações Estado-sociedade, resultando no “esvaziamento e/ou extinção dos programas de alimentação e nutrição” (PINHEIRO, 2009, p.86).

Este cenário neoliberal teve como desdobramento o desmantelamento das instituições públicas e dos programas sociais, além da extinção de órgãos públicos (VASCONCELOS, 2005; PINHEIRO e CARVALHO, 2010). No entanto, a ascensão do movimento da SAN no mundo corroborou com o debate nacional em torno do DHAA e da institucionalização política, conforme abordado adiante.

No início da década de 1990, o conceito de SAN passou a vincular-se à realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), criado em 1993, extinto em 1995 e reativado em 2003, foi fundamental para que o país pudesse gestar proposições inovadoras, destacando-se no cenário mundial (CAISAN, 2011; CERVATO-MANCUSO et al., 2015; COSTA, 2011).

A criação do I CONSEA, liderado pelo Movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, ocorreu num período de transição presidencial, período este que compreendeu o impeachment do então Presidente da República, Fernando Collor, em dezembro de 1992 e sua substituição pelo vice-presidente, Itamar Franco, que se manteve no cargo até o final do mandato presidencial, em janeiro de 1995.

O enfoque inovador do referido movimento, que era liderado por Herbert de Souza, foi uma tentativa de integração de duas frentes populares: a participação e o controle social na afirmação dos direitos e políticas públicas.

Com a finalidade de garantir uma agenda para os movimentos sociais e demandas emergentes, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1991, por meio de um “governo paralelo”, em contraposição ao governo da época de Fernando Henrique Cardoso (FHC), organizou uma agenda temática, juntamente com a Ação da Cidadania. A SAN, dentro de num conceito ampliado, foi a pauta de um documento técnico intitulado de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Abaixo estão mencionados os principais aspectos deste documento que fez a SAN ganhar novo significado no país (PINHEIRO, 2009):

- assumir a SAN como objetivo estratégico de governo;
- nuclear as políticas de produção agroalimentar (agrária, agrícola e agroindustrial), de comercialização, distribuição e consumo de alimentos em perspectiva de descentralização e diferenciação regional;
- compor ações emergenciais e estruturantes de combate à fome;
- incluir ações governamentais de controle de qualidade dos alimentos com estímulo às práticas alimentares saudáveis;
- propor a coordenação da política de SAN por um Conselho Nacional

A extinção do CONSEA pelo governo FHC, em 1995, resultou na criação do “Programa Comunidade Solidária”¹⁷, coordenado pela então primeira dama, Ruth Cardoso, lançando aos ativistas sociais da SAN novos desafios na área (PINHEIRO e CARVALHO, 2010), pois, para este grupo, não era possível aceitar a substituição de um conselho por um programa governamental que atuava em diversas frentes e não tinha a SAN como tema principal.

O programa supracitado focalizava, prioritariamente, ações de combate à pobreza nos municípios, no entanto, de acordo com seus críticos, apesar de articular estratégias do governo federal com ações da sociedade civil e com as demais esferas governamentais (estadual e municipal) carregava um caráter

¹⁷ Entre as áreas prioritárias do “Comunidade Solidária”, destacavam-se: redução da mortalidade infantil; alimentação; apoio ao ensino fundamental; desenvolvimento urbano; geração de emprego e renda e qualificação profissional, deixando claro que a SAN não era o tema central do programa.

neoliberal, pois transferia responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil (PINHEIRO, 2009; CAMPOS, 2009).

A institucionalidade do “Comunidade Solidária” foi uma das primeiras experiências de constituição de rede de parceiros envolvendo diferentes setores, níveis de governo e entidades da sociedade civil, aproximando-se da configuração do atual “Terceiro Setor” (PINHEIRO, 2009).

A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 1994, teve papel fundamental para a construção da PNAN, sendo alguns de seus eixos, incorporados nas diretrizes da política, dentre os quais, destacam-se: produção e acesso a uma alimentação de qualidade; necessidade de programas de alimentação e nutrição para grupos populacionais nutricionalmente vulneráveis; controle de qualidade dos alimentos; promoção de hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis (PINHEIRO e CARVALHO, 2010).

O FBSAN, composto por organizações, movimentos e organizações não-governamentais (ONGs) foi criado após o processo de mobilização da Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em 1996, na cidade de Roma (BURITY et al., 2010).

Em toda a sua trajetória, este fórum articulou-se em redes mundiais relacionadas ao tema da SAN envolvendo a sociedade civil, promovendo ações conjuntas com governos e organizações intergovernamentais. Entre seus principais objetivos e ações estão (PINHEIRO, 2009, p.115):

- a) Mobilizar a sociedade civil em torno do tema da SAN e colaborar para a formação de uma opinião pública favorável a esta perspectiva;
- b) Fomentar a elaboração de propostas de políticas e ações públicas nacionais e internacionais em SAN e Direito Humano à Alimentação. Inserir a SAN na agenda política nacional, estadual e municipal e colaborar para o debate internacional sobre o tema;
- c) Estimular o desenvolvimento de ações locais/municipais de promoção da SAN;
- d) Colaborar para a capacitação dos atores sociais visando aperfeiçoar a participação efetiva da sociedade civil nos distintos espaços da gestão social;

- e) Denunciar e monitorar as respostas governamentais quanto às violações ao direito à alimentação.

Em julho de 1997, apesar da forte mobilização técnica, científica e política em prol da área da alimentação e nutrição, ocorreu a extinção do INAN e as responsabilidades do instituto foram assumidas pela Área Técnica de Alimentação e Nutrição, criada no Ministério da Saúde, permanecendo com um quadro de profissionais reduzido e sem clara atribuição institucional. Apesar da deficiência da área, era este o local dentro da repartição pública em que se mantinha viva a discussão sobre alimentação e nutrição, sob a ótica da SAN (PINHEIRO e CARVALHO, 2010).

A partir de 1998, o movimento Ação da Cidadania, já mais próximo da temática da SAN, contribuiu com a implantação de políticas específicas nesta área, articulando representantes de organizações e movimentos sociais, militantes, pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa em todo o país, com o intuito de criar o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) com objetivo de fortalecer a sociedade civil organizada frente às ações do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e manter a SAN na agenda política brasileira (CAMPOS, 2009).

Nesta contextualização histórica da SAN, no âmbito das políticas públicas voltadas à alimentação e nutrição, o ano de 1999 destacou-se pela aprovação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)¹⁸ integrando os esforços do Estado Brasileiro por meio de um conjunto de políticas públicas, propondo-se a respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação (BRASIL, PNAN, 2013; PINHEIRO e CARVALHO, 2010).

Em 2002 foi criada a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) com a missão central de contribuir com a internalização do DHAA no Brasil (SILVA, 2014).

¹⁸ A PNAN visa melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis. Suas diretrizes abrangem o escopo da atenção nutricional no SUS com foco na vigilância, promoção, prevenção e cuidado integral de agravos relacionados à alimentação e nutrição; atividades essas integradas às demais ações de saúde nas redes de atenção, tendo a atenção básica de saúde como ordenadora das ações (Brasil, PNAN, 2013).

Entre os registros que marcam a trajetória da SAN no país, o lançamento do Programa Fome Zero, em 2003, pelo então Presidente Lula, vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), contribuiu para impulsionar esta agenda pública, pois foi idealizado para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso alimentar (BRASIL, 2010b; COSTA, 2011; PINHEIRO e CARVALHO, 2010).

Em 2003 é instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que trata da compra direta da agricultura familiar por meio da Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003).

O ano de 2004 foi marcado pelo reconhecimento do DHAA como paradigma para o enfrentamento da fome e da pobreza. Inicia-se, neste período, o processo de redesenho das políticas públicas voltadas ao combate à fome, tendo como destaque o lançamento do Programa Bolsa Família (SILVA, 2014)

Ainda em 2004, ocorre a reativação oficial do CONSEA, durante a II CN de SAN, ocorrida em Olinda, PE, onde reuniram-se delegados eleitos em conferências municipais e estaduais, estabelecendo uma nova relação entre Sociedade Civil e Poder Público (CONSEA, 2004; CAISAN, 2011; CAMPOS, 2009).

Damos destaque ao conjunto de propostas aprovadas na II CN de SAN que reafirma os seguintes princípios (COSTA, 2011, p.118):

- adotar a ótica do DHAA, colocando a SAN como objetivo estratégico e permanente associado à soberania alimentar;
- assegurar o acesso universal e permanente a alimentos de qualidade, prioritariamente, por meio da geração de trabalho e renda e contemplando ações educativas;
- buscar a transversalidade das ações, por intermédio de planos articulados intersetorialmente e com participação social;
- respeitar a equidade étnica e de gênero, como reconhecimento da diversidade e valorização das culturas alimentares;
- promover a agricultura familiar baseada na agroecologia, em conexão com o uso sustentável dos recursos naturais e com a proteção do meio ambiente;
- reconhecer a água potável como alimento essencial e patrimônio público.

O decreto referente à constituição do II CONSEA previu, no momento de sua reativação, que a presidência fosse assumida por representante da sociedade civil, sendo este designado pelo Presidente da República e secretariado pelo Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, além de convidados permanentes, na condição de observadores, representantes dos seguintes órgãos e entidades: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; Assessoria Especial do Presidente da República; Comissão Intersectorial de Alimentação e Nutrição; UNICEF; FAO; Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (PINHEIRO, 2009).

Em 2006, foi sancionada, pelo Presidente da República, Lula, a LOSAN nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, criando o SISAN com vistas a assegurar o DHAA e dando outras providências, tendo como base e vetor a realização deste direito, que, em 2010, foi expresso na Constituição Federal (BRASIL, 2006).

Ressalta-se que a LOSAN só foi viabilizada graças à participação social; militância dos movimentos em prol da SAN, reativação do CONSEA e a existência de conselhos congêneres, em alguns estados e municípios.

Os princípios e diretrizes da LOSAN necessitavam ser aprovados dentro de um debate aprofundado envolvendo representantes da sociedade civil organizada e do estado, nas três esferas governamentais (municipal, estadual e federal). Isto ocorreu no âmbito dos conselhos de SAN e das conferências nacionais, de modo a preservar sua legitimidade e a viabilidade institucional, tão necessária para a efetivação do SISAN, seja na adesão, implementação e/ou eficácia (PINHEIRO, 2009).

A III CN de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em julho de 2007, foi marcada pela institucionalização do SISAN. Esse sistema, que foi o eixo central dos debates da conferência, foi estruturado com base nas premissas equidade, diversidade, sustentabilidade, soberania alimentar, direito humano à alimentação adequada, participação e controle social, descentralização e intersetorialidade (PINHEIRO e CARVALHO, 2010).

Em 2009, ocorreu a aprovação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, destinando 30% dos recursos federais do programa para aquisições locais da agricultura familiar (BRASIL, 2009).

Em 25 de agosto de 2010 foi assinado, pelo Presidente Lula, o Decreto 7.272 estabelecendo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), regulamentando, também, a LOSAN.

O Decreto 7.272 apresenta os objetivos e as diretrizes da PNSAN, dispõe sobre sua gestão, financiamento, avaliação e controle social na busca de assegurar o DHAA, além de definir parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de SAN, estabelecendo condições para o aperfeiçoamento da gestão intersetorial e a descentralização do SISAN (BRASIL, 2010).

A PNSAN se legitimou como um pacto de consenso entre atores e instituições, obtendo avanços na superação da visão assistencialista e promovendo políticas públicas que levaram o país a avançar no combate à fome (PINHEIRO, 2009).

De acordo com COSTA (2011), o marco regulatório da SAN fortaleceu o processo de institucionalização e integração das políticas públicas de SAN, a partir da definição de orientações necessárias para a descentralização do SISAN e da adesão formal dos estados e municípios ao sistema.

O DHAA, previsto entre os direitos sociais e constante em vários instrumentos legais vigentes no Estado Brasileiro, passou a ser expresso na Emenda Constitucional nº 64 de 4 de fevereiro de 2010¹⁹. Ressalta-se que as três conferências nacionais de SAN, realizadas anteriormente, tiveram importante papel na legitimação deste direito.

Anteriormente, o DHAA já estava implícito em outros dispositivos constitucionais tais como o direito à saúde, ao salário mínimo, à assistência social, à educação, à alimentação escolar, à reforma agrária, à não discriminação e o direito à vida, dentre outros.

¹⁹ ¹⁹ Emenda Constitucional nº 64 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em jan 2018.

Em 2011, foi elaborada a nova Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a qual estabelece nove diretrizes que abrangem o escopo da atenção nutricional no SUS e busca a garantia da SAN para a população brasileira (CERVATO-MANCUSO et al., 2015).

A nova edição da PNAN aponta para os desafios existentes na implantação de ações de alimentação e nutrição na área da saúde, mas também demonstra que a política é a interlocutora da SAN na saúde, conforme evidencia RECINE e VASCONCELLOS (2011, p. 77) a seguir:

Apesar de ser formulada em uma época de fortalecimento dos argumentos por um “estado mínimo”, valorizou a intersetorialidade, contextualizou-se como elemento de contribuição da SAN e adotou o Direito Humano à Alimentação Adequada como princípio.

Para as autoras citadas é de suma importância “a qualificação das ações de alimentação e nutrição no SUS de modo que a área da saúde seja corresponsável na promoção da SAN no país.

O ano de 2012 destacou-se pela criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) para ampliar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar camponesa e de povos e comunidades tradicionais de forma adequada e sustentável (CERVATO-MANCUSO et al., 2015).

Em 2014, o Brasil comemorou sua saída do Mapa da Fome da FAO, contribuindo para alcançar um dos oito ODM que tinha como prazo estipulado, pelas Nações Unidas, o ano de 2015 (SANTOS, 2016).

Os ODM, surgidos em 2000, proporcionaram diversos avanços em termos de melhoria das condições de vida da população global e também no Brasil. O Mapa da Fome inclui todos os países que possuíam 5% ou mais de sua população em condições inferiores aos parâmetros nutricionais mínimos definidos pela FAO (SANTOS, 2016).

A exclusão do Brasil do Mapa da Fome ocorreu devido à execução de diversos programas²⁰ articulados entre políticas de crescimento econômico, elevação da renda da população mais pobre e o aumento da oferta de alimentos

A construção do primeiro PLANSAN 2012-2015 contou com uma revisão sobre o período recente da história da SAN, sendo apresentados os elementos necessários para sua contextualização, bem como a identificação de questões chave que pautaram o desenvolvimento da política aplicada até o momento de sua elaboração, ressaltando progressos ocorridos, contradições, fragilidades e limites, sendo organizado em sete dimensões de análise determinadas pelo Decreto nº 7.272: (i) a produção de alimentos; (ii) a disponibilidade de alimentos; (iii) a renda e condições de vida; (iv) o acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo a água; (v) a saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; (vi) a educação e (vii) os programas e ações relacionadas à SAN (CAISAN, 2011).

O PLANSAN 2012-2015 foi elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), sendo fruto de um processo de consulta ao CONSEA e aprovação do Pleno Ministerial. A CAISAN, composta à época por 19 ministérios, integrava dezenas de ações do conjunto desses órgãos voltadas para a produção e fortalecimento da agricultura familiar, abastecimento alimentar e promoção da alimentação saudável e adequada. Além de seu caráter intersetorial, este plano teve embasamento nas metas e objetivos do novo Plano Plurianual (PPA) do mesmo período e consolidou-se como instrumento de monitoramento das metas para o conjunto de ações voltadas à SAN. Sua elaboração foi uma das etapas de consolidação do SISAN, sob a qual os esforços das esferas federal, estadual e municipal, pactuados com a sociedade civil, constituíram-se como parte orgânica do sistema de proteção social do país (CAISAN, 2011).

²⁰ Saída do Brasil do Mapa da Fome foi atribuído à diversas ações, tais como: i) implementação de estratégias e programas como os Programas Fome Zero e Bolsa Família; ii) ampliação do acesso a serviços públicos em áreas como saúde, educação e moradia; iii) políticas que estimularam a geração de empregos, trabalho e renda; iv) Política de Valorização do Salário Mínimo; v) fomento à agricultura familiar e à produção agrícola, com destaque ao pequeno agricultor; vi) Programa de Aquisição de Alimentos; vii) ampliação e aperfeiçoamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Santos, 2016).

O PLANSAN 2012-2015 tornou-se parte integrante do SISAN e fundamentou-se em princípios democráticos e participativos, sendo um dos principais expoentes para a concretização da PNSAN no país, apesar dos desafios que envolvem a intersectorialidade na esfera governamental e a participação social de modo geral.

Atualmente, o país encontra-se na 2ª edição do Plano Nacional de SAN, o PLANSAN 2016-2019, que derivou de melhoramentos do primeiro, sobretudo na capacidade de monitorar vulnerabilidades específicas em termos de insegurança alimentar e nutricional e acompanhar agendas transversais: mulheres, juventude, indígenas, quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais, população negra, entre outros.

O 2º PLANSAN, aprovado em maio de 2016, é composto por 9 desafios, 121 metas e 99 ações relacionadas. Os desafios referem-se a uma dimensão mais estratégica do Plano, expressando de forma direta quais os desafios que precisam ser enfrentados no campo da SAN. As metas referem-se a um resultado final a ser alcançado nos próximos quatro anos, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa. As ações relacionadas referem-se aos meios necessários para o alcance das metas. O PLANSAN 2016-2019 impõe os seguintes desafios (CAISAN, 2016):

- 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- 2 - Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural;
- 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica;
- 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável;
- 5 – Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias;

- 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação;
- 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural;
- 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social;
- 9 - Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.

No Estado de São Paulo, de todos os movimentos sociais, o da “Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida” foi o que mais se destacou envolvendo, de forma articulada, diferentes atores sociais: militantes, lideranças sindicais, políticos; representantes de organizações de classe, da Igreja; estudiosos de universidades, que vinham se reunindo desde 1989 (CAMPOS, 2009).

Em 1993, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou dados sobre “O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar” apontando que 32 milhões de pessoas viviam em situação de miséria, recebendo menos de um dólar por dia (IPEA, 1993).

Os resultados da pesquisa contribuíram para que o CONSEA e a Ação da Cidadania definissem estratégias de ação para reverter tal situação, pois neste momento, trazia-se à tona a situação da indigência do Estado de São Paulo, considerando o tamanho das cidades paulistas e o reagrupamento dos municípios, em decorrência da divisão político-administrativa do governo estadual (CAMPOS, 2009).

Ao final de 1994, foi criado o Fórum Nacional da Ação da Cidadania, considerado por BURLANDY (2011, p.65) como “um espaço autônomo e plural, sem nenhum tipo de coordenação de caráter decisório, que já apontava para uma organização política em formato de rede, descentralizada, com múltiplos nodos de referência”.

Antes mesmo da institucionalização do Fórum Paulista das ONGs, seus representantes com apoio de outras ONGs e movimentos sociais, ligados à Ação

da Cidadania, publicaram um documento denominado “A gente não quer só comida” com a finalidade de contribuir com a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada em 1994, elencando os seguintes temas como prioritários: modelo de desenvolvimento no país; distribuição da terra e da renda; defesa dos direitos trabalhistas e sociais; democratização do Estado (BURLANDY e MATTOS, 2012).

A I Conferência Estadual de SAN (I CE) também ocorreu em 1994, na cidade de São Paulo e contou com a participação do Poder Público e da Sociedade Civil, representando vinte e três municípios, além de órgãos ligados ao Governo do Estado de São Paulo e da FAO.

Em 1995, face à complexidade da situação e das diferentes formas de mobilização social, entidades e pessoas, articuladas pela campanha da Ação da Cidadania, se apropriaram dos mecanismos de participação social, traçando sua própria historicidade, marcada por diferentes organizações e movimentos sociais ligados à Igreja Católica, movimento negro, sem-terra, moradia e sindical para discutir e agir em prol de uma sociedade ética, equânime para o direito à alimentação (CAMPOS, 2009).

Empresas públicas e estatais, representada por seus funcionários, também se mobilizaram (arrecadação de alimentos, brinquedos e roupas para serem distribuídos em entidades assistenciais); outros agentes articuladores, representando entidades públicas e privadas atuaram como apoiadores e facilitadores contribuindo com ideias e ações (CAMPOS, 2009).

O Fórum Paulista de Organizações Não Governamentais, formado por entidades como: Associação em Defesa da Moradia, Água e Vida, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Rede Mulher, Instituto Pólis, configurou-se como um espaço aberto de intercâmbio e cooperação entre entidades não governamentais que atuavam no Estado de São Paulo. Este fórum teve a função de assessorar a campanha com fornecimento de subsídios e orientações políticas, além do apoio dado à Secretaria Estadual da Ação da Cidadania (CAMPOS, 2009).

Em 1996, após a extinção do CONSEA pelo governo FHC, o comitê da Ação da Cidadania em São Paulo apresentou um manifesto no editorial do “Jornal *Fome de Quê?*”, em outubro de 1996, manifestando suas inquietações

frente às práticas desenvolvidas no âmbito do referido programa (CAMPOS, 2009):

“Como continuar a construir uma sociedade mais solidária e ética se o governo não respeita as aspirações e conquistas anteriores do povo? Como enfrentar a fome e a miséria sem uma efetiva participação do Poder Público? Dá para gerar emprego e renda e democratizar a terra com o maior agente político da sociedade, o governo, atuando numa outra perspectiva: focal, assistencialista e clientelista? Como fazer tudo isto sem correr o risco de ser cooptado por um projeto que não é o nosso? ”

Entre os anos de 1995 e 1997, mais desafios se apresentaram aos ativistas que lutavam em defesa de uma sociedade mais digna. O Fórum Nacional da Ação da Cidadania teve seus recursos limitados devido à crise vivenciada pelas entidades e comitês que o compunham, o que levou a uma desmobilização de seus representantes. Em agosto de 1996, o fórum deixou de realizar as reuniões, corroborando para um “refluxo da participação social”, iniciado pela perda de poder político e visibilidade midiática por parte das lideranças do movimento em nível nacional e local (CAMPOS, 2009).

Em 1997, a desativação do CONSEA e a implantação do Programa Comunidade Solidária, criado pelo governo FHC, contribuiu ainda mais para a desmobilização dos comitês, impactando negativamente as ações empreendidas por estes grupos nos estados, inclusive em São Paulo (CAMPOS, 2009).

A partir de 1998, o movimento “Ação da Cidadania”, já mais próximo de temas relacionados à SAN, e a criação do FBSAN contribuíram para o fortalecimento da sociedade civil organizada frente às ações do governo FHC, mantendo a SAN na agenda da política brasileira (CAMPOS, 2009).

Em 2003, foi instituído o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, o CONSEA Estadual, por meio do Decreto nº 47.763 de 11 de abril de 2003. Este é um órgão colegiado de caráter consultivo e de assessoramento imediato ao Governador do Estado, com o objetivo de propor as diretrizes gerais da política estadual de SAN.

Em maio de 2003, o CONSEA Estadual sofreu uma pequena alteração em sua composição e um ano mais tarde, passou a ser denominado Conselho

Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, passando a ser abreviado como CONSEA/SP.

A partir de abril de 2008, o Governo do Estado de São Paulo reorganizou e transferiu o CONSEA/SP para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento por meio do Decreto nº 59.146 de 30 de abril de 2013.

O CONSEA/SP²¹ é formado por 36 conselheiros, sendo 12 membros do Poder Público estadual, e 24 membros da Sociedade Civil, dentre eles 16 membros são representantes das CRSANS – Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e 8 membros de entidades com contribuição na área de segurança alimentar, além de convidados permanentes representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil conforme Art. 5º - Decreto 59.146/2013.

De acordo com informações obtidas no *site* do conselho, compete ao CONSEA/SP:

- Acompanhar as ações do governo estadual na área de segurança alimentar;
- Propor diretrizes para a política e plano estadual de segurança alimentar;
- Promover e coordenar campanhas de conscientização da opinião pública;
- Instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional no âmbito do Estado de São Paulo e dos municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
- Fomentar a criação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Entre outras.

Em fevereiro de 2007 foi realizada na cidade de São Paulo, a III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional²² cujo tema foi a “Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada por meio da Política Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável”.

²¹ CONSEA/SP disponível em: <http://www.consea.sp.gov.br/o-consea>. Acesso em jan 2018.

A IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional também realizada na cidade de São Paulo, ocorreu em maio de 2011.

Em setembro de 2015, na cidade Marília/SP, foi realizada a 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo - CESAN/SP sob o lema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”.

No *site* oficial do CONSEA/SP não estavam disponíveis os Documentos Oficiais da III e IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional de São Paulo, não sendo possível obter maiores informações acerca dos eventos.

Toda a trajetória apresentada anteriormente, no contexto internacional e no nacional, demonstra como o conceito da SAN foi se transformando ao longo do período resgatado, surgindo novas vertentes e aplicações, iniciando-se desde uma perspectiva alimentar, vinculada, primordialmente, à disponibilidade de alimentos das nações até, sua vinculação, a um direito humano e às políticas sociais. E, mais recentemente, a tendência de vincular a SAN aos sistemas alimentares sustentáveis e locais com vistas ao fortalecimento da relação entre o meio rural e o urbano.

1.2. RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A SAN que interliga diversas dimensões, dentre as quais destacamos alimentação, saúde, meio ambiente, economia, cultura, está sendo estudada em diversos centros de pesquisas e universidades pelo mundo.

Este tema tem sido incorporado gradativamente pela área da saúde, como no caso de documentos que mencionam explicitamente a temática: a) Política Nacional de Promoção da Saúde; b) Política Nacional de Alimentação e Nutrição; c) Estratégia Global da Organização Mundial da Saúde; d) Guia Alimentar para a População Brasileira; e) Documentos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros.

O crescente interesse pela temática, concede à SAN uma posição de destaque entre os temas de relevância para o país por trazer significativas contribuições para a saúde, para a qualidade de vida e para o bem-estar das populações, no médio e longo prazo, contribuindo para avanços de todas as ordens, no contexto nacional e internacional.

Destaca-se, no entanto, que ainda são escassos no país, espaços para se debater a SAN em todas as suas vertentes.

Os financiamentos para realização de pesquisas científicas também são limitados, conforme atesta o Relatório Final de Pesquisa em SAN, elaborado durante um seminário realizado em Brasília/DF, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 2012.

“O processo de interação entre pesquisadores de universidades e centros de pesquisa, agências financiadoras e gestores públicos, que assumem o compromisso do diálogo sobre conteúdos e desafios, acenou para a perspectiva de novos caminhos e apoios para a pesquisa, enfatizando a ótica integradora constitutiva das várias dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional”.

O referido seminário, cujo foco foi a produção do conhecimento acadêmico em torno da SAN, teve o propósito de reafirmar os valores e princípios da temática, destacando o respeito à cultura alimentar, o direito à informação e a abordagem que dialoga com o conhecimento popular, o envolvimento comunitário, entre outros.

O caráter interdisciplinar e intersetorial da SAN envolve um conjunto complexo e diversificado de áreas do conhecimento, abrangendo estudos sobre as condições alimentares e nutricionais das populações; sistemas agroalimentares e ambientais; relação entre produção e abastecimento, consumo, culturas e tradições alimentares; avaliações sobre ações, programas e políticas públicas; análise de processos que promovam ou ameacem a soberania alimentar e a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), evidenciando que este é um campo temático que deve ser analisado sob uma ótica integradora multi, inter e transdisciplinar.

No âmbito deste estudo, acredita-se que a compreensão do processo de elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de uma das maiores cidades do país, São Paulo, pode contribuir para avanços no campo das políticas públicas, resultando na absorção mais rápida de práticas emergidas da participação comunitária, da atuação local e intersetorial do Poder Público e das

parcerias provenientes das universidades e outras organizações da Sociedade Civil organizada, servindo, inclusive, de modelo para outros municípios no Brasil e no mundo.

O processo de elaboração do PLAMSAN envolveu um período de diálogo, sensibilização, mobilização com vistas à participação do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, ressaltando a importância da elaboração participativa do plano, bem como o importante papel das secretarias municipais e demais envolvidos na efetivação de ações intersetoriais e descentralizadas ao longo do processo.

Na dimensão micro, diversas experiências locais têm sido concretizadas em todo o país, com é o caso da REDE SANS-BT. Estes coletivos de atores sociais, a partir da formação de uma rede, buscam melhorar, amenizar situações complexas e, sobretudo, somar suas ações locais ao contexto global.

Alguns questionamentos sobre a existência das redes surgiram no início da pesquisa, tais como: O que é uma rede? Quem participa? De que forma participa? Como é constituída? Quais os resultados esperados quando sujeitos de diferentes áreas se unem para formar uma rede com o propósito de defender, fortalecer, promover determinado tema de interesse?.

As respostas destes e outros questionamentos foram sendo revelados ao longo da pesquisa. Em diversos momentos, a pesquisadora teve que ultrapassar as fronteiras do campo teórico durante a realização da observação participante.

Boaventura de Sousa Santos destaca, em seu livro “Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social”, a necessidade de tornar o que está ausente em presente, de modo que as experiências que já existem, mas são ou estão invisíveis e incrédulas, tornem-se disponíveis e crédulas, transformando o objeto ausente em objeto presente. O autor defende que na modernidade ocidental é possível encontrar embriões, isto é, sementes de coisas novas (SOUSA SANTOS, 2006).

Neste sentido, destacamos a importância de se investigar iniciativas localizadas em determinados territórios, como é o caso das redes locais que debatem temas relacionados à SAN, distribuída pelo Brasil e pelo mundo, reconhecendo-as como protagonistas de ações positivas e agregadoras de processos mais amplos, como é o caso da REDE SANS-BT e sua relação como o processo de elaboração do PLAMSAN.

De modo geral, a militância na área da SAN vêm transformando a realidade de muitos cidadãos que, aos poucos, estão se apropriando do tema e reconhecendo a importância da temática para suas vidas.

Sobre os decisores políticos e gestores públicos, ou, os políticos em geral, cabe aqui alguns questionamentos para reflexão: Os representantes do povo já se apropriaram da temática da SAN?; Já reconhecem a importância da SAN para a vida e para a saúde das populações do país? Colocam a devida atenção ao cenário de insegurança alimentar e nutricional que ainda persiste em muitas regiões do país?.

Tais questionamentos sinalizam para a necessidade de se investigar processos relacionados à elaboração de políticas públicas (caminhos percorridos, desafios enfrentados e superados), em especial, em que se dá a junção de esforços por parte de representantes governamentais e da sociedade civil, revelando como os objetivos foram alcançados e quais resultados emergiram desta parceria.

Sendo São Paulo uma cidade signatária do Pacto de Milão, acreditamos que as estratégias utilizadas para elaboração do 1º Plano Municipal de SAN e a implementação do próprio plano vão ao encontro dos esforços, atuais e futuros, previstos na Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030, reafirmados na Declaração de Valência (MILAN URBAN FOOD POLICY PACT, 2017), quais sejam:

- Erradicar a pobreza e promover a prosperidade em um mundo em mudança;
- Avançar para sociedades sustentáveis e resilientes;
- Capacitar as pessoas, garantir a inclusão e a igualdade;
- Sensibilizar e promover estudos sobre essas questões

Estes esforços, constantes na Declaração de Valência, estão em andamento em muitas cidades através de um quadro baseado em direitos e um alto grau de inclusão social, mesmo em condições adversas de volatilidade econômica, crises e conflitos prolongados, aumento das migrações e impactos das mudanças climáticas.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de elaboração do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo sob a perspectiva das políticas promotoras de saúde focalizando as dimensões da intersetorialidade e da participação social e a influência da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã (REDE SANS-BT), na elaboração desta política.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.2.1. Identificar os fatores relacionados à elaboração do PLAMSAN mais importantes para compor o modelo lógico do processo;

2.2.2. Identificar quem foram os atores sociais, indivíduos e coletivos, comprometidos com a elaboração do PLAMSAN e qual o papel desempenhado por estes no processo;

2.2.3. Analisar como ocorreu o processo participativo e intersetorial da elaboração do PLAMSAN e a influência da REDE SANS-BT na elaboração deste plano.

3. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

“caminante, no hay camino, se hace camino al andar...”
Antonio Machado

3.1. OBJETO DE ESTUDO E JUSTIFICATIVA

Este estudo foi realizado com foco em duas dimensões: uma dimensão macro, cujo cenário de estudo foi São Paulo devido ao movimento de SAN que, nas últimas décadas, vem atuando em prol da temática na cidade, contribuindo para avanços na seara das políticas públicas, em especial, com a efetivação do objeto de estudo desta pesquisa, o 1º PLAMSAN.

E, uma dimensão micro, abrangendo um cenário mais local, a região do Butantã devido à existência de uma rede de articulação de SAN, a REDE SANS-BT que, por meio de seus participantes, tem contribuído para o fortalecimento da SAN, no nível local, mas também no município como um todo, inclusive no tocante à elaboração do 1º PLAMSAN.

Recentemente, São Paulo teve alguns avanços em termos de políticas públicas na área de SAN, como a adesão ao SISAN, por meio do Decreto 55.867 de 23 de janeiro de 2015 em que se confere nova regulamentação ao COMUSAN-SP, dispondo sobre sua competência, composição e funcionamento no âmbito do sistema e com a criação da CAISAN Municipal por meio do Decreto 55.868 de 23 de janeiro de 2015.

O ano de 2015 destacou-se principalmente pela realização das conferências municipais, estaduais e nacional. O ano de 2016 foi marcado pelo lançamento do 1º PLAMSAN, considerado uma conquista para a população da cidade de São Paulo.

O 1º PLAMSAN, com vigência de 2016 a 2020, foi lançado em junho de 2016, pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN) em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

Este PLAMSAN dá providências e detalha como a Política Municipal de SAN, instituída por meio do decreto 57.007/2016 será colocada em prática com destaque para: fontes orçamentárias, implementação, monitoramento e avaliação das ações envolvendo SAN (PMSP, 2016b).

Este plano é fundamental para a efetivação da Política Municipal de SAN, com desdobramentos positivos para o Estado de São Paulo e para todo o país. Todo o processo foi conduzido pelos componentes municipais do SISAN, a saber: a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CMSAN); o COMUSAN e a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-Municipal). Recentemente, a CAISAN Municipal lançou a Resolução nº 2 de 4 de outubro de 2016, que instituiu o Comitê Técnico de Monitoramento do PLAMSAN 2016/2020 (PMSP, 2016a).

O PLAMSAN é resultado de um rico processo de pactuação intersetorial, no qual várias secretarias municipais foram envolvidas, contando, também, com ampla participação social.

O diagrama da estrutura do SISAN (Figura 1) apresenta as três esferas governamentais que compõem o sistema.

Estrutura do SISAN

Figura 1: *Estrutura do SISAN*

Fonte: MALUF e REIS, 2013

A escolha por realizar esta pesquisa deu-se, primeiramente, por uma demanda externa de membros do COMUSAN que justificavam, na época da elaboração do projeto de pesquisa, a necessidade de um acompanhamento sobre o processo de elaboração do 1º plano municipal de São Paulo que deveria se dar de forma participativa e intersetorial.

Dentre as justificativas desta solicitação, estavam aquelas relacionadas às características da cidade: extensão territorial; estratégia descentralizada de mobilização popular de modo a alcançar o máximo de pessoas para contribuir com a elaboração do plano; estratégia de sensibilização junto aos gestores públicos por terem pouco conhecimento sobre a temática, além do fato de ser o

primeiro plano de SAN de uma metrópole como São Paulo e, desta forma, contribuir com o compartilhamento da experiência com outras metrópoles semelhantes.

A operacionalização da intersetorialidade e da participação social na implementação da PNSAN e do SISAN estão entre os principais desafios colocados pelos gestores públicos e militantes da SAN. Assim, acredita-se que a efetivação desta pesquisa venha a contribuir para uma maior reflexão acerca destas ações tão fragilizadas dentro da gestão pública.

Com uma abordagem complexa, a intersetorialidade envolve inevitavelmente vários setores (MOYSÉS e MOYSÉS, 2012). Já a participação social, por ser um processo desafiador, enfrenta algumas barreiras impostas pela cultura política clientelista e populista que ainda persiste no país, apesar da abertura de tantos canais no aparelho estatal (BÓGUS e WESTPHAL, 2014).

Nesta seção serão indicadas como a intersetorialidade foi colocada em prática e as estratégias de participação utilizadas durante o processo de elaboração do PLAMSAN.

3.2. CENÁRIO DA PESQUISA: A CIDADE DE SÃO PAULO

O estudo foi realizado na cidade de São Paulo, considerada o principal centro comercial e financeiro do estado, destacando-se pela expressividade de sua economia.

Para além da dimensão econômica, a cidade é também um conglomerado de pessoas em diferentes espaços, vivendo todos os tipos de realidades imagináveis ou não; com ritmos de vida urbana e periurbana que se alteram no tempo e no espaço, refletindo cada experiência individual e/ou coletiva.

Informações disponíveis no SEADE²³, mostram que em 2016, a população estimada era de 11,6 milhões de habitantes, 52,5% deste total representando as mulheres. Neste período, a distribuição etária da população paulistana mostrava 19,4% até 14 anos, 71,2% de 15 a 64 anos e 9,4% com 65 anos ou mais. A faixa de 30 a 34 anos estava entre a mais numerosa, com 1,04 milhão de pessoas. O território da cidade é de 1.521 km² e a densidade é de 7,65 mil habitantes/km².

²³ Disponível em <http://www.imp.seade.gov.br>. Acesso em set 2017.

Em 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) de São Paulo girava em torno de R\$ 570,7 bilhões, equivalente a 33,4% do PIB paulista e 10,7% do PIB brasileiro. Os segmentos do comércio e serviços representavam 86% do valor produzido na cidade; a indústria representando 14% do PIB municipal. A participação da agricultura, no entanto, é baixa, embora haja uma considerável faixa do território voltada a esta atividade, como a região de Parelheiros (ANAV, 2016).

Atualmente, São Paulo concentra 63% dos maiores grupos privados brasileiros; instituições financeiras; filiais das principais companhias de tecnologia no mundo; instituições de ensino e saúde; centros de eventos e convenções; redes hoteleiras e demais espaços ligados ao lazer e à cultura (ANAV, 2016).

A Região Metropolitana de São Paulo inclui cidades nitidamente industriais, como as que fazem parte da Região do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano), além de Guarulhos e Mogi das Cruzes-Suzano. Outras cidades são marcadas pelo segmento de serviços como Osasco, Barueri e novamente Guarulhos (devido ao Aeroporto Internacional). Além daquelas com vocação turística, como Embu das Artes, Mairiporã que, também, são consideradas cidades-dormitórios (ANAV, 2016).

A cidade acolhe atualmente pessoas de todos os cantos. Em 2016, a cidade possuía moradores nativos de 196 países diferentes (ESTADÃO, 2016), além do intenso fluxo de migração interna proveniente de praticamente todos os estados do país, com destaque para Bahia, Minas Gerais, Paraná e estados do Nordeste.

Nos últimos anos foi intensificada a chegada de imigrantes, contribuindo para a diversificação dos serviços e produtos comercializados. Diferentes culturas, hábitos, religiões, tradições incorporaram a vida do paulistano. A notória variedade gastronômica, por exemplo, rendeu a São Paulo o apelido de Cidade dos Mil Povos²⁴.

²⁴ Cidade dos Mil Povos disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Cidade-dos-mil-povos/12/6974>. Acesso em jan 2018.

Em 2016 foi instituída a Política Municipal para a População Imigrante²⁵ dispondo sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes (PMSP, 2016c).

São Paulo tem característica de cidade global devido à “sua capacidade de liderar transformações no mundo contemporâneo, marcado pela globalização e pela integração de mercados e culturas” (CONCEIÇÃO, 2016, p.97).

SASSEN (2007) afirma que a globalização contribuiu para que algumas cidades do mundo se tornassem lugares estratégicos para a reprodução do sistema econômico internacional, pois agregam sistemas complexos e dinâmicos, atendendo, total ou parcialmente, demandas originadas nos investimentos internacionais.

Estas cidades globais possuem a capacidade de lidar com um fluxo internacional de informações, mercadorias e pessoas.

Este tipo de economia de aglomeração está hoje distribuída em diversos espaços econômicos dentro de escalas geográficas: centrais de negócios, conglomerados de escritórios, espaços científicos; eficiência nos transportes; espaço para habitações (não muito grandes); centrais elétricas; distritos industriais de baixo custo; destinos turísticos; agricultura [...] Cada um destes espaços com distintas economias, que se fundam em tipos diversos de contextos geográficos, do urbano ao rural, do local ao global (SASSEN, 2007, p.12).

As cidades globais destacam-se pelo contingente populacional, eficiente sistema de transporte e qualidade de vida, desafiando as cidades que ainda sofrem com questões ligadas à desigualdade social, deficiência de infraestrutura, em especial, aquelas situadas em países em desenvolvimento, como é o caso de São Paulo (CONCEIÇÃO, 2016).

Esta classificação impõe desafios aos governos locais que, por sua vez, são provocados a elaborar e implementar políticas públicas que venham a mitigar tais contradições para melhorar as condições de vida na cidade.

²⁵Lei Municipal nº 16.478 disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=09072016L%20164780000. Acesso em jan 2018.

A partir do conceito de cidade global desenvolveu-se um *ranking*²⁶ ligado ao grau de integração de cada cidade²⁷ ao resto do mundo, além da importância e influência da cidade para o funcionamento da economia global.

Apesar da expressividade econômica de São Paulo, o contraste econômico também é um tanto expressivo, pois a realidade socioespacial paulistana é extremamente diversificada, com imensas desigualdades.

Grande parte da população está distante da notória economia paulistana, pois as populações residentes nas periferias não se beneficiam do grande movimento dos negócios da cidade, justificando a necessidade de políticas voltadas ao desenvolvimento local.

Num cenário de contraste, é visível o crescimento da pobreza, do desemprego e da precariedade urbana, assim como da violência concentrando-se, principalmente, nas periferias da cidade de São Paulo.

O mundo social está muito alterado. As realidades do trabalho precário e do desemprego prolongado convivem com uma crescente e diversificada rede de integração nos circuitos de bens culturais e simbólicos, ao mesmo tempo em que a sociedade de consumo (e a lógica do mercado) vai se estendendo por todos os cantos, atingindo regiões tradicionalmente consideradas como lugares paradigmáticos da “pobreza desvalida” (TELLES e CABANES, 2006, p.12).

Até nas regiões mais distantes da cidade, os circuitos comerciais compõem a paisagem urbana, refletindo em mudanças consideráveis como no cotidiano das famílias e na economia doméstica, nas formas de sociabilidade e redes sociais, nas práticas urbanas e seus circuitos, denominado pelos autores de “metamorfoses da questão social” (TELLES e CABANES, 2006).

Diante desta diversidade, torna-se necessário compreender todas as dimensões, processos e níveis de formalidade ou informalidade dos territórios

²⁶ Ranking completo disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/cidades-globais.htm>. Acesso em set 2017.

²⁷ As cidades de Londres e Nova Iorque estão no topo deste ranking, classificadas como alfa++. Chicago, Dubai, Hong Kong, Paris, Xangai, Singapura, Sydney e Tóquio seriam as cidades alfa+. São Paulo estaria no grupo das cidades alfa em companhia de Amsterdã, Pequim, Bruxelas, Buenos Aires, Frankfurt, Los Angeles, Madri, Cidade do México, Milão, Moscou, São Francisco, Seul, Toronto e Washington. O ranking contempla ainda as cidades Beta e Gama. Ao todo seriam aproximadamente 170 cidades globais (Conceição, 2016, p.99).

que compõem a cidade, bem como as características de sua população, de modo a encontrar as melhores soluções para o desenvolvimento local, seja em quantidade e/ou qualidade de vida, trabalho, moradia, educação, etc (SANTOS, 2016).

Outra característica de São Paulo, a ser destacada, é a existência de subprefeituras nas diversas regiões da cidade, sendo isto uma peculiaridade do governo paulistano.

Desde 2002, com a aprovação da Lei 13.399²⁸ que criou as subprefeituras em São Paulo, o governo municipal passou a ser organizado em divisões administrativas dentro do município, desempenhando algumas funções próprias da descentralização, como por exemplo, a função de receber pedidos e reclamações da população com o intuito de solucionar os problemas apontados (PMSP, 2002).

A cidade conta, atualmente, com trinta e duas subprefeituras situadas nos seguintes bairros: Aricanduva/Vila Formosa, Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Casa Verde, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó/Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Jaçanã/Tremembé, Lapa, M'Boi Mirim, Mooca, Parelheiros, Penha, Perus, Pinheiros, Pirituba/Jaraguá, Santana/Tucuruvi, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel Paulista, Sé, Vila Maria/Vila Guilherme, Vila Mariana e Vila Prudente (PMSP, 2014).

Esta experiência de São Paulo se diferencia por descentralizar a gestão nos territórios, isto é, delegar às subprefeitura um certo tipo de “poder local” dimensionado para as subprefeituras. Para GRIN (2010, p.1):

A descentralização de poder para as regiões, assentada na sua autonomia orçamentária e a definição de prioridades de investimento com a participação popular, criou um desenho político e institucional único no cenário da gestão local no Brasil. Dessa forma, se pode falar que a experiência de São Paulo buscou ampliar as formas de co-gestão (com a sociedade) e de

²⁸ Lei Municipal que trata das Subprefeituras disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/lei_13_399_1254940922.pdf. Acesso em jan 2018.

núcleos regionais de poder (com as subprefeituras) para definirem o planejamento e a execução de políticas públicas.

Para GARIBE (2004), a criação das subprefeituras representou um marco histórico no tocante à administração, contribuindo com a transformação organizativa da máquina administrativa, principalmente, sobre quatro dimensões: autonomia orçamentária e transparência; planejamento e participação popular; informações sobre o território e integração de políticas.

A descentralização na dimensão política atua na governança local e na participação da sociedade. Já na dimensão técnica tem condição de qualificar a entrega de serviços. Assim, as políticas públicas tornam-se política e técnica, coerentes com os princípios de autonomia, controle social e democracia direta, pois a “proximidade do Estado com os cidadãos demanda que a sociedade amplie e qualifique sua organização para disputar espaços e recursos” (GRIN, 2010, p.4).

A gestão descentralizada e democrática é desafiadora e, ao mesmo tempo, estratégica, pois tem a função de aproximar a população da arena pública estimulando canais de participação e controle social.

Por fim, destacamos que São Paulo é uma das seis cidades brasileiras signatárias do Pacto de Milão, juntamente com Belo Horizonte, Curitiba, Guarulhos, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Este estudo de caso, como mencionado anteriormente, analisa as duas dimensões que estiveram envolvidas no processo de elaboração do PLAMSAN: a primeira, sob uma perspectiva micro (da REDE SANS-BT); a segunda, sob uma perspectiva macro (do município São Paulo). Ao longo do trabalho são apresentados e discutidos as relações existentes entre o local e o global, bem como as duas dimensões que foram afetadas, além da atuação dos atores envolvidos no processo.

3.2.1. Cenário Local: Butantã

Etimologicamente, Butantã é uma palavra de origem tupi e possui dois significados: terra socada e muito dura e lugar de vento forte.

A região do Butantã está ligada à Subprefeitura que leva o mesmo nome e está localizada no setor sudoeste da cidade, na divisa com os municípios de Taboão da Serra e Osasco. Sua ocupação interna é bastante heterogênea,

considerando a ocupação do solo e as características da população. Sua subdivisão se dá em cinco distritos: Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno e Vila Sônia, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 2: Localização do distrito do Butantã no município de São Paulo. Fonte: Subprefeitura Butantã. Editado por RINALDI (2017).

Diferentemente do restante da cidade, observa-se que essa região é bem servida de áreas verdes. Além das praças, encontra-se uma grande presença de arborização nas calçadas e jardins da região. A subprefeitura do Butantã conta com mais de 850 mil metros quadrados de praças (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).

As instituições de destaques da região são o Instituto Butantã e a Cidade Universitária. Abaixo estão alguns dados referentes a cada distrito pertencente da região do Butantã, que foram retiradas do site da Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais.

Tabela 1 - Dados demográficos dos distritos pertencentes à Subprefeitura do Butantã, São Paulo, 2010.

Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab./km ²)
Butantã	12,5	54.196	4.336
Morumbi	11,4	46.957	4.119
Raposo Tavares	12,6	100.164	7.950
Rio Pequeno	9,7	118.459	12.212
Vila Sônia	9,9	108.441	10.954
TOTAL	56,1	428.217	7.633

Fonte: Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais – Infocidade²⁹

O CRESAN do Butantã, local onde ocorre a maioria das reuniões da REDE SANS-BT e, onde ocorreu a maioria das observações, está situado à Rua Nella Murare Rosa, 40 (altura do 14,5 km da Rodovia Raposo Tavares), conforme demonstrado na imagem a seguir:

Figura 3: Localização do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã (CRESAN-BT)

A REDE SANS-BT, local onde foi desenvolvida a observação participante, teve sua origem em 2001, quando iniciou o processo de agrupamento de participantes para discutir as questões de insegurança alimentar e nutricional da região, tendo em vista a vulnerabilidade social de parte da comunidade da região do Butantã.

²⁹Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758. Acesso em set 2017.

3.3. DELINEAMENTO DA PESQUISA: COLETA,

PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta pesquisa de caráter qualitativo e participativo, a metodologia escolhida foi o estudo de caso, sendo desenvolvida por meio da triangulação de métodos, envolvendo as seguintes técnicas: observação participante, entrevista com informante-chave e constructo de um modelo lógico.

Durante o período de coleta de dados, outras técnicas emergiram como é o caso do mapeamento e diagnóstico de ações em SAN na região do Butantã, que foi uma contrapartida da pesquisa e será melhor detalhada adiante.

A escolha pelo estudo de caso deu-se pelo fato deste método qualitativo permitir o reconhecimento dos aspectos subjetivos do ser humano e sua relação com o mundo que o cerca, trabalhando com o universo de significados, representações, crenças, valores e atitudes dos atores inseridos em determinado grupo social.

Quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos, como é o caso desta investigação que analisa um processo em desenvolvimento, a escolha pelo o estudo de caso é viável, pois torna-se possível trabalhar com questões do tipo “como” e “por que”, surgindo a necessidade de se compreender fenômenos sociais complexos que fazem parte do objeto de estudo (YIN, 2005).

A pesquisa qualitativa localiza o observador/pesquisador no mundo, na sociedade, no contexto analisado, consistindo num conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade aos fatos, aos fenômenos ocorridos por meio de uma série de representações (notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações). Dentro de uma abordagem naturalista, interpretativa, os pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais para tentar entender ou interpretar o significado dos fenômenos para as pessoas (DENZIN e LINCOLN, 2006).

A utilização de múltiplos métodos auxiliou no reconhecimento das diversos fenômenos e das parcerias presentes no processo de elaboração do PLAMSAN de São Paulo, possibilitando a identificação dos atores sociais envolvidos, bem como o papel desempenhado por estes ao longo do processo,

além da análise das barreiras e dos desafios enfrentados na construção desta política pública municipal.

A predominância das metodologias participativas ao longo da pesquisa vai ao encontro do que é proposto pela rede intitulada de *International Collaboration for Participatory Health Research (ICPHR)*.

De acordo com a ICPHR (2013) o objetivo da pesquisa participativa em saúde é desenvolver intervenções para um determinado tempo e lugar com as pessoas, dando primazia ao contexto local. É uma abordagem colaborativa que envolve equitativamente todos os parceiros no processo de pesquisa e reconhece os pontos fortes únicos que cada um traz.

Nesta perspectiva, a pesquisa participativa tem o objetivo de combinar o conhecimento com a ação e alcançar a mudança. O resultado deste tipo de intervenção é gerar evidências locais que, pode ser acumulado em determinado período, com o propósito de fortalecer a capacidade dos participantes locais na tomada de medidas efetivas em questões e políticas públicas.

De acordo com esta rede de pesquisadores “uma compreensão profunda da essência de uma situação particular pode ser obtida e comunicada a outros que possam, então, julgar a relevância das descobertas para a sua própria situação” (ICPHR, 2013, p.19).

Nesta investigação, procura-se resgatar a história do processo e explicitar as dimensões de participação e intersetorialidade envolvidas na elaboração do PLAMSAN.

A partir das técnicas metodológicas desenvolvidas, averiguaremos se o processo regeu-se pelos critérios de validade da pesquisa participativa em saúde, propostos pela ICPHR (2013, p.20) que serão conceituados as seguir:

- a) Validade Participativa: A medida em que todos os interessados podem participar ativamente no processo de pesquisa sempre que possível;
- b) Validade Intersubjetiva: A medida em que a pesquisa é vista com credibilidade e tem significado para as partes interessadas dentro de uma variedade de perspectivas;
- c) Validade Contextual: A medida em que a pesquisa se relaciona com a situação local;
- d) Validade Catalítica: A medida em que a pesquisa é útil em termos de apresentar novas possibilidades para ação social;

e) Validade Ética: A medida em que os resultados da pesquisa e as mudanças exercidas sobre as pessoas pela pesquisa são sólidos e justos;

f) Validade Empática: A medida em que a pesquisa aumentou a empatia entre os participantes.

A seguir são apresentadas as técnicas metodológicas utilizadas ao longo da pesquisa.

3.3.1. A Observação Participante

A aproximação com os atores sociais envolvidos no processo de elaboração do PLAMSAN ocorreu na região do Butantã, por meio da observação participante em atividades realizadas ao longo da pesquisa como: reuniões periódicas, seminários, cursos, oficinas pontuais realizadas pela REDE SANS-BT e, também, nas conferências de SAN e atividades correlatas, além das audiências públicas ocorridas no Estado de São Paulo.

A observação participante, interação pesquisador-pesquisado, é adequada para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e grupos por um longo período e não num único momento; implica, sobretudo, em saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos (VALLADARES, 2007).

O observador participante ou pesquisador, coleta os dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo e/ou organização que está estudando, observando as pessoas implicadas no estudo para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas (BECKER, 1994).

É de fundamental importância que a presença do pesquisador no contexto estudado seja justificada e aceita pelo grupo investigado (BECKER, 1994). Neste estudo de caso foi necessário a pesquisadora apresentar sua intenção ao grupo para que fosse aceita.

As atividades de campo foram iniciadas em maio de 2015, após a aprovação no Exame de Qualificação e parecer do Comitê de Ética, e terminaram em dezembro de 2016, após a validação dos últimos dados coletados junto aos informantes-chave.

Durante todo o período de observação participante, a pesquisadora participou das seguintes atividades:

- Reuniões mensais da REDE SANS-BT, que ocorriam todas as segundas terças-feiras de cada mês, em locais alternados, com prevalência no Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã (CRESAN-BT);

- Curso 1³⁰ “Segurança Alimentar e Nutricional e suas interfaces com a escola”, realizado em abril e maio de 2015;

- Curso 2³¹ “Segurança Alimentar e Nutricional: Temperando Saberes e Sabores”, realizado em maio de 2015;

- Oficinas realizadas no CRESAN-BT³² ligadas a eventos comemorativos (Dia Mundial da Alimentação, Dia Mundial da Saúde, Dia do Meio Ambiente);

- Reuniões da Gestão Compartilhada do CRESAN-BT³³;

- II Seminário Regional e Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;

- 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CESAN/SP);

- Atividades Livres (que precederam a 6ª Conferência Municipal de São Paulo);

- 6ª Conferência Municipal (6ª CM) de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo;

- Audiências Públicas de SAN em São Paulo

Tanto os cursos como as oficinas foram planejados pelos membros da REDE SANS-BT. Neste caso, a pesquisadora participou através da proposição de ideias para temas geradores; didática e dinâmicas; conteúdo programático; público alvo; cronograma, etc.

³⁰ O curso 1 abarcou um público diversificado e ampliado. Foram selecionados todos os interessados no tema da SAN, sendo o grupo inscrito, em sua grande maioria, formado por educadores e trabalhadores da rede municipal de ensino e pessoas da comunidade com envolvimento em atividades desenvolvidas nas escolas do Butantã.

³¹ O curso 2 teve um público mais específico, sendo direcionado para merendeiras, professores e diretores das escolas da região.

³² A alteração de sigla do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã, passando de CRSANS-BT para CRESAN-BT, ocorreu durante a transição de secretarias, do Verde e Meio Ambiente (SVMA) Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional - COSAN), no primeiro semestre de 2016, cujo o intuito foi padronizar a sigla em relação aos demais equipamentos do Estado de São Paulo. A alteração da sigla foi debatida em diversas reuniões da REDE SANS-BT e da Gestão Compartilhada do CRESAN-BT e, em muitas delas, a pesquisadora esteve presente observando o comportamento, debates, consensos e dissensos o que, posteriormente, levaria às tomadas das decisões da nova sigla. A mudança de sigla não foi unanimidade. Parte dos participantes da Sociedade Civil acreditava que a sigla original deveria prevalecer - CRSANS-BT - até pelo fato de este equipamento ter sido pioneiro na cidade de São Paulo. No entanto, a vontade dos representantes do Poder Público prevaleceu e o equipamento público recebeu a sigla padronizada - CRESAN-BT.

³³ Os encontros no CRESAN-BT ocorriam todas as terceiras terças-feiras de cada mês.

Nas Reuniões da Gestão Compartilhada do CRESAN-BT, a participação da pesquisadora ocorreu para que houvesse maior envolvimento com os frequentadores do local, no caso o CRESAN-BT que, em sua maioria, eram também os membros participantes da REDE SANS-BT.

O II Seminário Intersectorial de SAN, realizado, em 25 de novembro de 2015, no CRESAN-BT, foi planejado e sistematizado pela REDE SANS-BT e teve como público alvo representantes da Sociedade Civil organizada e do Poder Público municipal.

Figura 4 A e B: Reuniões realizadas na CRESAN-BT

As reuniões de planejamento do evento, abertas a todos os interessados, tiveram o objetivo de caracterizar os participantes como agentes importantes nos processos de formulação da pauta, organização e elaboração da metodologia de trabalho.

Desenhou-se uma estrutura organizacional do evento, contemplando temas correlatos aos eixos da SAN, escolhidos a partir da identificação de demandas e assuntos que estavam presentes em tópicos discutidos nas Conferências Regionais ou Pré-Conferências, na 6ª CM, nas Conferências Estadual e Nacional, todas realizadas no ano de 2015.

Os temas geradores foram apresentados ao público para posterior discussão nos grupos de trabalhos e apresentação final na plenária do seminário.

Foram quatros os Grupos de Trabalho (GTs): GT 1 - QUALIFICAÇÃO (atores na produção, consumo e distribuição de alimentos); GT 2 - PRODUÇÃO (alimentos próximo dos consumidores, sem agrotóxicos, que respeitem a sazonalidade e a regionalidade); GT 3 - ACESSO (alimentos de qualidade,

próximo dos consumidores, in natura ou preparados); GT 4 - DISTRIBUIÇÃO (alimentos de qualidade, próximo dos consumidores, in natura ou preparados).

Representantes do Poder Público, de diferentes áreas e estruturas administrativas, tiveram prioridade, como público alvo do seminário. No entanto, representantes da Sociedade Civil e do setor privado também foram bem vindos, com intuito de apresentarem a real necessidade e demandas da região, de modo a otimizar e potencializar ações intersetoriais no Butantã.

Desta forma, reuniram-se diferentes setores com o propósito de possibilitar a apresentação da atuação de cada área e equipamentos, bem como a relação de cada um com a SAN, viabilizando o diálogo entre estes, para que novas ações ou as já existentes passassem a ser desenvolvidas e/ou melhoradas dentro das perspectivas intra e intersetorial.

Para cada participante foi entregue, na entrada do evento, uma pasta contendo: roteiro de trabalho em grupo, conceitos importantes de SAN e a Lei Nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que trata da criação do SISAN, além de documentos que puderam ser usados para fomentar as discussões.

Participaram do seminário um total de 35 pessoas, sendo sete as áreas representadas: Educação, Saúde, Meio Ambiente, Trabalho e Empreendedorismo, Planejamento Urbano, Assistência Social, Cultura; todas com atuação local.

O seminário iniciou com uma breve contextualização sobre o momento atual da SAN no país; histórico da trajetória e formação da REDE SANS-BT e a situação de regularização do CRESAN-BT, que naquele momento ainda era gerido pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) e que estava em processo de transferência para a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, tendo em vista que as diretrizes e escopo de SAN estavam dentro desta secretaria na Gestão Municipal.

Também ocorreu a apresentação do PLANSAN2012-2015, da LOSAN, da Conferência Nacional e da Coordenadoria de SAN do município de São Paulo (COSAN), criada pelo DECRETO Nº 56.399/ 2015, além da explicação sobre a presente pesquisa, que estava sendo realizada em parceria com a REDE SANS-BT e o CRESAN-BT.

Após a abertura, na primeira parte do seminário ocorreu a apresentação do público presente: membros da REDE SANS-BT, representantes do setor

público, privado, sociedade civil e pesquisadores. Esta apresentação individual foi possível devido ao número reduzido de participantes.

Os participantes receberam uma folha com perguntas norteadoras e, para cada GT foi pré-determinado um facilitador que teve como função direcionar a discussão ao tema proposto e registrar de forma objetiva o levantamento sobre as três questões que seguem: O QUE QUEREMOS?; POR QUE QUEREMOS?; COM QUE RECURSOS?

Além do facilitador, cada GT encarregou um representante para cumprir o papel de relator, este respondeu em folha padronizada com maior detalhamento às três questões propostas.

Após as discussões em grupo, houve o momento para apresentação de cada GT. Assim, o relator de cada grupo foi responsável por expor as principais considerações suscitadas durante as discussões nos GTs.

No encerramento do seminário, os representantes de cada setor puderam pontuar sua atuação no âmbito de SAN: projetos vigentes, dificuldades e possíveis alternativas de melhoria em ações e como desenvolvê-las de forma intersetorial.

Todo o seminário foi gravado com consentimento dos participantes para posterior transcrição. Os resultados extraídos durante este evento tiveram o intuito de refletir sobre a importância da intersetorialidade a partir da visão dos atores locais.

Na 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CESAN/SP), a pesquisadora obteve autorização da comissão organizadora para participar como observadora. Os debates da CESAN/SP giraram em torno da construção da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como da Consolidação do SISAN.

Figura 5 A e B: Plenária e GT na 5ª Conferência Estadual de SAN

A 6ª CM de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, com o mesmo lema da 5ª CESAN/SP, foi realizada em junho de 2016, no Banco de Alimentos da Vila Maria. Neste dia também foi inaugurado, no mesmo local, o 2º CRESAN, além da formalização da adesão do município ao SISAN, por meio da assinatura do Termo de Adesão pelo Prefeito Fernando Haddad, passando o município a fazer parte do SISAN Nacional.

Anteriormente à 6ª CM ocorreram algumas ações descentralizadas, denominadas de Atividade Livre³⁴ (AL) de modo a divulgar e mobilizar pessoas para este evento. Dentre as ALs, a pesquisadora esteve envolvida da seguinte maneira:

- Participação na organização da AL realizada pelos membros da REDE SANS-BT, ocorrida em maio de 2015 no CRESAN-BT, cujo tema gerador foi “O Caminho do Alimento”;

- Participação na AL realizada, no mesmo período, na FSP/USP, que teve como público participante pessoas da comunidade universitária e outros interessados.

A primeira audiência pública que a pesquisadora participou ocorreu em agosto de 2016 na FSP/USP, cuja pauta foi a exposição aos agrotóxicos e agravos à saúde, tendo como objetivo a criação do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos. A segunda audiência pública, cuja pauta foi o próprio objeto de estudo desta pesquisa, o PLAMSAN de São Paulo, teve como objetivo mobilizar a sociedade civil e parlamentares em torno da importância do controle social e da responsabilidade governamental com vistas à efetiva implementação do plano, a partir de 2017, o que ocorreria sob uma nova gestão municipal.

A pesquisadora esforçou-se para focalizar sua pesquisa no sentido de descobrir, examinar e descrever as pessoas, seus ambientes naturais e as teias relacionais que se estabeleceram no cenário da pesquisa (MEDEIROS et al., 2007).

³⁴ Todas as Atividades Livres tiveram o propósito de mobilizar pessoas para estarem nas pré-conferências realizadas nas regiões. Estas pré-conferências foram realizadas em todas as zonas de São Paulo, por meio de uma demarcação denominada “macro-local”, quais sejam: Leste, Sul, Norte e Centro-Oeste. Esta foi uma estratégia encontrada para que todos os territórios tivessem suas propostas levadas para a 6ªCM.

Um dos instrumentos de apoio durante toda a observação participante foi um diário de bordo onde foram anotadas suas impressões pessoais, ideias, dúvidas, questionamentos e descrição das atividades em que se envolveu.

Por compreender a importância da aceitação do pesquisador por parte do grupo analisado (DENZIN e LINCOLN, 2006), a pesquisadora foi aos poucos participando de diversas reuniões cujas pautas giraram em torno da temática principal da pesquisa, a SAN, de modo que sua inserção no grupo observado ocorresse de maneira fluida e com a maior naturalidade, sendo assim, capaz de desempenhar duas posições, simultaneamente: pesquisadora-observadora e pesquisadora-participante.

A revisão bibliográfica, realizada durante toda a pesquisa, ocorreu por meio da seleção materiais inseridos no referencial teórico da segurança alimentar e nutricional para compor a trajetória da SAN, a partir de sua origem, dentro e fora do país, até os dias de hoje, por meio do entrelaçamento dos fatos mais importantes ocorridos ao longo da história.

Para a contextualização histórica, foram acessadas publicações relacionados ao contexto da pesquisa: dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos e alguns livros, cujos autores se dedicaram em levantar os fatos que marcaram a história da SAN.

Para auxiliar na análise dos resultados, mergulhamos em um campo de estudo mais abrangente com destaque para: promoção da saúde; políticas públicas e ação coletiva; grupos de interesses, processos decisórios e coalizões de defesa; poder, advocacia; territórios, entre outros.

Para complementação das informações obtidas durante a observação participante, diversos documentos foram consultados durante este período, a maioria deles elaborados pelo Poder Público, pela Sociedade Civil engajada com a temática principal ou, ainda, produzidos por ambos conjuntamente, em especial, aqueles referentes ao processo de elaboração do PLAMSAN e demais documentos ligados direta ou indiretamente à SAN.

A utilização de documentos em pesquisa é algo a ser valorizado, pois as informações extraídas ou resgatadas possibilitam a ampliação do entendimento sobre o objeto de estudo, auxiliando na contextualização histórica e sociocultural do tema estudado, revelando manifestações de aspectos sociais de determinado grupo, sendo possível conhecer o período histórico e social das ações;

reconstruir os fatos necessários para a análise pretendida (SÁ-SILVA et al., 2009; OLIVEIRA, 2007).

Dentre os documentos consultados, destacamos aqueles publicados pelo Poder Público nas três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) relacionados à Política de Segurança Alimentar e Nutricional, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar, os Decretos, as Resoluções e os Planos de Segurança Alimentar e Nutricional, além de todos que tenham sido elaborados e emitidos pela Sociedade Civil, tais como pela REDE SANS-BT, COMUSAN, entre outros, publicados no formato impresso e/ou em mídia digital (livros, revistas, demais documentos legais, etc.).

No caso específico de São Paulo foram consultados os seguintes documentos: Lei Municipal nº 15.920 de 18/12/2013 que estabelece os componentes municipais do SISAN; o Decreto nº 55.867 de 23/01/2015 que confere nova regulamentação ao COMUSAN, dispondo sobre suas competências, composição e funcionamento no âmbito do SISAN, o Decreto nº 55.868 de 23/01/2015 que regulamenta a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Municipal - órgão integrante do SISAN no âmbito do Município de São Paulo, o Decreto nº 57.007 de 20/05/2016 que institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a PMSAN, bem como fixa as diretrizes para o PLAMSAN; a Resolução nº 001 de 28/06/2016 que institui o 1º PLAMSAN 2016/2020, além das publicações da última conferência municipal: Documento de Orientação e Referência (junho/2015) e Relatório Final com Declarações e Proposições (julho/2015) da 6ª CM de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por Direitos e Soberania Alimentar” e, o próprio objeto de estudo desta pesquisa, o **1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, SP – PLAMSAN** - estes três últimos, publicados pela PMSP em parceria com o COMUSAN, além do livro recém publicado “Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na Cidade de São Paulo: ações, desafios e perspectivas do papel da cidade na alimentação”.

Também foram consultados documentos emitidos por organizações não governamentais, nacional e internacional, que atuam na área da SAN.

3.3.2. Entrevista com Informante-Chave

A entrevista em profundidade, composta por uma única questão aberta, foi gravada e transcrita para análise, sendo o seu conteúdo sistematizado, categorizado e analisado para auxiliar na contextualização da SAN no nível municipal.

A entrevista ocorreu com uma informante-chave, Christiane Gasparini Araújo Costa, socióloga, que foi membro do CONSEA Nacional por mais de 10 anos, representando a sociedade civil. No momento da entrevista, a entrevistada presidia o COMUSAN (biênio 2015/2017).

A escolha pela informante-chave ocorreu pelo seu longo período de atuação na SAN, mais de 20 anos atuando como profissional e ativista da área.

Nas entrevistas semiestruturadas compostas de perguntas abertas, a fala constitui material primordial da investigação qualitativa por ser capaz de revelar valores, crenças, representações e significados latentes de um determinado grupo, exercendo a função de complementar as informações e percepções, obtidas pelo pesquisador durante as observações participantes, além de aprofundar questões que podem surgir ao longo da coleta de dados (MINAYO, 2010).

A interação social proporcionada na entrevista (face a face), influencia no tipo de informação que surge, sendo fundamental para uma situação em que estão em jogo as percepções do outro e de si, além das expectativas, dos sentimentos, dos preconceitos e das interpretações dos protagonistas desta conversa: entrevistador e entrevistado. Além de ser um momento de organização de ideias e de construção de um discurso, resultando num processo reflexivo e num intercâmbio contínuo entre significados (SZYMANSKI, 2008).

A questão desencadeadora da entrevista teve o intuito de compreender a trajetória dos militantes da SAN em São Paulo, bem como suas contribuições para a construção da política municipal. Para SZYMANSKI (2008), a abordagem através de uma questão desencadeadora traz à tona a primeira elaboração do arranjo narrativo que o entrevistado pode oferecer sobre o tema.

Após uma leitura exaustiva, foi realizada a leitura transversal de cada subconjunto e do conjunto na sua totalidade, recortando os textos em temas (variáveis empíricas ou teóricas), categorias, unidades de sentido, ajuntando as

partes semelhantes e estabelecendo suas conexões. Posteriormente, realizou-se o “enxugamento”, refinamento da classificação dos temas, agrupando-os em torno de categorias centrais, conectando-as numa lógica unificadora (MINAYO, 2010).

Com os conteúdos desta entrevista, buscou-se organizar os dados coletados segundo as seguintes categorias de análise, vinculados ao referencial teórico da Promoção da Saúde: categorias principais e suas respectivas subcategorias: i) Participação Social e as subcategorias Ativismo/Militância e Empoderamento; ii) Políticas Públicas e as subcategorias Construção/Elaboração; Controle Social; Intersetorialidade. O quadro nº 3 das falas encontra-se disponível no Anexo nº 1.

3.3.3. Modelo Lógico (ML)

O ML foi escolhido como um dos instrumentos de coleta de dados por auxiliar na compreensão do processo de elaboração do PLAMSAN, contribuindo na identificação de fenômenos, tais como: situações, mudanças, movimentos, imprevistos etc.

Considerado uma representação conceitual esquemática de uma coisa ou situação real ou suposta como real, o ML expressa a produção de um conhecimento novo, muitas vezes, fruto de um processo de negociação e, portanto é “uma ferramenta importante para a definição de questões de pesquisa e/ou de um modelo de avaliação a ser adotado” (FERNANDEZ e SACARDO, 2008, p.72).

O ML pode desvendar e esclarecer relações complexas entre os elementos ou as partes; descrever a ação planejada, os resultados esperados, os pensamentos e ideias de indivíduos e coletivos sobre como o processo em questão está funcionando ou poderia funcionar, explicitando a teoria do processo, comunicando o que se pretende com o processo e qual o funcionamento esperado (WYATT KNOWLTON e PHILLIPS, 2009; CASSIOLATO e GUERESI, 2010).

Segundo os referidos autores, este instrumento auxilia na organização das ações do processo de forma articulada aos resultados esperados; auxilia na criação e comunicação de um entendimento comum em relação aos desafios

enfrentados e alinha a "grande figura" aos demais componentes, pois ilustra as partes ou o todo de um sistema.

A partir de dados coletados junto aos informantes-chave, foi construído um ML que teve o propósito de identificar todas as etapas do processo de elaboração do PLAMSAN, abrangendo ideias, iniciativas/ações, decisões, entre outros, oriundos de ações dos representantes da Sociedade Civil e do Poder Público.

Quadro nº 1. Elaboração representativa das etapas do processo de elaboração do PLAMSAN, São Paulo, 2016.

CONTEXTO	DINÂMICAS DE GRUPOS & PARCERIAS	INTERVENÇÃO E PESQUISA	RESULTADOS
Fatores relevantes que podem favorecer ou comprometer o desenvolvimento das ações	Dinâmicas (estrutural, individual, relacional)	Desenvolvimento de pesquisa e avaliação de processos	Participação social, intersetorialidade, políticas públicas
	Análise da motivação dos atores em relação ao processo/iniciativa	Tradução dos resultados da pesquisa e disseminação dos aprendizados	

O subprojeto do ML intitulado de “Modelo Lógico do Processo de Elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo/SP” contou com apoio de uma bolsista de graduação da FSP/USP, vinculada ao Programa Unificado de Bolsas de Estudo para Estudantes de Graduação (PUB)³⁵ no período 2016-2017.

A coleta de dados para preenchimento dos elementos do ML apoiou-se em estratégias participativas com a colaboração dos informantes-chave e a utilização de espaços participativos como realização de reuniões e oficinas, além do uso de ferramentas virtuais (questionário *online*).

³⁵ O Programa Unificado de Bolsas de Estudos para Estudantes de Graduação (PUB) é uma ação da Universidade de São Paulo que integra a Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil visando ao engajamento do corpo discente em atividades de investigação científica ou projetos associados às atividades-fim da USP, de forma a contribuir para a formação acadêmica e profissional dos alunos regularmente matriculados

Recomenda-se a participação dos agentes envolvidos para que sejam coletadas as informações que se referem aos elementos que serão descritos no ML (SCHWARTZMAN, 2015), proporcionando a circulação de uma diversidade de saberes e percepções que, em outras ocasiões, não se conseguiria atingir ou não se poderia expressar (FERNANDEZ e SACARDO, 2008).

Nesta pesquisa, o ML teve o objetivo principal de espelhar a composição dos passos percorridos no processo de elaboração do 1º PLAMSAN de São Paulo, de modo a alcançar as iniciativas emergidas de representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, cumprindo a função de auxiliar na análise do processo, em especial, da participação social e da intersetorialidade do plano.

O objetivo específico do ML foi coletar informações sobre o contexto local, as dinâmicas entre os grupos, as parcerias existentes, as intervenções que ocorreram durante todo o processo de elaboração do PLAMSAN.

O processo para construção do ML seguiu as seguintes etapas (CASSIOLATO e GUERESI, 2010): (i) coleta, análise e sistematização das informações; (ii) pré-montagem do ML; (iii) validação do ML. Os dados foram coletados através de entrevistas com informantes-chave utilizando a ferramenta de formulários *online* do Google, contendo 12 perguntas norteadoras:

1. Quais foram as motivações para criação do Plano Municipal de SAN?
2. Quais os objetivos da criação do Plano?
3. Quais os resultados esperados com o lançamento do Plano?
4. Quais foram as etapas do processo de elaboração?
5. Quais foram as ações desenvolvidas nessas etapas?
6. Quais foram os desafios enfrentados em cada etapa?
7. Como esses desafios foram superados?
8. Quem foram os envolvidos no planejamento e elaboração do Plano?
9. Como se deu a participação social nesse processo?
10. Pensando na intersetorialidade, quais secretarias participaram na elaboração do plano e como se deu esse processo?
11. Houve pressão exercida pelos atores (contra & a favor) do plano? Como contribuíram ou dificultaram a elaboração do plano?
12. Análise da motivação dos atores (Jogo Social): inércia, desconfiança, rivalidade.

Posteriormente, as informações recebidas através das entrevistas foram analisadas para identificação dos pontos semelhantes e complementares entre

as respostas e, então, sistematizadas em tópicos referentes ao processo de elaboração do PLAMSAN descritos a seguir:

- Motivações
- Fatos geradores
- Atores
- Desafios e superação de desafios
- Objetivos
- Etapas
- Resultados

Em seguida foi realizada a pré-montagem do ML através de demonstração gráfica. Na sequência, ocorreu a validação e checagem dos componentes do ML através de uma oficina com os informantes-chave do processo de elaboração do PLAMSAN.

Esta oficina de validação do ML ocorreu em 12 de dezembro de 2016 no CRESAN-BT, reunindo 4 informantes-chave, sendo 2 (dois) representantes do Poder Público municipal e 2 (dois) da Sociedade Civil. Todos tiveram envolvimento direto com o processo de elaboração do PLAMSAN.

Além dos informantes-chave, participaram da oficina 3 (três) representantes do Grupo de Pesquisa “Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional” da FSP/USP, sendo: 2 mediadoras/facilitadoras (pesquisadora e assistente) e 1 observadora dos trabalhos realizados neste dia.

As atividades desenvolvidas antes, durante e após a construção do ML do PLAMSAN foram:

- i) elaboração das perguntas norteadoras e envio do questionário *online* para os informantes-chave;
- ii) análise e sistematização das informações recebidas por meio da devolução dos formulários preenchidos pelos informantes-chave, além das informações obtidas por meio de análise documental;
- iii) rastreamento e seleção de informações importantes por meio de análise documental;
- iv) construção do ML em *Word* e do diagrama em *Cmap Cloud*;
- v) participação em eventos relacionados ao tema principal, Segurança Alimentar e Nutricional e temas correlatos;
- vi) planejamento, agendamento e validação dos dados por meio da realização de oficina participativa junto aos informantes-chave.

A sistematização dos dados, elaborada a partir das informações recebidas sobre o processo de elaboração do PLAMSAN, deu origem ao diagrama construído através da ferramenta *Cmap Cloud*. As mesmas informações também estão disponíveis numa ordenação vertical no formato de um índice (Anexo nº 11).

3.3.4. Mapeamento e Diagnóstico de Ações em SAN: contrapartida da pesquisa

A ideia desta intervenção surgiu a partir de uma demanda da REDE SANS-BT, antes do início da observação participante, pois os membros desta rede indicaram ausência de um levantamento de ações de SAN para a região do Butantã, o que poderia auxiliar na elaboração do Plano Local de Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã.

Quando a pesquisadora solicitou “autorização” para realizar sua observação participante na REDE SANS-BT foi questionada sobre a possibilidade de uma contrapartida, uma vez que sua pesquisa estava sendo realizada em uma universidade pública da região.

Durante algumas reuniões com os membros da REDE SANS-BT, ocorreram negociações para que a observação participante pudesse ser realizada. Dentre as solicitações do grupo, a de maior impacto foi a realização de um diagnóstico de ações de SAN na região do Butantã, envolvendo os aspectos éticos da pesquisa.

Assim, pesquisadora e orientadora avaliaram a solicitação, considerando-a como uma demanda social válida e também concluíram que as informações levantadas poderiam auxiliar na análise da participação social e da intersetorialidade presentes no processo de elaboração do PLAMSAN.

De modo a atender esta demanda da REDE SANS-BT e tornar os dados úteis à investigação, foi delineado um instrumento (questionário *online*) que contemplasse dois tipos de informação: i) dados objetivos (direcionados para o diagnóstico de SAN do Butantã); ii) dados subjetivos (direcionados aos resultados da pesquisa).

Assim, este levantamento realizado ao longo da observação participante, denominado de “Mapeamento e Diagnóstico de Ações em SAN” foi considerado uma “contrapartida” da pesquisa, enquadrando-se nos aspectos éticos da pesquisa.

Este subprojeto intitulado de “Mapeamento e Diagnóstico da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional da Região do Butantã – São Paulo/SP”, vinculado ao projeto maior, contou com apoio de bolsistas de graduação da FSP/USP, vinculadas PUB no período 2015-2016. As atividades desenvolvidas, inicialmente por duas bolsistas e, do meio para o fim do subprojeto, por uma bolsista somente, foram:

- estudo e aproximação dos temas da participação social, intersectorialidade, redes sociais e segurança alimentar e nutricional;
- agendamento de entrevistas;
- organização do material coletados: documentos, relatórios, relatos de observação, entrevistas;
- codificação e categorização do material quantitativo e qualitativo coletado no trabalho de campo;
- sistematização e análise dos dados coletados (quadros, tabelas, mapas, etc.) em conjunto com a pesquisadora responsável;
- produção de relatório final;
- apresentação dos resultados em eventos acadêmicos-científicos.

O objetivo deste diagnóstico foi mapear as dinâmicas entre os grupos, as parcerias existentes, as iniciativas e as intervenções na área de SAN, ocorridas na região do Butantã para, posteriormente, serem sistematizadas e apresentadas aos membros da REDE SANS-BT, de forma a contribuir com a elaboração do Plano Local de SAN do Butantã e, para a presente pesquisa, auxiliar na análise da participação social e da intersectorialidade, existente ou não, no desenvolvimento das ações identificadas.

A metodologia utilizada para realização deste diagnóstico contemplou as seguintes etapas:

1ª etapa: Realização de um levantamento pela internet para obtenção de informações acerca de equipamentos públicos, organizações não governamentais e associações localizadas e/ou atuantes na região do Butantã, ligadas direta ou indiretamente à SAN. Diversas fontes foram consultadas como *sites* da prefeitura e subprefeitura do Butantã; outros *sites* governamentais e não governamentais;

2ª etapa: Elaboração de um cadastro com todos os pontos levantados para posterior contato via internet e/ou telefone. Foram excluídos aqueles que sinalizaram número inexistente ou que não atenderam após a segunda tentativa em dias diferentes. As instituições contactadas foram convidadas a colaborar com a pesquisa. Para estes sujeitos foi solicitado um endereço de e-mail para posterior envio do 'Formulário para Levantamento de Ações em SAN';

3ª etapa: Contato via telefone e email com os equipamentos públicos, associações e instituições da Sociedade Civil, nas áreas de assistência social, educação, trabalho e empreendedorismo, meio ambiente e saúde.

A participação nas reuniões da REDE SANS-BT e nas reuniões da Gestão Compartilhada do CRESAN-BT, ambas realizadas no CRESAN-BT, com exceção de algumas que foram realizadas na Subprefeitura do Butantã, foi importante para a elaboração do instrumento, o "formulário *online*" (Anexo nº 8) e, para o entendimento do contexto, bem como para uma construção participativa do mapeamento e do diagnóstico de SAN na região.

Todos os dados deste subprojeto foram coletados através de entrevistas, levantamento de documentos e preenchimento de formulário, porém o principal instrumento de coleta de dados foi o formulário *online*, validado em reunião junto com os participantes da REDE SANS-BT e elaborado, anteriormente, da seguinte forma: questões de múltipla escolha; caixas de seleção e de texto, sendo organizado em quatro divisões:

1. Identificação do colaborador, objetivando identificar o respondente e seu contato.
2. Identificação da área representada com intuito de identificar se as iniciativas eram do Poder Público, da Sociedade Civil ou mista e se estas ações eram provenientes da área de assistência social, educação, trabalho e empreendedorismo, meio ambiente, saúde, outras.
3. Levantamento e localização das ações desenvolvidas com intuito de identificar e mapear as ações.
4. Diagnóstico das ações para saber se eram desenvolvidas com foco na participação social, na intersectorialidade, bem como a relevância e

abrangência das mesmas, identificando a periodicidade e número de pessoas envolvidas.

O formulário, cujo preenchimento ocorreu através da ferramenta *Google Forms*, foi enviado aos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil. O link de acesso para responder ao formulário juntamente com texto explicativo foi enviado por e-mail a todos os participantes do II Seminário Intersetorial do Butantã; integrantes da REDE SANS-BT e para outros contatos, constante na relação de equipamentos (associações, instituições, entre outras) levantados pela internet.

Alguns membros da REDE SANS-BT colaboraram com o repasse de informações e também com o envio do formulário aos demais equipamentos públicos e/ou para associações/instituições parceiras.

Além disso, o repasse do formulário também ocorreu por meio de representantes da Secretaria do Verde e Meio Ambiente; Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; da Diretoria Regional de Educação; da Supervisão Técnica de Saúde e do CRESAN-BT e da REDE SANS-BT, concretizando a proposta inicial de realização de um diagnóstico participativo por partes daqueles que se propuseram a contribuir como este trabalho.

Na seleção dos dados coletados foram consideradas todas as respostas preenchidas no formulário, excluindo-se os dados cujas informações apresentaram incoerência ou foram insuficientes, ou ainda, ocorreram repetições, ou seja, quando dois ou mais respondentes informaram a respeito do mesmo local. Neste caso, as respostas foram comparadas e complementadas quando necessário.

Informações provenientes de documentos recebidos de informantes-chave; participantes da REDE SANS-BT, foram acrescentadas à sistematização dos dados. Essas informações complementaram os dados sobre alimentação escolar, hortas nas escolas e outras ações relacionadas à SAN.

A partir do encerramento da etapa de recebimento dos formulários preenchidos foi realizada uma análise detalhada das respostas, verificando dados repetidos, inconsistentes e também a busca por mais informações através dos outros instrumentos mencionados anteriormente.

Na sequência, os dados foram sistematizados e apresentados em reunião da REDE SANS-BT em 14 de junho de 2016, realizada no CRESAN-BT para validação dos mesmos. Posteriormente foi produzido um relatório final intitulado de “Mapeamento e Diagnóstico da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional da Região do Butantã – São Paulo/SP” e enviado por email aos os membros da rede.

Os formulários foram recebidos entre os dias 02 de dezembro de 2015 e 28 de março de 2016. Foi recebido um total de 73 (setenta e três) formulários respondidos.

Os resultados do “Mapeamento e Diagnóstico da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional da Região do Butantã – São Paulo/SP” estão disponíveis como anexo e discutidos na seção dos “Resultados e Discussão”.

A aproximação com representantes de diversas áreas, pertencentes à REDE SANS-BT, contribuiu para a ampliação da relação de colaboradores deste trabalho.

3.3.5. Aspectos Éticos

Este projeto obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FSP/USP sob nº CAAE 45201015.0.0000.5421.

Todos os indivíduos que participaram da pesquisa foram convidados para preencher e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Esta pesquisa recebeu apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de bolsa de doutorado e auxílio à pesquisa - Processo CNPq no. 166501/2014-0, motivo pelo qual a pesquisadora é imensamente agradecida à esta instituição de fomento à pesquisa científica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

“O conhecimento e a prática elaborados por todo trabalho implicam uma forma qualquer de poder da qual não é possível escapar.”
(Claude Raffestin)

Neste estudo de caso procuramos discutir questões da pesquisa a partir de dados que foram recolhidos, eminentemente, através da utilização de metodologias participativas.

A condução lógica do estudo está apoiada nos fatos históricos que precederam o processo analisado e nos fatos que são os componentes principais do modelo lógico do PLAMSAN, apresentado ao final, em formato de diagrama.

Os dados coletados permitiram a reconstrução do movimento da SAN no município, sendo possível identificar ações e reivindicações ocorridas ao longo do período analisado, bem como compreender como se deu a atuação dos militantes da SAN em São Paulo.

Muitos dos fatos geradores do PLAMSAN, exposto no diagrama do ML, serão citados (descritos e/ou aprofundados) nesta seção.

4.1. ANTECEDENTES DO 1º PLAMSAN: PROTAGONISMO DO MOVIMENTO DA SAN

No Estado de São Paulo, os ativistas da SAN vêm enfrentando a falta de prioridade política por parte do governo estadual em relação à temática, mas ainda assim, muitos avanços na área devem-se à resistência e ao ativismo deste grupo.

Antes de adentrarmos no contexto municipal da SAN, é válido lembrar que o Estado de São Paulo está sendo governado pelo mesmo partido, quase que ininterruptamente, desde de 1995. Fernando Henrique Cardoso, sendo por duas vezes consecutivas presidente do Brasil, contribuiu para a hegemonia de seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no governo paulista.

Desde 1982, não houve governança tão duradoura em todo o país, mesmo em outros estados que enfrentam lideranças tradicionais e grupos políticos de força regional (FIORE, 2016).

Os governantes do executivo paulista são adeptos de uma ideologia neoliberal, o que recai diretamente na forma como conduzem as políticas públicas estaduais, tendo a missão de fortalecer o capitalismo globalizado (SANFELICE, 2010).

Desta forma, a perpetuação do PSDB no governo estadual traz para o movimento da SAN no Estado dificuldades que serão manifestadas pela entrevistada em seus depoimentos.

Os ativistas paulistanos acompanharam o processo de construção da PNSAN, desde a reativação do CONSEA Nacional (2004), de forma autônoma, com pouca ou nenhuma representatividade do Conselho Estadual de SAN de São Paulo, porém exercendo forte pressão no nível nacional.

Esses ativistas, desde a criação do primeiro Conselho Municipal, em 2004, tem contribuído e influenciando o CONSEA Nacional com várias ideias e proposições em relação à política.

As falas transcritas abaixo se enquadram na categoria PARTICIPAÇÃO SOCIAL/ Ativismo, Militância e embasam tal afirmação.

“De maneira geral a construção da política de segurança alimentar no nosso país, tem a marca da participação social, um tema que já estava incorporado pela sociedade em vários movimentos e que o programa Fome Zero reuniu várias ideias e propostas que vinham desses movimentos ligados à SAN, agroecologia, agricultura familiar.... a construção da noção de SAN, da Soberania Alimentar, do Direito Humano à Alimentação, tem, então, a marca da participação dos movimentos, das organizações sociais. Em São Paulo, lembro de procurarmos os poucos decretos que existiam como referência para a gente criar o conselho aqui.... ainda existia a SEMAB, Secretaria Municipal de Abastecimento, então houve uma mobilização em torno dessa questão na primeira versão do conselho [COMUSAN], mas logo depois, com a entrada do novo governo na prefeitura, a nossa, a visão de participação alterou(...)” (Informante-chave, COMUSAN)

A visão do Governo Estadual em relação à participação dos ativistas da SAN é demonstrada com certa frustração pela entrevistada:

“.... a visão do governo do Estado de São Paulo, dificultou muito a nossa participação no movimento nacional que estava pautando essa visão da questão da SAN e dessa visão do direito.” (Informante-Chave, COMUSAN)

A atuação dos conselheiros do município demonstra que o fortalecimento do movimento da SAN no município pode ter sido desencadeado pela ausência

de incorporação da SAN por parte do Governo Estadual e do CONSEA Estadual, gerando uma lacuna no diálogo entre representantes do município e do estado, mas, também, resistência e atuação política dos ativistas paulistanos, bem como viabilização de novos espaços para o desenvolvimento de ações emergentes.

Nas últimas décadas, a participação social vem ocorrendo de diversas formas, podendo manifestar-se por meio de redes e organizações que representam e lutam pelas mais variadas causas, além de espaços como o Fórum Social Mundial, o FBSAN, conselhos, dentre outras formas, prezando-se pela descentralização e delineando-se um exercício dinâmico de negociação e pactuação (BÓGUS, 2009).

Em São Paulo, o COMUSAN, citado pelos informantes-chave do ML, é um órgão que desempenha importante papel para o movimento da SAN. Este conselho foi criado na I Conferência Municipal de Segurança Alimentar de São Paulo, em 2001, e se tornou oficial pelo Decreto nº 42.862, de 13 de fevereiro 2003; passando por atualização estrutural em 2008. Em 2013 passou a constar na Lei nº 15.920/2013. Em 2015 foi estruturado pelo Decreto nº 55.867/2015 (PMSP, 2016b).

Os conselhos são canais de participação e indicativos da presença e atuação dos movimentos sociais e outras organizações na sociedade civil, promovendo ações contínuas e virtuosas de forma cíclica (BÓGUS, 2009) e, também, representando interesses específicos.

O grupo de interesse da SAN, que são também chamados de “ativistas”, é composto por conselheiros, membros de redes locais, pesquisadores, representantes de organizações não governamentais, associações de moradores que advêm da Sociedade Civil e do Poder Público, neste último caso, também se incluem os servidores públicos que atuam no desenvolvimento de suas atribuições profissionais. Estas pessoas circulam por diversos espaços de interesse da SAN.

Este tipo de agrupamento faz suas reivindicações, sobrepõe-se a outros grupos, disputa interesses, o que resulta no estabelecimento, na manutenção ou, ainda, no aprimoramento comportamental dos indivíduos que, ao organizarem-se coletivamente, lutam por seus interesses (TRUMAN, 1951).

O grupo de interesse da SAN tem contribuído, ao longo das últimas décadas, para o fortalecimento da temática nas três esferas governamentais:

municipal, estadual e federal, tendo entre seus propósitos a elaboração e efetivação do Plano Municipal de SAN e a construção da Política Municipal.

Muitos destes atores sociais representam outros movimentos, ligados direta ou indiretamente à SAN, tais como movimentos ligados à agricultura familiar, agroecologia, agricultura urbana e peri-urbana, economia solidária, consumo consciente, soberania alimentar, entre outros.

É a partir da interação humana nos grupos que surgem certos hábitos comuns, podendo ser chamados de normas ou atitudes compartilhadas. Estas atitudes surgem em relação ao que é necessário ou desejado em uma dada situação, como demandas e/ou reivindicações sobre outros grupos da sociedade (TRUMAN, 1951).

Numa abordagem relacional é compreensível e natural que numa dada sociedade ocorram conflitos e disputas de interesses, em todos os níveis e em todos os tipos de situações.

RAFFESTIN (1993, p.32) destaca que “na maior parte do tempo, as relações são multilaterais”, ocorrendo quando o assunto envolve interesse de diferentes grupos, envolvendo, o aspecto político das relações

Toda relação, no que se refere a seu conteúdo é política, visto interessar e concernir realmente, ou virtualmente, a todo ser que pertence à coletividade ou a uma dada coletividade. Em outros termos, coloca-se o problema fundamental da repartição das coisas entre os seres humanos [...] então, não se trata mais de uma economia, mas de uma política cujas finalidades não são a expressão de uma necessidade endógena que implica a permanência de uma estrutura, mas a expressão de uma vontade exógena que determina as finalidades das partes da estrutura que se devem manter (RAFFESTIN, 1993, p.34).

O grupo de interesse da SAN (esfera municipal) se contrapõe a outros grupos presentes na esfera estadual que representam interesses opostos como, por exemplo, os defensores e/ou representantes da indústria alimentícia, da farmacêutica, dos insumos químicos, dos grandes monocultores, entre outros, atuando, fundamentalmente, em prol dos interesses econômicos.

Estes grupos de interesse atuam no “ringue” político por meio de disputas de conteúdos nas agendas políticas, enfrentando conflitos de interesses e medindo forças nos processos decisórios, etc.

O próximo relato demonstra que a articulação e o trabalho em rede tem sido uma estratégia potente do grupo de interesse da SAN.

“Vejo muitas organizações participando... a pastoral da criança, as organizações de cunho comunitário, ONGs locais, articulações formadas em redes sociais, a exemplo do movimento hortelões urbanos que participaram ativamente, principalmente na região oeste e centro, etc”. (Informante-Chave, COMUSAN)

São muitos os ganhos cognitivos possibilitados pela estratégia de atuação em rede por existir neste universo uma “conectividade difusa notável entre as organizações civis paulistanas” (LAVALLE et al., 2006, p.6).

Os indivíduos que formam o grupo de interesse da SAN em São Paulo, representam muitos outros temas que se articulam entre si e com a temática central, e assim formam uma teia de relacionamentos, revelando a potencialidade dessa conectividade presente entre uma boa parcela de entidades no município.

Os laços sociais existentes dentro das redes, considerados elementos estruturantes da vida social, geram possibilidades e restrições da ação do indivíduo e do coletivo, pois encontram-se no emaranhado das relações estabelecidas entre pessoas e entre entidades (LAVALLE et al., 2006).

TRUMAN (1951) afirma que não é possível encontrar indivíduos senão em grupos, pois o isolamento completo no espaço e no tempo é tão raro que configura uma situação quase hipotética. Este grupos podem se dar no formato de redes, por exemplo, como é o caso das redes sociopolíticas.

As redes sociopolíticas respondem às demandas e necessidades da população de forma integrada e eficaz na gestão das políticas sociais; geralmente, atuam numa perspectiva intersetorial, buscando solucionar problemas que dependem, na maioria das vezes, de ações conectadas entre as áreas da administração e da sociedade. Ainda, auxiliam no emprego da advocacia e na formulação de políticas públicas urbanas por envolver as

relações entre Estado e sociedade. Suas funcionalidades estão no apoio social, na solidariedade, na focalização, na gestão de políticas sociais e no compromisso social (JUNQUEIRA, 2000; MENDES et al., 2013).

Os indivíduos podem se organizar e se empoderar, atuando junto e em oposição ao Poder Público, a partir do momento em que participam de contínuas interações nos mais variados grupos.

Empoderamento, neste contexto, é quando indivíduo, grupo, movimento social ou instituição adquire e exerce algum grau de poder nos processos sociais e políticos, cumprindo um importante papel na mobilização social (FERNANDES et al., 2012).

O papel desempenhado pelos ativistas de São Paulo no CONSEA e o posicionamento do grupo dentro do processo nacional evidencia o empoderamento dos ativistas paulistanos:

“Então, a nossa participação no CONSEA acabou criando uma ponte entre a realidade que a gente estava vivendo aqui e o processo nacional, então em algum momento, principalmente na 3ª Conferência, que o Estado até nos últimos dias não convocava a Conferência Estadual, enfim, nós conseguimos encaminhar um ofício para o CONSEA, em nome do Fórum Paulista de SAN, que reúne entidades da Sociedade Civil, movimentos, colocando que o povo de São Paulo gostaria de estar participando do processo nacional e essa participação estava sendo inviabilizada pela conduta do Governo Estadual.”
(Informante-Chave, COMUSAN)

As reivindicações do grupo foram atendidas pelo CONSEA Nacional, inclusive com subsídios para despesas como passagem aérea, hospedagem, alimentação, etc.

“então nós conseguimos uma prerrogativa que nas conferências, nas reuniões que participavam os presidentes de CONSEA estaduais, nós [COMUSAN, militantes da SAN] estaríamos sempre. Eles [CONSEA Nacional] começaram a pagar passagem para a ida de um representante da nossa Articulação Paulista de Segurança Alimentar para que pudesse participar dessas reuniões para fazer essas ligações do que estava

acontecendo no país e o nosso movimento aqui em São Paulo [Município].” (Informante-Chave, COMUSAN)

O empoderamento dos ativistas da SAN em São Paulo, na década de 1990, ocorreu de forma autônoma, superando os limites estabelecidos.

A mudança de partido político na transição do governo municipal contribuiu para que os conselheiros municipais elaborassem novas estratégias de atuação de modo a evitar a desarticulação do movimento, marcando presença no Conselho Nacional.

A falta de apoio do Governo Estadual, aliada aos conflitos com o CONSEA Estadual, fez com que o segmento da sociedade civil, presente no COMUSAN, se apresentasse ao CONSEA Nacional como um segmento organizado, pleiteando participação autônoma de representantes do município no processo de mobilização nacional, pois haviam sido impedidos de participar via CONSEA Estadual.

Esta falta de apoio denota as divergências ideológicas e político-partidárias, existente entre o governo estadual e governo municipal e explica a distância e/ou a lacuna existente entre os dois conselhos de São Paulo, de um lado, o PSDB e o CONSEA/SP; do outro, o PT e o COMUSAN.

Os fatos precedentes revelam como as questões político-partidárias podem interferir nos processos participativos, sendo necessário refletir sobre o caráter político de determinadas reivindicações.

As instituições de governo são centros de poder baseado em interesses; suas conexões com grupos de interesse podem ser latentes ou abertas e, suas atividades variam entre as rotinas de caráter político e amplamente aceito ao instável e altamente controverso. A fim de fazer reivindicações, grupos de interesse político procuram acesso aos ponto-chaves de decisão dentro dessas instituições. Tais pontos estão espalhados por toda a estrutura, incluindo não apenas os ramos formalmente estabelecidos do governo, mas também os partidos políticos em suas diversas formas e a relação entre as unidades governamentais e outros grupos de interesse (TRUMAN, 1951, p. 250).

As falas seguintes, pertencentes à categoria PARTICIPAÇÃO SOCIAL/Ativismo, Militância, evidenciam as conquistas dos militantes, a resistência em relação ao posicionamento do Governo Estadual e as reivindicações realizadas junto ao Governo Federal, surtindo com isso alguns resultados positivos.

“Voltando à questão da sociedade, da participação da sociedade civil organizada, eu vejo que, de maneira geral, incluindo São Paulo, porque bem ou mal nós [militantes da SAN] conseguimos resistir durante esses anos, pautando a questão da SAN. Então havendo condição de participação, acho que São Paulo tem uma sociedade civil muito frutífera.... que faz muitas coisas, ações, desde uma distribuição de alimentos, sopão, refeições para moradores de rua, agricultura familiar, agricultura urbana, projetos de educação nutricional, projetos de gastronomia popular, uma infinidade, compras comunitárias(...)” (Informante-Chave, COMUSAN)

Os cidadãos ativos podem exercer influência na dimensão política do Estado, dimensão esta que está sempre em construção. A dinâmica pela qual os sujeitos coletivos participam das decisões estatais é pautada por padrões normativos envolvidos na cidadania (COHN, 2011).

São Paulo foi o único município do estado que se fez representado nas reuniões do CONSEA em Brasília, uma vez que os conselheiros estaduais não participavam destas reuniões. Todos os demais marcaram presença nas reuniões por meio de representantes dos Conselhos Estaduais representando seus estados.

Além da participação nas reuniões do CONSEA, os ativistas da SAN também conseguiram participar em duas conferências nacionais representando o município.

“Isso aconteceu na conferência de 2007 e também de 2011, e agora é a quinta, então foi na terceira e na quarta conferência que a gente viabilizou a participação dos [representantes] de São Paulo.” (Informante-Chave, COMUSAN)

Os ativistas da SAN, bem como sua atuação e resistência em relação a conduta do Governo e do CONSEA Estadual também pode ser explicada pela Teoria da Ação Coletiva de Grupos Sociais.

Esta teoria defende que a prevalência de certos grupos sociais incorre basicamente na união de indivíduos com interesses comuns que tentam promover interesses específicos, ocorrendo a promoção conjunta de interesses (OLSON, 1999).

O referido autor destaca ainda a perspicácia dos grupos pequenos, pois tendem a ser mais unidos, eficientes e com maior capacidade na provisão dos bens que interessam aos seus membros. Além do tamanho também diferenciam-se em termos qualitativos, uma vez que os ganhos coletivos podem compensar muito a ponto de justificar determinada ação.

O grupo dos ativistas paulistanos pode ser considerado pequeno em termos quantitativos, mas grande em termos qualitativos. Por meio de uma atuação efetiva, o grupo trouxe efeitos positivos para a SAN no município, muito mais pela qualidade de suas ações e proposições do que propriamente pelo seu tamanho (número de pessoas).

Sob a ótica da Teoria da Ação Coletiva, este grupo agiu de modo articulado, liderando o movimento da SAN no município, provavelmente porque vislumbravam no período de militância, diversos benefícios coletivos que justificavam todo o custo arcado ao longo do percurso.

O fato de o COMUSAN e o CONSEA Estadual não terem caminhado na mesma direção, fazendo com que tanto o estado como o município ficassem aquém na construção do SISAN, contribuiu para manter o município participante da construção da PNSAN de forma isolada no estado, mas, sobretudo, fez com que este grupo extraísse os ensinamentos e adquirisse experiência nesta seara, empoderando-se enquanto movimento.

Um controle social de órgãos que, como os conselhos, atuam junto aos sistemas públicos aos quais estejam vinculados, resulta numa ação efetiva da sociedade sobre o Estado e não propriamente um controle social tão somente para manter a ordem e a coesão social (BÓGUS, 2009).

Outros estados da nação encontravam-se à frente do Estado de São Paulo; alguns estão em seu primeiro plano estadual, outros já elaborando o segundo plano de SAN.

Já o município, prejudicado pelo contexto estadual, estava atrasado na adesão do SISAN e na elaboração de seu primeiro plano municipal de SAN.

“Então, São Paulo ficou atrasado na adesão ao SISAN. Outros estados estão bem mais adiantados que nós, na elaboração e implantação da política de SAN; já estão na elaboração do segundo plano de segurança alimentar.” (Informante-Chave, COMUSAN)

Apesar da defasagem da política estadual e municipal, destacamos aqui o valor axiomático de luta e resistência dos militantes da SAN ao promoverem um movimento disseminador de força e poder para todo o Estado de São Paulo.

Na medida em que os grupos são organizados, tornam-se naturalmente potentes porque se concentram dentro da dimensão humana com toda a sagacidade inerente à espécie. Entre as características que permeiam o universo humano estão: ousadia, perspicácia, sutileza, garra, perseverança, entre outras (LATHAM, 1952).

Em relação à permeabilidade dos grupos dentro das instituições governamentais, bem como suas conquistas, um conjunto de fatores complexos e interdependentes auxiliam na compreensão de como determinados grupos alcançam acesso efetivo às instituições de governo, que são classificadas, por TRUMAN (1951), em três categorias ligeiramente sobrepostas: (i) fatores relacionados com a posição estratégica de um grupo na sociedade; (ii) fatores associados às características internas do grupo; (iii) fatores peculiares às próprias instituições governamentais.

Na primeira categoria, TRUMAN (1951) evidencia o status ou prestígio do grupo na sociedade, isto é, a facilidade com que comanda o cumprimento de suas reivindicações, quando estas encontram-se fora de seus limites de decisão/atuação. A posição e as atividades do grupo são comparadas com interesses largamente desorganizados ou estão sob a "regra do jogo". Quando os funcionários do governo são formalmente ou informalmente membros dos grupos utilizam-se do conhecimento técnico e político de quem representam.

Já a segunda categoria, de acordo com o autor, inclui o grau de adequação da organização do grupo, ou seja, o grau de coesão numa dada situação, especialmente em relação às exigências de grupos concorrentes sobre

a sua composição (habilidades de liderança, recursos do grupo em números e dinheiro).

Por fim, na terceira categoria, estão a estrutura operacional das instituições governamentais, uma vez que tais características estabelecidas envolvem vantagens e desvantagens relativamente fixas, além dos efeitos que envolve a vida em determinados grupos (TRUMAN, 1951).

No caso de São Paulo, esta permeabilidade e as diferentes formas de poder contidas no grupo de interesse da SAN, de alguma maneira, impulsionou e disseminou os conhecimentos específicos acerca do tema, fortalecendo o movimento de SAN em São Paulo e, de certa forma, politizando e envolvendo seus munícipes.

Dentre as formas como ocorreram esta politização dos munícipes, destacamos a atuação do COMUSAN por meio da descentralização de ações nos territórios, em torno da realização das conferências, bem como o estímulo à participação dos representantes da Sociedade Civil na reuniões deste conselho, envolvendo inclusive as ações ligadas ao processo de elaboração do PLAMSAN.

A participação, de acordo com COHN (2011), deve trazer consigo a politização das políticas públicas devido à necessidade de as lideranças manterem estreitos canais de comunicação com suas bases sociais, fortalecendo a esfera pública, porém, segundo a autora, não é isso que normalmente acontece.

Podemos afirmar que no caso de São Paulo, o indicativo da autora foi ocorrendo paulatinamente no município. O conceito, a importância e os benefícios da SAN foram sendo pulverizados, disseminados, problematizados, entre as populações dos diferentes territórios paulistanos, refletindo na política nacional e surtindo efeitos também na esfera pública municipal.

“.... o empoderamento dessas organizações como no caso da Rede Local de SAN no Butantã.... Como é que ela pode participar da política de segurança alimentar do município, como que ela se conectaria? Estão se formando comissões, sete comissões, nas macrorregiões, então qual é o papel delas [das comissões]? Elas estão dentro da órbita de ações que se realizam em vários bairros. Vamos dizer que sejam onze bairros por cada comissão regional, qual é o papel dessas pessoas que

vão estar participando desse grupo? Como que é a dinâmica de trabalho de uma comissão regional? ” (Informante-Chave, COMUSAN)

Processos participativos, como este, agregam membros de diferentes segmentos da comunidade e contribui para identificação dos problemas, promove discussão em busca de soluções, auxilia na formulação, implementação e avaliação de ações de interesse dos territórios.

Também contribui para o fortalecimento e para a consolidação da participação e da identidade regional, além do empoderamento individual e coletivo que acontece ao se potencializar as capacidades e a criatividade dos atores, de forma individual e coletiva.

O ideal seria que, por meio da participação cidadã, nos espaços institucionais, se revertisse o padrão de planejamento e a execução das políticas públicas de modo que a sociedade conseguisse exercer efetivamente a fiscalização e o controle social, obrigando o Estado a negociar suas propostas com outros grupos sociais, eliminando ou enfraquecendo os interesses daqueles que circulam em torno do poder estatal e costumam exercer influência direta sobre ele (TATAGIBA, 2002).

As falas enquadradas na categoria PARTICIPAÇÃO SOCIAL/ Empoderamento evidenciam a pressão exercida junto ao Governo Municipal no tocante à construção da política municipal de SAN, além de demonstrar o empoderamento das populações localizadas e organizadas em grupos de acordo com interesses específicos:

“.... cada região tem características específicas, a zona Sul de São Paulo tem já características de área rural, são quatrocentas famílias de agricultores, que tem lá suas potencialidades e seus problemas. Então, há propostas específicas de acordo com as características de cada território.... a necessidade do zoneamento territorial, definir as áreas de agricultura familiar e de os agricultores de lá terem acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é o documento do agricultor. Já em outras regiões.... é a questão da alimentação dos albergues.” (Informante-Chave, COMUSAN)

Os grupos existem para que as pessoas se sintam pertencentes à determinada configuração social capaz de cumprir e atender anseios provenientes de valores pessoais e necessidades sentidas, sendo o indivíduo a peça central de todas as formas de organização grupal (LATHAM, 1952).

Outra reflexão necessária gira em torno da fragmentação, da complexidade e da interdependência existentes nas sociedades atuais.

Os ativistas da SAN agindo firmemente contra interesses opostos, do Governo Estadual, vai ao encontro da proposição de LATHAM (1952) ao afirmar que o estado de movimento constante e a interação entre os que formam um determinado grupo geram as regras pelas quais as políticas públicas são formuladas. Contudo, se as aspirações dos grupos não forem respeitadas, estes podem sofrer perdas de ordem moral.

A complexidade de níveis e instâncias entre os cidadãos e os poderes executivos, além de causarem distanciamentos, alienam as pessoas da vida política e do acompanhamento dos processos decisórios, indicando a necessidade de se conciliar a democracia representativa com novas formas de democracia participativa, impulsionando uma “participação descentralizada” (BÓGUS, 2009).

E participação descentralizada, mencionada pela autora, é a mais próxima do nível local, abarcando os cidadãos e suas formas de organização numa tentativa de impulsionar, provocar, disparar processos de tomada de decisões que venham de baixo para cima

Apesar de momentos difíceis do movimento da SAN, a participação destes ativistas ocorreu de forma efetiva durante todo o período analisado.

A vontade do grupo em transformar o cenário da SAN no município foi maior do que as barreiras e obstáculos enfrentados.

Ressalta-se na categoria PARTICIPAÇÃO SOCIAL/ Ativismo, Militância, a diversidade de instituições e movimentos, representantes da Sociedade Civil organizada, que compuseram o grupo de interesse da SAN e, atuando no formato de rede, contribuindo para a promoção e para o fortalecimento da temática, sendo isto uma potência a ser destacada.

Além da resistência, na categoria POLÍTICAS PÚBLICAS/ Controle Social fica evidenciado o papel fiscalizador dos ativistas da SAN, realizando o controle social de programas sociais em funcionamento.

“ [os militantes, conselheiros da SAN: indivíduos e coletivos] fiscalizam programas, fiscalizam a merenda, enfim, é um conjunto de ações muito interessante e, agora, as conferencias locais que estão acontecendo na cidade de São Paulo nos deram oportunidade de conhecer essas propostas e tantas sugestões que acontecem assim, de maneira geral, na cidade....” (Informante-Chave, COMUSAN)

O empoderamento social pode ser considerado um processo que conduz à legitimação e dá voz aos grupos marginalizados, removendo barreiras que limitam a produção de uma vida saudável para distintos grupos sociais, ao promover participação social; aumento do controle sobre a vida por parte dos indivíduos e coletivos; eficácia política; maior justiça social e melhoria da qualidade de vida (CARVALHO e GASTALDO, 2008).

À medida que os grupos resistem aos obstáculos, também se empoderam, definindo, analisando e atuando sobre seus problemas, respondendo aos desafios da vida em sociedade, conforme demonstra o próximo depoimento da categoria PARTICIPAÇÃO SOCIAL/ Empoderamento.

“Quando a gestão não prioriza, não dá força, fica difícil concretizar a função de um conselho, eu vejo isso em São Paulo.... foi o nosso vínculo com o FBSAN que acabou nos permitindo participar da mobilização no nível nacional, nas plenárias do CONSEA, durante o processo de mobilização das conferências, isso foi interessante....” (Informante-Chave, COMUSAN)

A atuação dos ativistas, a partir da resistência do grupo em relação à conduta do governo estadual, bem como as ações estratégicas de mobilização, participação e articulação junto aos representantes governamentais e da sociedade civil, tiveram reflexos positivos na política municipal, fortalecendo do movimento da SAN no município.

Ressalta-se que o cenário da SAN em São Paulo não é diferente do restante do país, sendo muitos os desafios a serem enfrentados na cidades quando o assunto é a efetivação do DHAA, pois a insegurança alimentar

municipal prevalece principalmente em comunidades periféricas e entre os povos tradicionais.

Para além da fome e da desnutrição, a insegurança alimentar e nutricional, de modo geral, está intimamente relacionada com as doenças ligadas à alimentação inadequada e à baixa qualidade dos alimentos, tais como obesidade, sobrepeso, entre outras (COSTA e BÓGUS, 2012).

Fatores como a desigualdade de renda, questões étnicas, de gênero, racial, concentração de terra, entre outros, pioram ainda mais a situação das populações paulistanas.

4.2. O CASO PLAMSAN

Os sujeitos envolvidos com a elaboração do PLAMSAN seguiram as orientações metodológicas da CAISAN Nacional e, estrategicamente, se debruçaram sobre a complexidade da cidade. Dentre os aspectos considerados desafiadores para a elaboração do plano municipal de São Paulo, destacamos (PMSP, 2016a, p.13):

- 1) o fato de ser uma metrópole e de sua relação com as demais cidades que compõem a região metropolitana;
- 2) o fato de ser dividida em subprefeituras e cada uma delas assemelhar-se a uma cidade média em dimensão, população e com problemas a serem enfrentados;
- 3) toda a problemática da gestão descentralizada;
- 4) a falta de dados sobre SAN no município.

Alguns elementos desencandearam o processo de elaboração do PLAMSAN, dentre os quais, destacam-se: as demandas sociais emergidas de espaços participativos (COMUSAN, Redes Locais, Movimentos Sociais) e a pressão exercida pelos ativistas da SAN nestes locais e nas conferências municipal, estadual e nacional.

Somado a tudo isto, a vontade política do governo municipal de alinhar a situação do município à Política Nacional de SAN; a adesão ao SISAN e a elaboração e efetivação de programas, projetos e ações para assegurar o DHAA no município estiveram entre as principais motivações e demandas, colocadas pelos informantes-chave do ML.

Dentre os diversos atos geradores do PLAMSAN, presentes no diagrama do ML, destacamos as ações participativas desenvolvidas no período das conferências, em especial a 6ª Conferência Municipal, realizada em 2015.

4.2.1. Estratégias de Mobilização: Atividades Livres, Pré-Conferências e Conferência Municipal

As Atividades Livres e as Pré-Conferências foram as principais estratégias para mobilizar a população em torno da 6ª CM e da elaboração do 1º PLAMSAN.

O ano de 2015 destacou-se pela realização das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional, cujo tema central foi “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por direitos e soberania alimentar”.

Um fato a ser destacado, é que esta foi a primeira vez que a Sociedade Civil passou a presidir o COMUSAN, sendo considerada uma conquista alcançada graças ao histórico de luta dos ativistas da SAN que sempre marcaram presença por meio da participação ativa no movimento.

As conferências municipais aconteceram no primeiro semestre de 2015; as conferências estaduais e a conferência nacional no segundo semestre do mesmo ano.

Devido à extensão territorial e a densidade demográfica do município, os conselheiros municipais criaram estratégias de participação social para sensibilizar e mobilizar pessoas a partir de uma atuação descentralizada.

Nas Pré-Conferências (ou Conferências Regionais) e na Conferência Municipal, delegados foram selecionados e eleitos para representar o município na Conferência Estadual; dinâmica semelhante ocorreu na Conferência Estadual, sendo eleitos os delegados para a Conferência Nacional.

A primeira estratégia adotada pelo COMUSAN foi a realização das Atividades Livres, com o intuito de atrair pessoas para participar ativamente das Pré-Conferências que foram regionalizadas, valorizando as especificidades territoriais, momento em que foram elaboradas propostas para serem apresentadas na 6ªCM de SAN de São Paulo, realizada no mês de junho de 2015.

O COMUSAN destacou-se como um espaço diferenciado, por prezar pela inclusão, empoderamento dos membros, participação e horizontalidade nos processos, além de uma comunicação endógena e exógena, prezando por uma conduta democrática e transparente por meio da descentralização das ações.

As dez atividades livres ocorreram em associações, redes de SAN, universidades e outros espaços, fornecendo subsídios para as conferências no país e para a futura elaboração do PLAMSAN.

Figura 6: Atividade Livre realizada na FSP/USP

Figura 7 A, B e C: Atividade Livre realizada no CRESAN-BT

A segunda estratégia do COMUSAN foi a realização das Pré-Conferências, evidenciando e potencializando os territórios para tirarem as propostas que seriam apresentadas, posteriormente, na 6ªCM para: alteração, inclusão, exclusão e validação pelos delegados, conforme fala da categoria POLÍTICAS PÚBLICAS/ Construção, Elaboração.

“Talvez a gente siga as mesmas diretrizes da política nacional, mas São Paulo não é uma cidade qualquer, é uma metrópole e temos que pensar em formas de descentralizar as ações para os territórios, as localidades.” (Informante-Chave, COMUSAN)

Outra estratégia utilizada pelo COMUSAN foi seguir as diretrizes da política nacional, como relata a depoente, de modo a envolver o máximo de pessoas possível neste processo, descentralizando ações em todos os territórios da cidade.

As dimensões subjetivas do território devem ser levadas em consideração em qualquer situação, pois é onde a vida pulsa em cada sujeito, sendo manifestados “seus valores, suas escolhas e o modo como transformam seus desejos em ações concretas” (SACARDO et al., 2014, p.132).

“Em cada região há experiências significativas para resolver problemas bem locais; são ações, muitas vezes, feitas com poucos recursos, mas com importantes resultados, porque lidam com problemas ligados ao sofrimento, à saúde e à exclusão social. Enfim, na hora de se pensar em uma política pública para a cidade, acho que deveríamos discutir a concepção de política pública. Qual é a concepção? O Estado sozinho vai fazer as ações ou em parcerias com a Sociedade C Civil, fortalecendo projetos e atividades que são realizadas na região, que são vivas e onde há grupos que tem interesse na continuidade dessas ações? ” (Informante-Chave, COMUSAN)

O território, na visão de SACARDO et al. (2014), deve ser considerado um “espaço de construção e reconstrução permanente”, devido à interação ocorrida entre o sujeito e o coletivo, pois é

lugar por excelência de convivência com a alteridade, a multiplicidade de interesses, disputas, conflitos e, ao mesmo tempo, pela possibilidade da inovação, da criatividade, da solidariedade, da inclusão, da autonomia, da construção coletiva, do estabelecimento de redes e parcerias (SACARDO et al., 2014, p.132).

RAFFESTIN (1993, p.58) enriquece a reflexão sobre os territórios com uma divisão tripartida (população, território e recursos) e ordenada, pois para ele, primeiramente vem a população, simplesmente, porque ela está na origem de todo o poder; nela, residem as capacidades virtuais de transformação; é da população que procede a ação. O território é a cena do poder onde ocorrem todas as relações, porém sem a população, este lugar fica estático, nada ocorre. E, por fim, os recursos “que determinam os horizontes possíveis da ação”.

Nesta visão, houve certa perspicácia por parte dos ativistas da SAN quando para mobilizar a população em torno da temática e dos eventos da SAN, utilizaram-se de uma estratégia de ações descentralizadas nos territórios, pois, segundo RAFFESTIN (1993, p.60) “o território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos”.

Para SOUSA SANTOS (2006) é importante democratizar todos os espaços, substituindo relações de poder por relações de autoridade compartilhada.

Neste sentido, a estratégia de descentralizar as ações, investe na potência dos territórios envolvendo seus habitantes na construção de uma política pública; dando-lhes voz e vez, empoderando-os.

No total ocorreram sete Pré-Conferências macrorregionais, com envolvimento de todas as subprefeituras, que foram responsáveis pela construção de propostas de acordo com a realidade local e pela eleição de delegados (PMSP, 2016a).

As Pré-Conferências ocorreram em sete macros regiões: Leste I (Guaianases, Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista, Penha e São Miguel), Leste II (Aricanduva, Cidade Tiradentes, Itaquera, São Matheus, Sapopemba, Vila Prudente), Sul I (Capela do Socorro, Cidade Ademar, Parelheiros), Sul II (Butantã, Campo Limpo, M’Boi Mirim, Santo Amaro), Sul III (Ipiranga, Jabaquara, Vila Mariana), Norte (Casa Verde, Freguesia do Ó, Brasilândia, Jaçanã, Tremembé, Perus, Pirituba, Jaraguá, Santana, Tucuruvi, Vila Maria, Vila Guilherme), Centro/Oeste (Mooca, Lapa, Pinheiros).

Na etapa municipal, houve a reunião de todos os delegados eleitos regionalmente, participando cerca de 1.200 pessoas, que discutiram as propostas saídas das sete etapas macrorregionais. Estas propostas foram

previamente sistematizadas, revisadas em alguns casos e colocadas novamente para aprovação (PMSP, 2016a).

Os movimentos sociais também elaboraram uma Carta Política (Anexo nº 2) com resumo de tudo que foi discutido nas regiões, reforçando os principais pontos debatidos na conferência sobre a realidade do município. Os dois produtos tirados destes encontros (Propostas e Carta Política), e também as moções, compuseram o Relatório Final da 6ª Conferência Municipal de SAN da cidade de São Paulo.

As prioridades do município, presentes no Relatório Final da 6ª CM, voltaram-se para as seguintes dimensões: produção e abastecimento; educação alimentar e nutricional; acesso à alimentação saudável; entre outros (PMSP, 2016a).

A entrevistada, a seguir, faz uma reflexão sobre como é construir uma política pública, de forma participativa, em uma cidade com a grandiosidade e complexidade de São Paulo, podendo o mesmo depoimento ficar enquadrado em duas das categorias existentes na análise: POLÍTICAS PÚBLICAS/ Construção, Elaboração e PARTICIPAÇÃO SOCIAL/ Empoderamento:

“Quase que se poderia pensar de uma política para cada uma dessas cidadezinhas dentro de São Paulo [territórios divididos pelas subprefeituras], entende? Então quais são as experiências significativas desse lugar, quais são as forças vivas, a população que é organizada, e que pauta esses assuntos e que realiza ações? Porque o Estado vai fazer ações onde a sociedade já tem ‘know how’, então aí é que está, qual é a concepção de política pública? Se você pensar que política pública não é necessariamente uma política do Estado, estatal, que a política, ela abrange ações públicas, que tem uma finalidade pública, pode ser realizada por uma organização social em parceria com o Estado. Então, essa disputa nós vamos fazer, de procurar fortalecer e empoderar organizações que tem o que dizer, que tem o que falar, que tem o que fazer, que são desses territórios e vão continuar aí(...) fincam-se raízes mais profundas.”
(Informante-Chave, COMUSAN)

Para AKERMAN (2005) o local deve ser visto como espaço efetivo de atuação de atores sociais, pois são estes que fazem a diferença. Em sua compreensão, o indivíduo vê o universo a partir de um determinado lugar, sendo este local a base das relações entre as pessoas. Assim, o espaço é vivo, é dinâmico, é também onde se exercita a cidadania, se concretizam as relações de cooperação e de poder.

A descentralização das ações, na busca da construção da política municipal de SAN, potencializou cada território, além de conseguir dar voz aos mais diversos grupos envolvidos.

Para SAQUET (2014), os territórios precisam ser compreendidos como campos de poder, conflitos, contradições, apropriações e dominações. A construção histórica e relacional do território precisa ser analisada de forma crítica, planejada e reordenada, considerando-se os anseios e significados de seus atores. Neste sentido, a participação para o autor significa

práxis de cooperação dialógica para o desenvolvimento com mais justiça social, preservação do ambiente, produção de alimentos saudáveis, conquista da autonomia, repartição da renda, etc. (SAQUET, 2014, p.17).

A identificação dos problemas locais, ao promover a participação dos diferentes segmentos da sociedade, auxilia na consolidação de uma identidade regional ressaltando entre os atores sociais, o sentimento de pertença em relação a uma comunidade territorialmente localizada, construindo-se uma identidade regional, não devendo “ser entendida como algo que simplesmente existe devido a uma determinada conjugação de fatores e circunstâncias” (BANDEIRA, 1999, p.29).

Tal dinâmica é construída historicamente, sendo resultado de processos participativos que envolvem atores sociais oriundos de diferentes realidades sociais e permeiam diversos aspectos da vida cotidiana (políticos, sociais, culturais, outros).

Figura 8 A, B e C: 6ª CM realizada no CRESAN Vila Maria

A 6ª CM reafirmou a importância da consolidação do Sistema Municipal de SAN para São Paulo, combinando uma rede operacional de programas composta por equipamentos, bens e serviços públicos que visam assegurar a garantia do DHAA e da SAN como um sistema de ação política e regulação, englobando a Conferência, o COMUSAN, a CAISAN Municipal, a Política e o Plano Municipal.

A 6ª CM, como previsto na LOSAN, foi a instância máxima deste processo, momento de grande mobilização da sociedade em que se definiram as prioridades e as diretrizes para a Política e para o Plano Municipal de SAN.

4.2.2. Propostas e Ações Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional sob a ótica da Promoção da Saúde

As propostas, elaboradas pelos participantes das sete Pré-Conferências, foram levadas para a 6ª CM para alteração, inclusão, exclusão e validação.

Os grupos de trabalho (GTs) fizeram a leitura de todas as propostas dos territórios com o direito de fazer os devidos destaques para crítica, correção e validação das mesmas. Após as discussões nos GTs e na plenária, houve destaque e validação das propostas.

O quadro nº 4 do anexo nº 3 incorpora as proposta intersetoriais que foram aprovadas na conferência: importância da descentralização da administração pública relativa a programas de SAN; fortalecimento e ampliação de iniciativas de agricultura urbana e periurbana; promoção de capacitação em educação nutricional ampliada; reconhecimento da agroecologia; garantia da preservação e resgate dos aspectos históricos e culturais no que se refere à tradições e saberes ancestrais e fomento à integração do urbano e rural; resgate do caráter social e cultural dos espaços de abastecimento municipal; garantia do

desenvolvimento de programas associados ao ciclo do alimento; da proteção das nascentes, mananciais, rios e florestas da cidade de São Paulo; adoção de medidas de regulação e fiscalização para coibir práticas abusivas da indústria de alimentos; capacitação da população e equipamentos que possibilitem a preparação de alimentação saudável; políticas específicas e universais de segurança alimentar e nutricional para os grupos vulneráveis no município de São Paulo.

O quadro nº 5 do anexo nº 4 incorpora as propostas aprovadas e divididas em três eixos e também com caráter intersetorial: Eixo I - Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar e nutricional (O que é comida de verdade?, Agricultura); Eixo II - Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas para a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo (Abastecimento, Água, Educação e Saúde, População Vulnerável, Alimentação Escolar; Eixo III – São Paulo: adesão, participação social e intersectorialidade na construção do SISAN (Articulação e Institucionalização).

As propostas elaboradas durante as Pré-Conferências e, posteriormente, encaminhadas e aprovadas na 6ª CM demonstram claramente a importância da intersectorialidade para os atores envolvidos neste processo, pois diversas propostas de um GT conectavam-se a de outro.

No próprio Eixo II, a intersectorialidade foi mencionada de forma explícita no item 2 da seção que trata da “Articulação e Institucionalização” conforme copiamos a seguir:

“Adotar estratégia de trabalho inter e intrasetorial envolvendo as diferentes secretarias municipais com compromisso dos seus titulares especialmente na abordagem de temas transversais, tais como, o combate ao desperdício, educação alimentar e nutricional, inocuidade do alimento, insegurança alimentar, entre outros, com participação e controle social.”

A ação intersectorial resulta na gestão integrada das políticas sociais e na resolução dos problemas da população de determinado território, pois considera os inúmeros interesses e processos que privilegiam determinada política setorial e compreende as organizações sob uma nova ótica, exigindo maior

comprometimento e vontade política dos gestores públicos para mudar suas formas de atuação e oferecer aos cidadãos uma vida com mais qualidade (NASCIMENTO, 2010; JUNQUEIRA, 1997).

Considerando a interface entre SAN e saúde, a participação do setor saúde nos processos de implementação do SISAN e na construção da política de modo geral, é essencial e indispensável à consolidação da SAN no país.

Esta atuação conjunta da SAN e da saúde estende-se às esferas governamentais dos estados e municípios, pois “a política de SAN constitui um conjunto de ações planejadas para garantir a produção e o acesso aos alimentos para toda a população promovendo a nutrição e a saúde” (RIGON et al., 2016, p.2).

A SAN é, por natureza, uma política intersetorial, pois envolve diferentes áreas (agricultura, abastecimento, trabalho, economia, saúde, educação, meio ambiente, proteção e promoção social, dentre outras), sendo realizada em diferentes esferas, tais como: produção, distribuição, comercialização, acesso e consumo dos alimentos.

Desde a década de 1990, a perspectiva intersetorial foi incorporada na nova concepção de política de SAN, significando que o caráter suprasetorial da política pública, apropriando-se dos objetivos mais amplos da SAN, deveria envolver diversos setores, dentro de uma compreensão mais integrada dos componentes alimentar, disponibilidade, produção, comercialização e acesso ao alimento e nutricional, relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica do alimento (BURLANDY, 2004).

As políticas de SAN, pelo fato de serem abrangentes e estruturais, contribuem para o processo de transformação dos determinantes sociais da insegurança alimentar e nutricional e para o enfrentamento da pobreza, da fome e da alimentação de má qualidade (RIGON et al., 2016).

A intersetorialidade, enquanto processo, demanda uma integração horizontal e vertical, respectivamente. A horizontal deve integrar políticas através de programas específicos, sendo um conjunto de intervenções complementares para atuar no campo da saúde; a vertical deve integrar domínios de políticas públicas que se constroem uns sobre os outros, pois a realidade social exige que ambas as dimensões atuem de forma integral, articulada, dada sua complexidade (RABELLO, 2010).

Até hoje, a maioria das estruturas municipais se apresentam em formato piramidal, arranjadas por vários escalões hierárquicos e departamentos, dificultando a participação popular no exercício dos seus direitos sociais (JUNQUEIRA,1997; WESTPHAL, 2000).

Conectar intersectorialidade e participação social, dois princípios da Promoção da Saúde, significa promover a articulação entre os profissionais e sujeitos, ligados aos serviços públicos, envolvendo-os neste tipo de processo.

O local onde estes atores atuam é o espaço apropriado para que as articulações políticas de desenvolvimento urbano e social aconteçam, haja vista que é onde encontram-se os sujeitos-alvos dessas políticas (NASCIMENTO, 2010; WESTPHAL, 2000; SPOSATI, 2006), conforme evidenciado nas falas da categoria POLÍTICAS PÚBLICAS/ Intersectorialidade.

“uma Casa de Cultura na Cidade Tiradentes está no mesmo terreno, que vai ser inaugurada agora, a Escola-Estufa, então existe um movimento de moradores locais que fazem parte de ambos equipamentos e que querem, que possa haver uma intersectorialidade, que um equipamento que está no mesmo terreno que o outro possa ter assim a cultura da sustentabilidade(...)” (Informante-Chave, COMUSAN)

Destaca-se com esta fala a intenção de se operacionalizar uma intersectorialidade de base, entre técnicos do Poder Público e comunidade com vistas à otimização e sustentabilidade do espaço citado.

No próximo depoimento faz-se uma reflexão sobre a intersectorialidade das ações em SAN e se realmente existe um diálogo intersectorial dentro das subprefeituras:

“Existem locais na subprefeitura para um diálogo intersectorial? Teríamos que criar uma coordenadoria de segurança alimentar e nutricional na subprefeitura? Como isso se institucionaliza? O desafio da temática alimentar é que ela conversa com quase todos os setores, mas ela não é a prioridade em setor nenhum, entende? Então qual é o lugar desse tema dentro do aparelho do Estado? Não há lugar para conversas intersectoriais (...)” (Informante-Chave, COMUSAN)

Uma das razões que interfere no agir em conjunto é a gestão isolada de cada setor ou departamento, pois parte de uma visão segmentada da organização municipal, favorecendo um pensamento linear e dificultando ações de cooperação e parceria, desfavorecendo uma reflexão intuitiva (WARSCHAUER e CARVALHO, 2014).

Em relação à SAN, mais especificamente, nos serviços públicos relacionados ao alimento e à alimentação, as ações encontram-se dispersas dentro do aparato estatal “determinando uma apropriação parcial e enviesada da temática” (COSTA e BÓGUS, 2012).

Como decorrência da ausência de uma ação conjunta entre os diferentes departamentos, pode ocorrer dentro da gestão municipal uma ação setorializada “mediante a qual o sujeito reconhece-o sob uma ótica fragmentada e particular, perdendo a essência do programa”, agravando quando ocorre uma divisão interna do próprio setor, um “outro tipo de fragmentação” refletindo na ausência de ações intrasetoriais (WARSCHAUER e CARVALHO, 2014, p.196).

Ainda, de acordo com os referidos autores, existem as políticas que se dão na esfera pessoal, pois muitos programas/projetos são implementados a partir de ideias e desejos específicos de pessoas que estão em determinado momento à frente de determinada iniciativa e não pelos objetivos e pelas diretrizes das políticas públicas do setor.

Na esfera pública local de formato piramidal, por exemplo, as pessoas são deslocadas/afastadas do governo, independentemente da sua competência ou envolvimento com a ação, prejudicando, portanto, a continuidade das ações intra ou intersetoriais (WESTPHAL, 2000; WARSCHAUER e CARVALHO, 2014).

No tocante à SAN, SANTARELLI (2012) ressalta que a implementação do enfoque intersetorial na área exige quebra de paradigmas e da cultura do setorialismo, profundamente enraizada na administração pública.

Em contraposição, é destacado pela autora, alguns programas do Plano Nacional de SAN que estão sendo executados de forma intersetorial e por intermédio da pactuação entre os três níveis de governo, como é o caso do Programa Bolsa Família, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), da Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, dentre outros.

Na construção gradual da Política Nacional da SAN, a criação e a consolidação da Câmara Interministerial de SAN no Governo Federal e das

Câmaras Intersecretariais nos governos municipais, vem, nos últimos anos, se estruturando e assumindo suas atribuições na perspectiva da intersetorialidade, demandando esforços e comprometimento por partes dos gestores, que, em muitos locais são pressionados pela sociedade de modo geral.

Um mapeamento, realizado pela CAISAN, entre agosto e novembro de 2014, intitulado de “MapaSAN”³⁶ retrata a situação atual de estrutura e gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) em 23 estados e o Distrito Federal e em 1.628 municípios que participaram da pesquisa. De acordo com o MapaSAN³⁷ todos os estados e o Distrito Federal do país já aderiram ao Sisan. Os estados que não responderam ao questionário da pesquisa foram Amapá, Goiás e Rio Grande do Norte (BRASIL, 2015).

Na esfera estadual, de acordo com o relatório da pesquisa, a implementação do SISAN depende da reorganização da governança das ações de SAN nos estados, a partir do desenvolvimento de políticas intersetoriais que respondam a diferentes realidades locais, às especificidades dos povos e comunidades tradicionais, ao fortalecimento dos circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, às ações de SAN na saúde, na assistência social, na educação, entre outros.

Ainda sobre a intersetorialidade, ressaltamos também a importância de uma comunicação ativa e eficiente, que segundo WARSCHAUER e CARVALHO (2014) contribui para articular as partes, expor os conflitos e possibilitar que se viabilizem soluções. No entanto, esta comunicação também se apresenta como um desafio da intersetorialidade.

Na conjuntura municipal, as propostas aprovadas por aclamação na 6ª CM foram sistematizadas e estão disponíveis no Relatório Final de Declarações e Proposições da 6ª CM de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (PMSP, 2015).

³⁶ MapaSAN disponível em:
https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/ferramentas/docs/MapaSAN_final.pdf

³⁷ Os estados que participaram da pesquisa informaram que possuem CAISANS estruturadas e, a grande maioria (75%) realizou pelo menos uma reunião nos últimos três meses em relação a data de preenchimento do questionário e quanto à periodicidade das reuniões, 37% tiveram periodicidade mensal e 21% estabeleceram a periodicidade trimestral para as reuniões. De todos os estados, 79% informaram que estavam trabalhando com a elaboração, aprovação, revisão, avaliação e monitoramento dos Planos Estaduais de SAN (Brasil. MDS, 2015).

Mais de 70 (setenta) propostas elaboradas nos territórios, mas que não puderam ser contempladas no PLAMSAN por diversos motivos, dentre os quais as especificidades das mesmas, foram encaminhadas às Subprefeituras, pois somente seriam viáveis se implementadas localmente.

O quadro nº 6 do anexo nº 5 apresenta as propostas locais, emergidas dos diversos territórios, envolvendo os seguintes temas: Abastecimento, Agricultura, Água, Articulação e Institucionalização, Mídia, Escola, Educação e Saúde, Populações Vulneráveis, demonstrando a importância e a necessidade das ações intersetoriais também para os atores locais.

Na perspectiva sistêmica da SAN, é importante considerar os encadeamentos estabelecidos pelos fluxos de interdependência, considerando-se os fatores exógenos sobre os componentes endógenos de um dado sistema, bem como as relações simbióticas, as interações, as sinergias construídas na ação destes fatores (MALUF e REIS, 2013).

As políticas alimentares passam a ter uma característica inclusiva, quando deixam de ser responsabilidade de uma ou poucas áreas e passam a receber a devida atenção e o comprometimento de todas as áreas, setores, em diferentes escalas e esferas governamentais e, também, da sociedade.

As escalas que devem incluir a questão alimentar vai desde os indivíduos e seus domicílios até os âmbitos nacionais e global, interagindo entre si e, em diversos aspectos, dando origem a relações de condicionamento e de determinação entre elas (MALUF e REIS, 2013).

Esta interação ocorre porque a condição alimentar de uma pessoa é afetada por fatores de ordem geral, que, segundo os autores citados, condicionam o acesso aos recursos naturais, a evolução do emprego e renda, uma vez que a condição alimentar da população de uma nação pode ser modificada como resultado das ações desenvolvidas localmente a partir dos indivíduos, familiares, coletivos, etc.

Assim, ressaltamos o valor das propostas locais que foram construídas durante a realização das pré-conferências de SAN, revelando a perspectiva da interdisciplinaridade e da intersectorialidade, bem como a funcionalidade da descentralização de ações, neste caso, por meio das ações realizadas nos territórios.

Além disso, estas propostas, elaboradas por atores locais, podem ter reflexos em outras dimensões e/ou regiões, pois uma proposta originada em determinado território pode também ser aplicada em outro que possua características semelhantes.

As sinergias geradas pela interação entre os atores locais envolvidos em uma dada ação ou em um programa público podem dar origem a iniciativas que vão além do objetivo primeiro dessa ação ou desse programa (MALUF e REIS, 2013, p.54).

O quadro nº 7 do anexo nº 6 corresponde a uma síntese das recomendações, acessadas pela pesquisadora, que foram elaboradas nos territórios e, por não terem sido contempladas no PLAMSAN, foram enviadas às subprefeituras para serem incorporadas em seus locais de origem.

Os principais temas destas recomendações foram: Comida de Rua, Práticas de Alimentação *in natura* ou beneficiada em locais públicos, Banco de Alimentos, Restaurantes Populares, Agricultura Urbana e Agroecologia, Entrepósitos Alimentares, Compostagem, Feiras Orgânicas, Economia Solidária, Alimentação Escolar, Doação de Alimentos, entre outros. O modelo da carta de recomendação encaminhada às subprefeituras encontra-se no anexo nº 7.

O passo seguinte foi transformar as deliberações da 6ª CM em diretrizes e propostas de ações, envolvendo diversas secretarias, para subsidiar o 1º Plano Municipal de SAN de São Paulo, tendo o prefeito um ano, a partir da adesão ao SISAN, para concluir e validar este documento de grande importância para a população do município, sendo o COMUSAN um dos principais protagonistas do processo.

As ações e/ou temas, voltados à promoção da SAN e da Promoção da Saúde conjuntamente, em diversos momentos ficaram subentendidos, pois nem sempre foram verbalizados e/ou expressos claramente ao longo do processo.

Dentre as ações previstas, destaca-se o monitoramento do que está previsto no PLAMSAN, conforme Decreto nº 55.868/2015 e Resolução nº 001/2016³⁸ que o instituiu.

³⁸ A Resolução 002/2016 criou o Comitê Técnico de Monitoramento do PLAMSAN 2016/2020, formado por representantes das diversas secretarias envolvidas com esta frente. Esta Resolução permite a participação de universidades e institutos de pesquisa e tem o objetivo de elaborar a metodologia para o levantamento das informações e monitoramento das ações de modo a atender o que está previsto na LOSAN Municipal nº 15.920/2013.

A equipe que liderou a elaboração do PLAMSAN realizou, primeiramente, um levantamento junto às secretarias membros da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional, a CAISAN Municipal (PMSP, 2016a), de modo a identificar ações ligadas direta ou indiretamente à SAN que já estavam sendo desenvolvidas em São Paulo, de forma isolada e/ou em parceria entre secretarias ou outros órgãos, organizações, etc.

Dentre as ações e programas identificados no levantamento acima, listamos alguns de maior destaque: Programa de Operação Trabalho (POT); Programa Bolsa Trabalho; Pronatec POPrua ; Programa Banco Municipal de Alimentos e Rede Metropolitana de Alimentos; Programa Leve Leite; Cesta Básica; Sacolões municipais; Cozinhas comunitárias; Estufas nas escolas; Alimentos orgânicos na alimentação escolar da rede municipal (com aquisições de produtos alimentícios provenientes da agricultura familiar/ PNAE); Programa “Na Mesma Mesa”; Cursos e capacitações promovidas para o fortalecimento da alimentação saudável; Visitas técnicas aos agricultores familiares e capacitação dos conselheiros da COMUSAN; entre outros.

Os programas listados evidenciam a importância do desenvolvimento de ações intersetoriais, bem como dos trabalhos inter e transdisciplinar, pois de alguma maneira, uma ação de determinada pasta ou secretaria interage com outras.

Ressalta-se, mais uma vez, que “o tema da alimentação saudável ilumina aspectos relativos às dimensões sociais, ambientais e culturais dos alimentos, apontando para a necessidade de uma articulação interdisciplinar e intersetorial” (COSTA e BÓGUS, 2012, p. 108) .

Neste contexto apontamos cinco princípios metodológicos que contribuem para o avanço do trabalho inter e transdisciplinar, necessários à concretização da intersetorialidade da SAN (RIGON, 2012; COSTA, 2008; IRIBARRY, 2003): compromisso com o trabalho coletivo; geração de novos dispositivos; familiarização dos profissionais com áreas diferentes da sua; legibilidade e compartilhamento de discursos e tomada de decisão horizontal.

De acordo com COSTA (2008), a SAN por si é uma temática mobilizadora e articuladora que envolve diferentes atores sociais. É enfatizado por ela a

importância da participação na construção da SAN, em situações como a de determinação social da insegurança alimentar e nutricional, exigindo uma abordagem sistêmica por parte dos governos e da sociedade civil.

No âmbito do setor saúde, a participação social ativa ocorre de forma processual, fortalecendo as ações intersetoriais. Assim, tanto a participação como a intersetorialidade, princípios estabelecidos pela Promoção da Saúde, contribuem para o êxito das políticas de SAN. Estes dois princípios ocupam importante papel no contexto das políticas promotoras de saúde, servindo de alavanca para transformações de caráter estruturante necessárias à sociedade contemporânea (RIGON, 2012).

A partir de uma visão ampliada de saúde, em especial dentro da perspectiva da Promoção da Saúde, enfatizamos a importância das ações intersetoriais e descentralizadas, geradas nos territórios, ações estas que foram fundamentais para a construção da 6ª CM e para o processo de elaboração do PLAMSAN.

Sem o protagonismo dos atores locais nos territórios não seria possível realizar um evento de caráter participativo como a 6ª CM e, também, não haveria uma abordagem de temas tão diversos, que emergiram localmente por estarem presente no cotidiano das ações, se interconectando e se complementando.

4.3. DIMENSÃO LOCAL DO MOVIMENTO DE SAN DE SÃO

PAULO

As peculiaridades e as especificidades do movimento de SAN de São Paulo serão apresentadas a partir de uma dimensão micro, bem como os reflexos dos protagonistas locais que participaram da construção do PLAMSAN, tanto no nível local, na região do Butantã, como no nível municipal.

4.3.1. A Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã (REDE SANS-BT)

A partir de um olhar focalizado para os atores locais da REDE SANS-BT foi possível compreender a participação e a influência destes no fluxo do PLAMSAN.

Durante a observação participante realizada na REDE SANS-BT, tivemos uma noção do que pode acontecer em outras redes locais, espalhadas pelo Brasil e pelo mundo, como é o caso das redes que estão se formando em torno da temática da SAN no estado de São Paulo.

No cenário municipal, demonstraremos como a REDE SANS-BT contribuiu com a elaboração do PLAMSAN e como tem contribuído para a construção da Política Municipal de SAN de modo geral.

As redes sociopolíticas, formadas por pessoas e organizações, tem o propósito de auxiliarem na resolução de problemas localizados, respondendo à demandas e necessidades da população de forma integrada e com eficácia na gestão das políticas sociais, atuando numa perspectiva intersetorial (JUNQUEIRA, 2000), pois muitas questões dependem de ações integradas entre várias áreas da administração e da sociedade.

O combustível para o êxito das redes sociopolíticas encontra-se na mobilização e participação social, sendo sua composição formada por diferentes atores sociais que vivem e vivenciam diferentes espaços com experiências e desejos diversos.

É fundamental para o bom funcionamento das redes alguns princípios norteadores, tais como: processos metodológicos de trabalho, compreensão e estabelecimento de uma rede de saberes contínuos (onde se aprende a compartilhar e a refletir novas formas de pensar), além da busca incessante de planejamentos que almejam espaços saudáveis e que promovam qualidade de vida (SPERANDIO, 2003).

A REDE SANS-BT, além de integrar o movimento de SAN do município, tem desempenhado papel fundamental na região do Butantã; seus membros, compromissados com a temática, estão seguindo os direcionamentos do PLAMSAN para colocarem em prática a elaboração de um Plano Local de SAN, de forma participativa e intersetorial e que atenda às necessidades da região.

RAFFESTIN (1993) relaciona os conceitos de “espaço”, “local” e “território” da seguinte maneira: espaço é anterior a qualquer ação, local é onde existem as possibilidades das ações no qual o sujeito manifesta sua intenção de apropriação e, o território abarca as relações que ocorrem no local, se apoiando no espaço e na produção que lá se materializa devido a todas relações envolvidas, compondo, portanto, um campo de poder.

Esta união de pessoas, geralmente, ocorre quando existe uma “cola” entre elas. No caso da REDE SANS-BT, a temática da SAN foi o que uniu estes atores sociais, conforme será demonstrado ao longo desta seção.

Parte dos membros desta rede são pessoas que militam na SAN há muitos anos; outros residem na região e possuem interesse em se apropriar mais da temática; os demais são moradores do entorno que já frequentavam o CRESAN devido às atividades educativas que ali já eram desenvolvidas.

Dentre os frequentadores da REDE SANS-BT destacamos as lideranças comunitárias, representantes de associação de bairro e de organização não-governamental, pesquisadores, outros.

No geral, os membros da REDE SANS-BT representam outros movimentos, organizações, etc., cujos temas de interesse se interconectam com a SAN (saúde, educação, ecologia, cultura, etc), o que é natural e compreensível quando falamos de configurações sociais ou, mais especificamente, das redes.

Foram muitas as estratégias de mobilização dentro da REDE SANS-BT com vistas à disseminação da SAN e formação dos membros da rede, contribuindo, também, para que mais pessoas passassem a se apropriar do CRESAN-BT, local onde, normalmente, ocorrem as reuniões da rede.

Dentre as atividades, citamos uma colheita proveniente da agricultura urbana para captação de alimentos na região e distribuição para as atividades desenvolvidas relacionadas à preparação de refeições (CERVATO-MACUSO et al., 2015).

Neste caso, entendemos que a participação social auxilia na superação das desigualdades e da promoção da igualdade, pois viabiliza canais onde a sociedade, em sua diversidade, possa manifestar seus diferentes interesses, necessidades, pontos de vista, carências, projetos, demandas, etc, além de contribuir com a manutenção dos espaços participativos, considerados mecanismos de participação e controle social (CERVATO-MACUSO et al., 2015).

Segundo RAFFESTIN (1993) toda prática espacial, ainda que em estágio inicial, induzida por ações e comportamentos, reflete numa produção territorial.

Neste sentido, por mais elementar que seja este agrupamento de pessoas, que estão se propondo a formar uma rede, necessita de certa organização para operacionalizar as ações pretendidas.

As estratégias educativas utilizadas, a partir de uma atuação dos membros da REDE SANS-BT, propiciou o envolvimento da comunidade e outros parceiros de forma a identificar ações relacionadas à alimentação saudável, promovidas pela comunidade, ponto forte para aproximação e constituição da ação intersetorial.

Dentro deste contexto, a REDE SANS-BT foi se consolidando como um espaço aberto, por meio de incentivos à participação nas reuniões mensais, aberta a participação de todos, para discussão e articulação de ações de SAN e temas correlatos de forma a se reconhecer e ser denominada, em 2003, como Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional (CERVATO-MACUSO et al., 2015).

A constituição desta rede promoveu a aproximação e o reconhecimento dos atores locais, representantes dos diversos setores e segmentos da região.

Assim, a REDE SANS-BT foi se desenvolvendo como um espaço de articulação e disseminação do conceito de SAN nos seus diversos eixos e de fortalecimento do tema de modo geral, tendo como propósito a identificação de demandas locais, discutindo, refletindo e elegendo-as de acordo com as prioridades locais, em diferentes momentos, além da execução de ações integradas, por meio de planejamentos coletivos, participativos e intersetoriais.

A REDE SANS-BT também pode ser considerada um espaço educativo, pois, através de uma educação não-formal, auxilia na qualificação dos indivíduos e coletivos, partindo da realidade local dos atores sociais.

O conhecimento técnico da SAN, por parte de alguns membros da REDE SANS-BT, é considerada uma potência, pois a partir da capacitação técnica dos envolvidos, que ocorre continuamente, em diferentes momentos e de diferentes maneiras, mais pessoas vão se qualificando e empoderando e disseminando o tema em outros espaços em que circulam.

A militância é uma marca dos membros da REDE SANS-BT; seus membros desempenham um papel de multiplicadores da SAN, dentro e fora da rede, contribuindo com o fortalecimento do movimento de modo geral. Muitos possuem conhecimento aprofundados do tema, sendo profissionais que atuam na área ou pesquisadores cujo tema de estudo se relacionam com a SAN e, ainda, aqueles que entendem a SAN com uma causa a ser defendida (idealistas, simpatizantes, ativistas).

Dentre aqueles que detêm um conhecimento mais técnico, destacam-se os profissionais da área da nutrição e da saúde que marcam presença nas reuniões mensais da rede. A maioria destes profissionais representa os serviços públicos do município, alguns vinculados à Subprefeitura do Butantã.

A tecnicidade pode ser definida com um conjunto das relações que o indivíduo, enquanto membro de um coletivo, mantém com as matérias as quais pode ter acesso, podendo esta matéria ser um apêndice da territorialidade e até um subconjunto da territorialidade (RAFFESTIN, 1993).

Nesta visão, o poder é evidenciado, pois esta tecnicidade pode ser um trunfo para os indivíduos quando tratamos das relações de poder e defesa de interesses.

O entendimento de pertencerem a uma rede propicia aos seus membros a possibilidade de encontro com pessoas diversas, fortalecendo, aproximando, reaproximando, qualificando todos os participantes, além de promover e fortalecer parcerias e ações.

Sabe-se que, em muitos momentos, a rede tem que ser estimulada, pois se percebe o esvaziamento nas reuniões, que pode ser considerado normal, tendo em vista a dinâmica de vida de todos os envolvidos, levando-se em consideração, também, os diversos interesses políticos, econômicos, sociais e pessoais que surgem ao longo do processo. Isto também ocorre entre os membros da REDE SANS-BT.

As reuniões da REDE SANS-BT geralmente ocorrem no Centro de Referência Local em Segurança Alimentar e Nutricional e Sustentável do Butantã (CRESAN-BT), inaugurado em 7 de agosto de 2010, pela SVMA de acordo com o Decreto de criação Nº 51.359 de 25 de Março de 2010.

Além de estimular o protagonismo e o controle social, a REDE SANS-BT tem desempenhado importante papel no processo de discussão, implantação e continuação das ações do CRESAN-BT por ser um espaço democrático, com caráter participativo e de controle social (CERVATO-MACUSO et al., 2015).

A REDE SANS-BT não é um espaço institucionalizado, pois não está ligado a um órgão público; agrega representante de vários segmentos da Sociedade Civil e representantes do Poder Público, mas faz uso dos equipamentos públicos para realização dos encontros (reuniões, eventos, etc). Assim, é importante reconhecer o apoio institucional que é dado ao grupo.

O maior propósito da gestão municipal, comprometida com os princípios democráticos e a cidadania, é ampliar as condições de qualidade de vida, do exercício dos direitos da população, promovendo o compartilhamento de riquezas materiais e imateriais de um determinado grupo social em determinado momento histórico (MOYSÉS e MOYSÉS, 2012).

E as redes, por sua vez, auxiliam no exercício da democratização dos processos de gestão pública e representam um importante mecanismo que tende a reforçar os processos de melhoria institucional. Desta forma, Poder Público e Sociedade Civil pactuam condições mínimas de funcionamento e participação na esfera pública, contribuindo para aproximação entre governo e cidadãos (CERVATO-MACUSO et al., 2015).

As redes devem possuir um caráter autônomo por ser tratar de unidades operacionais originalmente independentes, credenciadas e interdependentes, com relação aos processos operacionais que compartilham (MOYSÉS e MOYSÉS, 2012).

A horizontalidade, a partir de processos dialógicos, é uma marca da REDE SANS-BT, pois em todas as reuniões é garantido o direito a voz aos participantes, de modo que todos têm a oportunidade de expor e apresentar seus trabalhos/ instituições; propor temas e definir pautas, bem como deliberar sobre o que foi apresentado, caracterizando-se com um espaço de participação social para o exercício da cidadania.

Figura 9: Constituição da REDE SANS-BT

A dinâmica da REDE SANS-BT propicia um movimento cíclico, de forma a promover a participação dos diferentes integrantes, nos seus diferentes momentos, estando sempre aberta a receber interessados em conhecer, aprender e contribuir com a discussão, o fortalecimento e a disseminação da temática da SAN.

Os encontros são mensais e o local da reunião é itinerante nos diferentes equipamentos e espaços da região do Butantã, de forma a permitir se conhecer a realidade e as dificuldades de cada setor que integra a rede.

Figura 10 Reunião da REDE SANS-BT realizada na Subprefeitura do Butantã:

Desde sua origem, as reuniões ocorrem uma vez por mês. Os temas pautados, ligados direta ou indiretamente à SAN, são discutidos e aprovados de forma deliberativas. As ações decorrentes, sempre que viabilizadas pela rede, são colocadas em prática, ampliando o entendimento das dimensões, eixos e diferentes áreas do setor público e da sociedade civil.

Não há um coordenador, mas representantes dos diferentes setores (Educação; Saúde; Meio Ambiente; Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; Assistência Social, Cultura, outros) que colaboram na organização, planejamento da estrutura das reuniões, dos eventos e das ações.

Figura 11: Reunião da REDE SANS-BT realizada no CRESAN-BT:

Os temas, pautados em agenda previamente estabelecida, são advindas dos membros da REDE SANS-BT e os encontros são organizados didaticamente: seções informativas, construtivas, interativas, deliberativas, garantindo-se a aprendizagem coletiva e o controle social.

A REDE SANS-BT promove a articulação de todos os setores envolvidos no fortalecimento da SAN, servindo de sustentação para a formulação de políticas públicas. Tem como objetivo integrar os conceitos e estratégias da SAN e temas que se inter-relacionam, por meio de ações estruturais, educativas e participativas no Butantão com reflexos para o município.

Integrantes da REDE SANS-BT também participam do COMUSAN, das Conferências de SAN realizadas nas três esferas: municipal, estadual e federal, entre outros espaços de participação ligados ao Poder Público e à Sociedade Civil organizada.

A seguir, demonstramos um anel irradiador de força e poder que simboliza as diferentes formas de participação dos membros da REDE SANS-BT englobando ação, descentralização, mobilização, comunicação, articulação, organização nas três esferas: municipal, estadual e federal.

Para se compreender a dinâmica de uma rede local é importante identificar os elementos que constituem suas relações, bem como os processos que dela emergem.

RAFFESTIN (1993) identifica três elementos relacionais: os atores, a política dos atores (intenções, finalidades) e as estratégias dos atores para chegar a seus fins, os entremeios da relação, códigos utilizados, componentes espaciais e temporais da relação. Nestas circunstâncias, o autor coloca que o poder faz parte de todo o processo relacional e, os atores são divididos em grupos primários (Estado) e grupos secundários (tipos diversos).

Sobre os atores coletivos, estes se dividem em “sintagmáticos” que manifestam com precisão a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo, combinando todas as espécies de elementos para produzir uma ou várias coisas (exemplo: o Estado); os atores “paradigmáticos” que não estão integrados num processo programado, são uma pluralidade de pessoas que possuem algo em comum (exemplo: moram em determinado país) (RAFFESTIN, 1993). De forma objetiva, podemos compreender que o grupo dos paradigmáticos agrega os diferentes atores sintagmáticos.

RAFFESTIN (1993) a partir do estudo de Etzioni, Stourdzé e Glucksmann, apresenta uma boa explicação sobre a organização dos grupos sociais.

“Nossa sociedade é uma sociedade de organização. Nascemos em organizações, fomos educados por organizações e a grande maioria de nós consagra uma grande parte de sua existência a trabalhar para organizações [...] E, se é verdade que a maior parte das organizações é o Estado, ele não é a única: as organizações canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais. Essa observação é muito significativa, pois exprime de uma só vez o jogo das organizações no espaço e no tempo. Elas ‘canalizam’, quer dizer que obrigam a tomada de linhas de função determinada quer se trate do espaço concreto, geográfico, quer do espaço abstrato social; ‘bloqueiam’ significa que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; ‘controlam’, ou seja, têm tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto” RAFFESTIN (1993, p.39).

As organizações, de acordo com RAFFESTIN (1993), codificam, quadriculam, centralizam as relações.

De forma equivalente, esta dinâmica é também espelhada pelas redes que, de certa maneira, podem ser equiparadas às organizações ou compreendidas como conjunto destas, pois nada mais são que um conjunto de pessoas que se organizam em torno de algo e/ou interesse comum.

Na perspectiva da SAN, a importância da sociedade civil tem sido evidenciada pela realização de significativas experiências em seu próprio campo, como também em parceria com o governo para a formulação de propostas e ações e/ou seu monitoramento e controle social (COSTA e BÓGUS, 2012).

A moderna gestão social democrática pauta-se nos princípios da descentralização, da participação social e da intersetorialidade. As redes sociais operam para afirmar estes princípios, sendo resultado do processo de agregação de várias organizações afins, em torno de interesse comum, seja na prestação de serviços, seja na produção de bens (MOYSÉS e MOYSÉS, 2012).

Pensar as redes numa perspectiva sistêmica exige sintonia com a realidade local, com sua cultura de organização social, bem como reconhecer que a sociedade civil pode ser forte e organizada, capaz de se mostrar ativa e participativa diante da administração pública (MOYSÉS e MOYSÉS, 2012).

A REDE SANS-BT, a partir da visão de RAFFESTIN (1993), tem uma composição formada por atores coletivos sintagmáticos vindos de grupos primários (representantes do governo municipal) e grupos secundários (representantes da sociedade civil).

As instâncias de participação em que atuam os membros desta rede, distribuídas no tempo, demonstram como este grupo irradia sua força, seu poder e, sobretudo, como impactou no processo de construção do PLAMSAN e tem atuado para o fortalecimento da política municipal de SAN.

Na figura seguinte, demonstramos uma estratégia espaço-temporal utilizada pelos membros da REDE SANS-BT.

Figura 12: Anel irradiador de força e poder, ações participativas e intersetoriais

Onde há interação entre atores que procuram modificar as relações já existentes, há também ocorrência de poder e, por conta disso, as relações se modificam e os atores se auto modificam. Esta dinâmica, geralmente, ocorre em determinado território e reflete “a multimensuralidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade” (RAFFESTIN, 1993, p.58).

A ambiguidade da palavra “poder” é trazida inúmeras vezes ao longo da tese. Em alguns momentos, grafada em letra maiúscula; em outros, em minúscula. Em determinadas situações vincula-se ao substantivo “poder” como “detenção de poder”, em outras, vinculada ao substantivo “empoderamento” que advém do verbo “empoderar”.

Quando o termo é grafado com a letra inicial em maiúsculo, é nome próprio e representa o Estado, sua soberania, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação, indo mais além, é uma concepção unidimensional do poder.

Já com letra inicial minúscula, o termo representa nome comum e, neste caso, está em todos os lugares, é visto em todos os lugares e se manifesta por ocasião das relações (RAFFESTIN, 1993).

Já vinculado ao verbo “empoderar” relaciona-se ao processo de transformação da sensação de impotência, perante as iniquidades de poder. Dentro de um conceito ampliado e na perspectiva da saúde, empoderamento e participação social são princípios-chave para a efetivação da Promoção da Saúde (RIGON, 2012).

RAFFESTIN (1993, p.53) define porque o “poder” está sempre presente nas relações sociais:

Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações.

O fato da REDE SANS-BT ser composta por representantes do Poder Público municipal e da Sociedade Civil pode ser considerada uma potência, pois estes atores participam e/ou auxiliam na realização de diversos eventos de SAN e temas correlas, nos diferentes nível (local, municipal, estadual e federal), tais como conferências, audiências, conselhos, entres outros.

Torna-se mais fácil compreender este efeito irradiador de força e poder dos membros da rede a partir da seguinte reflexão:

O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares [...] seria inútil procurar o poder ‘na existência original de um ponto central, um centro único de soberania de onde se irradiaram formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis (RAFFESTIN, 1993, p.52).

A figura acima intitulada de “Anel irradiador de força e poder: ações participativas e intersetoriais” demonstra a mobilidade dos membros da rede, circulando por diversos espaços e evidencia os reflexos desta mobilidade no processo do PLAMSAN.

Esta mobilidade, com desdobramentos no processo de elaboração do PLAMSAN, ocorreu em dois sentidos: no primeiro sentido, os membros REDE SANS-BT levavam informações do nível local para os demais níveis; no segundo sentido, traziam informações dos outros níveis para nível local.

O mesmo ocorre com a energia depositada por estes atores em todos os locais que frequentam, pois tanto investem suas energias no nível local quanto nos demais níveis. Ou seja, a atuação dos membros da REDE SANS-BT não se limita somente à região do Butantã, este é apenas um dos locais de atuação.

Este formato circular, representado no anel irradiador de força e poder, evidencia uma estratégia de atuação, em que os atores ocupam todos os espaços para circular informações, empoderar outros atores, realizar articulações, lutar e defender seus interesses.

Além disso, depositando sua energia por meio do trabalho (manual, intelectual), os atores sociais atingem seus objetivos por meio da utilização de estratégias e mecanismos práticos para transformar as realidades espaciais, territoriais (RAFFESTIN, 1993).

Sobre os locais de participação, por onde, estrategicamente, circulam os membros da REDE SANS-BT, podem ser considerados espaços relacionais que é “um espaço abstrato simbólico, ligado à ação das organizações”.

Para RAFFESTIN (1993, p.48) o espaço relacional é “inventado pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real dado”. A intervenção humana neste espaço ocorre por meio das representações (mapas, croquis, esquemas).

A partir da reflexão sobre “força, poder, mobilidade” dos membros da REDE SANS-BT, é possível compreender como estes atores fizeram uso de uma dimensão espaço-temporal para circular seus saberes, irradiar força e poder por onde circulam e/ou circularam.

Dentre tantos desdobramentos no processo do PLAMSAN, destacamos a mobilização, sensibilização e capacitação de diversos outros atores envolvidos com a temática da SAN no município; articulação intersetorial de temas de interesse para a SAN com vistas ao fortalecimento da temática; atuação coletiva dentro das esferas governamentais e em diversos espaços sociais, como as redes locais; repercussão das ações das redes locais, tanto dentro uma perspectiva local como global, influenciando a política municipal e intercambiando a experiência com outras regiões do município, outras cidades, estados e até países.

Sob a ótica da Promoção da Saúde, baseados nos princípios da participação social e da intersectorialidade, os membros da REDE SANS-BT tem

atuado efetivamente para a promoção da saúde, tanto no nível local como no municipal, em especial para a efetivação de seus campos de ação, tais como: reforço da ação comunitária, criação de espaços saudáveis; desenvolvimento de habilidades, contribuindo, direta ou indiretamente, com a elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis de SAN.

4.3.2. Desafios da Intersetorialidade na Prática

A intersectorialidade, apresentada como um dos desafios do processo do PLAMSAN, é aprofundada, neste estudo, pelo fato de ser um dos princípios primordiais da SAN e da Promoção da Saúde.

A partir da experiência de um seminário realizado no nível local, foi possível compreender, por meio de diversos depoimentos, que esta prática é desafiadora para todos os envolvidos na gestão pública municipal. As dificuldades surgem no cotidiano das atividades, desde a base até o topo da pirâmide organização do Poder Público municipal, abrangendo todas as esferas e dimensões da estrutura.

O II Seminário Intersetorial de SAN, em novembro de 2015, teve o objetivo de ampliar a compreensão da temática de SAN dentro dos setores e fortalecer a intersectorialidade, interna e externa, além de possibilitar novas práticas e ações intra e intersectorial. As perguntas norteadoras para o debate deste seminário foram inspiradas nas conferências de SAN de 2015.

Os membros da REDE SANS-BT idealizaram, planejaram e sistematizaram o evento. A organização prévia ocorreu por meio de reuniões periódicas com o intuito de estabelecer o público alvo, planejar os temas abordados e as ações do seminário, configurando-se dentro de um formato de planejamento e construção participativa.

Figura 13: A e B: Reuniões realizadas na CRESAN-BT

O seminário destacou-se como um espaço propício e necessário para o debate e a troca de experiência, dando oportunidade àqueles que vivenciavam os desafios do cotidiano da gestão pública municipal, colocarem suas questões, em especial, em relação à intersetorialidade.

Na dimensão da SAN e da Promoção da Saúde, uma visão mais sistêmica destas duas áreas é proporcionada pela ampliação do diálogo da SAN com as estratégias positivas contidas na Carta de Ottawa (1986), que contemplam como campos de ação determinantes das condições de saúde, tais como: políticas públicas saudáveis, ambientes favoráveis à saúde, reforço da ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos serviços de saúde (COSTA e BÓGUS, 2012).

O seminário proporcionou aos participantes, muitos à frente das operações nos serviços públicos, uma visão mais ampliada e sistêmica de sua atuação, tendo a oportunidade de reconhecer e refletir os problemas, para serem solucionados de forma conjunta, pois no contexto das ações intersetoriais, um setor depende e se conecta com outro.

Na transcrição que segue foi possível observar a satisfação de um servidor ao se apresentar e opinar sobre questões relacionadas à alimentação, saúde e qualidade de vida e a conexão de tudo isto com a prática da intersetorialidade na concretização de ações ligadas direta ou indiretamente à SAN.

“Sou servidor da Prefeitura, Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo. Estou aqui junto com minha colega,

representando a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional”. A gente estava conversando sobre o bem comum, qualidade de vida das pessoas, do cidadão. Se não tem qualidade de vida, isso reflete lá na saúde, porque se a gente não tem uma alimentação saudável, uma qualidade de vida boa, as pessoas adoecem. Assim, a saúde acaba fazendo um trabalho unicamente de assistência, que é um trabalho curativo, que é correr atrás do prejuízo. Se a gente entende que saúde pública não é só curativa, que saúde pública é também promoção e prevenção, eu fico super feliz em fazer parte dessa discussão. A gente está fazendo uma discussão que vai promover a qualidade de vida e isso vai, com certeza, diminuir lá na frente pessoas adoecendo. Porque se a gente não cuidar da qualidade de vida, da alimentação saudável, a saúde vai ficar, como diz o ditado ‘enxugando gelo’. Porque você fica lá na frente tratando da hipertensão, tratando da diabetes, tratando de todos os problemas de saúde, que essa população por uma falta de acesso a alimentos, qualidade de vida, saneamento, etc. Acho muito legal quando a gente responsabiliza todos os setores, trazendo para roda de conversa a Secretaria do Trabalho, Secretaria da Educação, do Meio Ambiente, a Subprefeitura (...). A gente vê, muitas vezes, o que parece é o Poder Público em trincheira e a Sociedade Civil em outra trincheira, eu acho que a gente não chega a lugar nenhum se ficarmos assim, por isso acho esse espaço extremamente importante e extremamente saudável.” (Servidor Público, representante da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo)

A satisfação por estar participando do Seminário Intersetorial também foi manifestada da seguinte forma: *“somos diferentes, mas agora no mesmo espaço, discutindo a mesma coisa. Essa é a riqueza, trazer um olhar novo e outro olhar mais maturado”*.

No momento seguinte, outro participante comentou a importância do evento, refletindo acerca da relação entre alimentação e saúde e a importância do acesso ao alimento:

“Parabéns a todos que estão aqui, porque o assunto é lindo.... Se você melhorar a alimentação vai ter menos problema na saúde, qualquer governo inteligente vai pensar nisso Esse processo de produção é muito complexo até chegar na ponta ao consumidor, é algo muito complexo, não é simples. Quem está envolvido nisso deve conhecer bem o processo. Antes de mexer em legislação e essas coisas, tomem como molde um modelo de mercado que funcione bem.” (Servidor Público, Representante da Secretaria do Verde e Meio Ambiente)

A intersectorialidade na perspectiva da Promoção da Saúde é manifestada por outro servidor público *“a promoção da saúde tem que acontecer de forma intersectorial, todos os setores são responsáveis por promover saúde”*.

Em relação à articulação de sujeitos, a efetivação da intersectorialidade depende de diversos fatores, tais como: o contexto das organizações sociais, seu grau de coesão, a experiência de diálogo e negociação entre si e com o Poder Público (COSTA e BÓGUS, 2012).

O GT 1, intitulado de QUALIFICAÇÃO, foi relacionado às formas de qualificação necessárias para os diferentes atores sociais dentro das seguintes dimensões: produção, consumo e distribuição do alimento.

Outros temas sobressaíram na discussão deste GT, para além da qualificação direcionada à fiscalização, preparo e formação, dentre os quais destacamos o desenvolvimento de habilidades do indivíduo e do coletivo, conforme evidenciado em alguns dos depoimentos transcritos adiante.

O desenvolvimento de habilidades, que é um dos campos de ação da Promoção da Saúde, ocorre por meio de estratégias de educação em saúde; programas de formação e atualização na direção do empoderamento ou conquista da autonomia. Individualmente, este processo ocorre a partir da aquisição de conhecimento e ampliação da consciência política (BUSS, 2003).

A intersectorialidade surgiu logo no início das atividades do GT, através do facilitador deste grupo, que trouxe a reflexão sobre a importância de todas as áreas representadas para a questão da “qualificação”:

“Então, na primeira orientação está assim, colocar a importância de representantes de vários setores da Saúde; Educação; Assistência Social; Trabalho; Verde e Meio Ambiente; Serviços;

Subprefeitura; Igualdade Racial; Política para as Mulheres e Abastecimento. Isso aqui, essa primeira, eles estão pedindo para a gente colocar qual a importância destes setores da prefeitura, nessa questão da segurança alimentar (...) nessa, costumo dizer que não nessa ordem, mas se vocês, o que vocês têm de noção de cada área dessas ou como vocês vêem o que cada área dessas poderiam ajudar nesse desenvolvimento da qualificação”

Dentre os temas que surgiram no GT QUALIFICAÇÃO e que estiveram diretamente ligados ao desenvolvimento de habilidades, destacam-se: intersetorialidade; ciclo da produção; sentimento de pertencimento; sustentabilidade e multiplicação do conhecimento.

Em relação ao ciclo de produção, alguns depoimentos demonstram a importância deste conhecimento para a “qualificação” conforme transcritos a seguir:

“Como a gente está tratando a produção, o ciclo da produção no início, já que a gente não tem acesso de início na produção nas hortas, nessa questão, agora que tem esse encontro, quando vem para o abastecimento, nós como atuantes assim, a gente tem que fazer a questão do treinamento desses atores na hora que eles estão captando esse alimento, exemplo o Ceasa, feiras. O que eu observo, pessoas que trabalham com aquela matéria prima, porém elas não tem a ciência de como tem que, digamos assim, manipular, armazenar, gerar, como é que tem sido feito aquilo”

Reflexões acerca da sustentabilidade também foram referendadas pelos participantes:

“então, assim, se a gente for tratar a questão de sustentabilidade e, até mesmo, econômica da coisa, se você orientar aquela pessoa em que aquele alimento por um total, como é que ele tem que manipular, como é que ele tem que transportar, como é que ele tem que fazer para que não tenha maior desperdício de resíduos, a orientação, ele consegue verificar, ele vai conseguir saber manusear melhor aqui, e digo se você for ver nesses

casos quanto tem, o jeito que eles manipulam, então assim, se a gente for ver nesse ponto de sustentabilidade que é o que a gente está trazendo aqui, o desperdício causa também uma questão econômica. Ai nesse caso que você está falando tem que ter o preparo de armazenamento, eles estão despreparados. ”

Questões ligadas à importância do ciclo do alimento para a sustentabilidade do processo de modo a evitar o desperdício e melhorar o aproveitamento dos alimentos também se destacaram:

“então, pelo o que eu li, que é uma das coisas que eu vim para cá, o que eu observo bastante, como eles não tem conhecimento, um exemplo, vai vender um brócolis, o cara vai na feira e me vende brócolis, só aquele bonitinho, mas ele não sabe que a metade daquele caule dá para consumir, aquela folha dá para consumir, que aquilo ali ou ele pode pegar e levar de volta para um adubo e assim fazer o ciclo ou ele vai jogar fora, e às vezes ele não sabe muito, então, eu acho que você tem que treinar as pessoas, essas pessoas que trabalham direto com isso, para que eles tenham a ciência de como manipular aquilo, esse alimento, mas que eles tenham ciência de como tem que ser, o jeito ideal que a gente pretende né, ter o menor desperdício do alimento e o melhor aproveitamento”

E ainda,

“Às vezes por falta de orientação, joga o alimento fora, por falta de orientação a gente compra o alimento com agrotóxico, então nem se preocupa de onde vem esse alimento, às vezes por falta de ter um pedacinho de terra dentro de casa, tem um espaço ali para plantar e poderia fazer lá um cultivo de hortaliça, o cultivo de algum tempero e a gente não faz ”

A sustentabilidade foi citada pelos participantes deste GT como algo importante:

“Que uma das observações que a gente tem que ver hoje em dia é que a gente está trabalhando, até no fato de sustentabilidade

por questões ecológicas e também isso bate muito com a questão econômica, então assim, se eu sei aproveitar um alimento por completo eu vou saber economizar, hoje em dia o grande problema referente a uma alimentação adequada né, adequada, nutricionalmente falando, assim, saudável porque a pessoa tem que ter acesso a bons alimentos, só que infelizmente ainda mais com essa questão de clima, então está tudo mais caro, então, se eu vou numa feira e souber aproveitar todo aquele alimento, eu pelo menos faço assim, eu até falo mesmo para os feirantes, falo assim: ‘está vendo essa melancia, essa casca eu vou fazer isso, isso e aquilo, é mesmo?’ ”

O sentimento de pertencimento apareceu em uma das reflexões. A importância de se sentir parte de determinado processo foi considerado um fato motivador no processo de aprendizagem, no desenvolvimento de habilidades:

“Dentro desse olhar da [colega], interessante essa situação, de se sentir parte, porque assim, uma coisa é você trabalhar e só ir até aquele local e só ganhar o dinheiro e ir embora e não saber que o seu trabalho além de garantir o seu sustento, aquilo que você faz, ele ajuda salvar vidas né, porque se você manipula bem o alimento, se você guarda bem esse alimento, se você trata bem, tanto na hora de vender e como atender as pessoas, toda essa cadeia do comercial antes de chegar nisso, tem essa questão da formação, e como ela está colocando, e aí acho que complementando a fala do [colega], a qualificação, ter um treinamento adequado”

A importância de uma ação educativa desenvolvida intersetorialmente foi mencionada, dando destaque para as ações conjuntas entre as áreas de Meio Ambiente e Saúde:

“Sobre as hortas nas UBS [Unidades Básicas de Saúde], com relação às plantas medicinais, eu acho fantástico isso, inclusive é essa a proposta, nós temos dentro da saúde o PAVS, que é o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis, que tem essa proposta de trabalhar com plantas medicinais (...) mas não é possível por uma questão óbvia de espaço que todas as UBS

tenham horta em seu espaço, mas podem, mesmo assim, trabalhar com ações educativas sobre isso. A horta na UBS é uma referência educativa(...). A saúde não consegue ter uma academia dentro da UBS, uma horta que supra toda demanda, por isso a gente tem que trabalhar com intersectorialidade. (Representante da Coordenadoria de Saúde)

Ainda como parte das reflexões sobre qualificação, a multiplicação do conhecimento foi reconhecida como um processo necessário e que pode ocorrer de maneira formal ou informal.

Multiplicação do conhecimento ocorrida dentro da educação não-formal:

“eles aprendendo essas coisas, levam para a vida deles e para a sociedade também, para a comunidade, para a casa e vai multiplicando isso, então isso é um ponto que acho que é interessante de multiplicação tanto para o trabalho dele quanto para a sociedade em geral”

“eu passo o conhecimento para a pessoa para ela ter esse entendimento, então ela vai comprar aquele alimento e ela sabendo manipular, ela sabe o tempo que vai durar dentro de casa, então ela sabe o período que ela vai poder ter e quanto que ela vai poder gastar também”

Através de programas institucionalizados, os conhecimentos também podem ser multiplicados, como, por exemplo, nas experiências e programas citados pelos integrantes deste GT:

“Põe aqui o que queremos, põe assim, multiplicar conhecimento, você não vai deixar para você sozinho, tem que multiplicar conhecimento, a nossa ideia aqui não é produzir para ninguém, mas que eu venha passar esse conhecimento para outras pessoas. Se eu tenho acesso a esse conhecimento, legal, não vou ficar com ele só para mim...”

“existe um programa chamado PROAUP que pode ser recurso disso, aqui tem a Embrapa, então recursos existem, programas existem, e existe uma alteração bem grande no quadro de

segurança alimentar em São Paulo, então a possibilidade é muito grande para quem vai produzir alimentos nessa cidade, é isso o que quero deixar claro porque precisa de um empenho nosso de agarrar todas as coisas que estão aí, agarrar com unhas e dentes e enfrentar”

“ele trouxe uma questão mais voltada para a comunidade ou pensando numa maneira cooperativa, e essa lei nova, ela nos ajuda a repensar essa questão do processo de geração de renda na comunidade, por exemplo, essa lei é justamente para não ter atravessadores de médio e grande porte, então assim, são compras de até oito mil reais, por exemplo, vamos montar uma cooperativa nossa aqui, aprender aqui na hora, pegar um espaço desses daqui, fazer esse plantio e esse plantio a gente vender para a prefeitura”

Outros programas, que se relacionam de alguma maneira com a SAN e envolvem “qualificação” também foram mencionados:

“POT, chama Programa de Operação Trabalho e que eles dois participam, que é de hortas e viveiros comunitários. Então é um programa de qualificação profissional, então é uma qualificação de atores na produção. E para produzir também mudas, tal, e, ao mesmo tempo, aprender a fazer isso e se tem uma dificuldade de achar profissionais de jardinagem que sejam jardineiros hortifruti, que entendam de horta e de frutas, então para polarizar que a gente chama, fazer pomares nas praças, nas escolas, nos parques....”

Dentro do GT 2, PRODUÇÃO, o tema norteador se inter-relacionou com muitos outros temas: educação, saúde, cidadania, participação, além daqueles que permearam outros GTs.

Assim, optamos por transcrever, primeiramente, os depoimentos exclusivos do tema produção e, ao final, todos os outros que apareceram transversalmente.

Alguns depoimentos centraram-se na produção de composto e de alimentos, conforme descritos a seguir:

“Aquele viveiro poderia ceder um espaço para trabalhar o composto, não com todo o resíduo do sacolão, mas parte dele, para a gente começar a fazer um laboratório que teria a oportunidade de produzir um adubo, não digo natural, porque as frutas não são orgânicas, mas um adubo menos prejudicial para uma questão de planta e tudo mais, para a gente levar às escolas. ”

Um dos interlocutores do GT PRODUÇÃO, trouxe uma contribuição sobre realização de uma logística intersetorial em relação à produção de composto, envolvendo e beneficiando outras secretarias.

“Com a segurança alimentar também estamos preocupados com a produção de alimentos. A gente tem um projeto que já foi discutido na Rede SAN (...). A gente já conversou com a administração do parque, porque o parque já faz composto. A AMLURB que é a empresa de limpeza urbana está com um projeto chamado Feira - Produção Mais Limpa. O resíduo da feira urbana vai para o nosso composto que irá enriquecer, não será aquele composto de poda, de grama etc. Hoje é só poda de galho e grama. A gente quer dar uma enriquecida. Dentro dessa questão da segurança alimentar a gente já tem essa parceria com as escolas, as UBSs, de implantação de hortas. O pessoal vem muito buscar insumos, adubos, mudas (...). Então, esse é um projeto grande em que a Rede pensou com a Secretaria do Verde e com outras secretarias. ”

Mesmo que de forma superficial, a viabilização de espaços saudáveis para plantio também foi referenciada.

“Prevenção das questões de saúde e qualidade de vida. Interação, dividir conhecimento, gastos e a produção. Para multiplicar, para ocupar espaços, para mapear pontos de descartes e produzir nesses espaços. ”

Outro depoimento evidenciou a conexão dos espaços produtivos com a educação, trazendo a importância de se incluir o tema da “produção” no currículo escolar:

“Eu acho que a produção deveria vir das escolas e ser uma matéria obrigatória, porque você pega uma criancinha pequena, porque quem já está grande é difícil de educar. Você pega uma criança pequena da primeira série e ensina a produzir, mexer com terra e a não descartar lixo, depois ela vai ser um adulto, vai ter família e já vai ter pronta a cabeça. Já uma pessoa mais velha, com cinquenta anos, joga onde puder, é o Brasil que descarta, que dá jeitinho em tudo. Para a gente melhorar o nosso país, vamos nós, que somos mais velhos tentar uma matéria obrigatória tanto na escola estadual quanto na municipal. Eu trabalhei na escola municipal a gente produziu muito lá, mas aí o estado cortou a verba e a escola não tem dinheiro. ”

Saúde e qualidade de vida, bem como a importância do acesso a uma alimentação saudável foram também destaques no GT PRODUÇÃO:

“Pelo o que eu vi aqui nós queremos produção com qualidade. Quando a gente fala de produção de qualidade, a gente também está falando de produção de qualidade de vida. A gente não está falando só de produção de alimentos orgânico, mas eu sei que lá no Embu Guaçu tem uma horta, vou ter que ir até lá? Essa qualidade também tem que ser no acesso. ”

E, ainda,

“Porque a gente quer qualidade de vida”; “Porque a gente quer mais saúde e menos doenças”

Também foi mencionada a importância da prevenção da saúde:

“Prevenção, né?” “Sim, prevenção. Porque, se de repente você come alguma coisa que esteja contaminada, aonde você vai parar? No hospital, né? A gente economiza até o bolso do governo. ”

Nos depoimentos anteriores, a preocupação com a produção de alimentos está vinculada ao campo da saúde, demonstrando por parte dos participantes, uma visão mais integrada da questão alimentar em relação à saúde.

A ação comunitária nas ações de SAN também foi identificada: *“A gente quer uma produção comunitária participativa”* e *“É participativa”*. Complementando esta discussão outro participante sugeriu o envolvimento com outros setores como o setor privado:

“Quando a gente fala comunitário fica só ali na comunidade. Então, eu acho que é assim, a produção participativa ela estimula envolvimento para comunidade, empresa na região. ”

O participativo é colocado também como uma ponte entre “produção” e “troca de conhecimentos”, além da valorização do trabalho individual e coletivo.

“Por que temos uma produção participativa? Para interagir, para dividir o conhecimento, o gasto, mas a produção também. Todo mundo vai produzir, mas todo mundo vai levar. Então, com que recurso? Eu acho que é com o recurso humano. ”

No GT PRODUÇÃO, algumas falas se interrelacionaram com o GT QUALIFICAÇÃO *“tem que ter capacitação também para produzir uma horta”*, sendo evidenciada também a importância de espaços para este tipo de qualificação: *“mas a escola de jardinagem tem exatamente essa função (...) eles capacitam os professores e os professores vão ser os agentes multiplicadores”*. A importância de se unir teoria e prática foi mencionada da seguinte maneira: *“mas a população não tem a parte técnica, é muito mais a prática”*.

A multiplicação dos conhecimentos, dos saberes, como estratégia de capacitação, foi ressaltado por um dos participantes *“uma produção com qualidade, participativa e descentralização de saberes, que são as capacitações”*.

Apesar do depoimento abaixo ter saído no GT QUALIFICAÇÃO, achamos interessante repeti-lo, enquadrando-o também no GT PRODUÇÃO, reconhecendo a aproximação das falas com esta vertente:

“O prefeito Haddad lançou a questão das compras públicas para os grupos, inclusive, quem fizer horta no linhão etc. Isso também pode ir para as feiras. Então, existem programas, um programa PROAUP que pode ser recurso disso, Embrapa. Então recursos e programas existem, existe uma alteração bem grande no

quadro de Segurança Alimentar em São Paulo, então, com uma possibilidade muito grande para quem vai produzir alimento nessa cidade, o que precisa sim, é de um empenho nosso para agarrar tudo que está aí à disposição”

O desinteresse em relação ao plantio dos alimentos nas cidades apareceu em uma das falas:

“O que nós vivemos atualmente nas cidades é que tem muita gente querendo fazer a geleia e pouca gente querendo plantar o morango. Nós precisamos intensificar quem quer plantar, isso no mundo inteiro”

Ainda sobre a produção de alimentos, representante da Secretaria do Verde e Meio Ambiente apresentou um trabalho intersetorial, que na visão dele, tem sido exitoso:

“PROAUP, esse Programa de Agricultura Urbana já existe há algum tempo na Prefeitura de São Paulo, antes ele era gerido pela nossa secretaria [Secretaria do Verde e Meio Ambiente] e foi dividido com a Secretaria do Trabalho. A parte de insumos e essas coisas ficam com a Secretaria do Trabalho e a parte pedagógica, da educação ambiental está com a Secretaria do Verde e a gente tem isso de forma descentralizada na nossa secretaria, então a gente tem os núcleos. Então, aqui na região do Butantã, a gente tem feito muitos trabalhos nas escolas, no Centro de Referência, nas UBS” (Representante da Secretaria do Verde e Meio Ambiente)

Dentro do GT 3, ACESSO, a intersectorialidade se destacou como tema principal e necessário à SAN. As discussões deste GT abarcaram desde a produção até o acesso ao alimento:

“O CRSANS Butantã [pertencente a Secretaria do Verde e Meio Ambiente na época] junto com a Secretaria do Trabalho tiveram a iniciativa de lançar um espaço de compostagem, acho que já está iniciado, se não me falha a memória: compostagem e um viveiro para criação de mudas para distribuição. Acho que isso é uma questão que tem que ser levada avante. Isso vai fortalecer

tanto as escolas que tem espaço para implementação de horta comunitária, quanto os outros serviços das outras políticas, por exemplo. A Assistência Social tem os CCA [Centro para Crianças e Adolescentes], tem o CJ [Centro para Juventude], tem diversos outros serviços que são serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, que vários deles tem espaço para horta comunitária, para esse serviço, para uso dos próprios usuários. E acho que tem que ser um espaço fortalecido para que a gente possa de fato efetivar isso e acho que é uma forma da gente começar pelos usuários do próprio serviço. A partir disso a gente consegue ir ampliando para as famílias, mas inicialmente talvez os próprios usuários”

Outras ações intersetoriais foram trazidas pelos representantes da Secretaria de Assistência Social:

“Em termos de Assistência Social, nesse momento, o que temos de efetivo é a questão da cesta básica (...) a gente teve um retrocesso porque a legislação não é adequada para o uso da verba a que se destinava (...) mas como a gente está falando em Segurança Alimentar, em relação a alimentação, a secretaria [Assistência Social] decidiu que não faria mais a aquisição dos alimentos como era, teve um período em que o usuário vinha no CRAS [Centro de Referência de Assistência Social], solicitava a cesta, ele ia no mercado, escolhia dentro do valor estipulado pela secretaria para utilização da cesta, ele escolhia os itens que ele tinha necessidade. Hoje não, a cesta vem pronta, numa caixinha, com os alimentos, entre aspas, considerados básicos, e é entregue ao usuário. E aí, nós enquanto CRAS não entendemos que isso seja segurança alimentar. Quer dizer, você garante minimamente parte de alimentos não perecíveis – a parte de alimentos in natura, por exemplo, – não temos. Ela [representante da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo] até fez contato com a gente ainda, a gente está no processo de verificar como poderia fazer isso, porque a gente não tem espaço para armazenamento, entendeu? Então, suponhamos, eu recebo o alimento in natura, se o usuário não vem pegar hoje

mesmo, como é que eu mantenho, guardo esse alimento? Então a gente ainda está nesse processo” (Representante da Assistência Social)

Nota-se que a interlocutora tem dúvidas se a atividade descrita acima está relacionada à SAN, pois dá a entender que, para ela, a SAN se realiza somente se o CRAS fornecer os alimentos da cesta básica “*in natura*”.

Alguns desafios e dificuldades dentro do Programa de Aquisição de Alimentos (PPA) envolvendo as secretarias de Assistência Social; Educação; Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo também foram explicitados.

“O Governo Municipal aderiu, ano passado, o Programa de Aquisição de Alimentos, que é conhecido como PAA [Programa de Aquisição de Alimentos]. Esse programa, ele tem várias modalidades, uma delas, uma que a Educação já executa, que é a compra de agricultura familiar e tem uma outra modalidade que o governo, ele recebe uma verba do governo federal, compra os alimentos, leva até o Banco de Alimentos e doa. Então as entidades, elas que fazem essa ponte com a família. Então, assim, a primeira questão, que o programa, ele vem para responder um direito, não assistencialismo, por isso também o programa tem todo um perfil de que as entidades têm que trabalhar com o público da Assistência Social, as entidades têm que estar regulamentadas, porque existe toda uma prestação de contas, então existe uma estrutura, que não é dar o alimento por dar, né?! Tem que trabalhar realmente com a família ou o serviço, então assim como você trabalha a parte da alimentação que é o acesso, mas você também tenta trabalhar outras formas, que pode ser a questão da renda (...) tem toda uma questão aí que precisa ser trabalhada. Então o programa Banco de Alimentos, ele vai além dessa questão da educação alimentar, mas também uma educação social... E aí, a gente, esse ano agora, regularizou várias entidades que já estão inscritas no PAA, a partir do Centro de Referência que foi colocado essa questão de mapear as entidades aqui para estar recebendo. Tem duas questões, a entidade tem que estar regulamentada e também ela tem que armazenar esse alimento de forma

adequada para repassar, então, isso precisa está vendo, mas obviamente que eu acho que existindo a demanda, é onde os serviços, o programa PAA vai acabar tendo que atender. Então, assim, obviamente que ele não vai conseguir pegar toda cidade de São Paulo, mas ele vai pelo menos priorizar aqueles locais onde você vê que a demanda ali é vulnerável, que é um outro requisito, atender essa população. Por isso que acredito que aqui, fazendo esse levantamento, criando essa demanda, colocar isso lá. Hoje o programa está sendo executado pelo Centro de Referência lá na Vila Maria, mas nada impede que se a entidade cadastra lá e receba esse alimento. Tem a questão da logística, porque o alimento acaba chegando lá, mas eu acho que é um pouco dentro desse desenho, havendo uma necessidade, até colocando espaços, como a nutricionista citou, que pode ser local para receber, armazenar etc. e tal. É uma forma já de pôr a proposta para Coordenadoria de Segurança Alimentar [pertencente à Secretária de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo], que é responsável por esse programa. Então, acho que é um pouco dentro disso que precisa está se organizando” (Representante da COSAN)

O sucesso de determinadas ações intersetoriais em SAN e a satisfação em realizá-las também vieram à tona, apesar de todas as dificuldades que foram apontadas:

“Aqui no Centro de Referência já fizemos três feiras de economia solidária (...) era um dos nossos sonhos (...) ter essas feiras mensais, com pequeno produtor, mais regulares(...). Dentro da Secretaria do Trabalho, na política de SAN e COSAN a gente pode inserir isso em espaços que são propícios, por exemplo, o Centro de Referência” (Representante da Secretaria do Verde e Meio Ambiente)

Antes das perguntas norteadoras do GT 4, DISTRIBUIÇÃO, a facilitadora enfatizou que as discussões daquele grupo subsidiariam as futuras discussões para o Plano Local de SAN da região do Butantã “A ideia é a gente tentar falar um pouquinho mais falar dessa questão de distribuição. Pensando assim, o que

já temos e o que nós não temos ainda, mas o que deveríamos ter, inclusive, para colocar nesse plano local do Butantã, porque o foco é o Butantã”.

Na sequência a facilitadora fez a leitura das perguntas norteadoras: Quais grupos ou instituições trabalham a questão da alimentação na região? E como é o trabalho que já é realizado?; O que falta na região para que todas as pessoas se alimentem bem?; O que tem sido feito na subprefeitura/região para garantir a segurança alimentar e nutricional?; O que precisa ser feito para garantir a segurança alimentar sustentável?; Quais programas precisam ser integrados? Porque o foco desse seminário é a intersetorialidade?; Quais ações conjuntas estão sendo feitas para garantir a segurança alimentar sustentável e quais ações podem ser realizadas?

Um dos participantes começou listando alguns locais que, em seu entendimento, eram voltados à distribuição de alimentos:

“De uma forma geral, eu acho que existe uma grande intenção no propósito [do evento], mas efetivamente a gente vê poucas coisas. Em termos de políticas de segurança alimentar, de uma forma geral. O CRSANS [atual CRESAN], ele é um espaço (...). Foram relatados os sacolões, por exemplo. Os sacolões são uma possibilidade de acesso, de distribuição e acesso”

Logo no início das discussões deste GT, houve uma controvérsia se existia ou não sacolão na região do Butantã. Um dos participantes exclamou: *“Mas os sacolões não existem mais!”*. Outro participante trouxe seu entendimento sobre o debate dos sacolões:

“Existem [sacolões], com outra perspectiva. O sacolão do Butantã que foi implantado para um acesso à alimentação boa e barata, hoje é privado. O preço do sacolão do Peri-Peri no Butantã que está num espaço da Prefeitura é o mesmo preço do sacolão OBA, é um espaço que tem uma feira que é limitada para um determinado grupo social. ”

Ao longo de todo o GT, em vários momentos, o fato dos sacolões serem operacionalizados pela iniciativa privada demonstrou ser um “engodo” para os participantes. Como podemos observar em outros depoimentos, foram citadas,

inclusive, gestões municipais anteriores que davam um outro tratamento para esta questão:

“Eu estava recordando que quando a Erundina assumiu a Prefeitura, esse sacolão do Peri-Peri era preço popular, foi colocado esse preço popular, justamente por causa de uma política em que foi discutido colocar sacolões em todas as regionais para essa população acessar o alimento num preço mais acessível. Agora não se cumpre mais, tem algumas coisas que o Poder Público tem que assumir independente de parcerias (...).

Nos próximos depoimentos, observamos uma abordagem econômica, quando os interlocutores trazem a diferença do preço final do alimento quando o sacolão é gerido pelo Poder Público e quando é pela iniciativa privada:

“Eu lembro quando a Erundina montou o sacolão aqui o preço era popular, era mais barato que todos os outros lugares, agora você vai lá e é preço de OBA. Eu quero falar uma coisa para o senhor, a coisa ficou na mão do privado, só do privado, a Prefeitura saiu fora, alugou seu espaço público. ”

“Senhor! Está na mão do privado! Quem é dono do espaço dos sacolões do Butantã é a empresa que foi lá e se estabeleceu, ela paga aluguel para a prefeitura, e o preço de lá é na mão do privado, um quilo de laranja pêra lá é R\$ 2,50, já um quilo de laranja pêra na feira é R\$1,50, enquanto que um quilo de laranja, hoje, quarta-feira, no [supermercado] Violeta está R\$ 0,90. Então não é, a discussão não é que na mão do privado a coisa funciona, na verdade o Poder Público tem que assumir a responsabilidade por essa política, se for para colocar o setor privado tem que colocar articulado com o Poder Público, não é simplesmente transferir para a responsabilidade para o setor privado. Durante os 4 anos de governo da Erundina eu pagava o quilo de laranja no sacolão do Butantã, era muito mais barato que toda a região, por quê? Porque, o Poder Público assumia a política pública. Agora, quando o Poder Público transfere a

política para outro, acontece o que aconteceu com o sacolão do Butantã, aluga-se e o outro explora. Assim, um quilo de laranja varia de 2,50 a 5,00 reais. ”

Concomitante à discussão dos sacolões, a escola pública foi mencionada como estando entre os poucos pontos de distribuição de alimentos: *“As escolas são um ponto de distribuição num contexto específico”*.

“De acesso à alimentação boa e barata no Butantã, onde estão? Têm dois distritos com um IDH mais problemático que são: Rio Pequeno e Raposo Tavares, o que tem de política de distribuição? Tirando as escolas que já é uma política. ”

Além da discussão público-privada dos sacolões e, das escolas como sendo um ponto de distribuição específico, outra temática esteve em voga neste GT: a questão do aproveitamento integral do alimento, seja por meio de doações, seja por meio do beneficiamento, conforme observamos a seguir. Em relação a doação e/ou beneficiamento de alimentos, o Bancos de Alimentos foi citado:

“O Banco de Alimentos, eu acho, não é um viés fácil de conseguir parceiros, consegue-se parceiros, mas no sentido de doar. O transporte, a garantia de o alimento chegar em condições adequadas ao destino final tem que ser uma política do governo, tem que ser algo construído pelo governo. Assim, como eu acho que alguns mercados populares têm que ser política de governo. Partindo de uma política de governo fazer as parcerias. Quem vai desenhar isso é o executivo, nós vamos fazer um sentido para o acesso ao alimento barato através de feiras, mercados populares etc. Como é que se faz isso? ”

E, também, o programa Mesa Brasil do Serviço Social do Comércio (SESC):

“O Mesa do SESC. Ele também dá curso para essas instituições para fazer um aproveitamento adequado do alimento. ”

As hortas, as feiras e as cozinhas-escolas também foram mencionadas como possibilidade de distribuição de alimentos. Em relação às hortas, estas foram vinculadas à produção e à participação comunitária: *“Outra coisa que eu acho interessante seriam as hortas comunitárias. Ter um espaço público em que*

seria possível plantar e se usufruir disso”; “Então, mas uma horta comunitária tem que ter uma política de produção. Temos que ter espaços dentro da prefeitura incentivando políticas de produção”.

As feiras também foram mencionadas como estratégia para auxiliar no escoamento da produção agrícola.

“Fazer articulações também, com o grupo de produção para chegar a ter a distribuição, esse espaço pode ser um espaço da feira. Mas precisa ter o contato com o produtor, precisa-se articular com a população, a população precisa saber que pode ter a feira aqui. ”

Por fim, a cozinha-escola foi mencionada neste GT, mas vinculada à qualificação, como um espaço de formação de pessoas que possam trabalhar com distribuição de alimentos.

“Intensificar o processo de formação na cozinha-escola, que também é uma questão de distribuição. Por quê? Porque trabalha a formação das pessoas saberem o que escolher, qual escolher, a época certa de determinados alimentos, fazer uma horta pequena em casa. O espaço de formação, ele é importante também, precisa dessa cozinha-escola funcionando. ”

Entre as tantas riquezas que envolvem processos coletivos com diferentes atores, destaca-se nesta experiência do seminário, a articulação de saberes, permitindo o aprimoramento, a produção e a multiplicação do conhecimento.

No âmbito das articulações, os atores comprometidos com uma perspectiva intersetorial podem realizar acordos em torno de pactos construídos segundo diferentes lógicas setoriais (COSTA e BÓGUS, 2012).

A experiência deste seminário, realizada no âmbito micro, proporcionou à equipe organizadora e ao público participante a apreensão de inúmeros aprendizados, dentre os quais citamos a produção e partilha de conhecimentos interdisciplinares e muitas reflexões acerca dos desafios e das dificuldades da intersetorialidades, mas também suas conquistas, dentro do serviço público municipal.

Os temas abordados nos GTs foram levantados de forma interdisciplinar e, a interface da SAN com a Promoção da Saúde foi recorrente, demonstrando que para os participantes, as duas estão diretamente conectadas.

4.3.3. Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã: uma Intervenção Participativa e Contrapartida da Pesquisa

A realização do “Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional da região do Butantã” foi considerada uma contrapartida da pesquisa como esclarecido anteriormente.

Realizada de forma participativa, em parceria com a REDE SANS-BT e o CRESAN-BT, esta intervenção teve o intuito de mapear as ações de SAN desenvolvidas localmente.

A análise dos resultados deste subprojeto foi considerado relevante para a pesquisa, em especial nos aspectos que envolvem os princípios da participação social e da intersectorialidade, presentes nas ações identificadas.

Os dados levantados com as respostas dos questionários *online* foram:

Do total de formulários respondidos, 54 (74%) representam o Poder Público; 10 (13,7%) a Sociedade Civil e 9 (12,3%) podem ser classificaos como misto (Poder Público em parceria com a Sociedade Civil). Das respostas recebidas, 37 (50,7%) foram da área de Educação; 10 (13,7%) da Saúde; 10 (13,7%) da Assistência Social; 6 (8,2%) do Meio Ambiente; 6 (8,2%) Trabalho e Empreendedorismo e 4 (5,5%) preencheram o campo "outros".

Na questão sobre a participação social em relação às pessoas beneficiadas pelas ações, 42 (57,5%) afirmaram que a participação social ocorre de forma ativa; 21 (28,8%) de forma passiva e 10 (13,7%) responderam que a participação social não ocorre. Quando questionada a forma como essa participação social ocorre, 34 (46,6%) informaram que a participação ocorre nas discussões sobre as ações; 22 (30,1%) que se dá no planejamento das ações; 16 (21,9%) nas decisões; 24 (32,9%) se envolvendo em outras atividades; 8 (11%) selecionaram o campo "outros" afirmando que a participação social ocorre de outra forma. Além das alternativas disponibilizadas, ainda 21 (28,6%) selecionaram o campo "não se aplica".

Quanto à intersectorialidade, em 5 (6,84%) formulários foi informado que as ações não são desenvolvidas de modo intersectorial; nos demais, 19 (26,02%)

apresentaram respostas de forma clara informando que as ações são desenvolvidas de modo intersetorial e descreveram quais são os setores envolvidos, indicando principalmente o envolvimento entre Meio Ambiente, Saúde e Educação. Também foram citados os setores de Assistência Social; Trabalho e Empreendedorismo e Cultura, 22 (30,13%) formulários tiveram respostas confusas, não informando setores diferentes ou informando ações multiprofissionais e não intersetoriais. Os demais 27 (36,98%) não responderam a essa questão.

Como resultado deste subprojeto, foram feitos dois tipos de sistematização dos dados: a sistematização “A” e a sistematização “B”, ambas explicadas e apresentadas na sequência.

Na sistematização “A”, as informações foram apresentadas com o propósito de destacar os locais e as ações nos quais essas são desenvolvidas. Estas informações não foram obtidas exclusivamente por meio do formulário, mas também por meio da consulta a documentos fornecidos pelos informantes-chave.

A segunda forma de sistematização das informações, a sistematização “B”, foi sugerida pelos conselheiros municipais de SAN, surgiu após encerramento do subprojeto quando a sistematização anterior foi apresentada para os conselheiros do COMUSAN e os mesmos deram a ideia de identificar as ações mapeadas no *Google Maps*.

Na seção dos anexos encontram-se as duas formas de apresentação do diagnóstico, a sistematização A (Anexo nº 9) e a sistematização B (Anexo nº 10).

4.3.3.1. Análise dos Resultados do Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã

Este levantamento, de caráter quantitativo e qualitativo, sobre as ações de SAN desenvolvidas no Butantã, teve a intenção de colaborar com a REDE SANS-BT e demais envolvidos com a elaboração do Plano Local de SAN da região, bem como auxiliar no entendimento dos pontos fortes, fracos e desafios locais, relacionados à SAN.

Com base nas respostas recebidas por meio do formulário *online*, identificamos que as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) eram as

desenvolvidas com maior frequência, tanto por iniciativas do Poder Público como por parte da Sociedade Civil e/ou de forma mista, caracterizando-se como uma prática pedagógica de difusão da SAN.

As estratégias pedagógicas de EAN encontram-se em diversas dimensões da sociedade, pois abrangem aspectos da alimentação adequada e saudável que vão desde produção até a distribuição e o consumo de alimentos, envolvendo a dinâmica socioeconômica e as condições de saúde e de educação do território onde a família está inserida (MDS, 2013, p.12).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição enfatiza a necessidade da intersetorialidade na área da saúde, pois “suas diretrizes destacam a necessidade do estímulo às ações intersetoriais que garantam o acesso universal aos alimentos” (RIGON et al., 2016, p.4).

As atividades de horta foram sinalizadas como a segunda ação de SAN mais realizada pelos respondentes do formulário. Observou-se que o movimento de implementação de hortas nas escolas e a atuação das equipes do PAVS nas UBSs colaboraram para este resultado.

As ações de acesso direto aos alimentos, como restaurantes, Bancos de Alimentos e doações de alimentos ficaram entre as menos citados nos formulários e nenhuma feira foi mencionada nos formulários respondidos. Os dados incluídos no diagnóstico que registram as feiras na região do Butantã foram encontrados no *síte* da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Em relação à doação de alimentos, a maior parte dos equipamentos listados foi indicada por informantes que não eram representantes diretos dessas associações. As baixas citações dessas ações nos formulários podem indicar um distanciamento entre os executores destas ações e os membros da REDE SANS-BT.

Grande parte dos respondentes classificou a periodicidade das ações selecionadas como pontual, um possível indicativo de que ações pontuais de SAN são as mais realizadas nos equipamentos que participaram da pesquisa. Para melhor entendimento sobre a periodicidade das ações torna-se necessário um estudo mais aprofundado.

Notou-se ainda a falta de compreensão sobre os conceitos de “participação social” e “intersectorialidade” por parte dos respondentes.

A respeito da intersectorialidade recebemos muitos formulários com respostas em branco e respostas que evidenciavam uma falta de clareza em relação ao conceito “multiprofissional”. Em alguns, os respondentes equiparavam a existência de intersectorialidade à existência de uma equipe multiprofissional. Diziam que realizavam ações intersectoriais porque tinham profissionais de diferentes áreas atuando na mesma ação, no entanto, tal ação era desenvolvida por apenas uma secretaria que, provavelmente, comportava uma equipe multiprofissional.

Sobre a participação social houve também muitas respostas em branco e outras contraditórias nas perguntas sobre a ocorrência da participação “ativa” ou “passiva” e nas respostas sobre a forma como essa participação se dava.

Em relação ao número de pessoas envolvidas (profissionais da equipe; público-alvo, beneficiado com as ações) as informações não foram precisas. Não foi informado de forma específica o número de pessoas que participavam em cada ação selecionada. A falta de uma delimitação espaço-temporal também dificultou a análise dessas informações, sinalizando para uma fragilidade ou limitação do questionário.

O uso do formulário *online* como ferramenta para coleta de dados possibilitou vantagens quanto à abrangência e agilidade do trabalho. A validação do mesmo junto à REDE SANS-BT contribuiu com o processo de construção participativa do diagnóstico.

Após o recebimento dos formulários e análise das respostas foi possível perceber dificuldades na compreensão correta de algumas questões, levando ao recebimento de muitas informações incompletas ou inválidas. Assim, a realização de um pré-teste, uma oficina explicativa e/ou a elaboração de um tutorial poderiam ter sido ferramentas importantes, evitando-se dúvidas e/ou confusão sobre determinados termos e conceitos e, também, a interpretação errônea dos enunciados das questões.

Percebeu-se, ainda, a importância de uma limitação espaço-temporal no formulário com definição da área de abrangência das ações e do período em que estas foram realizadas, acurando os dados coletados.

Por meio dos dados coletados foi possível identificar que as ações realizadas pertencem a dois eixos da SAN, quais sejam: Eixo 1. Alimentar (ações de produção); Eixo 2. Nutricional (formação). Essas ações ocorrem, em grande

parte de forma intersetorial e ligadas direta ou indiretamente a SAN, abrangendo um público variado, atingindo participantes beneficiados em ações, equipes multiprofissionais, representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, entre outros.

Para garantir o caráter participativo do processo e a representação de todos os setores envolvidos no diagnóstico, a validação dos resultados ocorreu por meio da apresentação do Relatório Final aos membros da REDE SANS-BT em uma reunião em que estavam representadas as secretarias municipais de Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo e representantes da Sociedade Civil.

Para uma reflexão individual e coletiva, durante a validação dos resultados, deixamos para o público presente o seguinte questionamento: Qual a importância da realização do Mapeamento e Diagnóstico para a Elaboração do Plano Local de SAN do Butantã?

Após a validação dos dados, emergiram sugestões do público presente para melhor proveito do diagnóstico nesta pesquisa, dentre as quais, destacam-se: realização de ações formativas sobre conceitos de SAN, incluindo os conceitos de participação social e intersetorialidade e criação de um aplicativo³⁹ que possibilitaria a identificação de ações de SAN na região do Butantã.

Este primeiro levantamento abriu caminhos para o aprofundamento das informações coletadas, conduzindo para futuros mapeamentos e diagnósticos, que possibilitarão o refinamento de dados, como o aprofundamento no conhecimento das ações de SAN desenvolvidas, profissionais envolvidos, público-alvo atendido, entre outros.

Por fim, sugere-se que, futuros mapeamentos desenvolvidos a partir dos dados coletados neste e a partir de novos levantamentos, sejam divididos por temas e/ou áreas correlatas à SAN, sendo realizados e aplicados por Grupos de Trabalhos formados na REDE SANS-BT e/ou pesquisadores parceiros, bem como a divisão por temas/áreas podendo ser realizados por meio de “micro mapeamentos” (por exemplo: mapear ações de hortas; mapear ações de educação alimentar e nutricional, etc) que, posteriormente, formarão, através da

³⁹ Um aplicativo móvel ou aplicação móvel, conhecido normalmente por seu nome abreviado app, é um software desenvolvido para ser instalado em um dispositivo eletrônico móvel um telefone celular, um smartphone, etc.

junção e articulação de todas as informações, um mapeamento maior e mais abrangente.

Além disso, recomenda-se que um segundo diagnóstico consiga apontar os determinantes sociais que geram insegurança alimentar no território, a partir do reconhecimento e da identificação dos próprios atores locais.

Por fim, ressaltamos que esta intervenção que ocorreu por meio da realização de um Diagnóstico de SAN na região do Butantã foi uma encomenda dos membros da REDE SANS-BT à pesquisadora, o que reafirma o compromisso social e o caráter participativo da pesquisa.

4.4. CICLO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

A partir dos sete tópicos principais do ML, quais sejam: motivações, fatos geradores⁴⁰, atores, desafios e superação de desafios, objetivos, etapas e resultados, decorrências e desdobramentos, é possível visualizar o cenário dinâmico em que foi produzido o PLAMSAN, envolvendo pessoas e suas ações, tendo como resultado a concretização de uma política pública municipal de caráter participativo e intersetorial.

A partir do guia elaborado por RIPLEY (1995), é possível compreender e, ao mesmo tempo, explicar o processo de elaboração do PLAMSAN exposto detalhadamente por meio da representação gráfica do ML.

⁴⁰ Para melhor compreensão da diferença existente entre a palavra “motivação” e o termo “fatos geradores” fomos em busca de uma explicação semântica. Para “motivação” encontramos no Dicionário Michaelis três significados: “ato ou efeito de motivar”; “série de fatores, de natureza afetiva, intelectual ou fisiológica, que atuam no indivíduo, determinando-lhe o comportamento”; “conjunto de princípios que legitimam uma decisão judicial. Para os informantes-chave do ML, as motivações para elaboração do plano estiveram, estritamente vinculadas ao processo de construção da política de SAN, tais como: as conferências e o conselho municipal (COMUSAN). Já o termo “fato gerador” é comumente utilizado na área do Direito. No caso do PLAMSAN, o termo foi vinculado ao desdobramento das motivações, como: Leis, Decretos, Eventos Oficiais, etc).

Modelo Lógico Processo de Elaboração do PLAMSAN

Figura 14: Modelo Lógico - Processo de Elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo/SP em Cmap Cloud

RIPLEY (1995) afirma que existem inúmeras demonstrações gráficas para explicar o ciclo do processo de uma política pública, as quais estabelecem etapas do fluxo de sua elaboração para ajudar a organizar discussões e análises, como é o caso do diagrama do ML do PLAMSAN.

Estas discussões orientadas, de acordo com o referido autor, constituem a base direta para a hipótese dos relacionamentos causais que fizeram parte do processo.

Tais representações são, na maioria das vezes, guias cronológicos e lógicos e servem para observações de atividades importantes em algum padrão ou sequência ordenada:

Esses ajudantes organizacionais são úteis e, de fato, essenciais para qualquer pessoa que tente granjear as complexidades da elaboração de políticas e análise de políticas. Na melhor das hipóteses, esses mapas, mesmo com suas manchas difíceis e simplicidades, dão alguma clareza ao observador, leitor, aluno, pois ele ou ela lidam com um conjunto complicado e às vezes turvo de interações e processos (RIPLEY, 1995, p.157).

O fluxo básico das etapas políticas estabelece as principais atividades funcionais que ocorrem nesses estágios e os produtos que podem ser esperados em cada etapa, se estiverem disponíveis. Entretanto, um processo político pode ser abortado em qualquer etapa. Além disso, iniciar um processo não garante que os produtos sejam produzidos ou que determinado estágio seja concluído passando, portanto, para estágios subsequentes do processo (RIPLEY, 1995).

No quadro abaixo é possível visualizar o fluxo das etapas de uma determinada política, bem como suas atividades funcionais e os produtos que podem surgir neste processo.

O Processo de Criação de Políticas Públicas

O Fluxo de Etapas de Políticas, Atividades Funcionais e Produtos

Figura 15: Processo de criação de políticas públicas (RIPLEY, 1995, p. 159):

O fluxo acima engloba todos os estágios, as atividades e os produtos que podem ser esperados dentro de um ciclo de uma política pública até a proposição de um determinado programa viável e contínuo (RIPLEY, 1995).

Os estágios que fazem parte de grandes conjuntos de atividades podem resultar em produtos identificáveis, se concluídos. As atividades funcionais são as principais sub-rotinas de ações e interações lideradas por atores políticos e, os produtos são as saídas, ou, o resultado final, de qualquer fase geral (RIPLEY, 1995, p. 159).

A seguir, serão detalhados cada estágio do processo de elaboração de uma política pública, de modo a auxiliar na compreensão do fluxo completo relacionando-o o caso do PLAMSAN.

Quadro nº 2. Estágio do Processo de Elaboração de uma Política Pública

Etapa	Processo da Política	Ações, Desdobramentos, Impactos no Processo	Ações, Desdobramentos, Impactos no 1º PLAMSAN
1º	Definição/Configuração da agenda	a) Os órgãos do governo devem decidir sobre o que prestarão atenção. O estágio em que esta decisão é tomada em qualquer área política é aqui chamado configuração da agenda. Milhares de questões estão constantemente em disputa para inclusão na agenda governamental, porém, somente algumas são incluídas em algum momento;	a.1) Alinhamento da Política Municipal à Política Nacional incidindo a adesão do município ao SISAN; a.2) Realização de Audiências Públicas de SAN no município; a.3.) Aprovação e promulgação da LOSAN Municipal nº 15.920 de 18 de dezembro de 2013; a.4) Adesão do Município ao SISAN em Janeiro/2015;
		b) A forma em que as questões são inscritas na agenda pode variar ao longo do tempo e influenciar a decisão concreta subsequente;	b.1) Descentralização da ações nos territórios por meio da realização de Pré-Conferências em sete macros regiões, envolvendo as subprefeituras regionais; b.2) Componentes Municipais do SISAN: <ul style="list-style-type: none"> 6ª Conferência Municipal de SAN (resultando na elaboração de 78 propostas e na Carta Política; COMUSAN: atuação contínua e efetiva junto ao governo municipal; indicação das diretrizes e prioridades da Política de SAN e do Plano; CAISAN Municipal: realização de mapeamento e diagnóstico de SAN juntos às secretarias municipais; ações de sensibilização e mobilização para envolver representantes das secretarias; b.3) Estabelecimento da metodologia e definição das diretrizes do PLAMSAN; b.4) Organização e divisão das tarefas; b.5) Ação conjunta COMUSAN e CAISAN: capacitação dos membros da coordenação executiva para elaboração do plano;

Continuação do Quadro nº 2

Etapas	Processo da Política	Ações, Desdobramentos, Impactos no Processo	Ações, Desdobramentos, Impactos no 1º PLAMSAN
1º	Definição/Configuração da agenda	c) As atividades funcionais, na fase de definição da agenda, incluem a necessidade de alguns indivíduos e/ou grupos perceberem um problema para este passar a existir, decidir que o governo deve estar envolvido no problema, definir o problema e mobilizar o apoio para incluir o problema na agenda governamental.	c.1) Negociação e estreitamento das relações com a Frente Parlamentar do Município; c.2) Pressão Social: Redes Locais de SAN, Movimentos Sociais, Ativistas, Universidade, Outros Conselhos Municipais.
2º	Formulação e legitimação de metas e programas	d) Nem todos os itens da agenda recebem tratamento específico sob a forma de decisões sobre políticas e programas. Nem todos os itens são traduzidos em uma forma que permite a realização de atividades específicas de formulação e legitimação, mas, se um item da agenda for tratado de forma concreta, o próximo passo é torná-lo o sujeito da formulação e legitimação. Os produtos genéricos da fase de formulação e legitimação são: declarações/compromissos políticos (ex: declaração de intenção, incluindo alguma forma de declaração de metas) e o projeto de programa para concretizar a intenção e buscar a consecução dos objetivos.	d.1) Abertura de Consulta Pública, por meio eletrônico, sobre o conteúdo do PLAMSAN: ações, objetivos e metas; d.2) Seleção e priorização das propostas advindas da Consulta Pública; d.3) Aprovação do escopo do PLAMSAN; d.4) Edição, publicação e ampla divulgação do PLAMSAN; d.5) Desdobramentos do PLAMSAN: <ul style="list-style-type: none"> • Repercussão internacional (Carta enviada pela FAO); • Resoluções; • Difusão nos espaços institucionais e conselhos por meio de cursos, encontros, audiências, etc.

Continuação do Quadro nº 2

Etapa	Processo da Política	Ações, Desdobramentos, Impactos no Processo	Ações, Desdobramentos, Impactos no 1º PLAMSAN
3º	Implementação do programa	e) A próxima etapa (assumindo que uma política foi declarada e um programa criado) é a implementação do programa. Para implementar um programa, os recursos precisam ser adquiridos. A lei precisa ser interpretada, geralmente, em regulamentos escritos e, em seguida, em elaborações desses regulamentos.	e.1) Definição de metas orçamentárias para a SAN (inserção das ações, projetos e programas no Plano Plurianual 2018-2021);
		f) Muitas atividades de planejamento geralmente ocorrem. Diversas rotinas de organização fazem parte da implementação. Finalmente, as recompensas - rotinas de prestação de benefícios, serviços e/ou coerção (independentemente da manifestação tangível do programa) são desenvolvidas. Todas essas atividades, embora sejam mais aborrecidas do que a <i>advocacy</i> e a negociação, são políticas.	f.1.) Articulação do COMUSAN com outros conselhos [Conselho da Alimentação Escolar (CAE) e Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo (CPOP) e Conselho de Desenvolvimento Rural; f.2) Estreitamento da relação com a frente parlamentar; f.3) Articulação com outras cidades da região metropolitana
		g) Conflitos e discordâncias podem entrar em erupção. Várias técnicas de resolução de conflitos são necessariamente implementadas. As ações políticas são os produtos das várias rotinas e atividades que compõem a etapa de implementação do programa.	g.1) Conflitos de interesses diversos; g.2) Embates que fortaleceram o processo de elaboração do plano; g.3) Falta de experiência na formulação de planos; g.4) Níveis diferentes de apropriação do tema

Continuação do Quadro nº 2

Etapa	Processo da Política	Ações, Desdobramentos, Impactos no Processo	Ações, Desdobramentos, Impactos no 1º PLAMSAN
4º	Avaliação de Implementação, Desempenho e Impactos	<p>h) No momento posterior às ações políticas, vários tipos de resultados (desempenho e impacto), avaliação das ações (implementação) e resultados (desempenho e impactos) ocorrem. A avaliação é um conceito muito mais amplo e refere-se à avaliação do que aconteceu ou, em muitos casos, o que se pensa ter acontecido e, "o que" pode se referir à implementação, aos resultados de curto prazo (desempenho) ou aos resultados de longo prazo (impactos). Essa avaliação ocorre constantemente e é feita por todos os tipos de pessoas - funcionários, grupos de interesse, legisladores, pesquisadores dentro do governo, pesquisadores fora do governo.</p>	h.1) Não se aplica na configuração da pesquisa
5º	Decisão sobre o futuro da política e do programa	<p>i) O processo e a conclusão da avaliação, em toda a sua diversidade, levam a uma ou mais das muitas decisões sobre o futuro (ou a não garantia) da política e do programa que está sendo avaliado. A necessidade de tal decisão significa que o ciclo pode ser inserido novamente em qualquer uma das principais etapas. Possivelmente, um problema será retirado da agenda, quer porque foi "resolvido" ou porque é visto como não mais relevante. Ou, a natureza dos seus recursos mais salientes como um item da agenda pode ser alterada. Assim, as decisões sobre o futuro podem repor o ciclo para a fase de configuração da agenda. Essas decisões podem levar a formulação e legitimação de políticas. A necessidade ou legitimidade de manter um item na agenda pode não ser questionada, as revisões legais (estatutárias) podem ser consideradas necessárias ou desejáveis, pelo menos por alguns atores. Assim, o ciclo é reinserido em algum lugar no conjunto de atividades, que compreende formulação e legitimação. Em alguns casos, as decisões sobre o futuro podem não exigir nova legislação ou emendas à legislação existente, mas podem exigir alguns ajustes na implementação do programa.</p>	<p>i.1) Riscos/ Fragilidades em relação à implementação do PLAMSAN: transição da gestão municipal (2016/2017); i.2.) Participação e Controle Social por parte dos COMUSAN, CAISAN Municipal, Sociedade Civil Organizada com vistas ao fortalecimento da SAN no município de modo a garantir a implementação do 1º PLAMSAN.</p>

A competição do tema na agenda se inicia no estágio referente à “configuração da agenda”, ocorrendo de diversas maneiras. Em primeiro lugar, de acordo com RIPLEY (1995), diferentes pessoas competem para atrair a atenção dos atores governamentais para a inclusão de qualquer problema específico na agenda.

Assim, não existe um número fixo de itens da agenda, podendo haver “brechas” disponíveis em qualquer momento, porém apesar da capacidade do governo de incluir itens em sua agenda em qualquer momento, trata-se de algo limitado.

Em segundo lugar, mesmo dentro dos grupos e entre os indivíduos preocupados com uma mesma questão comum a todos, haverá temas específicos que competirão entre si, havendo uma concorrência sobre a definição específica do problema. Também haverá a concorrência entre os temas de interesse de cada grupo, e, posteriormente, sobre quais grupos e pontos de vistas devem ser mobilizados e como fazê-lo (RIPLEY, 1995).

Em relação ao PLAMSAN, a elaboração desta política fez com que a SAN entrasse na competição da agenda governamental do município, disputando com muitos outros temas de diferentes áreas. Dentre as ações que se destacam neste estágio estão a realização de Audiências Públicas de SAN e as negociações e estreitamento das relações com a Frente Parlamentar do município.

RIGON et al. (2016) ressaltam que para se alcançar os objetivos da política de SAN é necessário priorização na agenda governamental, decisão política e participação ativa da sociedade civil no seu processo de concepção, implementação e monitoramento.

Se o processo de compromisso e negociação for rompido no estágio de “formulação e legitimação de metas e programas”, nenhuma decisão é alcançada. Se objetivos e projetos do programa forem vagos e incompletos e as declarações de metas grandiosas, faltando clareza, isto também deve ser considerado um resultado do processo de compromisso (RIPLEY, 1995).

O autor ainda alerta para o fato de que especificidades e clareza também podem impedir o comprometimento de forças que não estariam

de acordo com todos os objetivos e aspirações fundamentais. No entanto, se os objetivos forem levados a um nível mais geral, inespecífico e superficial, eles podem atrair o apoio de pessoas e grupos que, de outra forma, não concordariam.

No caso de São Paulo, uma das estratégias utilizadas pelos elaboradores do PLAMSAN foi a mobilização social e os processos formativos de SAN, antes, durante e depois das conferências de 2015.

Os protagonistas do PLAMSAN optaram por aprofundar a temática dentro do Poder Público, por meio da sensibilização, disseminação e formação da temática, correndo o risco de não encontrar apoios entre os representantes da gestão pública como coloca Rippley.

A estratégia de descentralização de ações nos territórios da cidade de São Paulo contribuiu para a efetiva participação social durante o processo de elaboração do PLAMSAN, mais em termos qualitativos do que quantitativos, pois a maior expressividade de participação deu-se na ação efetiva de cada grupo envolvido do que propriamente no número de participantes nos eventos realizados.

Além da participação social, a intersetorialidade foi uma das principais estratégias dos elaboradores do PLAMSAN para garantir a execução de ações internas por parte de diversas secretarias da gestão pública municipal durante toda a elaboração do PLAMSAN.

Estas ações intersetoriais ocorridas dentro da gestão municipal (entre secretarias, departamentos) evitaram quebra e/ou interrupção do processo de elaboração do plano.

RIPLEY (1995) descreve os passos para a escolha de uma proposta a ser formulada e legitimada: a) formular alternativas; b) escolher a alternativa para a possível ratificação por meio de coleta, análise e divulgação de informações; c) avaliar alternativas; d) projetar resultados prováveis; e) fazer uso da persuasão em relação a alternativa escolhida.

O desenvolvimento de alternativas é uma das sub-rotinas subsequente para aqueles que tratam de informações. Outra sub-rotina é a *advocacy*, em que diferentes pessoas e grupos defendem diferentes pontos de vistas e alternativas e, procuram construir alianças de apoio

de suas alternativas preferidas e, finalmente, como resultado de compromisso e negociação, uma decisão é alcançada (RIPLEY, 1995).

A estratégia de capacitação dos representantes do Poder Público já mencionada, sensibilizando, mobilizando, envolvendo e comprometendo o maior número possível de “parceiros/ colaboradores internos da SAN” contribuiu para as articulações e negociações dentro do órgão público municipal, se fazendo um uso contínuo da prática de *advocacy*, dentro e fora da esfera governamental.

O fluxo do PLAMSAN demonstrou que, para além das instituições, sejam elas públicas ou privadas, existem indivíduos e coletivos que exteriorizam seus interesses e suas necessidades a partir de suas habilidades, desejos, anseios, responsabilidades, compromissos, podendo resultar em processos participativos e intersetoriais.

As parcerias ocorridas entre Estado e Sociedade Civil tornam mais ricos e consistente os processos que envolvem elaboração de políticas públicas, pois desta forma são acolhidas e atendidas as demandas sociais.

No município de São Paulo, evidenciamos três estratégias que foram fundamentais para o êxito do caso estudado: a mobilização social, a descentralização das ações e a efetivação da intersetorialidade.

4.5. APLICAÇÃO DO ESTUDO NA PRÁTICA

A sistematização do processo de construção do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de São Paulo/SP propiciou inúmeros aprendizados e reflexões, dentre os quais destacamos nesta seção, o fato desta experiência servir de modelo para outros municípios que, de igual modo, almejam elaborar políticas públicas promotoras de saúde, de forma participativa e intersetorial.

A aplicação deste estudo na prática deve basear-se em três princípios que nortearam o processo de elaboração do PLAMSAN: a participação social, a intersetorialidade e a descentralização das ações. A replicação desta experiência municipal é viável e pode ser exitosa em

outros locais, desde que receba apoio dos órgãos públicos e consiga envolver representantes da sociedade civil organizada.

Como mecanismo para elaboração de políticas públicas saudáveis, a participação é utilizada para envolver governo e população, visando o estabelecimento de compromissos, voltados à consolidação da saúde enquanto um direito, que variam desde a indicação de propostas até alterações nos processos decisórios, chegando ao planejamento e execução conjunta de ações e projetos, fortalecendo desta maneira as ações intersetoriais.

A intersetorialidade requer exercício contínuo por partes dos envolvidos, além do comprometimento e da responsabilidade de todos na manutenção de processos dialógicos e horizontais, na busca por sinergia nas relações entre as áreas envolvidas dentro do Poder Público e entre Poder Público e Sociedade Civil, objetivando a conquista de resultados integrados.

A descentralização administrativa e política das ações contribui para a elaboração e implementação de políticas públicas promotoras de saúde. A distribuição de competências e implantação de ações, gerais e específicas, fazem parte da estratégia da descentralização, reforçando a garantia da universalização destas políticas em toda a abrangência do município.

A descentralização das ações permite que sejam contempladas propostas locais, considerando-se as realidades de todos os territórios de um município, de modo a se preservar a transparência, a eficiência e a eficácia do processo, dando voz a todos os envolvidos.

Dentre as ações estratégicas do PLAMSAN que podem ser aplicadas em outras experiências semelhantes, damos destaque a (PMSP, 2016b):

- constituição de instâncias regionais de administração direta com âmbito intersetorial e territorial;
- instituição de mecanismos que democratizem a gestão pública para fortalecer as formas participativas existentes em âmbito regional;

- planejamento, controle e execução dos sistemas locais para implementação das políticas, das diretrizes e dos programas fixados pela instância central da administração;
- incentivo ao desenvolvimento local, implementando políticas públicas a partir das vocações regionais e dos interesses manifestos pela população;
- articulação intersetorial dos diversos segmentos e serviços da administração municipal que operam em cada região.

Além dos princípios da participação social, da intersetorialidade e da descentralização, a sociedade civil deve fazer uso de mecanismos de avaliação e controle dos serviços prestados, influenciando na formulação, gestão, implementação e monitoramento das políticas públicas.

O estudo realizado pode trazer contribuições para o campo das políticas públicas promotoras de saúde, em especial, na formação de atores sociais envolvidos com a elaboração destas políticas.

Tanto as metodologias participativas desenvolvidas durante o processo de elaboração do PLAMSAN como as desenvolvidas ao longo da pesquisa podem contribuir para a formação de agentes envolvidos com elaboração de políticas públicas (representantes do executivo e do legislativo, servidores públicos, etc), lideranças comunitárias, influenciadores de opinião e das políticas, representantes de grupos de interesses, educadores, pesquisadores, entre outros).

As metodologias participativas auxiliam na formação de agentes multiplicadores de diversos temas, em especial nas áreas de SAN, Promoção da Saúde e/ou áreas afins, colaborando com a produção e disseminação de novos conhecimentos, por meio de processos participativos e interdisciplinares.

A experiência sistematizada pode ser replicada, considerando-se as devidas adequações, em qualquer cidade do mundo, em especial, naquelas situadas em regiões metropolitanas com características semelhantes a São Paulo.

5. CONCLUSÕES

Analisar o processo de elaboração do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da maior metrópole do Brasil, sob a perspectiva de dois princípios da Promoção da Saúde, participação social e intersetorialidade, foi laborioso, complexo e repleto de aprendizados.

Tais princípios foram perseguidos pelos protagonistas do PLAMSAN em todas as etapas de elaboração do plano, sendo um objetivo, um fundamento e também uma estratégia de trabalho e parte integrante dos procedimentos metodológicos do processo.

A Segurança Alimentar e Nutricional, tema central do PLAMSAN, trouxe muitos desafios aos atores que lideraram o processo. O estudo mostrou que muito esforços foram despendidos por parte destes sujeitos pelas razões que seguem:

- 1º) a SAN não é um tema inserido e/ou conhecido em todas as esferas da gestão pública, nem tão pouco está disseminada nas diversas camadas sociais;
- 2º) a participação das pessoas nos debates e nas ações de SAN depende de muitos outros fatores, tais como: tempo, potencial humano, financeiro e intelectual, espaços adequados de participação e articulação, entre outros;
- 3º) a intersetorialidade é uma prática que requer interesse e vontade por partes dos gestores públicos e políticos e, no caso da SAN, nem o tema, nem a prática intersetorial permeiam todas as áreas e esferas do Poder Público. No caso da gestão municipal, em especial, nem todas as áreas demonstram disposição e competência para assumir tal liderança.

A Promoção da Saúde, apesar de estar intrinsecamente presente e/ou subentendida em diversas ações, programas e projetos, vinculados à área da saúde e/ou a outras áreas correlatas, poucas vezes apareceu expressa nos documentos consultados, dentre os quais destacamos: o Documento de Orientação e Referência, o Relatório Final com Declarações e Proposições da 6ª CM de São Paulo e o 1º PLAMSAN .

Os atores sociais (representantes do Poder Público e da Sociedade Civil) que participaram das atividades da 6ª CM e da elaboração do PLAMSAN não mencionaram, claramente, a SAN como uma política promotora de saúde, apesar do processo analisado se enquadrar dentro de princípios e campos de ação da Promoção da Saúde.

Os campos de ação: elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis, reforço da ação comunitária, criação de espaços saudáveis, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos serviços de saúde foram identificados no processo, no entanto, nem todos foram explicitamente mencionados pelos atores sociais e também não tiveram uma associação direta com a Promoção da Saúde.

Os conselheiros do COMUSAN estão entres os atores que mais colaboraram para o processo participativo do PLAMSAN, sendo evidenciada uma conduta transparente e democrática; valorização da inclusão, do empoderamento e da participação dos membros, horizontalidade nos diálogos e processos, além de uma comunicação efetiva dentro e fora do conselho.

A estratégia de participação de maior impacto foi a descentralização das ações nos territórios que, por meio de sensibilização e mobilização das populações locais, conseguiu envolver um maior número de pessoas que passaram a contribuir com a elaboração do PLAMSAN, sendo contempladas as propostas locais no plano, levando em consideração as realidades de todos os territórios da cidade e dando voz ao sujeitos envolvidos com o PLAMSAN.

A estratégia de descentralização das ações partiu do fato de a cidade de São Paulo ser administrativamente descentralizada (dividida em Subprefeituras).

Alguns desdobramentos deste processo participativo e descentralizado foram identificados, tais como: i) empoderamento da Sociedade Civil, ii) acolhimento das demandas sociais por parte do Governo Municipal, iii) envolvimento e comprometimento, tanto por parte da Sociedade Civil organizada como por parte do Poder Público municipal, iv) ocupação e/ou institucionalização de espaços de participação, v) desenvolvimento de habilidades a partir de

formação/capacitação técnica e/ou multiplicação de conhecimento em diversas instâncias e territórios.

A Consulta Pública da primeira versão da minuta do PLAMSAN, outra estratégia de participação, ocorreu por meio eletrônico, de modo a mobilizar de forma ampliada os vários setores da sociedade com interesse na área.

A elaboração do 1º PLAMSAN de São Paulo teve como desdobramento uma pactuação intersetorial digna de ser compartilhada com outras metrópoles, pois diversas secretarias municipais, departamentos e coordenadorias participaram do processo, apesar dos desafios enfrentados, como o fato de nem todas as secretarias terem participado intensamente.

Dentro de uma perspectiva intersetorial, a CAISAN Municipal foi o órgão institucional que se destacou pela sua configuração, envolvendo 7 (sete) secretarias: Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Saúde, Educação, Verde e Meio Ambiente, Direitos Humanos e Cidadania, Desenvolvimento e Assistência Social, além da secretaria de Governo e da Coordenação das Subprefeituras, garantindo a intersetorialidade e a amplitude que o tema da SAN requer dentro da gestão pública.

Verificou-se que os atores que lideraram o processo se esforçaram para identificar a potência de cada etapa realizada, sempre visando uma ação conjunta que propiciasse a otimização de saberes, as oportunidades oferecidas em cada espaço de trabalho, a peculiaridade e especificidade de cada relação presente nos diferentes setores e segmentos do Poder Público e da Sociedade Civil.

A conexão estabelecida entre a participação social e a intersetorialidade ocorreu de forma sinérgica. A efetividade das ações intersetoriais entre as secretarias, por exemplo, dependia primeiramente da articulação entre estas, no intuito de sensibilizar e mobilizar seus representantes para operacionalizarem a intersetorialidade na área de SAN.

Assim, a transparência e o compromisso com os princípios da participação social, da intersetorialidade e da descentralização, por parte

dos envolvidos, tornou a experiência de elaboração do PLAMSAN exitosa.

Outro ponto a ser evidenciado foi o acolhimento do Poder Público Municipal em relação às demandas sociais emergidas na Sociedade Civil organizada, além do apoio dado às redes locais ou, ainda, a viabilização para constituição destas.

No entanto, foi verificado um distanciamento entre a esfera municipal e a estadual, sinalizando para uma divergência ideológica existente entre estes dois governos, provavelmente, sendo o que levou ambos, estado e município, a ficarem aquém no processo político se comparados aos outros entes federados da nação.

No processo de elaboração do PLAMSAN foram seguidas as orientações metodológicas da CAISAN-Nacional, previstas no Guia para a Construção de Planos de SAN, o que contribuiu para um trabalho organizado e sistematizado, apesar dos desafios apresentados por um município com características tão complexas como São Paulo, como o fato de ser uma metrópole com estreita relação com outras cidades da Região Metropolitana de São Paulo.

A REDE SANS-BT desempenhou importante papel na elaboração do PLAMSAN, pois seus representantes, envolvidos com o PLAMSAN, exerceram uma função bilateral, alimentando e/ou replicando informações e realizando capacitações para os demais membros da rede (levando informações, demandas, propostas emergidas na rede) para o contexto municipal.

Esta dinâmica dos membros da REDE SANS-BT evidenciou irradiação de força e poder: dos atores locais da rede para o município como um todo e, também, no fluxo inverso, do contexto municipal para o local, como no caso da participação dos membros da rede em outros espaços como (COMUSAN, Conferências de SAN, etc.).

A proximidade física da Subprefeitura do Butantã contribuiu de certa forma para o fortalecimento da REDE SANS-BT, a partir do compartilhamento de conhecimentos e/ou informações por parte de ambos. No entanto, até o momento do término da pesquisa, não existia

uma parceria contínua, sendo esta uma expectativa dos membros da rede. As ações conjuntas ocorriam apenas em momentos pontuais.

Além de ser um espaço de participação e articulação, a rede foi considerada um espaço educativo, promovendo diversos eventos de capacitação/formação, tais como: cursos, oficinas, seminários, encontros, etc, em conjunto com o CRESAN-BT, envolvendo parceiros de instituições da região, instituições de ensino, pesquisa e extensão, entre outros, fortalecendo, conjuntamente, a SAN e a Promoção da Saúde da população do Butantã.

A articulação de todos os setores envolvidos no fortalecimento da temática da SAN serviu de sustentação para a formulação de políticas públicas como, por exemplo, a contribuição dos membros da rede na elaboração do PLAMSAN, integrando conceitos e estratégias da SAN e temas que se inter-relacionam com a temática, como a Promoção da Saúde, por meio de ações estruturais, educativas e participativas.

Os achados do subprojeto “Mapeamento e Diagnóstico da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional da Região do Butantã – São Paulo/SP” evidenciaram o potencial da região do Butantã na área de SAN.

Esta pesquisa, de modo geral, demonstrou que muitas proposições, construções e iniciativas ocorrem “por detrás dos bastidores” das políticas públicas como já mencionado, pois nem sempre vem à tona os verdadeiros responsáveis pela elaboração e realização de determinadas ações que, na maioria das vezes, é fruto da mobilização, da participação e do protagonismo da Sociedade Civil, mas carregam o peso do nome institucional, como se o Poder Público fosse o protagonista principal de sua criação.

Por fim, com base nos critérios de validade definidos pelo ICPHR (2013), consideramos que o processo de criação do 1º PLAMSAN foi um processo participativo que promoveu a qualidade dos serviços de SAN incrementando a democratização e participação social dos indivíduos e das comunidades na resolução dos seus próprios problemas e, fundamentando as intervenções em evidências científicas e nos saberes das comunidades.

Podemos afirmar que este processo teve uma abordagem colaborativa, delineada para garantir e estabelecer estruturas para a participação das comunidades afetadas pelos temas referenciados no processo, em especial, o tema central da SAN.

O processo do PLAMSAN assumiu uma forma sequencial e cíclica de diagnóstico, planejamento, ação e reflexão conduzida com e pelas pessoas implicadas, em cujo processo o poder foi, ao longo do processo, partilhado, evidenciando forma de empoderamento, uma vez que a participação contribuiu para transformação em todos os sentidos.

Seguindo as orientações do ICPHR (2013), todos os interessados puderam participar ativamente da investigação, sempre que possível (validade participativa), sendo esse processo visto com credibilidade e com significado para as partes interessadas dentro de uma variedade de perspectivas (validade intersubjetiva).

O PLAMSAN teve uma aplicação local (validade contextual) porque se relaciona com uma situação local, a metrópole de São Paulo, mas tem sido considerado um processo útil em termos de apresentar novas possibilidades para ação social (validade catalítica), podendo ser replicado em outros municípios.

Além disso, os resultados da criação do 1º PLASMSAN e as mudanças exercidas sobre as pessoas pela pesquisa foram sólidos e justos (validade ética) e aumentou a empatia entre os participantes (validade empática).

As estratégias de *marketing*, articulação, negociação e *advocacy*, identificadas neste estudo de caso, foram fundamentais para mobilizar e envolver atores sociais e instituições, garantindo-se a participação social, a intersectorialidade e o comprometimento dos envolvidos no processo como um todo.

Por fim, ressaltamos que as parcerias entre a universidade por meio da pesquisa científica e os municípios são um excelente recurso para resgatar e sistematizar os processos que se pautam pelos princípios da SAN e da Promoção da Saúde e/ou áreas afins.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe algumas reflexões referente ao cenário político municipal, ao percurso metodológico e em relação às parcerias desenvolvidas ao longo desta pesquisa.

A experiência sistematizada demonstra que ações quando originadas na Sociedade Civil podem ser bem-sucedidas e duradouras, mas dependem da vontade, do acolhimento, do apoio e do comprometimento das instituições públicas, pois, qualquer iniciativa, por mais interessante que seja, não consegue sobreviver e se desenvolver por longo período sem que haja uma sólida parceria entre Poder Público e Sociedade Civil.

Sobre o atual cenário político, a transição da gestão municipal, do Prefeito Fernando Haddad, 2013-2016, para o Prefeito João Dória Júnior, 2017-2020 é ainda uma incógnita em relação à implementação do PLAMSAN: se o plano será efetivado parcialmente ou em sua totalidade na gestão 2017-2020.

Os ativistas da SAN terão que se fortalecer e se empoderar ainda mais para que todo o trabalho do PLAMSAN, realizado de forma coletiva, não seja engavetado e/ou simplesmente descartado como tem ocorrido em diversos momentos da história política do país, quando boas iniciativas emergidas da Sociedade Civil são simplesmente ignoradas, abortadas ou neutralizadas pelos novos gestores. Isto acontece, muitas vezes, por falta de conhecimento e/ou descaso em relação à temática em questão.

O estudo realizado pode ser um guia metodológico norteador de processos relacionados à elaboração de políticas públicas, em especial, nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional, Promoção da Saúde e/ou afins, conforme explicitado na seção que trata da aplicação do estudo na prática.

A utilização de metodologias exclusivamente participativas só foi possível graças à parceria e o comprometimento dos informantes-chave que contribuíram desde o delineamento da pesquisa até o fornecimento de informações, revisão e validação dos dados.

Por fim, citamos algumas limitações do estudo que dificultaram o aprofundamento da investigação na perspectiva do Estado. A escassez de informações sobre a trajetória da SAN no Estado de São Paulo e os poucos registros encontrados contribuíram para esta limitação, indicando uma baixa relevância do tema para os governantes na esfera estadual. Esta ausência de materiais, aliada aos dados analisados sobre a trajetória da SAN no município, evidenciou a distância existente entre as gestões estadual e municipal no período estudado.

Outra limitação do estudo foi a escolha por informantes-chave, majoritariamente, representando a Sociedade Civil. Em outro desenho poderiam ser incluídos mais informantes-chave, representantes do Poder Público. No entanto, o olhar para a Sociedade Civil foi uma escolha da pesquisadora.

7. REFERÊNCIAS

Akerman M. Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica. In: Saúde em debate. Hucitec; 2005.

Anav RV. Desenvolvimento de São Paulo: Trajetória Histórica, Indicadores e Desafios Atuais. In: Santos AHS da. (Org). Desenvolvimento, Trabalho e Inovação: a experiência da Cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2016, p. 109-117.

Azevedo E. Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. São Paulo: Editora Senac São Paulo; 2012.

Becker HS. Problemas de inferência e prova na observação participante. In: Métodos de pesquisa em ciências sociais. 2.ed. São Paulo: Hucitec; 1994.

Bógus CM. Conselhos Gestores de Políticas Públicas no Município de São Paulo: identidade, limitações e potencialidades na perspectiva da Promoção da Saúde. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo; 2009.

Brasil. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Define as diretrizes e objetivos da PNSAN Brasília, DF; 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso jan 2018.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, de 17 a 21 de março de 1986. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_sau_de_relatorio_final.pdf. Acesso em jan 2017.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde; 2013. 84 p.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Fome Zero: A experiência brasileira. Silva JG da; Del Grossi ME; França CG de (Orgs.). Brasília, DF: MDA; 2010b.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Caderno Teórico de Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano a alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); 2013.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). MAPASAN 2014: Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 2015.

Brasil. Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Brasília, DF; 1992.

Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF; 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso jan 2018.

Brasil. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, DF; 2003

Brasil. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Brasília, DF; 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso jan 2018.

Brasil. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, DF; 2009.

Brasil. Portal Brasil. ODM Brasil. Brasília, DF; 2017. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>. Acesso em set 2017.

Burity V. et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: Abrandh; 2010.

Burlandy L. Segurança alimentar e nutricional: intersectorialidade e as ações de nutrição. *Saúde em Revista*, Piracicaba, SP. 2004, v. 6, n. 13, p. 9-15.

Burlandy L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2011 v. 16, n. 1, p. 63-72.

Burlandy L; Mattos R. A construção do campo da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e suas potencialidades para a consolidação de uma cultura de direitos. In: Schneider O. M. F. (Org). *Segurança Alimentar e Nutricional: tecendo a rede de saberes*. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: Faperj; 2012, p. 21-42.

Buss PM. Uma introdução ao conceito de saúde. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p.15-38.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: PLANSAN 2012/2015. Brasília, DF; 2011.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: PLANSAN 2016/2019. Brasília, DF; 2016.

Campos AL de. Experiências em movimento: alimentação, cidadania e lutas sociais na zona leste de São Paulo (1993-2006). [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo. São Paulo; 2009.

Carvalho SR; Gastaldo D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2008, v. 13, n. sup. 2, p. 2029-40.

Carvalho MCVS; Luz MT; Prado SD. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. 2011, v. 16, n. 1.

Cassiolato M, Gueresi S. Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília (DF): IPEA; 2010.

Castro J de. O problema da alimentação no Brasil. São Paulo. Editora Nacional, Série IV; 1934.

Castro J de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares; 1984.

Cervato-Mancuso AM; Fiore EG; Redolfi SCS. Guia de segurança alimentar e nutricional. Barueri, SP: Manole; 2015.

Costa CGA. Segurança Alimentar e Nutricional: significados e apropriações. São Paulo: Annablume, FAPESP; 2011.

Cohn A. Participação social e conselhos de políticas públicas. Brasília, DF: CEPAL; 2011.

Conceição JJ da. A Cidade Global: Liderança de São Paulo. In: Santos AHS da. (Org). Desenvolvimento, Trabalho e Inovação: a experiência da Cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2016, p. 109-117.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Documento Final da II Conferência Nacional de SAN; 2004.

Costa CGA. Segurança alimentar e nutricional: significados e apropriações. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo; 2008.

Costa CGA; Bógus CM. Significados e apropriações da noção de segurança alimentar e nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Saúde e Sociedade*. 2012, v. 21, n. 1, p. 103-114.

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN); Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Relatório Final. Declarações e Proposições da 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por Direitos e Soberania Alimentar”. São Paulo; 2015.

FAO. *Declaración de la Cumbre Mundial sobre seguridad alimentaria mundial. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la alimentación*: FAO. Roma, Italia; 2009.

FAO, WHO. *Conference outcome document: Rome declaration on nutrition. In: Second international conference on nutrition. Rome: FAO and WHO; 2014.*

Demo P. Participação é conquista: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez; 1993.

Denzin NK, Lincoln YS. O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens. Netz R, tradutor. Porto Alegre: Artmed; 2006.

Do Nascimento S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo. 2010, n. 101, p. 95-120.

Estadão. As 10 menores comunidades estrangeiras de São Paulo; 2016. Disponível em: <http://fotos.estadao.com.br/galerias/cidades,as-10-menores-comunidades-estrangeiras-de-sao-paulo,27885#>. Acesso em jan 2017.

Fernandes GF, Marques RAA de, Santos Jr DP dos, Frazão P, Narvai PC. Democracia e Saúde no Brasil: Desafios ao Empoderamento e ao Protagonismo Popular. In: Pelicioni MCF, Mialhe FL. Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos; 2012.

Fernandez JCA, Sacardo DP. Abordagem qualitativa para avaliação de políticas públicas: implicações teóricas, éticas e políticas. In: Campos M; Cazzuni DH. (Orgs). Avaliar para compreender: uma experiência na gestão de programa social com jovens em Osasco, SP. São Paulo: Hucitec; 2008, p.59-95.

Fiore DC. Bases sociais e interiorização: o predomínio eleitoral do PSDB paulista (1994-2014). [Tese de Doutorado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo; 2016.

Folha de São Paulo. Butantã é o bairro com maior área de praças na cidade; 2012. Disponível em: <http://folhaspdados.blogfolha.uol.com.br/2012/09/19/butanta-e-o-bairro-com-maior-area-de-pracas-na-cidade/>. Acesso em jun 2017.

Garibe R. A descentralização de poder em São Paulo. In: Capucci PF. e Garibe Filho RN. e (Orgs). Gestão local nos territórios da cidade: ciclo de atividades com as subprefeituras. São Paulo: Mídia Alternativa: Secretaria Municipal das Subprefeituras, pp.45-53; 2004.

González RCL. Políticas públicas, gestão territorial e participação social. In: da Silva OA; Santos EMC; Coelho Neto AS (orgs). Identidade, território e resistência. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência; 2014.

Grin EJ. Descentralização, subprefeituras e participação popular na cidade de São Paulo, Brasil; 2010

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Peliano AM. (Org.). In: IPEA. Documento de Política. Ipea; 1993.

Iribarry IN. Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe. Psicologia: reflexão e crítica. 2003, v. 16, n. 3, p. 483-490.

Junqueira LAP. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersectorialidade. Saúde e Sociedade. 1997, v. 6, n. 2, p. 31-46.

Junqueira LAP. Intersectorialidade, transectorialidade e redes sociais na saúde. Revista de Administração Pública. 2000, v. 34, n. 6, p. 35-45.

Latham E. The Group Basis of Politics: Notes for a Theory. American Political Science Review, v. 46, n. 02, p. 376-397; 1952.

Lavalle AG; Castello G; Bichir RM. Os bastidores da sociedade civil: protagonismos, redes e afinidades no seio das organizações civis. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; 2006.

Machado M; Rocha DF; Campos MM. Dos movimentos sociais à implementação do Programa Fome Zero (1993–2013): a trajetória da cidadania alimentar no Brasil (20 anos da ação da cidadania e 10 anos do Programa Fome Zero). Rev.Segurança Alimentar e Nutricional. 2015, v. 22, n. 2, p. 692-705.

Maluf RS. Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes; 2007. 174p.

Maluf RS; Reis MC dos. Conceitos e Princípios de Segurança Alimentar e Nutricional. In: Rocha C; Burlandy L; Magalhães R. Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e

desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013.

Mendes R. et al. Promoção da saúde e redes de lideranças. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 2013, v. 23, n. 1, p. 209-226.

Milan Urban Food Policy Pact. O apelo de Valência para ação urgente em sistemas alimentares. Valência, Italy; 2017.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec; 2010

Moysés SJ, Moysés ST. Promoção da Saúde em Contextos Locais. In: Pelicioni MCF, Mialhe FL. Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos; 2012.

Oliveira AAP de. Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto Nossas Crianças: Janelas de Oportunidades no município de São Paulo à luz da promoção da saúde. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2007.

Olson M. A Lógica da Ação Coletiva. Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Fernandez F, tradutor. São Paulo: EDUSP; 1999.

Pinheiro ARDO. Análise histórica do processo de formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2003-2006): atores, ideias, interesses e instituições na construção de consenso político. Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Distrito Federal; 2009.

Pinheiro ARDO; Carvalho MDFCC. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. *Rev. Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. 2010,15(1):121-130.

Porto-Gonçalves CW. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *Rev. Internacional Interdisciplinar Interthesis - PPGICH UFSC*; 2004.

Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Lei nº 13.399, de 1º de Agosto de 2002. Criação de Subprefeituras no Município de São Paulo. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/lei_13_399_1254940922.pdf. Acesso em jan 2017.

Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP). Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na Cidade de São Paulo: Ações, desafios e perspectivas do papel da cidade na alimentação. São Paulo: PMSP; 2016a.

Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP). 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2016/2020 - PLAMSAN. São Paulo: PMSP; 2016b.

Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016. Política Municipal para a População Imigrante (PMPI); 2016c. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20160709&Caderno=DOC&NumeroPagina=1>. Acesso em jan 2017.

Rabello LS. Promoção da saúde: a construção social de um conceito em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2010.

Raffestin C. Por uma geografia do poder. França MC, tradutora. Rio de Janeiro: Ática; 1993.

Recine E; Vasconcellos AB. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2011, v. 16, n. 1, p. 73-79.

Restrepo HE. Agenda para la acción en Promoción de la Salud. In: Restrepo HE, Málaga H. Promoción de la Salud: Cómo construir vida saludable. Bogotá – Buenos Aires – Caracas – Madrid – México – São Paulo: Editorial Medica Panamericana; 2001.

Rigon SDA. A construção de políticas públicas promotoras de saúde: um estudo de caso sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2012.

Rigon SDA; Schmidt ST; Bógus CM. Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional. *Cadernos de Saúde Pública*. 2016, v. 32, n. 3.

Ripley RB. Stages of the policy process. In: McCool DC. Public policy theories, models and concepts: an anthology. New Jersey: Prentice-Hall; 1995, 157-162.

Rinaldi AR. Habitação Estudantil. [Trabalho Final de Graduação]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH),
Sacardo DP. Das políticas públicas às políticas públicas saudáveis: contribuições para a promoção da saúde. *O Mundo da Saúde*. São Paulo; 2004, ano 28, v.28, n.1.

Sacardo DP; Gonçalves CCM; Andrade EA. Território: Potencialidades na Construção de Sujeitos. In: FERNANDEZ, Juan Carlos Aneiros; MENDES, Rosilda. Promoção da saúde e gestão local. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec; 2014.

Santarelli M. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios intersetoriais e interfederativos. In: Schneider OMF (org.). Segurança alimentar e nutricional: tecendo a rede de saberes. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Faperj; 2012.

Santos AHS da. Desenvolvimento e Cidade: proposições para o futuro. In: Santos AHS da. (Org). Desenvolvimento, Trabalho e Inovação: a experiência da Cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2016, p. 109-117.

Sanfelice JL. A política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos. Nuances: estudos sobre Educação. 2010, v. 17, n. 18.

Saquet MA. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: da Silva OA; Santos EMC; Coelho Neto AS (orgs). Identidade, território e resistência. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência; 2014.

Sassen S. *El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza*. Eure (Santiago). 2007, v. 33, n. 100, p. 9-34.

Sicoli JL, Nascimento PR. Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. 2003, v7, n12, p.101-22.

Silva, SP. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: Projetos, discontinuidades e consolidação; 2014.

Sousa Santos, Boaventura de. Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social. CLACSO; 2006.

Sperandio AMG (Org). O Processo de Construção da Rede de Município Potencialmente Saudáveis. Campinas. V1: Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitário; 2003.

Sposati A. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. Serviço Social & Sociedade. 2006, v. 89, p. 133-141.

Schwartzman F. Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares no estado de São Paulo. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2015.

Szymanski H; Almeida LR de; Prandini RCAR. A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. Brasília: Plano Editora; 2002.

Tatagiba L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra; 2002, p. 47-103.

Telles VS; Cabanes R (Org). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; 2006.

Truman DB. The governmental process. New York: Knopf; 1951.

United Nation (UN). World Summit Outcome. New York; 2005.

Valladares L. Os dez mandamentos da observação participante. Rev. Bras. Ciencias Sociais [online]. 2007, vol.22, n.63, pp. 153-155.

Vasconcelos FAG de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Rev. Nutrição, Campinas. 2005, v. 18, n. 4, p. 439-457.

Warschauer M; De Carvalho YM. O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. Saúde e Sociedade. 2014, v. 23, n. 1, p. 191-203.

Westphal MF; Mendes R. Cidade saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersetorialidade. Revista de Administração Pública. 2000, v. 34, n. 6, p. 47-61.

Westphal MF. Promoção da saúde e a qualidade de Vida. In: Fernandez JCA; Mendes R. Promoção da saúde e gestão local. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec; 2014.

World Health Organization – WHO. *Health promotion glossary*. Geneve: WHO; 1998.

World Health Organization – WHO. Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde. Rio de Janeiro; 2011. Disponível em: http://www.who.int/sdhconference/declaration/Rio_political_declaration_portuguese.pdf Acesso em: 5 jan 2018.

Wyatt Knowlton L, Phillips CC. The logic model guidebook: better strategies for great results. California: SAGE Publication; 2009.

Yin RK. Estudo de caso: planejamento e métodos. Grassi D, tradutor. 2.ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

ANEXOS

ANEXO nº 1.

Quadro nº 3. - Falas Ilustrativas: categorias e subcategorias na perspectiva da Promoção da Saúde.

Categoria: Participação Social (P.S.)	
Subcategoria	Falas
Ativismo, Militância	<p><i>“De maneira geral a construção da política de segurança alimentar no nosso país, tem a marca da participação social, um tema que já era incorporado pela sociedade em vários movimentos e que o programa Fome Zero reuniu várias ideias e propostas que vinham desses movimentos ligados à SAN, agroecologia, agricultura familiar etc., então, ainda que a construção da noção de SAN, da Soberania Alimentar, do Direito Humano à Alimentação, tenha então a marca da participação dos movimentos, das organizações sociais. Em São Paulo, lembro de procurarmos os poucos decretos que existiam como referência para a gente criar o conselho aqui.... ainda existia a SEMAB, Secretaria Municipal de Abastecimento, então houve uma mobilização em torno dessa questão na primeira versão do conselho [COMUSAN], mas logo depois com a entrada do novo governo na prefeitura, a nossa, a visão de participação alterou....”</i></p>
	<p><i>“.... a visão do governo do Estado de São Paulo, dificultou muito a nossa participação no movimento nacional que estava pautando essa visão da questão da SAN e dessa visão do direito.”</i></p>
	<p><i>“Então, a nossa participação no CONSEA acabou criando uma ponte entre a realidade que a gente estava vivendo aqui e o processo nacional, então em algum momento, principalmente na 3ª Conferência, que o Estado até nos últimos dias não convocava a Conferência Estadual, enfim, nós conseguimos encaminhar um ofício para o CONSEA, em nome do Fórum Paulista de SAN, que reúne entidades da sociedade civil, movimentos, colocando que o povo de São Paulo gostaria de estar participando do processo nacional e essa participação estava sendo inviabilizada pela conduta do Governo Estadual.”</i></p>
	<p><i>“É, o CONSEA Estadual, então nós conseguimos uma prerrogativa que nas conferências, nas reuniões que participavam os presidentes de CONSEA estaduais, nós estaríamos sempre. Eles [CONSEA Nacional] começaram a pagar passagem para a ida de um representante da nossa Articulação Paulista de Segurança Alimentar para que pudesse participar dessas reuniões para fazer essas ligações do que estava acontecendo no país e o nosso movimento aqui em São Paulo.”</i></p>

Continuação do quadro nº 3

Categoria: Participação Social (P.S.)	
Subcategoria	Falas
Ativismo, Militância	<i>“Isso aconteceu na conferência de 2007 e também de 2011, e agora é a quinta, então foi na terceira e na quarta conferência que a gente viabilizou a participação dos [representantes] de São Paulo.”</i>
	<i>“Voltando a questão da sociedade, da participação da sociedade civil organizada, eu vejo que de maneira geral incluindo São Paulo, porque bem ou mal nós conseguimos resistir durante esses anos, pautando a questão da SAN. Então havendo condição de participação, acho que São Paulo tem uma sociedade civil muito frutífera.... que faz muitas coisas, ações, desde uma distribuição de alimentos, sopão, refeições para moradores de rua, agricultura familiar, agricultura urbana, projetos de educação nutricional, projetos de gastronomia popular, uma infinidade, compras comunitárias....”</i>
	<i>“Vejo muitas organizações participando... a pastoral da criança, as organizações de cunho comunitário, ONGs locais, articulações formadas em redes sociais, a exemplo do movimento hortelões urbanos que participaram ativamente, principalmente na região oeste e centro, etc”.</i>
Empoderamento	<i>“Quando a gestão não prioriza, não dá força, fica difícil concretizar a função de um conselho, eu vejo isso em São Paulo.... foi o nosso vínculo com o FBSSAN que acabou nos permitindo participar da mobilização no nível nacional, nas plenárias do CONSEA, durante o processo de mobilização das conferências, isso foi interessante....”</i>
	<i>“.... O empoderamento dessas organizações como no caso da Rede Local de SAN no Butantã, como é que ela pode participar da política de segurança alimentar do município, como que ela se conectaria? Estão se formando comissões, sete comissões, nas macrorregiões, então qual é o papel delas? Elas estão dentro da órbita de ações que se realizam em vários bairros. Vamos dizer que sejam onze bairros por cada comissão regional, qual é o papel dessas pessoas que vão estar participando desse grupo? Como que é a dinâmica de trabalho de uma comissão regional? ”</i>

Continuação do Quadro nº 3.

Categoria: Políticas Públicas (P.B.)	
Subcategoria	Falas
Construção, Elaboração	<i>“Então, São Paulo ficou atrasado na adesão ao SISAN. Outros estados estão bem mais adiantados que nós, na elaboração e implantação da política de SAN; já estão na elaboração do segundo plano de segurança alimentar.”</i>
	<i>“.... cada região tem características específicas, a zona Sul de São Paulo tem já características de área rural, são quatrocentas famílias de agricultores, que tem lá suas potencialidades e seus problemas. Então há propostas específicas de acordo com as características de cada território.... a necessidade do zoneamento territorial definir as áreas de agricultura familiar e de os agricultores de lá terem acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é o documento do agricultor. Já em outras regiões.... é a questão da alimentação dos albergues.”</i>
	<i>“Talvez a gente siga as mesmas diretrizes da política nacional, mas São Paulo não é uma cidade qualquer, é uma metrópole e temos que pensar em formas de descentralizar as ações para os territórios, as localidades”</i>
	<i>“Em cada região há experiências significativas para resolver problemas bem locais; são ações muitas vezes feitas com pouco recursos, mas com importantes resultados, porque lidam com problemas ligados ao sofrimento, à saúde e à exclusão social. Enfim, na hora de se pensar em uma política pública para a cidade, acho que deveríamos discutir a concepção de política pública. Qual é a concepção? O Estado vai fazer as ações sozinho ou em parcerias com a sociedade civil, fortalecendo projetos e atividades que são realizadas na região, que são vivas e onde há grupos que tem interesse na continuidade dessas ações? ”</i>
	<i>“Quase que se poderia pensar de uma política para cada uma dessas cidadezinhas dentro de São Paulo [territórios divididos pelas subprefeituras], entende? Então quais são as experiências significativas desse lugar, quais são as forças vivas, a população que é organizada, e que pauta esses assuntos e que realiza ações? Porque o Estado vai fazer ações onde a sociedade já tem ‘know how’, então aí é que está, qual é a concepção de política pública? Se você pensar que política pública não é necessariamente uma política do Estado, estatal, que a política, ela abrange ações públicas, que tem uma finalidade pública, pode ser realizada por uma organização social em parceria com o Estado. Então, essa disputa nós vamos fazer, de procurar fortalecer e empoderar organizações que tem o que dizer, que tem o que falar, que tem o que fazer, que são desses territórios e vão continuar aí, fincam-se raízes mais profundas. ”</i>

Continuação Quadro nº 3

Categoria: Políticas Públicas (P.B.)	
Subcategoria	Falas
Controle Social	<p><i>“....fiscalizam programas, fiscalizam a merenda, enfim, é um conjunto de ações muito interessantes e agora as conferencias locais que estão acontecendo na cidade de São Paulo nos deram oportunidade de conhecer essas propostas e tantas sugestões que acontecem assim, de maneira geral na cidade....”</i></p>
Intersetorialidade	<p><i>“.... uma casa de cultura na Cidade Tiradentes, está no mesmo terreno, que vai ser inaugurada agora, a escola estufa, então existe um movimento de moradores locais que fazem parte de ambos equipamentos e que querem, que possa haver uma intersectorialidade, que um equipamento que está no mesmo terreno que o outro possa ter assim a cultura da sustentabilidade....”</i></p>
	<p><i>“Existem locais na subprefeitura para um diálogo intersectorial? Teríamos que criar uma coordenadoria de segurança alimentar e nutricional na subprefeitura? Como isso se institucionaliza? O desafio da temática alimentar é que ela conversa com quase todos os setores, mas ela não é a prioridade em setor nenhum, entende? Então qual é o lugar desse tema dentro do aparelho do Estado? Não há lugar para conversas intersectoriais....”</i></p>

ANEXO nº 2.

Carta Política

6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Considerando a Segurança Alimentar e Nutricional como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Considerando o novo Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, que incentiva o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados como base da alimentação; que propõe a diminuição do consumo de óleos, gorduras, sal e açúcar e de alimentos ultra processados.

Considerando os princípios da participação social, da soberania alimentar, da descentralização e da intersetorialidade em que se baseiam as políticas e programas municipais de segurança alimentar e nutricional.

Ocorreu nos dias 26 e 27 de Junho de 2015 a VI Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação de 1031 pessoas, entre movimentos populares, poder público, delegados e convidados. A Conferência consolida as etapas da construção da política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como base a consagração da alimentação como direito humano e com o tema “Comida de verdade, no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”.

A partir das propostas das 7 Pré-Conferências Macrorregionais e 10 Atividades Livres, a VI Conferência aprovou o total de 78 propostas que

subsidiarão a construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir de ações e experiência de sucesso da população, diagnósticos de dificuldades e barreiras que impedem o acesso universal a alimentos e propostas para ações de superação dessas dificuldades.

Este é o momento fértil de lançarmos as sementes para a construção da Política e o Plano Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e fortalecer os componentes integrantes do Sistema Municipal de SAN, a saber o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) e a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

As propostas aprovadas na VI Conferência Municipal versam sobre desafios nas áreas de atenção a população vulnerável e com deficiência; articulação e intersectorialidade; educação e saúde; abastecimento; agricultura; alimentação escolar; divulgação e publicidade.

Após as discussões nos grupos de trabalho e na plenária da Conferência, houve destaque para:

1. A importância da descentralização da administração pública relativa à programas de segurança alimentar e nutricional, para articular um território extenso como o do Município de São Paulo; fortalecer as subprefeituras no apoio e fomento aos programas locais e mapeamento das ações locais realizadas pelos movimentos sociais;
2. O fortalecimento e ampliação de iniciativas de agricultura urbana e periurbana no município, com foco na ocupação de espaços públicos e privados e no provimento de recursos, estrutura e capacitação para hortas comunitárias;
3. A promoção de capacitação em educação nutricional ampliada, continuada e permanente para população, controle social e profissionais estratégicos como profissionais de saúde em atenção básica, vigilância em saúde e educadores de ensino fundamental e médio, promovendo a soberania alimentar; de divulgação de princípio e diretrizes de segurança alimentar e nutricional por meio de materiais de direito humano à

alimentação com linguagem acessível a diferentes públicos por meio de diversos recursos midiáticos.

4. O reconhecimento da agroecologia enquanto campo do conhecimento capaz de valorizar o trabalho humano na terra e suas relações com o meio, produzindo alimentos de qualidade e quantidade e incentivando sua comercialização justa na cidade. Para o desenvolvimento da agroecologia, é fundamental garantir assistência técnica agroecológica e insumos agrícolas e sementes crioulas, assim como estruturas de logística e de comercialização dos produtos, com foco na abertura de novas feiras orgânicas, valorizando a relação entre o produtor e cidadão e valorizando o uso sustentável da terra.

5. A necessidade de garantir a preservação e resgate dos aspectos históricos e culturais no que se refere à tradições e saberes ancestrais na ocupação do espaço e fomentar integração do urbano e rural.

6. Resgatar o caráter social e cultural dos espaços de abastecimento municipal, garantindo política de comércio justo e solidário de alimentos que são protetores para a saúde.

7. Garantir o desenvolvimento de programas associados ao ciclo do alimento, considerando a produção, logística, comercialização, consumo e descarte, priorizando neste último o processo de compostagem como forma de geração de insumos agrícolas voltados aos agricultores orgânicos no território municipal.

8. A necessidade da proteção das nascentes, mananciais, rios e florestas da cidade de São Paulo; Assim como a elaboração de planos de contingência e emergência para a crise hídrica levando em consideração a segurança alimentar e nutricional e necessidade de oferecer à população postos de distribuição gratuita para uso básico em caso de desabastecimento de água; divulgar o uso racional da água e de tecnologia de reuso e aproveitamento de água de chuva;

9. A prioridade na adoção de medidas de regulação e fiscalização para coibir práticas abusivas da indústria de alimentos que incentivam a

população ao consumo excessivo, inadequado e habitual de alimentos ultraprocessados com especial destaque para mensagens publicitárias e estratégia de comunicação mercadológica direcionada às crianças e também de produtos competidores com o aleitamento materno.

10. A necessidade de prover capacitação da população e equipamentos que possibilitem a preparação de alimentação saudável, priorizando alimentos *in natura*; intensificar as estratégias de promoção de educação alimentar e nutricional; apoiar iniciativas de participação e controle social em relação à alimentação escolar; fiscalizar a regulação das cantinas escolares públicas e privadas garantindo acesso à alimentação saudável.

11. Assegurar políticas específica e universais de segurança alimentar e nutricional para os grupos vulneráveis no município de São Paulo, garantindo o direito humano a alimentação.

Após amplo debate entre os delegados e convidados e reconhecendo o caráter soberano da Conferência na construção do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, enviamos ao poder público os seus resultados, aguardando o amplo apoio governamental às demandas sociais na elaboração da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar.

São Paulo, 27 de junho de 2015

ANEXO nº 3.

Quadro nº 4. Propostas aprovadas na 6ª CM de Segurança Alimentar e Nutricional

Propostas aprovadas
1. A importância da descentralização da administração pública relativa a programas de segurança alimentar e nutricional, para articular um território extenso como o do Município de São Paulo; fortalecer as subprefeituras no apoio e fomento aos programas locais e mapeamento das ações locais realizadas pelos movimentos sociais;
2. O fortalecimento e ampliação de iniciativas de agricultura urbana e periurbana no município, com foco na ocupação de espaços públicos e privados e no provimento de recursos, estrutura e capacitação para hortas comunitárias;
3. A promoção de capacitação em educação nutricional ampliada, continuada e permanente para população, controle social e profissionais estratégicos como profissionais de saúde em atenção básica, vigilância em saúde e educadores de ensino fundamental e médio, promovendo a soberania alimentar; de divulgação de princípio e diretrizes de segurança alimentar e nutricional por meio de materiais de direito humano à alimentação com linguagem acessível a diferentes públicos por meio de diversos recursos midiáticos;
4. O reconhecimento da agroecologia enquanto campo do conhecimento capaz de valorizar o trabalho humano na terra e suas relações com o meio, produzindo alimentos de qualidade e quantidade e incentivando sua comercialização justa na cidade. Para o desenvolvimento da agroecologia, é fundamental garantir assistência técnica agroecológica e insumos agrícolas e sementes crioulas, assim como estruturas de logística e de comercialização dos produtos, com foco na abertura de novas feiras orgânicas, valorizando a relação entre o produtor e cidadão e valorizando o uso sustentável da terra;
5. A necessidade de garantir a preservação e resgate dos aspectos históricos e culturais no que se refere à tradições e saberes ancestrais na ocupação do espaço e fomentar integração do urbano e rural;
6. Resgatar o caráter social e cultural dos espaços de abastecimento municipal, garantindo política de comércio justo e solidário de alimentos que são protetores para a saúde;
7. Garantir o desenvolvimento de programas associados ao ciclo do alimento, considerando a produção, logística, comercialização, consumo e descarte, priorizando neste último o processo de compostagem como forma de geração de insumos agrícolas voltados aos agricultores orgânicos no território municipal;
8. A necessidade da proteção das nascentes, mananciais, rios e florestas da cidade de São Paulo, assim como a elaboração de planos de contingência e emergência para a crise hídrica levando em consideração a segurança alimentar e nutricional e necessidade de oferecer à população postos de distribuição gratuita para uso básico em caso de desabastecimento de água; divulgar o uso racional da água e de tecnologia de reuso e aproveitamento de água de chuva;

Continuação Quadro 4

Propostas aprovadas
9. A prioridade na adoção de medidas de regulação e fiscalização para coibir práticas abusivas da indústria de alimentos que incentivam a população ao consumo excessivo, inadequado e habitual de alimentos ultraprocessados com especial destaque para mensagens publicitárias e estratégia de comunicação mercadológica direcionada às crianças e também de produtos competidores com o aleitamento materno;
10. A necessidade de prover capacitação da população e equipamentos que possibilitem a preparação de alimentação saudável, priorizando alimentos in natura; intensificar as estratégias de promoção de educação alimentar e nutricional; apoiar iniciativas de participação e controle social em relação à alimentação escolar; fiscalizar a regulação das cantinas escolares públicas e privadas garantindo acesso à alimentação saudável;
11. Assegurar políticas específicas e universais de segurança alimentar e nutricional para os grupos vulneráveis no município de São Paulo, garantindo o direito humano a alimentação.

ANEXO nº 4.

Quadro nº 5. Propostas Aprovadas Divididas por Eixos

EIXO I – Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar e nutricional.
O QUE É COMIDA DE VERDADE?
Comida de verdade é aquela que respeita os ciclos de vida e suas necessidades, por exemplo, para o bebê o alimento mais saudável é o leite materno que garante tudo o que é necessário ao crescimento saudável.
Comida de verdade é aquela que respeita a temporalidade dos alimentos, ou seja, o consumo de alimentos de época é recomendado por ser nutritivo e por apresentar preços geralmente mais acessíveis.
Comida de verdade requer o respeito à natureza, ou seja, deve-se levar em consideração a forma como esse alimento é produzido.
Comida de verdade é aquela mais natural possível e livre de elementos contaminantes. Além disso, a comida de verdade requer cuidados para evitar o desperdício em toda a cadeia, desde a produção até chegada na mesa de cada um. O que se tem consumido são produtos alimentícios e não comida, dessa forma, existem obstáculos que dificultam o consumo da comida de verdade: a falta de tempo é sempre apontada; os produtos ultraprocessados que têm em sua composição excesso de sal, açúcares e gorduras.
AGRICULTURA
1.Consolidar e efetivar a integração de diversos programas e políticas públicas já existentes voltados à temática da agricultura urbana, garantindo a criação de hortas comunitárias em praças, parques e equipamentos públicos; mapeamento de espaços ociosos, públicos e privados, e de pessoas e famílias interessadas; provimento de insumos, ferramentas, estruturas e acesso subsidiado à água e luz; incentivos fiscais para implantação de hortas em terrenos privados; além de capacitação e cursos em horticultura.
2. Implantação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, prevendo o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural no município; insumos de qualidade, especialmente, sementes crioulas; quadro de carreira estável por meio de concursos para engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas especializados; mapeamento das unidades de produção agrícola; investimento, incentivos e crédito rural; adequação ambiental e pagamentos por serviços ambientais prestados; alternativas de certificação; incentivos e provimento de bolsa para mão-de-obra local; e parcerias com universidades e escolas técnicas agrícolas para assistência técnica.
3. Estruturar as regiões produtoras de alimento da cidade, com prioridade para a região de Parelheiros enquanto um polo de produção sustentável agrícola, prevendo a implantação de um entreposto para garantir o beneficiamento e escoamento de produtos e de uma escola técnica agrícola para formação de mão de obra local, garantindo melhor geração de renda e trabalho para região.
4.Fortalecer o programa “Composta São Paulo”, visando transformar, por meio da compostagem, todo o resíduo orgânico urbano, incluindo sobras das feiras e de podas, em adubo orgânico voltado aos programas e ações de agricultura urbana, periurbana e rural do município, considerando empreendimentos em larga e menor escala.
5.Priorizar, nas ações e propostas voltadas à produção de alimentos, as comunidades tradicionais existentes no município de São Paulo, com foco nas aldeias indígenas, e respeitando a cultura e a necessidade local.
6.Implantar alternativas de venda direta para comercialização e abastecimento de produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar, preferencialmente orgânicos, com destaque na ampliação do número de feiras orgânicas no município, tendo como meta o mínimo de uma feira orgânica por Subprefeitura, considerando locais de fácil acesso para os consumidores e maior divulgação de editais para os produtores rurais do município e região.

EIXO II – Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas para a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo
ABASTECIMENTO
1.Criar centros de abastecimentos em todos os distritos administrativos, tais como sacolões, feiras agroecológicas, com preços acessíveis e horários diversificados, e em locais viáveis conforme a legislação com subsídio/desoneração para agricultura familiar e produção agroecológica.
2.Facilitar e fomentar o acesso e comércio de frutas, legumes e verduras in natura e minimamente processados, preferencialmente alimentos orgânicos em espaços e equipamentos públicos, tais como os terminais de transporte urbano e metrô com formação específica para os vendedores ambulantes garantindo 1/3 de comércio de comida de verdade na concessão destes espaços.
3.Implantar Núcleos de História e Memória da Alimentação nos equipamentos públicos de abastecimento como Mercados, Sacolões e Feiras-Livres e também em bibliotecas favorecendo a formação de uma rede municipal de história de alimentação da cidade.
4.Disponibilizar aplicativos com as seguintes temáticas: mapeamento da produção e rastreabilidade do alimento, o que acontece na cidade com relação à produção, distribuição e comercialização de alimentos e produção agroecológica, a história dos mercados para o resgate da função pública destes espaços.
5.Estabelecer uma política de abastecimento para a cidade de São Paulo que, em todos os seus programas, leve em conta a inclusão de ambulantes e agricultores familiares, bem como o acesso às populações das periferias; que subsidie a venda de alimentos para famílias de baixa renda; que seja de base agroecológica e valorize a agricultura familiar e; que oriente e monitore os aspectos sanitários, o desperdício e o preço dos alimentos.
6.Estabelecer uma política de comércio justo e economia solidária para alimentos saudáveis com preços acessíveis.
7.Criar novos bancos de alimentos em cada macrorregião, estabelecer uma política trabalho que os torne efetivos no combate ao desperdício e promoção do acesso ao alimento a grupos de vulnerabilidade social da população.
8.Instalar equipamentos de SAN em todas as regiões da cidade de São Paulo (cozinhas comunitárias, hortas e restaurantes populares).
9.Criar equipamentos públicos de restaurantes populares nas macrorregiões da cidade de São Paulo e uma gestão compartilhada com o Poder Público, com política de monitoramento dos mesmos.
10.Operacionalizar e institucionalizar locais de alimentação coletiva nos CRSANs ⁴¹ , e outros espaços públicos, como forma de garantir acesso à alimentação e como atendimento às políticas públicas das mulheres, povos tradicionais e populações em situações de vulnerabilidade.
11.Fomentar a criação de hortas em todos equipamentos públicos e a realização de compostagem.
12.Criar uma política municipal de abastecimento que garanta a presença de alimentos <i>in natura</i> e minimamente processados em todos os distritos da cidade de São Paulo.
13.Estabelecer no município de São Paulo a obrigatoriedade de identificação por rotulagem dos alimentos transgênicos e mantê-los em setores específicos dentro dos comércios
14.Retomar o papel social e de segurança alimentar dos mercados municipais e sacolões, garantindo também a atuação destes espaços por produtores familiares e agroecológico como estratégia de preservar os saberes tradicionais e cuidados com a produção sustentável.

⁴¹ Atualmente denominados de CRESAN

Continuação Quadro nº 5

EIXO II – Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas para a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo
ÁGUA
<p>1.Criar e difundir mecanismos para maior transparência, participação e controle social na gestão dos recursos hídricos e saneamento da cidade de São Paulo, tais como: reativar e fortalecer os Comitês de Bacia no Município de São Paulo, a participação na revisão do Plano Municipal de Saneamento, Seminários e Palestras locais, utilização de aplicativos para o monitoramento de vazamentos e desperdício de água, dentre outros.</p>
<p>2.Elaborar e implantar plano de contingência e plano de emergência levando em conta a SAN para o enfrentamento da crise hídrica bem como orientação à população de como lidar com a crise.</p>
<p>3.Apoiar a produção e difusão de plantas comestíveis não convencionais (PANCS), que são adaptadas à estiagem, em condomínios, equipamentos de saúde, hortas comunitárias, urbanas, escolares, escolas-estufa, em parques municipais, praças e outros.</p>
<p>4.Divulgar informações e tecnologias utilizadas sobre como é feito o tratamento de água e esgoto acompanhados e fiscalizados por outros órgãos, além da SABESP, com estudo de impactos na saúde.</p>
<p>5.Estimular e difundir a construção de tecnologias socioambientais para que possam criar uma nova cultura de uso racional, reuso e cuidado com a água e tornar acessível economicamente, com isenção de impostos, financiamento de baixo custo e difusão de mutirões de construção local.</p>
<p>6.Articular e integrar através de um pacto os três níveis de governo (municipal, estadual e federal), independente da questão partidária, na gestão hídrica diante da complexidade que o tema exige.</p>
<p>7.Orientar a população através de práticas de educação ambiental com campanhas na mídia em geral sobre o uso racional e reuso de água de forma segura, distinguindo água potável de não potável e como tratá-la em caso de necessidade e emergência para minimização de danos à saúde.</p>
<p>8.Implementar nas escolas públicas, centros educacionais unificados (CEUs), centros de referência, e outros equipamentos públicos de tecnologia que deem suporte para a escola e população geral no enfrentamento da crise hídrica com controle de desperdício de água, uso racional e reuso de água e, ao mesmo tempo, com orientação educativa, sugerindo-se na composição desse Kit: cisterna, banheiro seco, compostagem/minhocário, minimização de resíduos, horta agroecológica com PANCS, sistemas de biofiltro, de tratamento caseiro da água e outros.</p>
<p>9.Priorizar ações de proteção e recuperação dos mananciais através de projetos e parcerias com práticas agroecológicas, educação ambiental “catabagulho”, capina agroecológica, calçadas verdes, mutirões de arborização, hortas comunitárias e urbanas agroecológicas.</p>

Continuação Quadro nº 5

EIXO II – Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas para a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo
EDUCAÇÃO E SAÚDE
1.Valorização do nutricionista e especialista em segurança alimentar e nutricional (SAN), criando cargos em equipamentos públicos.
2.Formação em educação continuada e permanente dos diferentes profissionais que atuam na área de alimentação visando assegurar a abordagem dos temas relacionados à história, memória e cultura, garantindo a soberania alimentar.
3.Projetar e realizar ações intersetoriais para crianças e jovens com a participação ativa da comunidade que realcem a importância da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) e do convívio com o meio ambiente através da formação de hortas comunitárias.
4.Promover as ações educativas nos equipamentos públicos (feiras, mercados, centros de referência), voltadas a todos os ciclos da vida.
5.Contribuir no processo de organização e desenvolvimento da cidade garantindo a preservação dos aspectos históricos e culturais na ocupação do espaço e integração do urbano e rural.
6.Organizar, sistematizar e divulgar as publicações e estudos já existentes sobre o tema de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em plataforma eletrônica, ou pontos de leituras em diferentes serviços de alimentação na cidade.
7.Incentivar e divulgar amplamente a realização de projetos de memória e cultura alimentar por meio de chamadas públicas do Programa Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) da Prefeitura de São Paulo, Telecentros ou Pontos de Memória
8.Realizar e divulgar ações formativas de educação popular voltados ao aproveitamento integral de alimentos, controle do desperdício, separação dos resíduos nas frações "orgânicos, seco e rejeitos", e reciclagem dos restos de alimentos por meio da compostagem em todas as subprefeituras.
9.Criar estratégias de resgate e valorização das tradições e saberes ancestrais, envolvendo os diversos cenários, incluindo os núcleos de educação ambiental e comunidades tradicionais.
10.Elaborar materiais de ampla divulgação com linguagem acessível a diferentes públicos e utilizando diversos recursos audio-visuais e midiáticos contendo os princípios e diretrizes da política de SAN.
11.Ampliar os centros de referência de segurança alimentar e nutricional e os programas ambientes verdes e saudáveis nas subprefeituras para sensibilizar, apoiar, capacitar, incentivar e acompanhar a população e escolas e creches na implantação de hortas verticais e jardinagem.
12.Criar na programação de cursos oferecidos pelo PRONATEC e ETEC, curso de formação específico em SAN.
13.Compor o quadro da UBS com Nutricionista para realização da educação alimentar e nutricional.
14.Garantir espaço e infraestrutura para entidades que atuam com SAN.

Continuação Quadro nº 5

EIXO II – Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas para a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo
POPULAÇÃO VULNERÁVEL
1.Garantir que o Poder Público municipal, estadual e federal mapeie, fomenta, articule e integre entidades públicas e privadas que lidam com populações vulneráveis a políticas de acesso ao trabalho, emprego e renda e capacitação em plantio, produção e processamento de alimentos, proporcionando a segurança alimentar e nutricional.
2.Promover, ampliar e garantir nas 3 esferas de governo, aos grupos populacionais socialmente vulneráveis, os programas de transferência de renda, distribuição de alimentos e economia solidária.
3.Apoiar entidades e ONGs que executam ações de garantia do acesso ao alimento a grupos de maior vulnerabilidade social inclusive com revisão de critérios que dificultam o acesso e trabalho das pequenas entidades.
4.O Poder Público, nas 3 esferas de governo, deve monitorar e fiscalizar todas as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS), dando publicidade aos relatórios de prestação de contas periódicas aos respectivos Conselhos e ampla publicidade nos meios de comunicação.
5.Criar e implantar uma política de Estado de SAN, para a população em situação de rua, bem como garantia ao acesso aos programas de transferência de renda e inclusão social.
6.O Poder Público deve garantir, nas 3 esferas de governo, a criação e implantação nos CRSANS espaço de formação e capacitação permanente nas áreas administrativa, financeira, contábil e jurídica para apoiar as entidades privadas que executam ações de SAN a grupos de maior vulnerabilidade social, garantindo a estes, maior facilidade de acesso aos programas de transferência de renda e distribuição de alimentos.
7.Garantir a demarcação das Terras Indígenas e acesso a espaços ociosos para cultivo de alimentos, assim como assessoria jurídica e acesso a serviços, programas e projetos que garantam o direito à alimentação adequada, respeitado a sua diversidade.
8.Garantir o acesso a kit alimentação mensal específico para as pessoas com anemia falciforme em situação de vulnerabilidade social.
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
1.Avaliar as demandas de alimentação suplementar que possam vir a ser supridas pelo programa de alimentação escolar nas atividades escolares curriculares e extracurriculares
2.Equipar adequadamente as cozinhas das unidades educacionais (equipamentos e utensílios versus alunos), garantido a manutenção periódica e reposição quando necessário e adequar o quadro de pessoal da cozinha aos alunos, capacitando-os periodicamente para que as refeições sejam saudáveis, e priorizando alimentos in natura.
3.Garantir condições para que a escola tenha autonomia assistida por nutricionista na elaboração do cardápio e acompanhamento do plano de alimentação escolar.
4.Divulgar e incentivar para que o Conselho Escolar e a população sejam atuantes em relação ao controle social da alimentação escolar.
5.Promover a integração entre as secretarias de educação e saúde no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE).
6.Desenvolver e institucionalizar estratégias de promoção da educação alimentar e nutricional (culinária, história, memória da alimentação entre outras) nas unidades educacionais considerando o Programa Nacional de Alimentação Escolar.
7.Ativar e fomentar as Escolas-Estufas (para produção, divulgação e distribuição de mudas e ensino de horticultura), assim como outros programas como compostagem, hortas e cisternas, com enfoque pedagógico.
8.Estabelecer lei de regulação das cantinas de escolas públicas e privadas com a devida fiscalização.

Continuação Quadro nº 5

EIXO III – São Paulo: adesão, participação social e intersetorialidade na construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN
ARTICULAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO
1. Criar mecanismos de gestão que permitam o diálogo entre os atores locais de SAN e desses mesmos com a comunidade, bem como que se estabeleçam canais de comunicação que acessem os diversos níveis da gestão municipal.
2. Adotar estratégia de trabalho inter e intrasetorial envolvendo as diferentes secretarias municipais com compromisso dos seus titulares especialmente na abordagem de temas transversais tais como o combate ao desperdício, educação alimentar e nutricional, inocuidade do alimento, insegurança alimentar, entre outros, com participação e controle social.
3. Estabelecer convênios/parcerias com as Universidades e Instituições de notório saber visando a realização de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento da SAN, por meio de uma agenda pactuada com o objetivo de atender as demandas da sociedade.
4. Promover maior articulação e cooperação técnica com organismos que atuam na área de patrimônio e diversidade cultural como UNESCO, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (COMPRESA), entre outros, a fim de garantir mapeamento das práticas alimentares na cidade de São Paulo, fortalecimento das políticas públicas e produção de pesquisas e estudos.
5. Incluir a Secretaria Municipal de Cultura na composição da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo.
6. Inserir no plano de trabalho do COMUSAN o monitoramento, a avaliação e a divulgação das políticas municipais de SAN, incluindo a proposição de revisão e ampliação destas quando necessário.
7. Priorizar nas ações do COMUSAN discussões sobre as políticas de abastecimento e de gestão da água no município, bem como a promoção da alimentação saudável e da história e cultura alimentar.
8. Mapear, cadastrar e sistematizar os programas, ações, iniciativas e instituições que trabalham com SAN na cidade de São Paulo, com ênfase na agricultura familiar e o atendimento aos grupos de vulnerabilidade social.
9. Regulamentar a Feira de Economia Solidária.
10. Implementar a política de abastecimento municipal, garantindo o apoio à agricultura familiar e a regulação e fiscalização da venda de alimentos, considerando os princípios da alimentação adequada, saudável e sustentável (AASS).
11. Criar normas no âmbito municipal referentes a publicidades de alimentos, notadamente voltadas ao público infantil, e fiscalizar a sua efetiva aplicação.
12. Elaborar uma Política Municipal de História e Memória da Alimentação, como o tombamento do patrimônio material associado à alimentação e aos alimentos na cidade e região metropolitana, por exemplo, os Mercados Públicos.
13. Institucionalizar por meio de lei municipal, mecanismos de reconhecimento e boas práticas de alimentação escolar, como o prêmio Educação Além do Prato.
14. Criar e divulgar índices estatísticos que colabore na formulação de políticas públicas de abastecimento alimentar que relacione quantidade de equipamentos públicos de SAN, feiras livres e sacolões e densidade demográfica.
15. Estabelecer e monitorar critérios de garantam a equidade na distribuição de equipamentos públicos de SAN.
16. Criar Centros de Referência em SAN (CRSSANS) em cada uma das subprefeituras de São Paulo, que deverão ser implementados progressivamente de acordo com os níveis de insegurança alimentar da localidade e dar suporte aos CRSANs já existentes.
17. Poder Público apoiar iniciativas e ações de mobilização da sociedade civil relativas à regulação da publicidade de alimentos e de fiscalização das normas relativas ao tema.
18. Poder Público Municipal incentivar a criação e divulgação de redes e plataformas de comunicação virtual

ANEXO nº 5.

Quadro nº 6. Propostas Locais

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Sul I	eixo I	ABA	Criar centros de abastecimento locais, direto do produtor rural familiar.	1. Criar centros de abastecimento, tais como sacolões, feiras agroecológicas, com preços acessíveis e horários diversificados.
Sul III	eixo I	ABA	Implantar sacolões e feiras agroecológicas com produtos provenientes da agricultura familiar, com subsídios e regulação de preços.	
Leste II	eixo II	ABA	Sacolão a preço popular, retomar da Prefeitura.	
Leste I	eixo II	ABA	Aumentar o número de sacolões com ofertas de alimentos saudáveis e que tenham preços acessíveis subsidiados pelo Poder Público.	
Sul II	eixo II	ABA	Ampliação e implantação de feiras agroecológicas.	
Norte	eixo II	ABA	Implantar no sacolão de Pirituba uma política pública de ofertas de alimentos a preço justo (este sacolão está alugado para a iniciativa privada).	
Norte	eixo II	ABA	Implantar feiras orgânicas garantindo acesso e escoamento da produção local (Eixo II).	
Norte	eixo II	ABA	Criação das feiras noturnas na região.	
Sé	eixo II	ABA	Readequação dos sacolões, mercados municipais, centro de abastecimentos.	
Leste II	eixo II	ABA	Frutas sendo comercializadas no metrô.	2. Facilitar o acesso à frutas e alimentos orgânicos em espaços públicos, tais como os terminais de transporte urbano e metrô.
Sul I	eixo II	ABA	Ampliar os espaços para comercialização dos produtos e promover divulgação em diversas formas de mídia.	
Sé	eixo II	ABA	Facilitar o acesso ao alimento orgânico nos terminais modais de transporte coletivo.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
AL - HMA	eixo II	ABA	Implantar Núcleos de História e Memória da Alimentação nos equipamentos públicos de abastecimento como Mercados e Sacolões.	3. Implantar Núcleos de História e Memória da Alimentação nos equipamentos públicos de abastecimento como Mercados e Sacolões.
AL - HMA	eixo II	ABA	Disponibilizar um aplicativo com o que acontece na cidade com relação à alimentação, a história dos mercados, por exemplo, as experiências.	4. Disponibilizar um aplicativo com o que acontece na cidade com relação à alimentação, a história dos mercados, por exemplo, as experiências.
POLIS	eixo II	ABA	Programa de redução do desperdício em centros de abastecimento e distribuição.	5. Estabelecer uma política de abastecimento para a cidade de São Paulo que, em todos os seus programas, leve em conta a inclusão de ambulantes e agricultores familiares, bem como o acesso às populações das periferias; que subsidie a venda de alimentos para famílias de baixa renda; que seja de base agroecológica e valorize a agricultura familiar e; que oriente e monitore os aspectos sanitários, o desperdício e o preço dos alimentos.
Leste II	eixo II	ABA	Feiras Gastronômicas nas periferias.	
Leste II	eixo II	ABA	Envolver os ambulantes no programa “Comida de Rua” através de revisão e ampliação das políticas de SAN e gastronomia na cidade.	
Leste I	eixo II	ABA	Permitir venda de alimentos <i>in natura</i> e frutas em espaços públicos na cidade de São Paulo.	
Leste I	eixo II	ABA	Aperfeiçoar a fiscalização sanitária nas feiras livres no que tange ao comércio de carnes, aves e peixes.	
Leste I	eixo II	ABA	Inserir e popularizar os orgânicos e produtos da agricultura familiar em sacolões e feiras livres.	
Sul II	eixo II	ABA	Fortalecimento de uma política ampla de abastecimento no município com a ampliação de equipamentos de abastecimento regionais para a venda de produtos com preços baixos subsidiados pelo governo para famílias de baixa renda que sejam cadastradas antecipadamente.	
Norte	eixo II	ABA	Que a população da região tenha maior participação nas mudanças de feiras livres.	
Sé	eixo II	ABA	Estabelecer mecanismo para diminuição do desperdício de alimentos na comercialização e transporte, em feiras públicas, supermercados, mercados e etc, utilizando-se de medidas educativas e punitivas.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Sé	eixo II	ABA	Subsídio a alimentos orgânicos para maior acesso da população.	5. Estabelecer uma política de abastecimento para a cidade de São Paulo que, em todos os seus programas, leve em conta a inclusão de ambulantes e agricultores familiares, bem como o acesso às populações das periferias; que subsidie a venda de alimentos para famílias de baixa renda; que seja de base agroecológica e valorize a agricultura familiar e; que oriente e monitore os aspectos sanitários, o desperdício e o preço dos alimentos.
Sé	eixo II	ABA	Revisão e ampliação do “Comida de Rua”, atendendo os ambulantes hoje excluídos.	
Sé	eixo II	ABA	Fortalecer, valorizar e subsidiar equipamentos públicos de abastecimento para garantir a segurança e a soberania alimentar em nível local e regional.	
AL - HMA	eixo II	ABA	Rever a regulamentação das práticas de alimentação <i>in natura</i> ou beneficiada em locais públicos (comida de rua) de modo a favorecer o desenvolvimento local e a geração de trabalho e renda com base na economia solidária.	
AL - HMA	eixo II	ABA	Garantir a ocupação de mercados e sacolões públicos por produtores familiares e orgânicos como estratégia de preservar os saberes ancestrais e cuidados com a produção sustentável.	
Sul I	eixo II	ABA	Criar zonas cerealistas para população comprar a granel.	6. Estabelecer uma política de preço de alimentos que inclua o controle do preço abusivo e os alimentos de baixo custo aos grupos de vulnerabilidade social.
Leste II	eixo II	ABA	Preços tabelados nos sacolões.	
Leste II	eixo II	ABA	Facilitar o acesso a alimentos orgânicos, carnes livres de hormônios em locais de fácil acesso com preço justo.	
Sul II	eixo II	ABA	Regulação de preços em mercados municipais e sacolões, bem como ampliar a oferta destes equipamentos.	
Norte	eixo II	ABA	Revisão e adequação dos preços dos alimentos preço x peso.	
CEU-HG	eixo II	ABA	Criar mecanismos que ampliem o poder de aquisição de alimentos saudáveis pela população com vulnerabilidade social.	
POLIS	eixo II	ABA	[...] Garantir regulação de preços para garantia do preço justo.	
BA	eixo II	ABA	Garantir preço justo dos alimentos comercializados em feiras livres, sacolões e mercados municipais.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Sul III	eixo I	ABA	Criar novos Bancos de Alimentos regionalizados, viabilizando o não desperdício de alimentos na própria região.	7. Criar novos Bancos de Alimentos e estabelecer uma política de trabalho que os torne efetivos no combate ao desperdício e promoção do acesso ao alimento a grupos de vulnerabilidade social da população.
Leste II	eixo II	ABA	Implantação de 01 (um) Banco de Alimentos na localidade.	
Leste II	eixo II	ABA	Ampliar a distribuição de cestas básicas através de entidades por meio do Banco de Alimentos.	
Leste I	eixo II	ABA	Abrir e ampliar as discussões para revisar e adequar a lei que norteia a doação de alimentos pelos equipamentos pensando na questão do desperdício.	
Leste I	eixo II	ABA	Aumentar o número de Banco de Alimentos e equipá-los para atender todas as macrorregiões fornecendo bases para refeições completas.	
Sul I	eixo II	ABA	Viabilizar mais Bancos de Alimentos que proporcionem melhor uso de alimentos descartados, cozidos e <i>in natura</i> .	
Sul II	eixo II	ABA	Aumentar o Número de Banco de Alimentos por Subprefeitura para combater o desperdício de feiras livres.	
Norte	eixo II	ABA	Descentralizar e Ampliar os Bancos de Alimentos.	
Norte	eixo II	ABA	Ampliação do Banco de Alimentos que contemple parcerias com o transporte para facilitação dos alimentos doados.	
Sé	eixo II	ABA	Fortalecer e referenciar o Cadastro Único (CAD) para distribuição e doação dos alimentos doados pelo Banco de Alimentos.	
Sul II	eixo II	ABA	Criação de Cozinhas Comunitárias, restaurantes e hortas por região.	8. Instalar equipamentos de SAN em todas as regiões da cidade de São Paulo (cozinhas comunitárias, hortas e restaurantes populares).

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Sul II	eixo II	ABA	Criar e efetivar a instalação de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (EPANS) e Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional CRSANS em todas as Macro Regiões de modo a ampliar o acesso aos alimentos doados e as atividades de Educação Alimentar, agroecologia e capacitação profissional em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).	8. Instalar equipamentos de SAN em todas as regiões da cidade de São Paulo (cozinhas comunitárias, hortas e restaurantes populares).
Sé	eixo II	ABA	Retomar e ampliar Restaurantes Populares no centro, especialmente, a oferta de refeições para população moradora de rua.	9. Criar mais restaurantes populares no centro de São Paulo e uma política de monitoramento dos mesmos.
Sé	eixo II	ABA	Mais Restaurantes Populares com caráter educativo.	
CEU-HG	eixo II	ABA	Criar restaurantes populares com refeições saudáveis e preços acessíveis à população.	
Sé	eixo II	ABA	Implantação de Restaurantes Populares.	
Sé	eixo II	ABA	Ampliação dos Restaurantes Populares.	
Norte	eixo II	ABA	Trazer para a região restaurante popular e sacolão.	
CRSANS-BT	eixo II	ABA	Operacionalizar e institucionalizar locais de alimentação coletiva nos CRSANS, e outros espaços públicos, inclusive, fora de seus horários específicos, como forma de garantir acesso à alimentação e como atendimento às políticas públicas das mulheres.	10. Operacionalizar e institucionalizar locais de alimentação coletiva nos CRSANS, e outros espaços públicos, inclusive, fora de seus horários específicos, como forma de garantir acesso à alimentação e como atendimento às políticas públicas das mulheres.
Norte	eixo II	AGR	Incentivos de espaço na região para a agricultura familiar e fortalecimento da venda direta para a comunidade.	1. Proporcionar o uso dos espaços urbanos para a produção de alimentos para o consumo e para venda local.
Leste II	eixo I	AGR	Aproveitamento de locais vazios e espaços comunitários para criação de hortas (Ex: Casa de Cultura).	

Norte	eixo I	AGR	Garantir acesso a terrenos devolutos para a produção de alimentos orgânicos (Eixo I).	
-------	--------	-----	---	--

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Sul III	eixo II	AGR	Valorizar os agricultores orgânicos do município e sua localidade.	2. Fomentar a agricultura urbana e periurbana de base ecológica proporcionando assistência técnica, crédito facilitado e equipamentos de uso coletivo.
Sé	eixo II	AGR	Dar continuidade ao fomento para o agricultor orgânico na região do cinturão verde (ASSISTÊNCIA TÉCNICA).	
Leste II	eixo I	AGR	Fomentar e promover a agricultura peri-urbana na região Leste II.	
Sé	eixo II	AGR	Colocar em prática o PROAUP (Programa de agricultura urbana e periurbana).	
Sé	eixo II	AGR	Implementação do PROURP (Lei 13.727/04).	
Sul I	eixo I	AGR	Implementar serviços de infraestrutura adequada às características rurais.	
Sul I	eixo I	AGR	Fortalecer e ampliar a casa de agricultura ecológica de Parelheiros.	
Norte	eixo I	AGR	Implantar a Casa de Agricultura Ecológica da Zona Norte (Eixo I).	
Sé	eixo II	AGR	Apoio e fomento para promoção de análise do solo e da água de irrigação para agricultura urbana e periurbana.	
CH	eixo II	AGR	Expandir a promoção de assistência técnica para a produção agrícola na cidade.	
POLIS	eixo II	AGR	Garantir maior incentivo (subsídio) aos produtores orgânicos.	

Sul I	eixo I	AGR	Implantar entrepostos na localidade de Parelheiros para garantir o escoamento da produção, a geração de renda e promover a economia da região.	3. Implantar entrepostos na localidade de parelheiros para garantir o escoamento da produção, a geração de renda e promover a economia da região.
Sul I	eixo II	AGR	Implantar entreposto para abastecimento alimentar em Parelheiros.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Leste II	eixo II	AGR	Ampliação do Programa "Composta São Paulo" para escolas e centros comunitários.	4. Fortalecer o programa "Composta São Paulo" visando transformar todo o resíduo orgânico urbano pela compostagem, em adubo orgânico para cultivo de agricultura orgânica e agroecológica. Elaborar política de desoneração tributária e financeiramente diferenciada para esta atividade; bem como buscando articular a Política e Plano Municipal de Resíduos Sólidos com o de Agricultura Urbana e SAN.
Leste II	eixo II	AGR	Pensando no desperdício de alimentos, implantar ações de compostagem.	
Leste I	eixo II	AGR	Implantar em cada subprefeitura a prática do composto.	
Norte	eixo II	AGR	Implantar e possibilitar ações de Compostagem em cada subprefeitura (Eixo II).	
Sé	eixo II	AGR	Articular a Política e Plano Municipal de Resíduos Sólidos com os de Agricultura Urbana e SAN.	
Sé	eixo II	AGR	Transformar todo o resíduo orgânico urbano pela compostagem, em adubo orgânico para cultivo de agricultura orgânica e agroecológica. Elaborar política de desoneração tributária e financeiramente diferenciada para esta atividade.	5. Implantar mais feiras orgânicas no município, assim como outras estratégias de venda de produtos orgânicos.
POLIS	eixo II	AGR	Viabilizar a implantação de mais feiras orgânicas na cidade.	
BA	eixo II	AGR	Implantar feira orgânica em Parelheiros.	
PSPA	eixo II	AGR	Expandir a agricultura orgânica na Zona Leste e que seja fomentado o empreendedorismo de venda de kit's de alimentação saudável.	6. Reunir, avaliar, aprimorar e divulgar leis, normas, regulamentos e informes técnicos pertinentes à agricultura urbana e periurbana de interesse, facilitando o
Sul I	eixo I	AGR	Incentivar a criação de certificações menos onerosas ao pequeno produtor a exemplo da OCS já implantada na região de parelheiros.	
Sul I	eixo I	AGR	Conceder incentivos fiscais para produtores familiares orgânicos.	

Sul I	eixo I	AGR	Subsidiar os serviços ambientais para produtores orgânicos.	acesso às políticas públicas e garantindo a inocuidade da produção, a qual seja livre de agrotóxicos e outros contaminantes.
Sul II	eixo I	AGR	Fortalecer a Agricultura Familiar.	
Norte	eixo II	AGR	Fortalecimento e apoio na Difusão das Políticas de Agricultura Familiar e Urbana em nossa cidade.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Norte	eixo II	AGR	Maior acesso e adesão aos projetos de lei federal no combate aos agrotóxicos e transgênicos.	6. Reunir, avaliar, aprimorar e divulgar leis, normas, regulamentos e informes técnicos pertinentes à agricultura urbana e periurbana de interesse, facilitando o acesso às políticas públicas e garantindo a inocuidade da produção, a qual seja livre de agrotóxicos e outros contaminantes.
Sé	eixo II	AGR	Criar em toda Comissão Regional um GT de Agricultura Urbana e SAN.	
Sé	eixo II	AGR	Elaborar esclarecimentos, regras e contratos para uso de terrenos privados e ociosos para agricultura urbana.	
Sé	eixo II	AGR	Implantar, consolidar e elaborar documentos explicativos sobre as leis e regulamentações a respeito do uso de terrenos privados e ociosos para agricultura urbana.	
Sé	eixo II	AGR	Implantar a Casa de Agricultura da Cidade voltada à reconstrução agroecológica do Cinturão Verde da região metropolitana de São Paulo.	7. Implantar a Casa de Agricultura da Cidade voltada à reconstrução agroecológica do Cinturão Verde da região metropolitana de São Paulo.
Sul I	eixo I	AGR	Implantar escola técnica agroecológica na região de Parelheiros.	8. Implantar escola técnica agroecológica na região de Parelheiros.
sul II	eixo I	AGR	Orientar, oferecer, estimular a produção de alimentos individual e coletiva na cidade para o auto- consumo e comercialização do excedente.	9. Orientar e proporcionar espaços e assistência técnica para a produção de alimentos individual ou coletivamente nas residências, escolas e espaços públicos.
Leste I	eixo II	AGR	Incentivar hortas nas escolas e nas comunidades, fornecendo treinamento e infraestrutura para os interessados.	
Norte	eixo II	AGR	Implantar em áreas ociosas (abaixo dos linhões) hortas orgânicas.	
Sul III	eixo II	AGR	Incentivar a realização de hortas nas escolas, comunidades, residências e espaços públicos.	
Sé	eixo II	AGR	Apoio as “Hortas Urbanas” em escolas.	
Norte	eixo II	AGR	Fortalecer e ampliar os espaços públicos na região para trabalhar com a população no alimento saudável como o Programa “Ambientes Verdes e Saudáveis” e hortas escolares.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
CRSANS-BT	eixo I	AGR	Transformar espaços ociosos em hortas comunitárias.	9. Orientar e proporcionar espaços e assistência técnica para a produção de alimentos individual ou coletivamente nas residências, escolas e espaços públicos.
CH	eixo II	AGR	Fomento às hortas comunitárias.	
POLIS	eixo II	AGR	Fomentar o cultivo de hortas caseiras e comunitárias com aperfeiçoamento de espaços públicos ociosos. Regular a publicidade de alimentar. Regulação da rotulagem de produtos alimentos com maior facilidade de entendimento.	
BA	eixo II	AGR	Fomentar hortas comunitárias, públicas e orientações de como montar e cuidar de hortas nas instituições e nas casas.	
Norte	eixo II	AGR	Apoiar com assessoria técnica e política a criação de cultivo de hortas orgânicas nas áreas indígenas respeitando a cultura e necessidade local.	10. Apoiar com assessoria técnica e política a criação de cultivo de hortas orgânicas nas áreas indígenas respeitando a cultura e necessidade local.
Norte	eixo II	AGR	Compartilhar as experiências de grupos da região que desenvolvem hortas comunitárias e caseiras a partir das sementes crioulas.	11. Divulgar e multiplicar experiências bem sucedidas de produção de alimentos na cidade, incluindo o uso de sementes criolas.
Sé	eixo II	AGR	Criar e fomentar ações de educação ambiental nas hortas comunitárias.	
Sé	eixo II	AGR	Retomada do Programa Escola Estufa.	
CRSANS-BT	eixo I	AGR	Formar "horta vitrine".	
Sé	eixo II	AGR	Mapeamento e publicidade eficaz das hortas orgânicas na capital.	12. Mapear e divulgar as hortas orgânicas existentes na capital.
CH	eixo II	AGUA	Maior transparência na gestão dos recursos hídricos.	
Leste I	eixo II	AGUA	Ter maior participação e controle social na gestão dos recursos hídricos e saneamento básico na cidade de São Paulo.	1. Criar mecanismo para maior transparência, participação e controle social na gestão dos recursos hídricos e saneamento da cidade de São Paulo.
CH	eixo II	AGUA	Elaboração de plano de contingência para o enfrentamento da crise hídrica bem como, orientação à população de como lidar com a crise.	2. Elaborar e implantar plano de contingência para o enfrentamento da crise hídrica bem como, orientação à população de como lidar com a crise.

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
CH	eixo II	AGUA	Produção e difusão de plantas comestíveis não convencionais (PANC'S) que são adaptadas à estiagem.	3. Apoiar a produção e difusão de plantas comestíveis não convencionais (PANC'S) que são adaptadas à estiagem.
CH	eixo II	AGUA	Divulgar informações sobre como é feito o tratamento da água e estudo de impacto na saúde.	4. Divulgar informações sobre como é feito o tratamento da água e estudo de impacto na saúde.
CH	eixo II	AGUA	Difundir tecnologias socioambientais para possam criar uma nova cultura de uso e cuidado com a água.	5. Difundir tecnologias socioambientais para possam criar uma nova cultura de uso e cuidado com a água.
CH	eixo II	AGUA	Articular os diversos níveis de governo na gestão hídrica diante da complexidade que isso exige.	6. Articular os diversos níveis de governo na gestão hídrica diante da complexidade que isso exige.
CH	eixo II	AGUA	Integrar os níveis de governo para enfrentamento da crise hídrica.	
CH	eixo II	AGUA	Orientar a população para a redução no consumo de água.	7. Orientar o uso de água de forma segura, identificando água potável de não potável e como tratá-la em caso de necessidade e emergência para minimização de danos.
CH	eixo II	AGUA	Orientar o uso de água de forma segura, identificando água potável de não potável e como tratá-la em caso de necessidade e emergência para minimização de danos.	
CH	eixo II	AGUA	Implementar nas escolas tecnologias que deem suporte para a escola no enfrentamento da crise hídrica e ao mesmo tempo de orientação educativa. Sugerimos na composição desse kit as seguintes tecnologias socioambientais: cisterna, banheiro seco, compostagem/minhocário, horta agroecológica com PANCs, sistemas de biofiltro e de tratamento caseiro da água.	8. Implementar nas escolas tecnologias que deem suporte para a escola no enfrentamento da crise hídrica e ao mesmo tempo de orientação educativa. Sugerimos na composição desse kit as seguintes tecnologias socioambientais: cisterna, banheiro seco, compostagem/minhocário, horta agroecológica com PANCs, sistemas de biofiltro e de tratamento caseiro da água.
Leste II	eixo II	AGUA	Priorizar ações de proteção e recuperação dos mananciais (Ex: Sub São Mateus 235 nascentes cadastradas).	9. Priorizar ações de proteção e recuperação dos mananciais (Ex: Sub São Mateus 235 nascentes cadastradas)
CH	eixo II	AGUA	Recuperar mananciais.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Sé	eixo II	AGUA	Implementar um sistema de monitoramento de qualidade da água fornecida no município visto o risco de contaminação alimentar.	10. Implementar um sistema de monitoramento de qualidade da água fornecida no município visto o risco de contaminação alimentar.
Norte	eixo II	ART&INS T	Canal de Comunicação com o Poder Público (local).	
Leste II	eixo III	ART&INS T	Fomentar e garantir espaço de discussão onde os atores locais, que desenvolvem ações de segurança alimentar e nutricional, possam dialogar e planejar ações.	1. Criar mecanismos de gestão que permitam o diálogo entre os atores locais de SAN e desses mesmos com a comunidade, bem como que se estabeleçam canais de comunicação que acessem os diversos níveis da gestão municipal.
Leste I	eixo III	ART&INS T	Fomentar a participação em nível local por meio de trabalho intersecretorial envolvendo as diversas Secretarias Municipais.	
Sul I	eixo III	ART&INS T	Fortalecer as políticas públicas de SAN já existentes e criar espaços de diálogo entre elas.	
Norte	eixo III	ART&INS T	Criar e fomentar espaços de participação e diálogo inter-gestores (Governo e Sociedade Civil) dentro das subprefeituras. (Eixo III).	
Sul III	eixo III	ART&INS T	Criar espaços de discussões sobre SAN junto à população.	
Sul III	eixo I	ART&INS T	Construir uma rede <i>online</i> com entidades que têm interface com a SAN para articulações, troca de experiências e conhecimentos.	
Leste I	eixo II	ART&INS T	Envolver as diferentes Secretarias no combate ao desperdício de alimento nas escolas e feiras.	2. Adotar estratégia de trabalho intersecretorial envolvendo as diferentes secretarias municipais, especialmente na abordagem de temas transversais tais como o combate ao desperdício, educação alimentar e nutricional, inocuidade do alimento, insegurança alimentar, entre outros.
Norte	eixo II	ART&INS T	Sensibilizar o Poder Público (secretarias envolvidas na CAISAN) no sentido de ser protagonista no desenvolvimento de ações, programas e projetos voltados a Educação Nutricional.	
Sul II	eixo III	ART&INS T	Trabalho em conjunto com a Vigilância Sanitária para que ela possa agir em favor das ações e projetos voltados a Segurança Alimentar e Nutricional.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Sul II	eixo III	ART&INST	Trabalho em conjunto com a Vigilância Sanitária para que ela possa agir em favor das ações e projetos voltados a Segurança Alimentar e Nutricional.	2. Adotar estratégia de trabalho intersetorial envolvendo as diferentes secretarias municipais, especialmente na abordagem de temas transversais tais como o combate ao desperdício, educação alimentar e nutricional, inocuidade do alimento, insegurança alimentar, entre outros.
Leste II	eixo III	ART&INST	Assistência Social se articule ao COMUSAN para comunicar situações de insegurança alimentar.	
Leste I	eixo III	ART&INST	Envolver diversas Secretarias para trabalhos conjuntos em ações, programas e projetos com interface em SAN promovendo, assim, a intersetorialidade.	
Sul III	eixo III	ART&INST	Que as Secretarias Municipais que tenham interface em SAN incorporarem a óptica da SAN pelos programas já existentes garantindo a intersetorialidade.	
Leste II	eixo III	ART&INST	Envolvimento de outros setores para garantir a SAN, principalmente a saúde como forma de prevenção da saúde.	
Sé	eixo II	ART&INST	Diálogo e integração de projetos/pesquisas e teses, sobre SAN, entre Universidades e Poder Público.	3. Estabelecer convênios com as Universidades para a realização de pesquisa e desenvolvimento em SAN, por meio de uma agenda pactuada para atender as demandas da sociedade.
Sé	eixo II	ART&INST	Agenda de cooperação do governo com as universidades na SAN.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
AL - HMA	eixo III	ART&I NST	Incluir a Secretaria Municipal de Cultura na composição da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo.	5. Incluir a Secretaria Municipal de Cultura na composição da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo.
Norte	eixo II	ART&I NST	Fomentar por meio do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional a difusão de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.	6. Inserir no plano de trabalho do COMUSAN, o monitoramento, a divulgação e a proposição de ampliação das políticas municipais de SAN.
Sul III	eixo II	ART&I NST	Fazer cumprir e expandir os programas voltados para SAN já existentes.	
Sé	eixo II	ART&I NST	Realização de audiências públicas e/ou congressos sobre abastecimento.	7. Priorizar nas ações do COMUSAN as políticas de abastecimento e de gestão da água no Município, bem como a promoção da alimentação saudável e da história e cultura alimentar.
Sé	eixo II	ART&I NST	O COMUSAN deve estimular a construção de um plano de gestão de recursos hídricos no município.	
Leste II	eixo III	ART&I NST	COMUSAN esteja mais próximo das comunidades a ampliando o entendimento do direito a comer de forma saudável e exigibilidade desse direito.	
AL - HMA	eixo III	ART&I NST	Ações imediatas para o COMUSAN: Exposição de motivos para que o Prêmio “Educação Além do Prato” seja institucionalizado. O COMUSAN deve Conhecer outra experiência sobre “Comida de Rua” para fazer um balanço das possibilidades de fomento a isso na cidade. Criar Grupo de Trabalho (ou Comitê) com Cultura, Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE) e COMUSAN para discutir a Política Pública de História e Alimentação. Apresentar contribuições para inclusão dessa temática nas estratégias de implantação dos Centros de Referência de SAN. Realizar audiência com Secretário de Cultura, Nabil Bonduki, para apresentar os resultados desse encontro.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Norte	eixo II	ART&I NST	Mapear ações de SAN na região norte, como foco na agricultura familiar, agricultura urbana e práticas exitosas de promoção de alimentos saudável. (Eixo II).	8. Mapear e/ou cadastrar os programas, ações, iniciativas e instituições que trabalham com SAN na cidade de São Paulo, com ênfase na agricultura familiar e o atendimento aos grupos de vulnerabilidade social.
Leste II	eixo II	ART&I NST	Mapeamento de projetos e ações da região que atuem com a questão da SAN.	
Leste II	eixo III	ART&I NST	Mapear e apresentar a realidade local sobre segurança alimentar e dar apoio e promoção.	
Leste I	eixo III	ART&I NST	Mapear e divulgar as instituições governamentais e não governamentais que desenvolvem e promovem conhecimento no campo da SAN e possibilitar a comunicação entre elas.	
Norte	eixo III	ART&I NST	Realizar cadastramento/registo das associações que desenvolvam ações em SAN, com o objetivo de apoiar, capacitar e fomentar o diálogo entre elas. (Eixo III).	
AL - HMA	eixo II	ART&I NST	Mapear e documentar as práticas alimentares e sua diversidade na cidade de São Paulo no sentido de preservar o patrimônio imaterial da população.	
CRSANS-BT	eixo II	ART&I NST	Diagnosticar e mapear ações e resultados, viabilizando a sistematização de dados inclusive de ações já existentes, visando otimizar esforços e verificar demandas.	
CRSANS-BT	eixo II	ART&I NST	Levar em conta o "ambiente alimentar" das populações atendidas, e em particular, as mais vulneráveis, verificando a relação entre as demandas reprimidas e as ofertas existentes em espaços públicos e privados.	
CRSANS-BT	eixo II	ART&I NST	Diagnosticar e mapear dados das populações mais vulneráveis e potencial de ações em SANS.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Sé	eixo II	ART&I NST	Regulamentação da Feira de Economia Solidária (ECO-Sol).	9. Regular a Feira de economia solidária.
Sé	eixo II	ART&I NST	Implantação de uma política aonde os agricultores familiares venham vender mais barato, subsidiados pela Prefeitura.	10. Criar política de subsídio para a agricultura familiar integrada à política de abastecimento da cidade.
Sé	eixo II	ART&I NST	Estimular e regulamentar a comida de rua de forma saudável e acessível à população.	11. Regular a venda de alimentos na cidade buscando garantir a inocuidade dos mesmos.
Sé	eixo II	ART&I NST	Proibição do uso e comercialização de substância química já proibida em outros países e proibição do alimento importado que tenha recebido química proibida no país de origem, por colocar em risco a saúde humana e ambiental.	
Sé	eixo II	ART&I NST	Restrição à publicidade de produtos alimentícios, sobretudo dirigidos à criança.	12. Divulgar fiscalizar o cumprimento da legislação sobre publicidade de alimentos, bem como criar leis municipais e fomentar a criação de normas mais rígidas.
Sé	eixo II	ART&I NST	Regulamentação da publicidade infantil na SAN.	
Leste II	eixo II	ART&I NST	Propor e aprovar leis que garantam na MÍDIA a regulamentação da publicidade de alimentos.	
Norte	eixo II	ART&I NST	Regulação da publicidade de alimentos voltados ao público infantil.	
AL - HMA	eixo II	ART&I NST	Elaborar uma Política Municipal de História e Memória da Alimentação.	13. Elaborar uma Política Municipal de História e Memória da Alimentação.
AL - HMA	eixo II	ART&I NST	Realizar o tombamento do patrimônio material associado à alimentação e aos alimentos na cidade e região metropolitana, por exemplo, os Mercados Públicos.	14. Realizar o tombamento do patrimônio material associado à alimentação e aos alimentos na cidade e região metropolitana, por exemplo, os Mercados Públicos.
AL - HMA	eixo III	ART&I NST	Institucionalizar o Prêmio “Educação Além do Prato” por meio de lei municipal.	15. Institucionalizar o Prêmio “Educação Além do Prato” por meio de lei municipal.

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Sul II	eixo II	ART&INST	Criar índices estatísticos que colabore na formulação de políticas públicas de abastecimento alimentar que relacione quantidade de Equipamentos de Serviços de SAN (EPANS), feiras livres e sacolões e densidade demográfica.	16. Criar índices estatísticos que colabore na formulação de políticas públicas de abastecimento alimentar que relacione quantidade de EPANS, feiras livres e sacolões e densidade demográfica.
Sé	eixo II	ART&INST	Estabelecimento e monitoramento de critérios de equidade na distribuição de equipamentos públicos de alimentação.	17. Estabelecimento e monitoramento de critérios de equidade na distribuição de equipamentos públicos de alimentação.
Sul III	eixo I	ART&INST	Implantar mais Centros de Referência de SAN.	18. Criar centros de referência em Cada Sub-prefeitura de São Paulo e dar suporte aos já existentes.
CRSANS-BT	eixo II	ART&INST	Estruturar e dar suporte ao CRSANS-BT.	
Sé	eixo II	ART&INST	Implementação dos Centros de Referências em SAN em cada Subprefeitura.	
Sé	eixo II	ART&INST	Criação de um Centro de Referência para agricultura urbana.	
Norte	eixo II	ART&INST	Implantar cisternas e poços artesanais para garantia de água na produção local.	
Sul III	eixo I	MIDIA	Regulamentar a propaganda voltada aos alimentos veiculada nas diferentes mídias com ênfase na alimentação saudável.	1. Mobilizar a sociedade em torno do tema Publicidade X SAN para a exigência da regulação da publicidade de alimentos.
FSP-USP	eixo II	MIDIA	Regular a publicidade de alimentos voltadas ao público infantil em defesa da SAN.	
FS-USP	eixo III	MIDIA	Mobilizar a sociedade em torno do tema Publicidade X SAN para a exigência da regulação da publicidade de alimentos.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Sul III	eixo I	MIDIA	Realizar e promover campanhas publicitárias sobre a importância da alimentação saudável, com observância ao seu valor nutricional (dos alimentos).	2. Criar um programa permanente de incentivo e promoção da alimentação saudável, valorização do Guia Alimentar da População Brasileira e de temas relacionados à SAN e ao DHAA nos meios de comunicação em diferentes mídias.
Leste I	eixo II	MIDIA	Ampliar e promover campanhas educativas em nível local para conscientizar a comunidade de escolhas alimentares saudáveis.	
Sul I	eixo II	MIDIA	Promover campanhas publicitárias que divulguem alimentação saudável nos canais de comunicação em massa que venha a atingir toda a população.	
Sul I	eixo II	MIDIA	Promover ampla reeducação alimentar para a população geral, tais como famílias e crianças.	
Sul I	eixo II	MIDIA	Promover o “Novo Guia Alimentar para a População Brasileira”.	
Sul I	eixo II	MIDIA	Incentivar e divulgar o consumo de alimentação saudável em redes sociais e diversos veículos de comunicação.	
Sul II	eixo II	MIDIA	Campanhas Públicas sobre alimentos saudáveis para atingir desde espaços como as escolas até as famílias em suas casas.	
Norte	eixo II	MIDIA	Melhorar os espaços de divulgação e informação do alimento saudável por meio da Rede São Paulo Saudável.	
Norte	eixo II	MIDIA	Realizar e incentivar campanhas educativas e cursos voltados para SAN (alimentação saudável, hortas e DHAA). (Eixo II)	
Sul III	eixo II	MIDIA	Realizar ações de mobilização para que a população tenha acesso às informações sobre segurança alimentar e nutricional.	
Sé	eixo II	MIDIA	Estimular a divulgação do novo Guia Alimentar em diversos setores relacionados a SAN.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Leste I	eixo II	MIDIA	Divulgar, expandir, difundir e socializar experiências de boas práticas. Ações e conhecimentos que promovam a SAN na localidade.	2. Criar um programa permanente de incentivo e promoção da alimentação saudável, valorização do Guia Alimentar da População Brasileira e de temas relacionados à SAN e ao DHAA nos meios de comunicação em diferentes mídias.
Sul III	eixo III	MIDIA	Ampliar a divulgação de entidades, ações, projetos, etc. nos jornais de bairros e web.	
CEU-HG	eixo II	MIDIA	Campanhas educativas voltadas à alimentação saudável.	
POLIS	eixo II	MIDIA	Realizar propagandas e campanhas sobre os prejuízos à saúde causados por produtos industrializados.	
POLIS	eixo II	MIDIA	Publicitar junto à população receitas saudáveis, saborosas e de baixo custo.	
POLIS	eixo II	MIDIA	Promover campanhas de valorização da prática culinária.	
Sé	eixo II	MIDIA	Criar rede de comunicação virtual sobre temas de SAN no município.	3. Criar rede de comunicação virtual sobre temas de SAN no município.
Leste II	eixo II	ESCOLA	Conceder o direito à repetição do prato nas creches e escolas e minimizar o desperdício (Prêmio para as escolas que implementarem programas nesse sentido).	1. Avaliar as demandas e implantar programas de alimentação escolar adequados à necessidade dos escolares, com possibilidade de alimentação suplementar diária e nos 365 dias do ano, quando for o caso.
Leste II	eixo II	ESCOLA	Não interromper o fornecimento da alimentação escolar durante o período de férias	
Leste I	eixo II	ESCOLA	Equipar e treinar merendeiras para que as refeições sejam saborosas e com ingredientes in natura.	2. Equipar e treinar merendeiras para que as refeições sejam saborosas e com ingredientes in natura.
Norte	eixo II	ESCOLA	Que a alimentação escolar seja 100% responsabilidade da escola.	3. Criar condições para que a escola tenha autonomia assistida por nutricionista para intervir no cardápio da alimentação escolar.
Norte	eixo II	ESCOLA	Que o Conselho Escolar e a população sejam atuantes com relação à qualidade da alimentação escolar.	4. Incentivar o Conselho Escolar e a população para que sejam atuantes com relação à qualidade da alimentação escolar.

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEM A	PROPOSTAS	SINTESE
Sul III	eixo II	ESC OLA	Melhorar a integração entre o Departamento de Alimentação Escolar(DAE) e Programa Saúde na Escola(PSE).	5. Melhorar a integração entre o Departamento de Alimentação Escolar(DAE) e Programa Saúde na Escola(PSE).
Sul III	eixo I	ESC OLA	Incluir no currículo escolar a educação alimentar e nutricional deixando de ser apenas atividades pontuais e que sejam realizadas atividades em diálogo e articulação com a comunidade escolar.	6. Incluir a Educação Alimentar e Nutricional e a culinária como componente curricular do ensino infantil e fundamental.
Leste II	eixo II	ESC OLA	Trazer a SAN como parte do currículo escolar.	
Sé	eixo II	ESC OLA	Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo das escolas.	
POLIS	eixo II	ESC OLA	EAN no currículo escolar. Implantar política de cultivo de alimentos tendo como base a técnica da permacultura.	
Sé	eixo II	ESC OLA	Incluir a Educação Alimentar e Nutricional como tema gerador na Grade Curricular da Educação Infantil, Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, tendo como base o Guia Alimentar da População Brasileira.	
POLIS	eixo II	ESC OLA	Implementar aulas de culinárias nas escolas com incentivo à alimentação saudável.	
Sul I	eixo II	ESC OLA	Fortalecer o cumprimento da Resolução 26 ⁴² que visa educação culinária nutricional das escolas.	
Sul I	eixo II	ESC OLA	Implantar nas escolas uma disciplina educacional voltada para alimentos saudáveis e naturais.	
Leste II	eixo II	ESC OLA	Incentivar e inspirar o consumo de verdade com equilíbrio nutricional junto às crianças e suas famílias por meio de propaganda, material informativo, cursos e palestras, ensino de culinária e de cultivo nas escolas.	7. Desenvolver e institucionalizar estratégias de promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas.

⁴² Resolução nº 26 disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Leste II	eixo II	ESCOLA	Incentivar e inspirar o consumo de verdade com equilíbrio nutricional junto às crianças e suas famílias por meio de propaganda, material informativo, cursos e palestras, ensino de culinária e de cultivo nas escolas.	7. Desenvolver e institucionalizar estratégias de promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas.
POLIS	eixo II	ESCOLA	Realizar EAN nas escolas como forma de promover mudanças na cultura alimentar. Construir restaurantes populares para a garantia de acesso ao alimento por “população em vulnerabilidade social”.	
CEU-HG	eixo II	ESCOLA	Realizar trabalhos educativos em SAN nas escolas.	
Leste II	eixo II	ESCOLA	Atividades de educação ambiental nas escolas e CEUs que agreguem a SAN e agricultura urbana.	
Sul I	eixo II	ESCOLA	Promover nas escolas públicas municipais, estaduais e federais alimentação saudável natural que venha a ser uma política de estado.	
Sé	eixo II	ESCOLA	Ativação e fomento das Escolas-Estufas (para produção, divulgação e distribuição de mudas e ensino de horticultura).	8. Ativar e fomentar as Escolas-Estufas (para produção, divulgação e distribuição de mudas e ensino de horticultura), assim como outros programas como compostagem, hortas e cisternas.
Sé	eixo II	ESCOLA	Escolas Municipais: Programa de compostagem, hortas e cisternas.	
Leste I	eixo II	ESCOLA	Restringir definitivamente as cantinas nos estabelecimentos de ensino da cidade.	9. Estabelecimento de uma lei municipal de regulação das cantinas escolares públicas e privadas.
Sé	eixo II	ESCOLA	Estabelecimento de uma lei municipal de regulação das cantinas escolares públicas e privadas.	
AL - HMA	eixo II	ESCOLA	Efetivar a temática História e Memória da Alimentação no projeto político-pedagógico das escolas municipais considerando o disposto no Programa Nacional de Alimentação Escolar.	10. Efetivar a temática História e Memória da Alimentação no projeto político-pedagógico das escolas municipais considerando o disposto no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
CEU-HG	eixo I	ED&SAL	Valorização do profissional de nutrição e especialistas da área para fomentar Segurança Alimentar e Nutricional, criando cargos em equipamentos públicos.	1. Valorização do profissional de nutrição e especialistas da área para fomentar Segurança Alimentar e Nutricional, criando cargos em equipamentos públicos.
AL - HMA	eixo II	ED&SAL	Promover a revisão dos conteúdos formativos dos profissionais da área da alimentação visando assegurar a abordagem de temas relacionados à história, memória e cultura.	2. Promover a revisão dos conteúdos formativos dos profissionais da área da alimentação visando assegurar a abordagem de temas relacionados à história, memória e cultura.
CRSANS-BT	eixo II	ED&SAL	Projetar e realizar ações intersecretariais, para crianças e jovens, fora do horário de aula, que realcem a importância de SANS e do convívio com o Verde, através da formação de hortas comunitárias.	3. Projetar e realizar ações intersecretariais, para crianças e jovens, fora do horário de aula, que realcem a importância de SANS e do convívio com o Verde, através da formação de hortas comunitárias.
CRSANS-BT	eixo III	ED&SAL	Ampliar ações educativas no CRSANS-BT de forma intersecretarial.	4. Ampliar as ações educativas nos equipamentos públicos (feiras, mercados, centros de referência), voltadas a todos os ciclos da vida.
Sul I	eixo II	ED&SAL	Promover ações de educação nutricional nos diversos equipamentos públicos.	
Sul III	eixo III	ED&SAL	Realizar e fomentar formações/cursos junto às entidades e a população de forma geral.	
AL - HMA	eixo II	ED&SAL	Desenvolver ações de Educação Alimentar adotando metodologias adequadas em espaços públicos e de abastecimento, por exemplo, Parques Públicos, Feiras Livres, Mercados, etc.	
POLIS	eixo II	ED&SAL	Fomentar EAN e oficinas culinárias junto às associações comunitárias.	
BA	eixo II	ED&SAL	Orientar a população de baixa renda, de como alimentar-se de forma adequada e dentro de suas possibilidades.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Norte	eixo II	ED&SAL	Educação Alimentar e Nutricional para todas as idades desde a criança ao adulto.	4. Ampliar as ações educativas nos equipamentos públicos (feiras, mercados, centros de referência), voltadas a todos os ciclos da vida.
AL - HMA	eixo II	ED&SAL	Otimizar o uso do Espaço Gourmet do Mercado Paulistano potencializando as ações de cultura e educação alimentar neste equipamento público.	
AL - HMA	eixo II	ED&SAL	Contribuir no processo de organização e desenvolvimento da cidade garantindo maior atravessamento dos aspectos históricos e culturais na ocupação do espaço e integração do urbano e rural.	5. Contribuir no processo de organização e desenvolvimento da cidade garantindo maior atravessamento dos aspectos históricos e culturais na ocupação do espaço e integração do urbano e rural.
AL - HMA	eixo II	ED&SAL	Organizar, sistematizar e divulgar as publicações e estudos já existentes sobre o tema em plataforma eletrônica, ou pontos de leituras em diferentes serviços de alimentação na cidade.	6. Organizar, sistematizar e divulgar as publicações e estudos já existentes sobre o tema em plataforma eletrônica, ou pontos de leituras em diferentes serviços de alimentação na cidade.
AL - HMA	eixo II	ED&SAL	Incentivar a realização de projetos de memória e cultura alimentar por meio de chamadas públicas do Programa de Valorização das Iniciativas Culturais (VAI) da Prefeitura de São Paulo, Telecentros, ou Pontos de Memória, no âmbito do Programa Cultura Viva, de modo reconhecer e apoiar as iniciativas desenvolvidas por coletivos da cidade visando preservar e salvaguardar os saberes e sabores.	7. Incentivar a realização de projetos de memória e cultura alimentar por meio de chamadas públicas do Programa de Valorização das Iniciativas Culturais (VAI) da Prefeitura de São Paulo, Telecentros, ou Pontos de Memória, no âmbito do Programa Cultura Viva, de modo reconhecer e apoiar as iniciativas desenvolvidas por coletivos da cidade visando preservar e salvaguardar os saberes e sabores.
Leste II	eixo II	ED&SAL	Capacitações (Ex: Aproveitamento integral dos alimentos)	8. Ofertar cursos de educação popular voltados ao aproveitamento integral dos alimentos e controle do desperdício em todas as subprefeituras.
Sul III	eixo II	ED&SAL	Articulação de cursos de capacitação em aproveitamento integral dos alimentos no âmbito das subprefeituras	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
BA	eixo II	ED&SAL	Cursos e formações para diminuir o desperdício de alimentos, principalmente nas feiras livres (que são presentes em abundância em todas as regiões, mas jogam muito alimento fora). E orientações para o desperdício em casa.	8. Ofertar cursos de educação popular voltados ao aproveitamento integral dos alimentos e controle do desperdício em todas as subprefeituras.
Leste I	eixo II	ED&SAL	Ofertar cursos de formação voltados ao aproveitamento integral dos alimentos e incentivar a criação de hortas na comunidade.	
AL - HMA	eixo III	ED&SAL	Construir uma proposta em conjunto para trabalhar a alimentação e memória nos Parques Municipais como atividade permanente atribuindo aos núcleos de Educação Ambiental maior integração nessa temática.	9. Criar estratégias de resgate e valorização das tradições e saberes ancestrais, envolvendo os diversos cenários, incluindo os núcleos de educação ambiental e comunidades tradicionais.
Sul I	eixo II	ED&SAL	Reconhecer e resgatar os saberes indígenas e tradições.	
Sul I	eixo II	ED&SAL	Promover e ampliar cursos, oficinas, espaços de diálogos para troca de saberes, fortalecendo a cultura local.	
Norte	eixo II	ED&SAL	Identificar e Ampliar as oficinas de Educação Culinária na região norte para difundir os princípios da valorização cultural, da variedade e sustentabilidade pela Alimentação Saudável.	
Sé	eixo II	ED&SAL	Facilitação das oportunidades de formação técnico-pedagógica nos programas municipais de SAN.	Facilitar as oportunidades de formação técnico-pedagógica nos programas municipais de SAN a todos os trabalhadores envolvidos no processo.
Sé	eixo II	ED&SAL	Elaboração de cartilha para conselhos e instituições associados à questão alimentar, contendo os princípios e as diretrizes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.	10. Apoiar a elaboração de cartilha para conselhos e instituições associados à questão alimentar, contendo os princípios e as diretrizes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Norte	eixo II	ED&SAL	Facilitar com que a população tenha acesso à informação de implantação de hortas verticais e jardinagem.	11. Facilitar com que a população tenha acesso à informação de implantação de hortas verticais e jardinagem.
Sé	eixo II	ED&SAL	Formação de educador para hortas, que possam atuar em escolas, creches e etc.	12. Criar cursos de formação de educador para hortas, que possam atuar em escolas, creches e etc.
Sé	eixo II	ED&SAL	Incubação e fomento de grupos produtivos na ótica da economia solidária.	13. Proporcionar a incubação e fomento de grupos produtivos na ótica da economia solidária.
PSPA	eixo II	ED&SAL	Expandindo às demais comunidades o conhecimento de empreendedorismo de economia solidária, como apontado acima, e trabalho de conscientização sobre alimentação orgânica e aproveitamento integral de alimentos e Educação Alimentar e Nutricional.	
Sé	eixo II	ED&SAL	Integração com o PRONATEC voltado a capacitação e demandas de SAN.	14. Promover a integração do PRONATEC voltado à capacitação e demandas de SAN.
Sul III	eixo II	ED&SAL	Colocar em todas as UBS um profissional nutricionista para realização da educação alimentar e nutricional.	15. Colocar em todas as UBS um profissional nutricionista para realização da educação alimentar e nutricional.
Sul III	eixo II	ED&SAL	Capacitar (os) agentes comunitários de saúde para fazer o trabalho de sensibilização em relação à alimentação saudável.	16. Cessão de espaço do município para entidades que atuam com SAN.
Sé	eixo II	POPVUL	Cessão de espaço do município para entidades que atuam com SAN e para publicidade de feiras orgânicas no município (as feiras foram contempladas no grupo específico).	1. Integrar entidades que lidam com populações vulneráveis à políticas de acesso a trabalho, emprego e renda e capacitação em plantio e processamento de alimentos.
Leste II	eixo II	POPVUL	Integrar entidades que lidam com populações vulneráveis às políticas de acesso a trabalho, emprego e renda e capacitação em plantio e processamento de alimentos.	

Continuação Quadro nº 6.

ID	EIXO	TEMA	PROPOSTAS	SINTESE
Leste I	eixo II	POPVUL	Ampliar o acesso e a oferta de alimentos às famílias em situação de vulnerabilidade alimentar, que não estão incluídas em programas de transferência de renda.	2. Garantir o acesso ao alimento a grupos populacionais socialmente vulneráveis por meio de programas de transferência de renda e distribuição de alimentos.
Leste I	eixo II	POPVUL	Implantar serviços pela rede sócio-assistencial que ofertem alimentos específicos para indivíduos que vivem com diferentes patologias.	
Sul I	eixo II	POPVUL	Promover e garantir acesso às políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional em andamento.	
sul II	eixo II	POPVUL	Garantia de mínimo de 3 refeições diárias a população.	
Sul II	eixo II	POPVUL	Garantir o acesso aos alimentos para população em CDHC mais distantes.	
Leste I	eixo II	POPVUL	Garantir, apoiar e possibilitar recursos para ONG's que promovam e executam ações voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional em nível local.	3. Apoiar entidades e ONGs que executam ações de garantia do acesso ao alimento a grupos de maior vulnerabilidade social.
Sul II	eixo II	POPVUL	Equipar Entidades Assistenciais com transporte cuja legitimidade do trabalho seja verificada em suas localidades para facilitar a coleta de alimentos.	
Norte	eixo II	POPVUL	Monitorar e fiscalizar o Leve Leite.	4. Monitorar e fiscalizar o Leve Leite.
Sé	eixo II	POPVUL	Política de SAN para a população em situação de rua.	5. Criar uma política de SAN para a população em situação de rua.
Sul I	eixo II	POPVUL	Valorização do profissional de nutrição e especialistas da área para fomentar Segurança Alimentar e Nutricional, criando cargos em equipamentos públicos.	6. Valorização do profissional de nutrição e especialistas da área para fomentar Segurança Alimentar e Nutricional, criando cargos em equipamentos públicos.
Norte	eixo II	POPVUL	Ampliar o quadro nutricional para trabalhar na rede municipal.	

ANEXO nº 6

Quadro nº 7. Recomendações das Propostas Locais Encaminhadas às Subprefeituras

Nº / Ano	Interessados	Recomendação
02/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Contemplar os trabalhadores autônomos informais (ambulantes) no programa “Comida de Rua” através de revisão e ampliação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e gastronomia na cidade.
03/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Contemplar os trabalhadores autônomos informais (ambulantes) no programa “Comida de Rua” através de revisão e ampliação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e gastronomia na cidade.
04/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Rever a regulamentação das práticas de alimentação <i>in natura</i> ou beneficiadas, em locais públicos (comida de rua) de modo a favorecer o desenvolvimento local e a geração de trabalho e renda com base na economia solidária.
05/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Criar novos Bancos de Alimentos regionalizados, viabilizando o não desperdício de alimentos na própria região. E, ainda, ampliar a distribuição de cestas de alimentos por meio de entidades cadastradas nesses equipamentos.
07/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Adotar como referência para as doações, por meio dos equipamentos Banco de Alimentos, o Cadastro Único da Assistência Social (CAD ÚNICO).
08/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Implantar Restaurantes Populares no centro da cidade, especialmente, a oferta de refeições para população em situação de rua.
09/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Ampliar ações no âmbito do PROAUP (Programa de Agricultura Urbana e Periurbana) no âmbito da Subprefeitura da Sé.

Continuação Quadro nº 7.

Nº / Ano	Interessados	Recomendação
10/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Implantar entrepostos na região de Parelheiros para garantir o acesso ao alimentos, escoamento da produção, a geração de renda e promover a economia da região.
11/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Ampliação do Programa “Composta São Paulo” para escolas e centros comunitários, notadamente, na região Leste da cidade de São Paulo.
12/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Implantar feira orgânica na região de Parelheiros.
13/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Implantar, consolidar e elaborar documentos explicativos sobre as leis e regulamentações a respeito do uso de terrenos privados e ociosos para agricultura urbana.
14/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Implantar Escola Técnica Agroecológica na região de Parelheiros.
15/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Incluir a Secretaria Municipal de Cultura na composição da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo.
16/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Instituir por meio de lei específica o Prêmio “Educação Além do Prato” no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.
17/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Instituir Grupo de Trabalho envolvendo representantes da Secretaria de Cultura, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho, Emprego e Inovação, e COMUSAN para discutir a Política Pública de História e Alimentação. Apresentar contribuições para inclusão dessa temática nas estratégias de implantação dos Centros de Referência de SAN.
18/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Realizar cadastramento/registro das associações que desenvolvam ações em SAN, com o objetivo de apoiar, capacitar e fomentar o diálogo entre elas.

Continuação Quadro nº 7.

Nº / Ano	Interessados	Recomendação
19/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Regulamentação da Feira de Economia Solidária no âmbito da Subprefeitura da Sé.
20/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Estruturar e dar suporte ao Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã (CRSANS-BT).
21/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Criar rede de comunicação virtual sobre temas de SAN no município de São Paulo.
22/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Incluir a Educação Alimentar e Nutricional como tema gerador na Grade Curricular da Educação Infantil, Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, tendo como base o Guia Alimentar da População Brasileira. E, ainda, desenvolver aulas de culinária.
23/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Otimizar o uso do Espaço Gourmet do Mercado Paulistano potencializando as ações de cultura e educação alimentar neste equipamento público.
24/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Realizar projetos de memória e cultura alimentar por meio de chamadas públicas do Programa VAI da Prefeitura de São Paulo, Telecentros, ou Pontos de Memória, no âmbito do Programa Cultura Viva, de modo a reconhecer e apoiar as iniciativas desenvolvidas por coletivos da cidade visando preservar e salvaguardar os saberes e sabores.
25/2016	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Conselho de Alimentação Escolar Municipal	Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento, avaliação e fiscalização do Programa Leve Leite.

ANEXO nº 7

Modelo Carta de Recomendação direcionada à Subprefeituras

INTERESSADOS: Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e Conselho de Alimentação Escolar Municipal

ASSUNTO: .

RECOMENDAÇÃO COMUSAN Nº ____/2016

Prezado Senhor,

Considerando os resultados da VI Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizado em junho de 2015, e após análise do pleno deste Colegiado, submetemos à vossa apreciação a proposta abaixo de modo a aperfeiçoar as políticas públicas afetas à segurança alimentar e nutricional no âmbito desta Subprefeitura [Pasta].

Acreditamos que esta providência irá corroborar para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada na cidade de São Paulo. Aproveitamos esta ocasião e colocamo-nos à Disposição.

Atenciosamente,

CHRISTIANE G. ARAÚJO COSTA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-
COMUSAN
Conforme deliberação de Plenária do COMUSAN realizada em 17 de abril de 2016

ANEXO nº 8.

Formulário para Levantamento de Ações em SAN

Edit

FORMULÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE AÇÕES EM SAN

"Mapeamento para Diagnóstico das ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional na Região do Butantã – São Paulo/SP".

* Required

Nome *

E-mail

Telefones

Área *

☐ Educação

☐ Saúde

☐ Meio ambiente

☐ Assistência Social

☐ Trabalho e Empreendedorismo

☐ Other:

Representa *

☐ Poder Público

☐ Sociedade Civil

☐ Misto

Local de atuação *

Qual secretaria, equipamento público, instituição ou organização?

Indique as ações de SAN desenvolvidas por ou em seu local de atuação *

☐ Horta Comunitária

☐ Farmácia viva

☐ Compostagem

☐ Minhocário

☐ Capacitação/fomento/incentivo a produção agroecológica

☐ Ações de educação alimentar e nutricional

☐ Apoio e práticas de agricultura urbana

- ☐ Acesso a água (construção de cisterna,preservação de nascente)
- ☐ Cozinha comunitária
- ☐ Restaurante popular/escolar/universitário
- ☐ Práticas Integrativa com foco na Plantas Medicinais
- ☐ Banco de Alimentos
- ☐ Feira convencional
- ☐ Feira orgânica
- ☐ Sacolão
- ☐ Produção de alimentos para venda
- ☐ Doações de alimentos, cestas básicas e etc
- ☐ Alimentação em escolas/creches/hospitais/penitenciárias/associações
- ☐ Other:

Qual a regularidade das ações? *

- ☐ Diária
- ☐ Semanal
- ☐ Quinzenal
- ☐ Mensal
- ☐ Pontual

Ocorre a participação social das pessoas beneficiadas pelas ações? *

- ☐ Ativa
- ☐ Passiva
- ☐ Não ocorre

De que forma ocorre a participação social? *

- ☐ Nas discussões sobre as ações
- ☐ No planejamento das ações
- ☐ Nas decisões
- ☐ Se envolvendo em outras atividades
- ☐ Não se aplica
- ☐ Other:

As ações são desenvolvidas de modo intersetorial?

Em caso afirmativo, indique quais setores são envolvidos

Locais das ações

Indique onde as ações acontecem (nome do local e endereço)

Qual a estimativa de pessoas alcançadas através das ações?

INDIQUE QUANTAS PESSOAS SÃO ALCANÇADAS EM CADA UMA DAS AÇÕES SELECIONADAS

Quantas pessoas contribuem para realização de cada ação desenvolvida?

INDIQUE QUANTAS PESSOAS COMPÕEM A EQUIPE REALIZADORA DE CADA UMA DAS AÇÕES SELECIONADAS

Submit

Never submit passwords through Google Forms.

Powered by

This content is neither created nor endorsed by Google.

[Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Additional Terms](#)

ANEXO nº 9.

- Sistematização A.⁴³

ATIVIDADE DE HORTA ⁴⁴
ASA CEI SÃO FRANCISCO
CEI CIDADE DE GENEVRA
CEI CRECHE DE JESUS MENINO
CEI CRECHE LAR NOSSA SENHORA DOS POBRES
CEI ISABEL RIBEIRO
CEI JD. SÃO JORGE ARPOADOR
CEI JOÃO DE BARRO
CEI LAR CRIANÇA FELIZ
CEI MARIA TEREZA DE MACEDO COSTA
CEI NOVA ERA I
CEI NOVA ERA II
CEI PINHEIROS
CEI RECANTO INFANTIL ISABEL MENDES DE CASTRO
CEI SALVADOR LO TURCO
CEU BUTANTÃ
CEU UIRAPURU
CRAS BUTANTÃ
CRESAN-BT
EMEF DEP. CESAR ARRUDA CASTANHO
EMEF MARIA ALICE BORGES GHION
EMEF OLAVO PEZZOTTI
EMEF PROFESSORA ILEUSA CAETANO DA SILVA
EMEF TEÓFILO BENEDITO OTTONI
EMEF TTE ALÍPIO A. SERPA
EMEF VILA MUNCK
EMEI CEU BUTANTÃ
EMEI CLYCIE MENDES CARNEIRO
EMEI DALMO DO VALLE NOGUEIRA
EMEI DES. DALMO DO VALLE NOGUEIRA EMEI
EMEI EDUCADORA NIDA MALDI CORAZZA
EMEI EMIR MACEDO NOGUEIRA
EMEI PROF CAMILLO ASCHAR
EMEI PROF. ANTONIO CARLOS PACHECO E SILVA
EMEI PROF. ANTONIO CARLOS PACHECO E SILVA
EMEI PROF. CAMILLO ASHCÁR
EMEI PROFA. CAROLINA RIBEIRO
EMEI PROFESSORA CAROLINA RIBEIRO
EMEI PROFESSORA ISABEL COLOMBO
EMEI PROFESSORA MARIA APARECIDA VITA PIANTE
EMEI PROFESSORA MARIAZINHA REZENDE FUSARI
PARQUE PREVIDÊNCIA / NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL CENTRO
OESTE I (NGDCO I)
UBS JD. BOA VISTA
UBS JD. D' ABRIL
UBS JD. SAO JORGE
UBS MALTA CARDOSO
UBS VILA DALVA

⁴³ As atividades descritas podem ser iniciativas de origem do Poder Público, da Sociedade Civil ou mistas.

⁴⁴ O tópico atividades de horta incluem hortas comunitárias, escolares, medicinais e as chamadas 'farmácias vivas'.

COMPOSTAGEM
CEI SÃO JORGE ARPORADOR CRESAN-BT EMEF PROFESSORA ILEUSA CAETANO DA SILVA EMEF TEÓFILO BENEDITO OTTONI EMEI ANTONIO BENTO EMEI CLYCIE MENDES CARNEIRO EMEI DEP. GILBERTO CHAVES EMEI DES. DALMO DO VALLE NOGUEIRA EMEI EMIR MACEDO NOGUEIRA EMEI PROFA. CAROLINA RIBEIRO PARQUE LUIS CARLOS PRESTES PARQUE PREVIDÊNCIA (NGDCO I) PARQUE RAPOSO TAVARES UBS JD. BOA VISTA UBS JD. SAO JORGE UBS MALTA CARDOSO UBS VILA DALVA

MINHOCÁRIO
CEI SÃO JORGE ARPOADOR CRESAN-BT EMEF PROFESSORA ILEUSA CAETANO DA SILVA EMEF TEÓFILO BENEDITO OTTONI EMEI CLYCIE MENDES CARNEIRO EMEI DES. DALMO DO VALLE NOGUEIRA EMEI EMIR MACEDO NOGUEIRA EMEI EMIR MACEDO NOGUEIRA EMEI PROFA. CAROLINA RIBEIRO EMEI PROFESSORA MARIA APARECIDA VITA PIANTE PARQUE PREVIDÊNCIA (NGDCO I) PARQUE RAPOSO TAVARES UBS JD. BOA VISTA UBS JD. SAO JORGE UBS MALTA CARDOSO UBS VILA DALVA

AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL
AMA/UBS INTEGRADA VILA SONIA ASSOCIAÇÃO CRIANÇA BRASIL ASSOCIAÇÃO CRIANÇA BRASIL ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA - CCA CLARISSE ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA - CCA CLARISSE CCA SÃO GABRIEL CEI ESMERALDA CEI LOTURCO CEI RIO PEQUENO II CEI SANTA RITA DE CASSIA CEI SANTA RITA DE CASSIA CEI SÃO JORGE ARPOADOR

AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL
<p> CRECHE JESUS MENINO CRESAN-BT EMEF IBRAHIM NOBRE EMEF MARIA ANTONIETA DALKIMIN BASTO EMEF PROFESSORA ILEUSA CAETANO DA SILVA EMEF TEÓFILO BENEDITO OTTONI EMEI CEU UIRAPURU EMEI CLYCIE MENDES CARNEIRO EMEI DES. DALMO DO VALLE NOGUEIRA EMEI EMIR MACEDO NOGUEIRA EMEI PROF. RONALDO PORTO MACEDO EMEI PROFA. CAROLINA RIBEIRO EMEI PROFESSOR BENEDICTO CASTRUCCI EMEI PROFESSORA MARIA APARECIDA VITA PIANTE EMEI RIO PEQUENO EMEI RIO PEQUENO I ILPI BUTANTÃ INSTITUTO PROF PARQUE PREVIDÊNCIA (NGDCO I) PROGRAMA NA MESMA MESA PROJETO CASULO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO UBS JARDIM BOA VISTA UBS JARDIM D'ABRIL UBS JD. BOA VISTA UBS JD. SAO JORGE UBS MALTA CARDOSO UBS REAL PARQUE UBS VILA BORGES UBS VILA DALVA UBS VILA GOMES </p>

COZINHA COMUNITÁRIA
<p> CRESAN-BT (cozinha escola) SUBPREFEITURA DO BUTANTÃ </p>

DOAÇÃO DE ALIMENTOS
<p> ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO RAPOSO TAVARES BUTANTA ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE OSVALDO MOREIRA DO J.S JORGE A. SABEOM ASSOCIAÇÃO CAPÃO CIDADÃO ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE RIO BONITO UNIDOS VENCEREMOS ASSOCIAÇÃO METODISTA LIVRE AGENTE CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - COHAB ADVENTISTA CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL GENTE JOVEM DA ZONA SUL </p>

DOAÇÃO DE ALIMENTOS
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO RAPOSO TAVARES BUTANTA ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE OSVALDO MOREIRA DO J.S JORGE A. SABEOM ASSOCIAÇÃO CAPÃO CIDADÃO ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE RIO BONITO UNIDOS VENCEREMOS ASSOCIAÇÃO METODISTA LIVRE AGENTE CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - COHAB ADVENTISTA CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL GENTE JOVEM DA ZONA SUL CRESAN-BT (Entrepasto BA) G.R.C ESCOLA DE SAMBA M. A.. SAI DA FRENTE GRUPO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM CAMINHO IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL DEUS PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO SOCIEDADE AMIGA E ESPORTIVA DO JARDIM COPACABANA UNIÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE JARDIM COLOMBO UNIÃO DOS MORADORES DO JD. JAQUELINE

APOIO A PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA
CRESAN-BT PARQUE DA PREVIDÊNCIA UBS JARDIM BOA VISTA UBS JD. BOA VISTA UBS JD. SAO JORGE UBS MALTA CARDOSO UBS REAL PARQUE UBS VILA DALVA

RESTAURANTE POPULAR/UNIVERSITÁRIO/ESCOLAR
INSTITUTO PROF UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO RESTAURANTE CENTRAL UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO RESTAURANTE DA FÍSICA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO RESTAURANTE DAS QUÍMICAS

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA VENDA
CRESAN-BT EMPREENHIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA MÃOS NA MASSA

ALIMENTAÇÃO EM ESCOLAS/CRECHES/ASSOCIAÇÕES

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ASSISTENCIAL CULTURA ESPORTIVA
ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE VILA NOVA ESPERANÇA
ASSOCIAÇÃO MORADORES DA RAPOSO TAVARES
CEI Conv. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA ROSA
CEI Conv. ALECRIM CEI Conv. ALEGRIA DE APRENDER
CEI Conv. ARQUINHA
CEI Conv. ASA SANTO AGOSTINHO
CEI Conv. ASSOCIAÇÃO DE CRECHES MARIA DE NAZARE
CEI Conv. CASA DA PEQUENA IVETE
CEI Conv. CEI GARATUJA
CEI Conv. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA ROSA II
CEI Conv. CHACARA JOKEY
CEI Conv. D JOSE GASPAR
CEI Conv. ESMERALDA
CEI Conv. FRATERNIDADE MARIA DE NAZARE
CEI Conv. GIRASSOL
CEI Conv. INSTITUTO DONA ANA ROSA
CEI Conv. IPE
CEI Conv. ISABEL RIBEIRO
CEI Conv. JARDIM EDITE
CEI Conv. JD ARPOADOR
CEI Conv. JD COHAB EDUCANDARIO
CEI Conv. JD JAQUELINE
CEI Conv. JESUS MENINO I
CEI Conv. JOAO DE BARRO
CEI Conv. LAR CRIANÇA FELIZ
CEI Conv. LAR DO ALVORECER CRISTAO
CEI Conv. LAR INFANTIL A.S.A.
CEI Conv. LAR NOSSA SENHORA DOS POBRES
CEI Conv. LAR PAULO DE TARSO
CEI Conv. LEON ALEXANDR
CEI Conv. MÃE DE DEUS
CEI Conv. MAE DO SALVADOR
CEI Conv. MARIA DE LOURDES FERRARINI
CEI Conv. MARIA TEREZA DE MACEDO COSTA
CEI Conv. MENINO JESUS
CEI Conv. NOITE ENCANTADA I
CEI Conv. NOITE ENCANTADA II
CEI Conv. NOITE ENCANTADA III
CEI Conv. NOITE ENCANTADA IV
CEI Conv. NOITE ENCANTADA VI
CEI Conv. NOSSA SENHORA ASSUNÇÃO
CEI Conv. NOSSA SENHORA DE FATIMA
CEI Conv. NOVA ERA - MODULO I
CEI Conv. NOVA ERA - MODULO II
CEI Conv. NUCLEO ASS. IRMAO ALFREDO - COEPE I
CEI Conv. PAIS E FILHOS
CEI Conv. PAPA JOAO XXIII
CEI Conv. PAU BRASIL
CEI Conv. PRIMAVERA
CEI Conv. PRIMAVERA - JD COLOMBO
CEI Conv. PRIMEIRO LAPIS
CEI Conv. PRIMEIROS PASSOS
CEI Conv. RECANTO DA ALEGRIA I
CEI Conv. RECANTO DA ALEGRIA II

ALIMENTAÇÃO EM ESCOLAS/CRECHES/ASSOCIAÇÕES

CEI Conv. RECANTO DA ALEGRIA III
CEI Conv. RECANTO DA ALEGRIA IV
CEI Conv. RECANTO INF. ISABEL M. DE CASTRO
CEI Conv. SABER VIVER I
CEI Conv. SABER VIVER II
CEI Conv. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
CEI Conv. SANTA RITA DE CASSIA
CEI Conv. SANTA TERESA DE JESUS
CEI Conv. SÃO BENEDITO
CEI Conv. SÃO CESARIO
CEI Conv. SAO FRANCISCO - ASA
CEI Conv. SÃO FRANCISCO DE ASSIS
CEI Conv. SAO LUIZ GONZAGA
CEI Conv. SINHAZINHA MEIRELLES
CEI Conv. VILA DALVA
CEI Mun CEU BUTANTA
CEI Mun CEU UIRAPURU
CEI Mun CIDADE DE GENEVRA
CEI Mun COHAB RAPOSO TAVARES
CEI Mun DR ANTONIO JOAO ABDALLA
CEI Mun JARDIM DAS VERTENTES
CEI Mun JARDIM JULIETA
CEI Mun PINHEIROS
CEI Mun PROF JOSE OZI
CEI Mun RIO PEQUENO II
CEI Mun ROBERTO ARANTES LANHOSO
CEI Mun SALVADOR LO TURCO
CEI Mun SÃO JORGE ARPOADOR
CEI Mun VER. ALOYSIO MENEZES GREENHALGH
CEI Mun VEREADOR BENEDICTO ROCHA
CEI Mun YVONE LEMOS DE ALMEIDA FRAGA
CEI Mun YVONE MALUHY JOSEPH SABGA
CIEJA CIEJA ALUNA JESSICA NUNES HERCULANO (BUTANTA)
CRECHE JESUS MENINO
EMEF ANEXO EDUCANDARIO DOM DUARTE
EMEF BRASIL JAPAO
EMEF CEU BUTANTÃ
EMEF CONDE LUIZ EDUARDO MATARAZZO
EMEF DEP. CESAR ARRUDA CASTANHO (CEU UIRAPURU)
EMEF DES AMORIM LIMA
EMEF DES ARTHUR WHITAKER
EMEF DES THEODOMIRO DIAS
EMEF DR JOSE DIAS DA SILVEIRA
EMEF GAL. EUCLYDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
EMEF GENERAL ALCIDES GONÇALVES ETCHEGOYEN
EMEF GENERAL ALVARO SILVA BRAGA
EMEF IBRAHIM NOBRE
EMEF JARDIM PAULO VI
EMEF JOAO XXIII
EMEF JOSE ALCANTARA MACHADO FILHO
EMEF JULIO MESQUITA
EMEF MAL DEODORO DA FONSECA

ALIMENTAÇÃO EM ESCOLAS/CRECHES/ASSOCIAÇÕES

EMEF PEDRO NAVA
EMEF PROF ALIPIO CORREA NETO
EMEF PROF OLAVO PEZZOTTI
EMEF PROF ROBERTO MANGE
EMEF PROFA EDA TEREZINHA CHICA MEDEIROS
EMEF PROFA ILEUSA CAETANO DA SILVA
EMEF PROFA MARIA ANTONIETA D'ALKIMIN BASTO
EMEF PROFA. DAISY AMADIO FUJIWARA
EMEF PROFA. MARIA ALICE BORGES GHION
EMEF SOLANO TRINDADE
EMEF TARSILA DO AMARAL
EMEF TEOFILO BENEDITO OTTONI
EMEF TTE. ALIPIO ANDRADA SERPA
EMEF VIANNA MOOG
EMEF VILA MUNCK
EMEI ALUISIO DE ALMEIDA
EMEI ANTONIO BENTO
EMEI CAROLINA MARIA DE JESUS
EMEI CEU BUTANTA
EMEI CEU UIRAPURU
EMEI COMANDANTE MORENO
EMEI CORONEL JOAO NEGRAO
EMEI DEP. GILBERTO CHAVES
EMEI DES. DALMO DO VALLE NOGUEIRA
EMEI EDUCADORA NIDA MALDI CORAZZA
EMEI EMIR MACEDO NOGUEIRA
EMEI FERNANDO PESSOA
EMEI MONTE CASTELO
EMEI OSCAR PEDROSO HORTA
EMEI PEDROSO DE MORAES
EMEI PERO NETO
EMEI PROF ANTONIO BRANCO LEFEVRE
EMEI PROF ANTONIO CARLOS P. E SILVA
EMEI PROF BENEDICTO CASTRUCCI
EMEI PROF CAMILLO ASHCAR
EMEI PROF RONALDO PORTO MACEDO
EMEI PROFA CAROLINA RIBEIRO
EMEI PROFA CLYCIE MENDES CARNEIRO
EMEI PROFA ISABEL COLOMBO
EMEI PROFA MARIA APARECIDA VITA PIANTE
EMEI PROFA MARIA JOSE GALVÃO DE FRANCA PINTO
EMEI PROFA MARIAZINHA REZENDE FUSARI
EMEI PROFA ZILDA DE FRANCESCHI
EMEI RIO PEQUENO I
EMEI TIDE SETUBAL
GREMIO RECREATIVO CULTURAL ESCOLA DE SAMBA DA "MOCIDADE
ACADEMIA SAI DA FRENTE".
GRUPO DE ASSISTENCIA SOCIAL BOM CAMINHO
ILPI BUTANTÃ
INSTITUTO PROF
SME Conv ASSOCIAÇÃO NOVO PROJETO
UBS VILA GOMES
UNIÃO DOS MORADORES JD JAQUELINE

BANCO DE ALIMENTOS
CRESAN- BT (Entrepasto do Banco de Alimentos da Vila Maria)

PRESERVAÇÃO DE NASCENTE
SUBPREFEITURA BUTANTÃ

CAPACITAÇÃO/FOMENTO/INCENTIVO A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA
<p>CRESAN-BT PARQUE PREVIDÊNCIA (NGDCO I) PONTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA UBS JARDIM BOA VISTA UBS JD. BOA VISTA UBS JD. SAO JORGE UBS MALTA CARDOSO UBS VILA DALVA</p>

FEIRA	
CONVENCIONAL	ORGÂNICA
<p>AURIFLAMA (Sábado) BIBI (Quarta-Feira) BUTANTA (Quinta-Feira) CARAMURU (Quinta-Feira) CAXINGUI (Sábado) CAXINGUI (Terça-Feira) COHAB RAPOSO TAVARES (Domingo) CONJ RESIDENCIAL DO BUTANTA (Domingo) FEIRAO DA ECONOMIA REAL PARQUE (Quinta-Feira) JARDIM ADALGIZA (Sábado) JARDIM ANTONIA (Sábado) JARDIM ARPOADOR (Domingo) JARDIM BONFIGLIOLI (Terça-Feira) JARDIM CELESTE (Quarta-Feira) JARDIM COLOMBO (Quarta-Feira) JARDIM GUARAU (Quinta-Feira) JARDIM PERI PERI (Terça-Feira) JARDIM RAPOSO TAVARES (Sábado) JARDIM SAO JORGE (Quinta-Feira) MARIO MOURA ANDRADE (Sábado) PORTAL DO MORUMBI (Sexta-Feira) RAPOSO TAVARES (Domingo) RIO PEQUENO (Sexta-Feira) SAO DOMINGOS (Domingo) VILA BORGES (Sexta-Feira) VILA BUTANTA (Sábado)</p>	<p>PARQUE PREVIDÊNCIA (NGDCO I) PARQUE RAPOSO TAVARES</p>

FEIRA	
CONVENCIONAL	ORGÂNICA
VILA GOMES (Sexta-Feira) VILA INDIANA (Quarta-Feira) VILA MORSE (Domingo) VILA SONIA (Sexta-Feira)	PARQUE PREVIDÊNCIA (NGDCO I) PARQUE RAPOSO TAVARES

PRÁTICA INTEGRATIVA COM FOCO EM PLANTAS MEDICINAIS
<p>EMEI CLYCIE MENDES CARNEIRO</p> <p>UBS JARDIM D'ABRIL</p> <p>UBS JD. BOA VISTA</p> <p>UBS JD. SAO JORGE</p> <p>UBS MALTA CARDOSO</p> <p>UBS REAL PARQUE</p> <p>UBS VILA DALVA</p> <p>UBS VILA GOMES</p>

SACOLÃO
SACOLÃO BUTANTÃ (Rua Ulpiano da Costa Manso)

ANEXO nº 10.

Sistematização B:

Figura 16: Mapeamento das ações da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricionais da Região do Butantã.

ATIVIDADE DE HORTA / COMPOSTAGEM / MINHOCÁRIO

CEI SÃO JORGE ARPOADOR	EMEF PROFESSORA ILEUSA CAETANO DA SILVA	EMEI PROFESSORA ISABEL COLOMBO
ASA - CEI SÃO FRANCISCO	EMEF TEÓFILO BENEDITO OTTONI	EMEI PROFESSORA MARIA APARECIDA VITA PIANTE
CEI CIDADE DE GENEBRA	EMEF TTE ALÍPIO A.SERPA	EMEI PROFESSORA MARIAZINHA REZENDE FUSARI
CEI CRECHE DE JESUS MENINO	EMEF VILA MUNCK	EMEI DEP. GILBERTO CHAVES
CEI CRECHE LAR NOSSA SENHORA DOS POBRES	EMEI ANTONIO BENTO	PARQUE LUÍS CARLOS PRESTES
CEI ISABEL RIBEIRO	EMEI CEU BUTANTÃ	PARQUE PREVIDÊNCIA - NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL CENTRO OESTE II (NGDCO II)
CEI JD. SÃO JORGE ARPOADOR	EMEI CLYCIE MENDES CARNEIRO	PARQUE RAPOSO TAVARES
CEI JOÃO DE BARRO	EMEI DALMO DO VALLE NOGUEIRA	UBS JD. BOA VISTA
CEI MARIA TEREZA DE MACEDO COSTA	EMEI DES. DALMO DO VALLE NOGUEIRA	UBS JD. D' ABRIL
CEI NOVA ERA I	EMEI EDUCADORA NIDA MALDI CORAZZA	UBS JARDIM SÃO JORGE
CEI NOVA ERA II	EMEI EMIR MACEDO NOGUEIRA	UBS JOSE MARCÍLIO MALTA CARDOSO
CEI PINHEIROS	EMEI PROF CAMILLO ASHCAR	UBS MALTA CARDOSO
CEI RECANTO INFANTIL IZABEL MENDES DE CASTRO	EMEI PROF. ANTONIO CARLOS PACHECO E SILVA	UBS VILA DALVA
CEI SALVADOR LO TURCO	EMEI PROFA. CAROLINA RIBEIRO	
CEU BUTANTÃ		
CEU UIRAPURU		
CRAS BUTANTÃ		
CRESAN-BT		
EMEF DEP. CESAR ARRUDA CASTANHO		
EMEF MARIA ALICE BORGES GHION		
EMEF OLAVO PEZZOTTI		

B

Figura 17 A e B: Mapeamento das Atividades de horta, compostagem e minhocário da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricionais da Região do Butantã

AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL		
<p> AMA/UBS - VILA SÔNIA ASSOCIAÇÃO CRIANÇA BRASIL CCA SÃO GABRIEL CEI ESMERALDA CEI LOTURCO CEI RIO PEQUENO II CEI SÃO JORGE ARPOADOR EMEF IBRAHIM NOBRE EMEF TEÓFILO BENEDITO OTTONI PROFESSORA ILEUSA CAETANO DA SILVA EMEI CEU UIRAPURU EMEI PROFª CLYCIE MENDES CARNEIRO EMEI DESEMBARGADOR DALMO DO VALLE NOGUEIRA EMEI EMIR MACEDO NOGUEIRA </p>	<p> EMEI PROFESSOR RONALDO PORTO MACEDO EMEI PROFª CAROLINA RIBEIRO EMEI PROFª. BENEDICTO CASTRUCCI EMEI PROFª. MARIA APARECIDA VITA PIANTE EMEI RIO PEQUENO I INSTITUTO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI) -BUTANTÃ INSTITUTO PROF PARQUE JARDIM PREVIDÊNCIA (NGDCO I) PROJETO CASULO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO UBS JARDIM BOA VISTA UBS JARDIM D'ABRIL </p>	<p> UBS JOSE MARCÍLIO MALTA CARDOSO UBS REAL PARQUE UBS VILA BORGES UBS VILA DALVA UBS VILA GOMES CRECHE JESUS MENINO CRESAN-BT </p>

Figura 18 A e B: Mapeamento das ações de educação alimentar e nutricional da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricionais da Região do Butantã

Figura 19 A e B: Mapeamento dos apoios a prática de agricultura urbana, capacitação, fomento e produção agroecológica da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricionais da Região do Butantã.

Figura 20 A e B: Mapeamento dos restaurantes populares, universitário, escolas e cozinhas da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricionais da Região do Butantã.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA VENDA /FEIRAS /SACOLÃO		
<p> CRESAN-BT EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA MÃOS NA MASSA PARQUE JARDIM PREVIDÊNCIA PARQUE RAPOSO TAVARES (NGDCO I) FEIRA LIVRE - AURIFLAMA (Sábado) FEIRA LIVRE - BUTANTÃ (Quinta-feira) FEIRA LIVRE - CARAMURÚ (Quinta-feira) FEIRA LIVRE - CAXINGUI (Sábado) FEIRA LIVRE - CAXINGUI (Terça-feira) FEIRA LIVRE - COHAB RAPOSO TAVARES (Domingo) FEIRA LIVRE - CONJUNTO RESIDENCIAL DO BUTANTÃ (DOMINGO) FEIRÃO DA ECONOMIA REAL PARQUE </p>	<p> FEIRA LIVRE - JARDIM ADALGIZA (Sábado) FEIRA LIVRE - JARDIM ANTONIA (Sábado) FEIRA LIVRE - BIBI (Quarta-feira) FEIRA LIVRE - JARDIM ARPOADOR (Domingo) FEIRA LIVRE - JARDIM BONFIGLIOL (Terça-Feira) FEIRA LIVRE - JARDIM CELESTE (Quarta-Feira) FEIRA LIVRE - JARDIM COLOMBO (Quarta-Feira) FEIRA LIVRE - JARDIM GUARAU (Quinta-Feira) FEIRA LIVRE - JARDIM PERI PERI (Terça-feira) FEIRA LIVRE - JARDIM RAPOSO TAVARES (Sábado) FEIRA LIVRE - JARDIM SÃO JORGE (Quinta-Feira) </p>	<p> FEIRA LIVRE - MÁRIO MOURA ANDRADE (Sábado) FEIRA LIVRE - PORTAL DO MORUMBI (Sexta-Feira) FEIRA LIVRE - RAPOSO TAVARES (Domingo) FEIRA LIVRE - RIO PEQUENO (Sexta-Feira) FEIRA LIVRE - SÃO DOMINGOS (Domingo) FEIRA LIVRE - VILA BORGES (Sexta-Feira) FEIRA LIVRE - VILA BUTANTÃ (Sábado) FEIRA LIVRE - VILA GOMES (Sexta-Feira) FEIRA LIVRE - VILA INDIANA (Quarta-Feira) FEIRA LIVRE - VILA MORSE (Domingo) FEIRA LIVRE - VILA SÔNIA (SEXTA-FEIRA) Sacolão Butantã </p>

Figura 21 A e B: Mapeamento da produção de alimentos para venda, feiras e sacolão da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricionais da Região do Butantã.

A

ALIMENTAÇÃO EM ESCOLAS/ CRECHES/ ASSOCIAÇÕES

CEI CONV. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA ROSA	CEI Conv. JD. COHAB EDUCANDARIO	CEI Conv. NOVA ERA - MODULO I
CEI CONV. ALECRIM	CEI Conv. JARDIM JAQUELINE	CEI Conv. NOVA ERA - MODULO II
CEI CONV. ALEGRIA DE APRENDER	CEI Conv. LAR CRIANÇA FELIZ	CEI Conv. PAPA JOAO XXIII
CEI CONV. ARQUINHA	CEI Conv. LAR DO ALVORECER CRISTÃO	CEI Conv. PAU BRASIL
CEI CONV. ASA SANTO AGOSTINHO	CEI Conv. LAR INFANTIL A.S.A.	CEI Conv. PRIMAVERA
CEI CONV. ASSOCIAÇÃO DE CRECHES MARIA DE NAZARE	CEI Conv. LAR NOSSA SENHORA DOS POBRES	CEI Conv. RECANTO DA ALEGRIA I
CEI CONV. CASA DA PEQUENA IVETE	CEI Conv. LAR PAULO DE TARSO	CEI Conv. RECANTO DA ALEGRIA II
CEI CONV. CEI GARATUJA	CEI Conv. MÃE DE DEUS	CEI Conv. RECANTO DA ALEGRIA III
CEI CONV. D. JOSE GASPAR	CEI Conv. MÃE DO SALVADOR	CEI Conv. RECANTO INFANTIL ISABEL M. CASTRO
CEI Conv. CRECHE FRATERNIDADE MARIA DE NAZARE	CEI Conv. MARIA LOURDES FERRARINI	CEI Conv. SABER VIVER II
CEI Conv. GIRASSOL	CEI Conv. MARIA TEREZA DE MACEDO COSTA	CEI Conv. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
CEI Conv. INSTITUTO DONA ANA ROSA	CEI Conv. MENINO JESUS	CEI Conv. SANTA TERESA DE JESUS
CEI Conv. ISABEL RIBEIRO	CEI Conv. NOITE ENCANTADA I	CEI Conv. SÃO FRANCISCO DE ASSIS
CEI Conv. JARDIM EDITE	CEI Conv. NOSSA SENHORA ASSUNÇÃO	CEI Conv. SÃO FRANCISCO - ASA
		CEI Conv. SAO LUIZ GONZAGA
		CEI Conv. JOAO DE BARRO

B

CEI Conv. SINHAZINHA MEIRELLES	EMEF DESEMBARGADOR THEODOMIRO DIAS	EMEI DESEMBARGADOR DALMO DO VALLE NOGUEIRA
CEI Mun. CEU BUTANTÃ	EMEF DR JOSE DIAS DA SILVA SILVEIRA	EMEI EDUCADORA NIDA MALDI CORAZZA
CEI Mun. CEU UIRAPURU	EMEF GENERAL EUCLYDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	EMEI EMIR MACEDO NOGUEIRA
CEI Mun. CIDADE DE GENEBRA	EMEF GENERAL ALCIDES GONÇALVES ETCHEGOYEN	EMEI FERNANDO PESSOA
CEI Mun. COHAB RAPOSO TAVARES	EMEF GENERAL ÁLVARO SILVA BRAGA	EMEI MONTE CASTELO
CEI Mun. DR. ANTONIO JOAO ABDALLA	EMEF IBRAHIM NOBRE	EMEI OSCAR PEDROSO HORTA
CEI Mun. JARDIM DAS VERTENTES	EMEF JARDIM PAULO VI	EMEI PEDROSO DE MORAES
CEI Mun. JARDIM JULIETA	EMEF JOAO XXIII	EMEI PEDRO NETO
CEI Mun. PINHEIROS	EMEF JOSÉ DE ALCÂNTARA MACHADO FILHO	EMEI PROF. ANTONIO BRANCO LEFEVRE
CEI Mun. PROF JOSE OZI	EMEF JÚLIO MESQUITA	EMEI PROF. ANTONIO CARLOS P. E SILVA
CEI Mun. RIO PEQUENO II	EMEF MARECHAL DEODORO DA FONSECA	EMEI PROF. ANTONIO CARLOS PACHECO E SILVA
CEI Mun. ROBERTO ARANTES LANHOSO	EMEF PEDRO NAVA	EMEI PROF. BENEDICTO CASTRUCCI
CEI Mun. SALVADOR LO TURCO	EMEF PROFº ALÍPIO CORREA NETO	EMEI PROF. CAMILO ASHCAR
CEI Mun. SÃO JORGE ARPOADOR	EMEF PROFº OLAVO PEZZOTTI	EMEI PROF. RONALDO PORTO MACEDO
CEI Mun. VER. ALOYSIO MENEZES GREENHALGH	EMEF PROFº ROBERTO MANGE	EMEI PROF. CAROLINA RIBEIRO
CEI Mun. VEREADOR BENEDICTO ROCHA	EMEF PROFº EDA TEREZINHA CHICA MEDEIROS	EMEI PROF. CLYCIE MENDES CARNEIRO
CEI Mun. YVONE LEMOS DE ALMEIDA FRAGA	EMEF PROFº ILEUSA CAETANO DA SILVA	EMEI PROF. ISABEL COLOMBO
CEI Mun. YVONE MALUHY JOSEPH SABGA	EMEF PROFª MARIA ANTONIETA D'ALKIMIN BASTO	EMEI PROF. MARIA APARECIDA VITA PIANTE
CIEJA ALUNA JESSICA NUNES HERCULANO	EMEF PROFª DAISY AMADIO FUGIWARA	EMEI PROF. MARIA JOSE GALVÃO DE FRANCA PINTO
CRECHE JESUS MENINO	EMEF SOLANO TRINDADE	EMEI PROF. MARIAZINHA REZENDE FUSARI
EMEF ANEXO EDUCANDÁRIO DOM DUARTE	EMEF TARSILA DO AMARAL OTTONI	EMEI PROF. ZILDA DE FRANCESCHI
EMEF BRASIL JAPÃO	EMEF TENENTE ALIPIO ANDRADA SERPA	EMEI PROF. RIO PEQUENO I
EMEF CEU BUTANTÃ	EMEF VIANA MOOG	EMEI PROF. TIDE SETUBAL
EMEF CONDE LUIZ EDUARDO MATARAZZO	EMEF VILA MUNCK	GRUPO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM CAMINHO
EMEF DEP. CESAR ARRUDA CASTANHO (CÉU UIRAPURU)	EMEF ALUISIO DE ALMEIDA	INSTITUTO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI) -BUTANTÃ
EMEF DESEMBARGADOR AMORIM LIMA	EMEF ANTONIO BENTO	INSTITUTO PROF
EMEF ARTUR WHITAKER DESBARGADOR	EMEI CÉU BUTANTÃ	SME Conv. ASSOCIAÇÃO NOVO PROJETO
	EMEI CÉU UIRAPURU	UBS VILA GOMES
	EMEI COMANDANTE MORENO	UNIÃO DE MORADORES DO JARDIM JAQUELINE
	EMEI CORONEL JOÃO NEGRADO	
	EMEI DEP. GILBERTO CHAVES	

C

Figura 22 A, B e C: Mapeamento da alimentação realizada em escolas, creches e associações da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricionais da Região do Butantã.

Figura 23. A e B: Mapeamento dos bancos de alimentos e de doação de alimentos da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricionais da Região do Butantã.

Figura 24 A e B: Mapeamento da prática integrativa com foco em plantas medicinais da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricionais da Região do Butantã.

ANEXO nº 11.

Índice do Processo de Elaboração do PLAMSAN

1. Motivações
 - 1.1 Espaços participativos (são)
 - 1.1.1 COMUSAN, Redes Locais, Movimentos Sociais
 - 1.1.2 Conferências [municipal, estadual e nacional].
 - 1.2 Demandas
 - 1.2.1 Demandas sociais – Experiências locais
 - 1.2.2 Vontade política da gestão municipal
 - 1.2.3 Alinhar
 - 1.2.3.1 (à) Política Nacional
 - 1.2.3.2 (incidiu) Adesão ao SISAN
 - 1.2.2.2.1 (definição) Política Pública/Plano de Ação
 - 1.2.4 Assegurar DHAA, Soberania Alimentar (a partir de)
 - 1.2.4.1 Elaboração e efetivação de programas, ações e projetos.
 - 1.3 Pressão exercida pelos ativistas da SAN no município
2. Fatos geradores
 - 2.1 Criação do COMUSAN-SP pelo decreto nº42. 862 de 13/02/2003
 - 2.2 Participação social nas Audiências Públicas - 2013
 - 2.3 Aprovação e promulgação da LOSAN Municipal nº 15.920 de 18 de dezembro de 2013
 - 2.4 Adesão do Município ao SISAN – Jan/2015
 - 2.5 Encontro com secretários municipais
 - 2.6 Protagonismo dos conselheiros do COMUSAN
 - 2.7 Reuniões ordinárias e extraordinárias do COMUSAN desde 2014
 - 2.8 Conferências Municipal de SAN – Junho/2015
 - 2.9 Criação do COSAN / SDTE – 2015
 - 2.10 Publicação do Decreto nº 55.867 que regulamenta o COMUSAN
 - 2.11 Publicação do Decreto nº 55.868, que regulamenta a CAISAN
 - 2.12 Sete pré-conferências macrorregionais (com)
 - 2.12.1 Envolvimento de todas as prefeituras regionais (para) -
 - 2.12.1.1.1 Criação das propostas para Conferência Municipal
 - 2.13 VI Conferência Municipal de SAN de São Paulo com a aprovação de 78 propostas para a cidade de São Paulo
 - 2.14 Decreto nº 57.007, de 20 de maio de 2016. Institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN
 - 2.15 Reuniões com macrorregiões janeiro/2016 (para)
 - 2.15.1 Devolutivas da Conferência Municipal
 - 2.15.2 Encaminhamentos para a Conferência Estadual e Nacional

Atores

(Representações)

2.16 Sociedade Civil

2.16.1 Composição do Conselho Municipal de SAN (COMUSAN)

2.17 Poder Público

2.17.1 COSAN

2.17.2 CAISAN

2.17.3 Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura – FUNDATEC

2.17.4 Secretarias Municipais

2.17.4.1 Educação

2.17.4.2 Assistência Social

2.17.4.3 Saúde

2.17.4.4 Meio Ambiente

2.17.4.5 Direitos Humanos e Cidadania

2.17.4.6 Trabalho e Desenvolvimento e Empreendedorismo

2.17.4.7 Secretaria de Governo

2.17.4.8 Serviços

2.17.4.9 Finanças e Desenvolvimento Econômico

2.17.4.10 Desenvolvimento Urbano

2.17.4.11 Relações Internacionais e Federativas

2.17.4.12 Gabinete

2.17.4.13 Cultura

2.17.4.14 Política para Mulheres

2.17.5 Subprefeituras

2.17.6 Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Social

2.18 Misto

2.18.1 COMUSAN

2.19 Outros

2.19.1 Universidades

2.20 Análise da motivação dos atores

2.20.1 Perseverança das organizações sociais e conselheiros do movimento de SAN

2.20.2 Interesse dos atores sociais na construção da SAN e na mobilização dos setores

2.20.3 Conflitos de interesse diversos

2.20.4 Aproximação entre Sociedade Civil e Poder Público (resultou em)

2.20.4.1 Construção coletiva

2.20.4.2 Embates que fortaleceram o processo de elaboração

2.20.4.3 Desenvolvimento de habilidades dos conselheiros

2.20.4.4 Qualificação da elaboração de propostas pela sociedade civil

2.20.4.5 Apropriação da SAN por parte da gestão pública

3. Desafios
 - 3.1 Envolvimento/comprometimento das pessoas/ movimentos da sociedade civil
 - 3.2 Falta de experiência na formulação de planos
 - 3.3 Fechar a matriz do plano
 - 3.4 Níveis diferentes de apropriação do tema
 - 3.5 Questão orçamentária
 - 3.6 Especificidades do município
 - 3.6.1 Extensão territorial
 - 3.6.2 Desigualdades socioeconômicas
 - 3.6.3 Gestão descentralizada (prefeituras regionais)
 - 3.7 Operacionalizar a intersetorialidade
 - 3.7.1 Ausência de importantes secretarias
 - 3.8 Compatibilização de agendas
 - 3.9 Sensibilização e capacitação de técnicos de secretarias e órgãos, ligados direta ou indiretamente, de modo a viabilizar a intra e intersetorialidade
 - 3.10 Articulação do COMUSAN com outros conselhos [Conselho da Alimentação Escolar (CAE) e Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo (CPOP) e Conselho de Desenvolvimento Rural
 - 3.11 Estreitamento da relação com a frente parlamentar
 - 3.12 Articulação com outras cidades da região metropolitana
4. Superação de desafios (através de)
 - 4.1 Reflexões e discussões em grupos de trabalho
 - 4.2 Modelos de outras experiências em elaboração de planos no nível nacional, estadual e municipal
 - 4.3 Parceria com atores com experiência na elaboração de planos
 - 4.4 Estratégias de convencimento da interface da SAN junto às secretarias
 - 4.5 Envolvimento de pessoas ligadas ao orçamento em cada secretaria
 - 4.6 Articulação da COSAN junto as secretarias para a participação dos integrantes na CAISAN até a elaboração do plano
5. Objetivos
 - 5.1 Efetivar a implantação da Política de SAN no Município de São Paulo
 - 5.1.1 Garantir o DHAA no nível municipal
 - 5.1.2 Qualificar ações existentes nas diversas secretarias sob a ótica do DHAA
 - 5.2 Planejar e otimizar ações interssetoriais de SAN
 - 5.2.1 (ampliando) dialogo e a interface com as secretarias e Sociedade Civil
 - 5.2.2 (para) atender as demandas territoriais
 - 5.2.3 (articulando) programas, ações e projetos
6. Etapas
 - 6.1 Discussões no Conselho Municipal de SAN (COMUSAN)
 - 6.1.1 (por meio de) Reuniões, encontros temáticos, oficinas
 - 6.1.2 (com) Representantes da Sociedade Civil e do Poder Público - municipal e federal

- 6.1.3 (para) estabelecimento da metodologia e definição das diretrizes
- 6.2 Organização e divisão de tarefas
 - 6.2.1 (para) elaboração descritiva das ações das secretarias, diretriz, matriz
 - 6.2.2 (contemplando) objetivos, metas, parceiros
- 6.3 Levantamento de programas/ projetos/ ações relacionadas à SAN (para identificação de)
 - 6.3.1 Objetivos
 - 6.3.2 Público Alvo [qualitativo e quantitativo]
 - 6.3.3 Secretarias responsáveis
 - 6.3.4 Parceiros
 - 6.3.5 Situação atual
 - 6.3.6 Compatibilização com as propostas da VI Conferência Municipal de SAN
- 6.4 Ação conjunta COMUSAN e CAISAN - capacitação de membros da coordenação executiva do COMUSAN e da CAISAN para elaboração do PLAMSAN
- 6.5 Mobilização/articulação das secretarias
 - 6.5.1 Reuniões com secretários e técnicos indicados
 - 6.5.2 (realizada pelo) CONSEA nacional
- 6.6 Elaboração do escopo do PLAMSAN
 - 6.6.1 (com) Comissão Executiva e presidência do COMUSAN-SP e CAISAN
- 6.7 Consulta pública do PLAMSAN
- 6.8 Seleção e priorização das propostas advindas da consulta pública pelas secretarias envolvidas
- 6.9 Aprovação do escopo do PLAMSAN
 - 6.9.1 (em) reunião plenária
- 6.10 Edição, publicação e ampla divulgação do PLAMSAN
 - 6.10.1 (para) conselhos participativos e população em geral
- 6.11 Elaboração de Metodologia de Monitoramento do PLAMSAN
- 7. Resultados Esperados
 - 7.1 Proposta orçamentária anual de recursos pelas pastas
 - 7.2 Implantação, regularização e ampliação dos equipamentos de SAN
 - 7.3 Fortalecimento das ações existentes
 - 7.4 Implementação de novas ações
 - 7.5 Efetivação do monitoramento do PLAMSAN para avaliar sua realização e eficácia
 - 7.6 Estabelecimento de sinergia nas ações de SAN desenvolvidas
 - 7.7 Melhoria do entendimento e conhecimento da população com relação a essas ações
 - 7.8 Efetivação da intersetorialidade
 - 7.9 Infraestrutura mínima para funcionamento do COMUSAN e CAISAN

Decorrência/Desdobramento – Repercussão internacional (Carta enviada pela FAO - Anexo nº 12), resoluções, difusão nos espaços institucionais e conselhos (por meio de cursos, encontros, audiências, etc.)

ANEXO nº 12.

Carta da FAO para Prefeito de São Paulo

联合国
粮食及
农业组织

FOOD AND
AGRICULTURE
ORGANIZATION
OF THE
UNITED NATIONS

ORGANISATION
DES NATIONS
UNIES POUR
L'ALIMENTATION
ET L'AGRICULTURE

ORGANIZACION
DE LAS NACIONES
UNIDAS PARA
LA AGRICULTURA
Y LA ALIMENTACION

منظمة
الغذية
والزراعة
للأمم
المتحدة

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

Eixo Monumental, Via S-1
Campus do INMET – Setor Sudoeste
70680-900 Brasília, DF, Brasil

Tel: 55-61-3038-2258

E-Mail: fao-br@fao.org

Ref.: 00204/clmm

File.:

Brasília, 07 de novembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

A FAO reconhece o empenho e os avanços alcançados pela cidade de São Paulo na implementação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, e nota os importantes passos recentes tomados em seu processo de sua institucionalização, entre os quais:

- (i) Aprovação da Lei 15.920, de 18 de dezembro de 2013;
- (ii) Promulgação do Decretos Regulamentadores que reestruturaram o Conselho Municipal de SAN (nº 55.867) e instituíram a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN (nº 55.868);
- (iii) Promulgação do Decreto que regulamenta a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (nº 57.007/2016);
- (iv) Realização da 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em 26 e 27 de junho de 2015;
- (v) Inserção na Alimentação Escolar da Agricultura Familiar (chegando a quase 30% de toda a compra) e orgânicos (Lei nº 16.140/2016).

Em particular, a FAO saúda o lançamento do primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com vigência quadrienal (2016/2020), que fixa diretrizes, metas e prazos, para a implementação de ações, programas e projetos para a garantia da alimentação saudável para a população da cidade.

Nesse contexto, a FAO felicita o Prefeito Fernando Haddad, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Municipal e a população da cidade de São Paulo por tais importantes iniciativas em prol da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional.

Atenciosamente,

Alan Bojanic

Representante da FAO no Brasil

Ao Excelentíssimo Senhor
Prefeito Fernando Haddad
Prefeitura de São Paulo

2016 - Ano Internacional das Leguminosas

A FAO está na Internet, visite nosso site: www.fao.org/brasil

CURRÍCULO LATTES

Silvana Maria Ribeiro

Bolsista de Doutorado do CNPq

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9031594055785539>

Última atualização do currículo em 30/10/2017

Graduada Letras - Licenciatura Plena em Português e Espanhol pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCS-SP (2008) e Administração pela Universidade Paulista - UNIP (1994). Mestre pela Universidade de São Paulo - Faculdade de Saúde Pública. Doutoranda na Faculdade de Saúde Pública/USP (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Silvana Maria Ribeiro
Nome em citações bibliográficas	RIBEIRO, S. M.; RIBEIRO, SILVANA MARIA

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2014	Doutorado em andamento em Serviços de Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da USP, FSP, Brasil. Título: Projeto de Pesquisa: O Processo de Construção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional no município de São Paulo/SP: participação e intersetorialidade na elaboração de uma política pública local promotora de saúde. Orientador: ☺ Cláudia Maria Bógus. Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional; promoção da saúde; Intersetorialidade; Participação Social; Políticas Públicas Saudáveis. Grande área: Ciências da Saúde
2011 - 2013	Mestrado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da USP, FSP, Brasil. Título: AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA SOB O OLHAR DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO COLHENDO SUSTENTABILIDADE ? EMBU DAS ARTES - SP. Ano de Obtenção: 2013. Orientador: ☺ Helena Akemi Wada Watanabe. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: agricultura urbana; promoção da saúde; agroecologia. Grande área: Ciências da Saúde Setores de atividade: Atividades de atenção à saúde humana; Alimentação; Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados.
2004 - 2008	Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: O emprego das figuras de linguagem como manobra discursiva no texto jornalístico. Orientador: Jarbas Vargas Nascimento.
1991 - 1994	Graduação em Administração. Universidade Paulista, UNIP, Brasil.

Formação Complementar

2012 - 2012	Temas Emergentes em Ciências Sociais e Saúde Públ. (Carga horária: 3h). Faculdade de Saúde Pública da USP, FSP, Brasil.
2012 - 2012	Gestão de Natureza Pública & Sustentabilidade. (Carga horária: 3h). Faculdade de Saúde Pública da USP, FSP, Brasil.
2010 - 2010	Formação Controle Social do Orçamento Público. (Carga horária: 40h). Prefeitura da Estância Turística de Embu, PEMBU, Brasil.
2009 - 2009	Enfrentando Desafios da Representação. (Carga horária: 40h). Prefeitura da Estância Turística de Embu, PEMBU, Brasil.

Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9031594055785539>

Cláudia Maria Bógus

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2777821546207314>

Última atualização do currículo em 09/10/2017

Cláudia Maria Bógus possui graduação em Pedagogia (1987) pela Faculdade de Educação da USP, Especialização em Saúde Pública (1988), Mestrado (1992) e Doutorado (1997) em Saúde Pública e Livre-Docência (2009) em Promoção da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Participou do Programa de Formação em Saúde Internacional da Organização Pan-Americana de Saúde em WDC (EUA) em 2001. É docente da Faculdade de Saúde Pública da USP desde 2004 e credenciada como orientadora de Mestrado e Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP desde 2005 e junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade desde 2013. Atua na área de saúde coletiva e saúde pública com ênfase em promoção da saúde, educação em saúde, participação social em saúde e políticas públicas em saúde. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Cláudia Maria Bógus
Nome em citações bibliográficas	BÓGUS CM;BÓGUS C;BÓGUS, CLÁUDIA MARIA;Bógus, Cláudia Maria;BÓGUS, CLÁUDIA

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Prática de Saúde Pública. Av. Dr. Arnaldo, 715 Cerqueira Cesar 01246-904 - Sao Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30617955 Fax: (11) 30833501 URL da Homepage: http://www.usp.br/fsp
-----------------------	--

Formação acadêmica/titulação

1993 - 1997	Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: A formação política e o fortalecimento da participação popular em saúde: o caso dos cursos de formação política de conselheiros de saúde da zona leste de São Paulo, Ano de obtenção: 1997. Orientador: Marcia Faria Westphal. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Palavras-chave: conselhos de saúde; participação social; processo educativo. Grande área: Ciências da Saúde Setores de atividade: Saúde e Serviços Sociais.
1989 - 1992	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Reforma sanitária e a Educação Continuada: a importância do investimento nos recursos humanos locais de saúde, Ano de Obtenção: 1992. Orientador: Marcia Faria Westphal. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: educação em saúde; participação social; processo educativo. Grande área: Ciências da Saúde Setores de atividade: Saúde e Serviços Sociais.
2001 - 2001	Especialização em Training Program in International Health. (Carga Horária: 1840h). Pan-American Health Organization, PAHO, Estados Unidos. Bolsista do(a): Pan-American Health Organization, PAHO, Estados Unidos.
1988 - 1988	Especialização em Saúde Pública. (Carga Horária: 1124h). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: TCM no distrito de Borebi no município de Lençóis Paulista.

Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2777821546207314>